Williams da Silva Gonçalves é Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professor Associado Aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM-EGN); Colaborador Permanente do Centro de Estudos Político-estratégicos da Marinha do Brasil (CEPE-MB); e Pesquisador do Instituto de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre Estados Unidos (INCT-INEU).

A retórica da afetividade constitui um traço permanente das relações luso-brasileiras. E um de seus mais importantes efeitos foi dissuadir a análise política dessas relações. Desde a independência do Brasil, vigorou a ideia segundo a qual as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal só podiam ser entendidas à luz de suas identidades culturais. Em decorrência da descoberta e da colonização do Brasil por Portugal, que resultou no uso da mesma língua e no enraizamento, no Brasil, de tradições criadas em Portugal, existiria uma aliança natural e indestrutível que transcendia a volatilidade das conjunturas e que, portanto, independia dos governos e das ideologias. A presença de grande contingente de imigrantes portugueses no Brasil, de resto, formava um elo a vincular permanentemente os dois países.

Contudo, foi no governo de Juscelino Kubitschek que essa retórica atingiu uma expressão nunca antes observada, transformando-se mesmo em um programa de política externa de ambos os países. Desde a independência do Brasil, nunca foram tantos os contatos realizados por personalidades públicas e instituições governamentais e não governamentais dos dois países, da mesma forma que, tampouco, nunca foi tão politicamente influente a colônia dos imigrantes portugueses no Brasil. O livro procura avaliar a importância que teve a aliança luso-brasileira para o conjunto da política externa brasileira, bem como suas principais consequências.

ISBN 978-85-7631-896-5

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Williams da Silva Gonçalves

O realismo da fraternidade

As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

história diplomática

Williams da Silva Gonçalves

O realismo da fraternidade

As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek

Fundação Alexandre de Gusmão
Brasil

Esta obra surgiu como uma tese de doutoramento em Sociologia das Relações Internacionais defendida na Universidade de São Paulo em janeiro de 1995. Publicada pela primeira vez como livro no Brasil, este trabalho constitui uma análise das relações bilaterais entre o Brasil e Portugal sob a ótica da política externa do governo Juscelino Kubitschek.

O livro abrange os seguintes temas: o sistema internacional na década de cinquenta, no contexto da Guerra Fria; o papel de Brasil e Portugal nesse sistema; a afetividade luso-brasileira; o Tratado de Amizade e Consulta e a comunidade luso-brasileira; o apoio brasileiro a Portugal no "caso Goa"; a política antiespanhola de Portugal no Brasil; a colônia portuguesa no Brasil; o embate ente ocidentalismo e nacionalismo; o café nas relações luso-brasileiras e o asilo do general Humberto Delgado no Brasil.

O governo Kubitschek representou uma fase de transição na história da política externa brasileira, na medida em que no seu decurso se foi gestando uma nova síntese dos interesses nacionais brasileiros, que, por seu turno, tornou-se uma referência essencial para a reflexão sobre a posição do Brasil no sistema internacional.

história diplomática

Williams da Silva Gonçalves

O realismo da fraternidade

As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek

Fundação Alexandre de Gusmão
Brasil

história
diplomática

O realismo da fraternidade

As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado — Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira

Secretária-Geral — Embaixadora Maria Laura da Rocha

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente — Embaixadora Márcia Loureiro

Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática — Embaixador Gelson Fonseca Junior

Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais — Ministro Almir Lima Nascimento

Conselho Editorial

Ana Flávia Barros-Platiau
Daniella Poppius Vargas
João Alfredo dos Anjos Junior
Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos
Maitê de Souza Schmitz
Maria Regina Soares de Lima
Maurício Santoro Rocha
Rogério de Souza Farias

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

Williams da Silva Gonçalves

O realismo da fraternidade

As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek

Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília – 2024

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2030-9117/9128
Site: gov.br/funag
E-mail: funag@funag.gov.br

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Revisão:

Ana Clara Ribeiro Teixeira

Equipe de publicação e editoração:

Acauã Lucas Leotta
Alessandra Marin da Silva
Eliane Miranda Paiva
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão
Nycole Cardia Pereira

Programação Visual e Diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Capa:

Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Palácio do Catete, assina o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, com Francisco Higino Craveiro Lopes, presidente de Portugal, em 28 de junho de 1957. Arquivo Nacional.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores e da Fundação Alexandre de Gusmão.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G635r Gonçalves, Williams da Silva
O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek / Williams da Silva Gonçalves. -- Brasília : FUNAG, 2024.
297 p. –- (História diplomática)

ISBN: 978-85-7631-896-5

1. Relações Brasil – Portugal. 2. Governo Kubitschek. 3. Política externa brasileira. 4. Salazarismo. I. Título. II. Série.

CDD-327.81

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.
Elaborada por Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Agradecimentos

À CAPES (UFF-PICD), pelo apoio institucional e financeiro a mim proporcionados. Sem eles, a execução deste trabalho não teria sido possível.

Ao Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, do Brasil, ao Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Portugal, ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Nacional, à Biblioteca Nacional de Lisboa, pelo acesso aos seus acervos, bem como pelo dedicado profissionalismo com que seus funcionários desempenharam as tarefas por mim solicitadas.

Ao Professor Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão, amigo e competente orientador, cuja argúcia crítica e inesgotável paciência constituíram valiosos fatores de exemplo e estímulo para a condução deste trabalho a um bom porto.

A Paula Cristina Monteiro Amaro Reis, auxiliar de pesquisa, aluna e amiga, a quem devo a dedicação e o sincero entusiasmo com que se empenhou na cansativa tarefa de levantamento das fontes impressas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Ao Professor Antonio Houaiss, Embaixador Hélio de Burgos Cabal, Embaixador Vasco Mariz, Embaixador Ítalo Zappa, Embaixador Antonio de Farias e ao Professor José Maria Nunes Pereira, pelo apoio e pela solicitude com que atenderam as minhas consultas.

Aos amigos Iara Silveira, Paulo Sérgio Silveira, Walter Antonio da Silva, Ailton de Mesquita Vieira, Marcos Estevão Vieira, Narciso Vieira, José Eduardo Blaschek, Guilherme Neves, Lúcia Neves e Fernando Madureira que, cada qual ao seu modo, muito contribuíram para o meu êxito.

Ao Professor Manoel Valentim Alexandre e sua esposa, Professora Maria Goretti, pelo apoio e carinho que me dispensaram ao longo de minha estada em Lisboa.

Ao Professor Severino Bezerra Cabral Filho, amigo e inseparável companheiro de labor intelectual, pelo permanente acompanhamento crítico com que me brindou durante essa jornada.

Ao Professor José Luiz Werneck da Silva, professor e, sobretudo, o grande amigo, pelo exemplo e pelo irrestrito apoio que sempre me concedeu.

A Maria Odete Ferreira, Secretária do Centro de Estudos Africanos – USP, pela amizade e pela inexcedível competência com que zelou para que as questões burocráticas não se convertessem em obstáculos ao meu desempenho.

A Hamilton Magalhães, leal amigo, pela revisão final do texto.

Ao meu pai, Jayme Ferreira Gonçalves, pelo grande estímulo.

É bom nunca esquecer que nas relações entre Estados as coisas frequentemente não são o que aparentam ser, ou como são denominadas. Deste modo, uma aliança aparentemente firme pode ocultar profundas rivalidades.

(R. M. Pannikar. *The principles and practice of Diplomacy*)

Passar do dado incoerente a uma ordem inteligível. Ora esta abordagem é a abordagem própria do sociólogo [...] Para além do caos dos acidentes, descobre-se as causas profundas, que dão conta da aparente irracionalidade dos fatos.

(Raymond Aron. *Les étapes de la pensée sociologique*)

Aquilo que o observador contemporâneo vê não é necessariamente a verdade, mas o historiador tem de buscá-la à viva força.

(Eric Hobsbawm. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*)

Sumário

Apresentação **11**

1. Introdução **17**

2. O sistema internacional na década de cinquenta **23**

2.1. Introdução 23

2.2. A Guerra Fria 23

2.3. O degelo 32

2.3.1. A estratégia norte-americana de Eisenhower--Foster Dulles 32

2.3.2. A política externa soviética de Kruschev 34

2.4. O XX Congresso do Partido Comunista e a coexistência pacífica 37

2.5. A desestalinização na Polônia 41

2.6. A desestalinização na Hungria 42

2.7. A conferência de Bandung 43

2.8. Nasser e a crise de Suez 47

2.9. As novas tendências do Sistema Internacional 50

3. Brasil e Portugal no sistema internacional **55**

3.1. A ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência da República 55

3.2. O Brasil no sistema internacional do pós-guerra 64

3.3. Salazar e o Estado Novo Português 76

3.4. Portugal no sistema internacional do pós-guerra 85

4. A afetividade luso-brasileira **97**

4.1. A regeneração de Portugal sob Salazar 97

4.2. Gilberto Freire e a afirmação da personalidade mestiça da nação brasileira.....105

5. O Tratado de Amizade e Consulta e a comunidade luso--brasileira 115

6. Apoio brasileiro a Portugal no "caso Goa" 139

7. A política antiespanhola de Portugal no Brasil..... 149

8. A colônia portuguesa no Brasil..... 165

9. Itamaraty e Catete: Ocidentalismo "versus" Nacionalismo..... 185

10. O café nas relações luso-brasileiras 219

11. O asilo do general Humberto Delgado..... 247

Conclusão 263

Anexo..... 275

Bibliografia..... 281

Apresentação

O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek surgiu como uma tese de doutoramento em Sociologia das Relações Internacionais defendida na Universidade de São Paulo. Apresentada à Banca em janeiro de 1995, a tese foi o resultado de uma pesquisa orientada pelo Prof. Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1934-2017), Professor Titular de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

Realizada no prazo de quatro anos, ao longo do período em que fiquei afastado das atividades docentes no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), beneficiado pelo Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a tese começou a ser esboçada, na verdade, no final dos anos 1970, quando, logo após ter me graduado, comecei a trabalhar como pesquisador no Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Naquela altura, em que o diretor do CEAA, Prof. José Maria Nunes Pereira, e toda a equipe de pesquisadores concentravam seus estudos na situação dos países africanos de língua portuguesa, os quais há pouco haviam alcançado a independência de Portugal, causava inquietação o passado da diplomacia brasileira de apoio ao colonialismo português. Em grande medida, tal inquietação advinha da justificativa aceita por praticamente todos que pensavam sobre o assunto de que o apoio fora produto da afetividade que unia o Brasil a Portugal.

Minha dedicação aos estudos sobre a África limitou-se aos dois anos em que estive integrado ao CEAA. A seguir a esse período inicial de minha atividade acadêmica, dediquei-me ao trabalho de professor de História Contemporânea na UFF, ao Mestrado em Filosofia Política na PUC-RJ e, principalmente, ao estudo da política externa brasileira.

Quando, enfim, decidi-me a postular o doutoramento, busquei usar todos os conhecimentos e o instrumental teórico que incorporara à minha prática intelectual para ajustar contas com a tal relação fraterna a unir o Brasil a Portugal. Sinteticamente, tratava-se de investigar os interesses que em cada lado do Atlântico se ocultavam por trás do biombo da fraternidade na relação dos dois Estados.

Os resultados da pesquisa foram satisfatórios e a tese foi muito bem aceita pelos examinadores, que a consideraram significativa contribuição para o conhecimento do passado das relações dos dois países. Em conformidade com os critérios então vigentes, obtive nota máxima com distinção e louvor. Unanimemente, os componentes da Banca recomendaram a publicação em livro.

A partir daí, iniciou-se uma longa e curiosa história.

A três editoras brasileiras o texto foi apresentado para publicação em livro, porém todas recusaram fazendo uso de igual justificativa: trabalho inegavelmente interessante, mas revestido de valor exclusivamente acadêmico, sem apelo comercial.

As duas primeiras tentativas foram feitas por intermédio de dois amigos de grande prestígio acadêmico – Amado Luiz Cervo e René Armand Dreyfuss – junto a editoras que publicavam seus trabalhos. A terceira tentativa teve um quê de pitoresco.

O diretor de uma conhecida editora solicitou o exame do texto, excitado pelo interesse despertado pelo presidente de Portugal Mario Soares. Quando Mario Soares esteve no Brasil, em 1998, divulgando o livro *O mundo em português: um diálogo*, cujo conteúdo é uma entrevista a ele concedida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, tive oportunidade de com ele entreter breve conversa nos estúdios da TV Educativa sobre as relações Brasil-Portugal, em meio à qual aludi a minha tese. Eu fora convidado pela direção do programa para ser um dos que o entrevistaria sobre seu diálogo com Fernando Henrique Cardoso. Muito gentil, Mario Soares mostrou-se vivamente interessado em conhecer meu estudo. Esse interesse levou o editor que o acompanhava a efusivamente apressar o compromisso de publicá-lo. Todavia, após o contato com os originais e após Mario Soares retornar a Portugal, repetiu-se a sentença

proferida pelas duas editoras anteriores: o trabalho carece de atrativo comercial.

No ano seguinte, a convite dos colegas da Universidade de Brasília (Amado Luiz Cervo, José Flávio Sombra Saraiva, Antônio Carlos Lessa, Clodoaldo Bueno, Paulo Fagundes Vicentini, Paulo Roberto de Almeida e Moniz Bandeira), e acompanhado de outros acadêmicos amigos, participei do I Colóquio Luso Brasileiro de Relações Internacionais, que se realizou no Convento da Arrábida, no município de Setúbal, Portugal. Minha intervenção no Colóquio intitulou-se "As Relações Brasil-Portugal nos Anos 1950".

Os acadêmicos portugueses presentes ao encontro manifestaram-se muito interessados em conhecer melhor o resultado de minha pesquisa, a partir das conclusões por mim apresentadas em minha intervenção no Seminário. Entre os estudiosos portugueses encontrava-se um consultor da Editora Cosmos, que me solicitou o envio dos originais com vistas a uma possível publicação, uma vez que, a seu juízo, minha abordagem das relações dos dois países revelava aspectos completamente desconhecidos pelos portugueses e, em face disso, era praticamente certo que o trabalho seria aceito pela editora, bem como teria trânsito no mundo acadêmico português. Animado com a oportunidade que se abria, enviei os originais.

Sem que eu soubesse, porém, pouco tempo depois a tradicional editora portuguesa entrou em processo falimentar. Em vista da situação empresarial da editora e da falta de comunicação, essa nova tentativa de publicação caiu no esquecimento.

Igual a essas comédias românticas em que o infortúnio do protagonista chega ao fim devido a improváveis coincidências que finalizam a história com emocionados sorrisos, abraços e beijos, em 2002 recebi a surpreendente notícia que a editora da Universidade de Lisboa aguardava apenas minha autorização para iniciar os procedimentos de publicação do trabalho. O emissário foi Valentim Alexandre, conceituado historiador e professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Conheci o Prof. Valentim Alexandre no Rio de Janeiro, em encontro de historiadores no Museu Naval. Pelo regulamento da Bolsa de Pesquisa a mim concedida pela CAPES para passar três meses em Lisboa, eu devia indicar um orientador de pesquisa local. Quando solicitado, Valentim Alexandre admitiu prontamente desempenhar esse papel. Na verdade, tratava-se de um processo mais burocrático que acadêmico, sem maior impacto na pesquisa, uma vez que todo meu trabalho seria pesquisar documentos no Arquivo Histórico do Ministério dos Assuntos Estrangeiros. Isso não impediu, todavia, que nós dois e sua esposa Maria Goretti Matias tivéssemos fraternas e inesquecíveis relações.

A improvável coincidência que culminou com a publicação do livro consistiu em Valentim Alexandre, ao vasculhar as prateleiras da finada Editora Cosmos, a serviço da editora da Universidade de Lisboa, encontrar meu trabalho em um canto qualquer. Ele, que não sabia do convite feito pelo consultor da Cosmos, sem me avisar, apresentou os originais ao Conselho Editorial da Universidade de Lisboa.

Assim, por meio dessa tortuosa via, a tese foi finalmente publicada em fevereiro de 2003 pela Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o título *O realismo da fraternidade Brasil-Portugal – Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*. O livro foi prefaciado por Valentim Alexandre, e o título foi adaptado para marcos históricos que faziam mais sentido para os portugueses.

A partir daí, o livro, pode-se dizer, ganhou o mundo. Foi muito bem aceito pelos estudiosos portugueses, como também por todos os centros europeus e norte-americanos de estudos lusófonos, sendo incorporado a acervos de bibliotecas e objeto de resenhas. Em virtude de acordos empresariais internacionais, o livro circulou e se tornou conhecido também no mundo africano de expressão portuguesa. Mas não no Brasil. Poucos estudiosos brasileiros tomaram conhecimento do livro.

Vinte anos depois de sua publicação em Portugal, a iniciativa da Fundação Alexandre de Gusmão de publicar o livro, graças à prestimosa e desinteressada intervenção de Rogério de Souza Farias, é um acontecimento que me enche de satisfação. Em primeiro lugar, por entender que essa publicação representa o reconhecimento da

importância da pesquisa. Digo isto porque, como já foi observado por outros, a pesquisa, ao ajustar contas com a ideia da fraternidade como resposta suficiente para a relação entre Estados, abriu caminho para uma nova visão das relações bilaterais brasileiro-portuguesas e para novos estudos mais avançados. Esse aspecto foi amplamente reconhecido pelos estudiosos portugueses.

Além desse motivo, a satisfação se deve também pelo fato de, finalmente, meu trabalho estar à disposição dos estudantes brasileiros, especialmente aos muitos que se dedicam ao estudo das Relações Internacionais e da Política Externa Brasileira. Essa não é uma satisfação de caráter estritamente pessoal, sinto-a como uma homenagem a todos os amigos que comigo acompanharam e incentivaram a realização desse trabalho, especialmente aos que já deixaram nosso mundo.

A satisfação deve-se ao fato de o livro ser publicado pela FUNAG, instituição que tem se destacado por sua intensa contribuição para a elevação do padrão cultural brasileiro no âmbito de sua competência. Depois desse acidentado caminho percorrido pelo "realismo da fraternidade", a edição da FUNAG assume para mim a dimensão de um autêntico final romântico feliz.

Capítulo 1
Introdução

A retórica da afetividade constitui um traço permanente das relações luso-brasileiras. E um de seus mais importantes efeitos foi dissuadir a análise política dessas relações. Desde a independência do Brasil, vigorou a ideia segundo a qual as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal só podiam ser entendidas à luz de suas identidades culturais. Em decorrência da descoberta e da colonização do Brasil por Portugal, que resultou no uso da mesma língua e no enraizamento, no Brasil, de tradições criadas em Portugal, existiria uma aliança natural e indestrutível que transcendia a volatilidade das conjunturas e que, portanto, independia dos governos e das ideologias. A presença de grande contingente de imigrantes portugueses no Brasil, de resto, formava um elo a vincular permanentemente os dois países.

Nem mesmo quando surgiram graves problemas de natureza política – breve interrupção das relações diplomáticas devido à participação portuguesa na Revolta da Armada[1] e pressões brasileiras, sob inspiração dos Estados Unidos, para que Portugal rompesse com os países do Eixo e facilitasse o uso dos Açores pelos Aliados na Segunda Guerra Mundial[2] –, a retórica da afetividade deixou de marcar o compasso das relações luso-brasileiras.

Contudo, foi no governo de Juscelino Kubitschek que essa retórica atingiu uma expressão nunca antes observada, transformando-se mesmo num programa de política externa de ambos os países. Desde a independência do Brasil, nunca foram tantos os contatos realizados por personalidades públicas e instituições governamentais e não governamentais dos dois países, da mesma forma que, tampouco, nunca

1 Costa, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal* – Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada. 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1979.

2 Nogueira, Franco. *Salazar* – As grandes crises (1936-1945). 3. ed. Porto: Livraria Civilização Editora, 1986.

foi tão politicamente influente a colônia dos imigrantes portugueses no Brasil. E, como se sabe, o produto dessa íntima relação foi uma política externa brasileira orientada para a defesa do império colonial português. Desde a sua posse – quando assumiu a herança deixada pelo governo anterior, de apoio à política portuguesa de não ceder à reivindicação indiana de incorporar Goa, Damão e Diu – até às vésperas do fim de seu mandato – quando já eram previstas manifestações nacionais anticolonialistas nas colônias africanas –, Juscelino Kubitschek jamais faltou com seu compromisso de sustentar política e diplomaticamente os objetivos nacionais de Portugal.

Esse extremado lusismo de Kubitschek, apesar das marcadas diferenças existentes entre Brasil e Portugal, no mais das vezes foi interpretado como uma natural consequência do sentimento de afetividade. Para nós, no entanto, essa aliança e os resultados colhidos constituíram-se num desafio que aumentava cada vez mais. E de tal forma que encorajava analistas como Adolpho Justo Bezerra de Menezes (*O Brasil e o mundo ásio-africano*) a saudar a política externa de Kubitschek como progressista, embora sem atentar para "os motivos e as vantagens de buscar-se uma liderança ásio-africana"[3], e, ao mesmo tempo, a considerar "o sistema colonial português [como] o mais adequado e [o] único que poderia vingar e de fato construir uma ponte de amizade entre a Europa e o vulcão africano"[4].

Afinal, o que poderia levar um governo democraticamente eleito, ansioso por industrializar e incluir o Brasil no rol dos países desenvolvidos, a formalizar uma aliança com uma ditadura de projeto econômico corporativista, defensora intransigente de ideias colonialistas, quando essas ideias já estavam em franco declínio e as demais metrópoles europeias preparavam sua saída do mundo colonial?

Este livro constitui, assim, uma análise das relações bilaterais entre o Brasil e Portugal em busca do real significado do sentimento de afetividade entre os dois países e da identificação das forças e ideias

3 Menezes, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. 2. ed. Rio de Janeiro: GRD, 1960, p. 12.

4 *Idem, ibidem*, p. 94.

políticas que se empenharam em fazer com que as razões da aliança parecessem fruto exclusivo desse sentimento.

O primeiro passo consiste em examinar os principais processos e tendências do sistema internacional. Entendendo por sistema internacional o espaço no interior do qual os Estados organizam suas relações, segundo regras e normas por eles mesmos fixadas ao longo da história, de modo a atingirem seus objetivos de obter maior desenvolvimento econômico e maior segurança, verificamos que desde o fim da Segunda Guerra Mundial o sistema internacional achava-se bipolarizado em dois blocos, ideológica, política e militarmente rivais, dirigidos e dominados pelas duas superpotências antagonistas, Estados Unidos e União Soviética. Verificamos, igualmente, que, a partir do início dos anos cinquenta, a bipolaridade, até então rígida, começa a se tornar flexível. E que essa mudança tem lugar em virtude não só dos novos rumos tomados pela política internacional soviética, mas também, e, sobretudo, em virtude do andamento mais acelerado do processo de descolonização. Pois é em decorrência da descolonização que surgem novos Estados nacionais na Ásia e África rejeitando o conflito Leste-Oeste, por entendê-lo como ameaça à paz mundial, e postulando ênfase maior no desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo em que repudiam o racismo e o apartheísmo. O considerável aumento do número de novos Estados com assento nas Nações Unidas resulta, por sua vez, numa pressão maior no sentido da plena aplicação do princípio da autodeterminação dos povos, inscrito na Carta das Nações Unidas, e numa progressiva perda de controle das superpotências sobre os votos da Assembleia. Na década de cinquenta, enfim, emerge o Movimento dos Países Não Alinhados, sinalizando novas perspectivas para as nações até então submetidas à hegemonia das duas superpotências.

Em meio a esses novos processos e tendências, analisamos a maneira pela qual se formaram os governos de Juscelino Kubitschek e Oliveira Salazar e como Brasil e Portugal se inscreviam no sistema internacional do pós-guerra, avaliamos seus programas, bem como situamos suas respectivas estratégias de relacionamento externo ante as mudanças por que passava o sistema internacional.

Depois de analisar o papel desempenhado por Brasil e Portugal no contexto da aliança ocidental, voltamos nossa atenção para a questão da afetividade. Nesse ponto, objetivamos relacionar a ideia de regeneração do Estado português proposta por Oliveira Salazar com a teoria luso-tropicalista de Gilberto Freire. Nossa hipótese é de que a conciliação do projeto político de Oliveira Salazar com a teoria desenvolvida por Gilberto Freire constitui a raiz da ideia de afetividade. Isto é, a identificação da mestiçagem como o traço mais característico da personalidade brasileira recupera a imagem de Portugal como uma nação formadora de uma cultura democrática nos trópicos, injetando orgulho e otimismo na nação brasileira e, simultaneamente, legitimando a ação colonizadora de Portugal.

Já situados no contexto da ideologia da afetividade, analisamos o processo de proposição e formalização do Tratado de Amizade e Consulta. Procuramos fixar a gênese do tratado, identificando os interesses específicos, de parte a parte, que levaram os governos brasileiro e português a firmar esse instrumento político, ao redor do qual se fez o relacionamento diplomático no período governativo de Juscelino Kubitschek.

A seguir, analisamos a importância que teve o apoio brasileiro a Portugal na questão Goa. Desenvolvemos a hipótese de que essa questão foi decisiva para o enlace político-diplomático luso-brasileiro. O contencioso de Portugal com a Índia demonstrou, a um só tempo, a visão europeísta com que a diplomacia brasileira percebia a emergência dos novos Estados recém-descolonizados, bem como os efeitos políticos produzidos pela influência exercida pela teoria luso-tropicalista de Gilberto Freire. Goa, conforme nossa hipótese, referencia o consecutivo apoio brasileiro às teses colonialistas do governo português e fortalece a ideia da necessidade do Tratado de Amizade e Consulta.

A partir da adesão brasileira aos argumentos de defesa de Goa por Portugal, objetivamos demonstrar que a iniciativa diplomática, no âmbito do relacionamento bilateral, passa a estar com Portugal. E, como corolário, a completa definição da geoestratégia atlântica de Portugal inclui a tática do isolamento do Brasil em face de qualquer outro ator internacional que possa ameaçar os termos da aliança entre os dois.

No nosso entender, a diplomacia anti-hispânica de Portugal no Brasil constitui prova da ascendência política portuguesa sobre a diplomacia brasileira.

Para expor os mecanismos por meio dos quais se exerce essa influência, analisamos o comportamento e projetos dos principais segmentos que participam do processo decisório no governo Kubitschek. Tendo como ponto de partida teórico a tese desenvolvida por P. A. Reynolds de que a política externa de um Estado "consiste nas decisões e ações dos governantes com a finalidade de alcançar determinados objetivos a longo e a curto prazos"[5] e que esses objetivos se definem segundo a permanente interação existente entre os contextos interno (geografia, economia, demografia, estrutura política, cultura, tradições e situação estratégica) e externo (comportamento dos demais atores internacionais[6], procuramos identificar quais conjuntos de interesses habitavam o governo Kubitschek e quais eram suas percepções do sistema internacional. Segundo esse enfoque, desenvolvemos a hipótese de que o governo Kubitschek abrigava dois grupos com objetivos e percepções distintas, que nomeamos de "ocidentalistas" e "nacionalistas". O primeiro, de ideologia liberal conservadora, lutava para manter o Brasil adstrito ao bloco ocidental e era favorável a uma aliança duradoura com Portugal. O segundo, de ideologia desenvolvimentista, percebia as mudanças do sistema internacional como um fenômeno benéfico para o Brasil, que assim teria ampliadas as oportunidades de efetivar sua condição de Estado independente, sem, no entanto, definir uma política específica para Portugal.

Complementando o quadro de análise do processo decisório brasileiro, analisamos a estrutura e o comportamento da colônia de imigrantes portugueses no Brasil. Trabalhamos com a hipótese de que sua coesão e fidelidade ideológica ao Estado Novo português exerceram grande influência sobre diplomatas, parlamentares e jornalistas, que se utilizaram amplamente da retórica da afetividade para justificar sua opção de apoio aos objetivos internacionais perseguidos por Portugal.

5 Reynolds, P. A. *Introducción al estudio de las relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos, 1977, p. 60.

6 *Idem, ibidem*.

No concernente às relações econômicas luso-brasileiras, centramos nossa análise nos problemas provocados pela concorrência no mercado internacional entre o café produzido no Brasil e o café produzido nas colônias africanas. Nossa hipótese é de que em tal concorrência estava concentrado todo o potencial de discórdia nas relações entre os dois países e que só mediante um acordo que atendesse aos interesses cafeeiros brasileiros seria possível manter incólume a aliança política.

Nosso estudo chega ao fim com a análise dos acontecimentos relativos ao pedido de asilo político do general Humberto Delgado e das visitas presidenciais mútuas de Juscelino Kubitschek e Craveiro Lopes. Nessa parte, buscamos mostrar como se altera a percepção do Embaixador brasileiro em Lisboa, Álvaro Lins, acerca da aliança luso-brasileira e, também, o papel que as visitas presidenciais desempenham no sentido de superar os problemas existentes e reforçar a aliança.

Na conclusão, enfim, procuraremos avaliar a importância que teve a aliança luso-brasileira para o conjunto da política externa brasileira, bem como suas principais consequências. Nossa principal preocupação será perceber o significado que teve a retórica da afetividade e em que as relações luso-brasileiras contribuíram para a mudança de rumos da política externa brasileira no governo que se seguiu ao de Juscelino Kubitschek.

Capítulo 2
O sistema internacional na década de cinquenta

2.1. Introdução

Na segunda metade dos anos cinquenta, ocorreram significativas mudanças no sistema internacional. Conquanto sua estrutura tenha se mantido bipolar, tal como fora edificado no final da Segunda Guerra Mundial, a multiplicação do número de atores estatais e transnacionais converte-o num verdadeiro sistema mundial. O lento processo histórico que se iniciara no século quinze com as viagens ultramarinas portuguesas atinge o seu termo com a fase final das descolonizações asiáticas e africanas. Com o fim da dominação política europeia sobre os outros continentes, o sistema internacional não apenas assume caráter geográfico planetário, mas também se torna politicamente bem mais complexo, mediante a introdução de novos temas e preocupações na agenda internacional.

2.2. A Guerra Fria

A Segunda Guerra Mundial rompeu o precário equilíbrio de poder do sistema internacional entreguerras e lançou as bases sobre as quais se ergueu o sistema bipolar do após-guerra. A derrota dos imperialismos nazifascistas e o declínio da Europa Ocidental abriram o caminho para que os Estados Unidos e a União Soviética reforçassem seu poder nacional e assumissem a liderança hegemônica dos dois blocos de poder que se formaram.

A supremacia estratégica que obtiveram mediante o destacado papel desempenhado na guerra potencializou a divergência ideológica entre os princípios liberais e os princípios marxista-leninistas, ao mesmo

tempo em que aguçou o interesse pela construção de uma ordem mundial que lhes parecia a mais segura.

Ao contrário do que aconteceu após a Primeira Guerra, os Estados Unidos apresentaram-se, no segundo após-guerra, dispostos a consolidar sua posição de líderes mundiais. Em 1919, a maioria de seus congressistas recusara a política esboçada por Wilson, em Versailles. Prevalecera a tendência isolacionista, satisfeita com a preponderância econômica recém-obtida e refratária a exercer um papel político internacional que excedesse os limites regionais. Reafirmava-se, assim, a posição dos Pais Fundadores da República, segundo a qual se devia evitar a formação de alianças duradouras com as potências europeias, de modo a salvaguardar a independência nacional. Todavia, a vitória dos teóricos do realismo político sobre os representantes da corrente idealista no grande debate dos anos 30 preparou a nação americana para assumir suas responsabilidades globais. Como afirma Holsti[7], quando Roosevelt negociou com Churchill a Carta do Atlântico, quatro meses antes de os Estados se envolverem diretamente na guerra, o projeto que deveria guiar a construção da ordem mundial no após-guerra já havia sido definido. O núcleo do programa residia nos objetivos de zelar pela segurança mundial, de impor a instauração de uma ordem econômica mundial liberal e de trabalhar para a liquidação dos impérios coloniais, segundo o princípio da autodeterminação dos povos. Na verdade, retomavam-se os 14 Pontos de Wilson, adicionando-lhe o que faltara em 1919: a vontade de exercer a hegemonia político-militar.

A União Soviética, por sua vez, tinha por objetivo fundamental consolidar sua segurança na Europa Oriental. Na percepção dos dirigentes soviéticos, a diplomacia ocidental de apaziguamento face à política agressiva de Hitler mal disfarçava a intenção de estimular um ataque alemão à União Soviética, diplomacia essa que fracassara devido aos objetivos mais amplos da Alemanha e, enfim, à própria resposta militar soviética. No plano estratégico, os soviéticos viam-se cercados por um mundo capitalista hostil interessado em estrangular o regime comunista. Conforme essa percepção, Stalin manobrara diplomaticamente ao

7 Holsti, Kalevi J. Peace and war: armed conflicts and international order: 1648-1989. *Cambridge Studies in International Relations*, v. 14. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 243.

máximo para evitar ou, pelo menos, adiar a guerra. Contudo, depois de ter rechaçado a invasão nazista e de ter avançado seu exército até o centro da Europa, não estava mais disposto a abrir mão dos elementos que estimava indispensáveis para prover a segurança de seu território. Na argumentação que desenvolveu junto aos aliados sobre a ordem mundial do após-guerra, insistiu na tese de que não poderia mais admitir governos com inclinações antissoviéticas na Europa Oriental. Para que a segurança do Estado soviético fosse garantida contra futuras invasões, tornava-se necessário que essa área fosse ocupada por governos confiáveis.

Independentemente das diferenças estruturais dos dois Estados, os objetivos que guiaram suas respectivas diplomacias foram, portanto, basicamente idênticos: garantir o mais elevado grau de segurança.

Segundo afirma Kaspi[8], a incompatibilidade estratégica entre Estados Unidos e União Soviética precedeu a incompatibilidade ideológica. De acordo com sua interpretação, faz pouco sentido buscar as origens da guerra fria na turbulência ideológica provocada pela Revolução de 1917. Nos anos que se seguiram à Primeira Guerra, a rivalidade ideológica entre os dois praticamente não existia. O sistema internacional tinha estrutura multipolar e os dois Estados estavam situados à margem do principal centro de decisões políticas. Além disso, a experiência rooseveltiana do "New Deal" havia servido para aproximá-los, como o prova o reatamento das relações diplomáticas em 1934.

A visão de Kaspi sobre o início da guerra fria reforça as interpretações realistas de Schlesinger Jr. e de Aron. Para ambos, não há como identificar o responsável pelo desencadeamento da guerra fria. Para Schlesinger Jr., a responsabilidade pela guerra fria deve ser atribuída "a uma dialética histórica, provavelmente mais forte que a vontade dos diplomatas"[9]. Para Aron, as origens da guerra fria residem na obsessão das duas potências pela segurança: "(...) cada lado acreditava com paixão que a estabilidade internacional dependia do sucesso de sua própria concepção da ordem mundial. Cada lado, defendendo simplesmente

8 Kaspi, André. Qui est responsable. *L'Histoire*, n. 151, jan. 1992, p. 11.

9 Schlesinger Jr., Arthur M. *Os ciclos da história americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, p. 211.

seus princípios, apenas confirmava o temor do outro de que se dispunha, na realidade, à agressão"[10].

Essa grande preocupação com a segurança provocou a ruptura da aliança que os unira no esforço de guerra. A primeira intervenção militar norte-americana para impedir que a influência soviética ultrapassasse as fronteiras fixadas pelo acordo de Yalta deveu-se à incapacidade britânica de derrotar a guerrilha comunista grega e reintroduzir a realeza, sua aliada, no governo de Atenas. Embora o governo soviético não estivesse interessado em prestar apoio à guerrilha grega, a forte intervenção dos Estados Unidos tornava claro que a Inglaterra já não possuía os recursos necessários para continuar desempenhando o papel de grande potência, ao contrário dos norte-americanos, estando seu governo determinado a empregá-los em qualquer parte que os seus interesses exigissem.

Antes da intervenção na Grécia, procedeu-se a uma votação no Congresso visando autorizar a liberação dos fundos necessários à incursão armada. Na ocasião, março de 1947, o Presidente Truman apresentou a "Doutrina da Contenção" como a estratégia norte-americana para o futuro.

A "Doutrina da Contenção" previa como postura elementar da política dos Estados Unidos para com a União Soviética "conter com paciência, firmeza e vigilância suas tendências à expansão"[11]. Os *decision makers* norte-americanos estavam convictos de que os adversários soviéticos eram políticos realistas, mas ideologicamente obstinados em seus propósitos de expandir a área sob seu domínio. Daí a consequente necessidade da adoção de uma estratégia de longo curso, com vistas a bloquear qualquer tentativa de avanço da União Soviética para além de suas fronteiras.

Logo a seguir foi anunciado o Plano Marshall, que adicionava substância econômica à armadura geopolítica da contenção. O plano

10 Aron, Raymond. *República Imperial*. Os Estados Unidos no mundo do pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975, p. 75.

11 A "Doutrina da Contensão" foi inspirada no relatório de George Frost Kennan, Embaixador dos Estados Unidos em Moscou (março de 1946), publicado sob o pseudônimo de "Mr. X" pela revista *Foreign Affairs*, em julho de 1947. Cf. Zorgbibe, Charles. Textes de politique Internationale depuis 1945. *Que sais-je?* Paris: Presses Universitaires de France, 1985, p. 15.

consistiu numa expressiva ajuda econômica aos países da Europa, para que revertessem rapidamente o quadro de dificuldades herdado da guerra. A recuperação econômica da Europa atendia aos interesses econômico-financeiros, particulares e gerais, do mundo capitalista ocidental, ao mesmo tempo em que impediria que os soviéticos e os partidos comunistas locais explorassem, política e ideologicamente, a crise em seu favor. Por outro lado, a concessão dos recursos ia acompanhada da exigência de união da Europa. Isso porque, segundo Truman, a tentativa de solucionar a crise através de uma via estritamente nacional comprometeria a eficácia das decisões, adiaria o retorno à estabilidade política e poria em risco a paz mundial[12].

Em resposta à política dos Estados Unidos, os soviéticos criaram o Kominform, em setembro de 1947. Esse novo organismo deveria substituir o Komintern, dissolvido em 1943, para melhor soldar a grande aliança e atender aos sentimentos nacionais, patrióticos e religiosos do povo soviético. Diferentemente do Komintern, que orientara as atividades de todos os partidos comunistas para a revolução proletária, o Kominform foi projetado para reunir apenas os partidos comunistas europeus no poder.

Na sua reunião constitutiva, Jdanov, representante do Partido Comunista Soviético, apresentou um documento sobre a situação internacional no qual avaliava ter o mundo se dividido em dois campos opostos: o democrático e o imperialista. Ao democrático pertenciam a própria União Soviética; os países da nova democracia; o movimento operário internacional, inclusive o norte-americano; e as forças anti-imperialistas de libertação em todos os países. Ao campo imperialista pertenciam os Estados Unidos, que pretendiam exercer a dominação mundial, e seus aliados. Ainda segundo o documento, a política imperialista norte-americana estava se desenvolvendo em três grandes linhas: a estratégico-militar, a de expansão econômica e a da luta ideológica[13].

12 Fontaine, André. *Histoire de la guerra froide*. Paris: Fayard, 1965, v. 1, p. 382.

13 O Relatório "sobre a situação internacional" foi apresentado por Andrei Zdanov, membro do "bureau" político do Partido Comunista Soviético, em 22 de setembro de 1947, diante da Conferência de Informação dos Partidos Comunistas, em Szklarska Poreba, Polônia. Cf. Zorgbibe, Charles. *Op cit.*, p. 17.

A "doutrina da contenção" e a teoria dos "dois campos antagônicos" transformaram a mútua desconfiança em aberta rivalidade. Desde então, a divergência ideológica passou a ocupar o ponto central da luta política, com cada qual dos dois procurando reforçar a influência que exercia sobre os aliados, de modo a tornar seu bloco impermeável às investidas inimigas.

Da parte dos Estados Unidos, iniciou-se forte pressão sobre os aliados no sentido de impedir que as forças de esquerda ocupassem o poder. Na Itália, por exemplo, onde a esquerda granjeara muito prestígio na luta de resistência ao fascismo, as pressões assumiram a forma de ameaça aberta. Nas eleições italianas de 1948, os Estados Unidos condicionaram a ajuda econômica à derrota de socialistas e comunistas. A folgada vitória eleitoral da Democracia Cristã, garantindo a consecução de uma política liberal, revelou a eficácia dessas pressões e o desejo do povo italiano de estabilidade política e recuperação econômica[14].

A política norte-americana de demarcação das fronteiras ideológicas atingiu o seu ponto crítico na Europa, em Berlim. A decisão de ignorar a participação soviética na administração de Berlim e precipitar uma reforma monetária nas zonas controladas pelos aliados ocidentais por pouco não degenerou em nova guerra na Europa. O bloqueio terrestre e fluvial entre Berlim e as zonas ocidentais promovido pelos soviéticos e a ponte aérea norte-americana para abastecer a parte ocidental alarmaram a Europa Ocidental[15]. A crise evidenciou que nada impediria a determinação norte-americana de coerir o mundo ocidental. Daí por diante, negligenciou-se o compromisso de se desnazificar e desmilitarizar a Alemanha, ao mesmo tempo em que se acelerou o programa para reativar o progresso de sua economia.

Na China as pressões não surtiram o efeito desejado. Toda a ajuda financeira e militar prestada aos exércitos de Chiang Kai-shek não impediu a vitória do Partido Comunista Chinês. Após duas décadas de guerra civil, o partido de Mao Zedong havia consolidado suas bases

14 Mammarella. *História de Europa Contemporânea:* 1945-1990. Barcelona: Ariel, 1990, p. 104.

15 Grosser, Alfred. *Les occidentaux:* Les pays d'Europe et les Etats Unis depuis la guerre. Paris: Fayard, 1981, p. 108.

territoriais e imposto sua imagem nacionalista e anti-imperialista junto ao povo chinês.

A fuga de Chiang Kai-shek e o enraizamento do Guo Min Dang em Formosa impediram, porém, a vitória total dos comunistas. Não obstante as posições inicialmente moderadas de Mao Zedong, poucos países ocidentais reconheceram a República Popular, deixando a representação chinesa no Conselho de Segurança das Nações Unidas ficar nas mãos de Chiang Kai-shek. Por outro lado, Formosa tornou-se um importante ponto de apoio da estratégia de contenção norte-americana, beneficiando-se de ampla ajuda econômica e militar[16].

Apesar de Stalin nunca ter acreditado nas possibilidades de êxito dos comunistas chineses, a vitória destes representou um enorme ganho estratégico para a União Soviética. A aliança firmada entre os dois países e a aplicação do modelo de desenvolvimento soviético na China proporcionaram um aumento do prestígio comunista e a proteção da extensa fronteira com o vizinho do Sul.

A inesperada derrota dos nacionalistas chineses e o início da guerra da Coreia transformaram a Ásia num cenário político-estratégico quase tão importante quanto a Europa, para os Estados Unidos. O risco de perda da Coreia do Sul para o mundo comunista, numa área altamente instabilizada pelo enfraquecimento do poder colonial europeu, obrigou os Estados Unidos a uma revisão de sua política para o Japão. Embora mantivessem muitas das reformas realizadas no sentido de implantar instituições democrático-liberais no Japão, os norte-americanos cuidaram para que a recuperação econômica não tardasse e que o país não ficasse militarmente desprotegido.

Da parte da União Soviética, intensificaram-se as pressões sobre a Europa do Leste. A teoria da nova democracia, segundo a qual os países do Leste estavam a meio caminho entre o capitalismo e o socialismo, logo deu lugar a uma monopolização do poder pelos partidos comunistas. Por meio de forte intervenção política, militar e policial, deflagrou-se um

16 Keylor, William R. *The twentieth century world:* An international history. Nova York: Oxford University Press, 1992, p. 366.

processo de verticalização do poder de Estado e implementou-se um programa econômico de nacionalização e coletivizações.

O golpe de Praga tornou-se o símbolo dessa política de homogeneização do mundo comunista. E, pelo fato de a Tchecoslováquia ter sido o único dos países criados em 1920, quando as instituições democrático-liberais se estabilizaram, e por ter sido uma das primeiras vítimas do expansionismo nazista, o processo que resultou na formação de um governo composto exclusivamente por comunistas provocou grande comoção[17].

A definitiva incorporação da Tchecoslováquia ao bloco comunista garantiu à União Soviética o controle de um ponto estratégico-chave no centro da Europa. Ademais, esta passou a contar com o quadrilátero da Boêmia para a tarefa de reconstrução econômica.

Contudo, o processo de unificação do mundo comunista não se completou, devido aos problemas com a Iugoslávia. Tito estava teoricamente afinado com Stalin, mas tinha ideias próprias sobre a política externa iugoslava. Não só não pretendia submeter-se às diretrizes de Moscou, como também desejava formar uma liga balcânica de países comunistas. Apesar de todas as pressões soviéticas, a tentativa de subjugá-lo malogrou. Em represália, a Iugoslávia foi excluída do Kominform, os demais países do Leste romperam suas relações diplomáticas e o titismo passou a ser considerado um desvio teórico. Posto em isolamento pelo bloco comunista, Tito buscou implementar um projeto comunista nacionalista e formar um bloco de países neutros para combater o bipolarismo do sistema internacional[18].

A realização do processo de unificação dos blocos resultou na divisão bipolar do sistema internacional, cristalizou as posições de liderança de Estados Unidos e União Soviética e transformou as relações internacionais num jogo de soma zero. Segundo o interesse de cada uma das duas superpotências, as relações intrablocos institucionalizaram-se para atender às exigências da rivalidade e da competição.

17 Droz, Bernard e Anthony Rawley. *História do Século XX*, v. 2. Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 197.

18 D'encausse, Hélène Carrère. *Le grand frère*. Paris: Flammarion, 1983, p. 138.

No plano econômico, a competição manifestou-se na luta entre os princípios da economia de mercado e a economia estatizada.

No Ocidente, a economia capitalista seguiu seu curso monopolista de antes da guerra, com a diferença de que, sob a liderança norte-americana, foi implementada uma disciplinarização das relações econômicas internacionais. A criação de instituições internacionais como o FMI e o GATT gerou maior estabilidade e previsibilidade nas relações financeiras e comerciais, evitando que a competição desenfreada resultasse em conflitos entre os Estados.

Por outro lado, o Plano Marshall e as facilidades concedidas às exportações japonesas, acompanhados de um acentuado desenvolvimento tecnológico, garantiram um rápido retorno à prosperidade econômica. Ao contrário do Pós-Primeira Guerra, marcado pela crise decorrente do desequilíbrio e da falta de decisões consensuais, a identidade econômica capitalista superou as particularidades de cada formação econômica nacional.

No mundo comunista, a economia soviética impôs-se também como o padrão a ser seguido pelas demais economias do bloco. O denominado modelo de industrialização soviético passou a ser considerado o único caminho para o socialismo. Sua linha mestra era formada pela prioridade à indústria de bens de equipamento, em detrimento das indústrias de bens de consumo, com vistas a se obter a autossuficiência industrial. No setor agrícola, o modelo previa a coletivização mediante a organização de cooperativas e fazendas estatais. A criação do COMECOM, em janeiro de 1949, institucionalizou esse modelo, consistindo sua função em regular as relações econômicas entre os países do bloco.

No plano militar, a unificação do bloco ocidental materializou-se no Tratado do Rio de Janeiro e na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por cobrir a área mais sensível do bloco ocidental, a OTAN foi concebida em caráter permanente para dissuadir o bloco comunista de iniciar qualquer ataque a um dos doze signatários. Sua efetivação possibilitou aos Estados Unidos uma forte presença e a direção da defesa da Europa.

No bloco comunista, a integração militar se faz sem alarde. Ao contrário do ocidental, o bloco comunista possuía uma configuração geográfica compacta. Além do mais, a capacidade militar soviética já havia sido demonstrada na guerra e tornada mais visível ainda com a explosão da primeira bomba atômica, em 1949. Contudo, em 1955, a presença militar soviética no Leste se institucionaliza com a criação do Pacto de Varsóvia.

2.3. O degelo

Com a chegada do ano de 1953, inaugurou-se um processo de mudanças no comportamento das superpotências. Para tal, concorreram, decisivamente, dois acontecimentos: a eleição de Eisenhower para a Presidência dos Estados Unidos e a morte de Stalin. O primeiro representou a volta dos republicanos ao poder, depois de 24 anos de governos democratas. O segundo abriu um período de luta política para a sucessão na liderança do Partido Comunista e do Estado. No plano da política internacional, os dois novos governos empreenderam uma revisão da estratégia seguida por seus antecessores. Cada qual, à sua maneira, procurou reforçar ainda mais a coesão de seu bloco e estender sua influência aos novos Estados que se formavam como resultado das independências políticas das colônias europeias, asiáticas e africanas.

2.3.1. A estratégia norte-americana de Eisenhower-Foster Dulles

De conformidade com a violenta campanha eleitoral cuja tônica foi a "perda da China" para o bloco comunista, John Foster Dulles, Secretário de Estado de Eisenhower, promoveu a substituição da estratégia "da Contenção" pela estratégia do *rollback*. Essa nova política tinha por objetivo nada menos que a total supressão do comunismo nos países-satélites da União Soviética. Todavia, o messianismo moral de Dulles logo cedo chocou-se com a realidade dos fatos. Como assinala Duroselle, "o *rollback* era impossível de executar sem correr o risco de uma guerra geral que ninguém queria e cujos riscos eram imprevisíveis"[19].

19 Duroselle, Jean-Baptiste. *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours.* 10. ed. Paris: Dalloz, 1990, p. 565.

Por essa razão, em dezembro de 1953, anunciou-se a adoção de uma estratégia mais realista que deveria corresponder a um *new look* político-diplomático. Na verdade, a nova estratégia resumia-se à ênfase nos pactos internacionais e na doutrina da *massive retaliation*. Segundo essa doutrina, qualquer tentativa comunista de ultrapassar as fronteiras reconhecidas seria respondida com um ataque nuclear dirigido contra o centro do poder soviético. Embora a mudança de orientação estratégica não evidenciasse diferenças em relação à que vinha sendo implementada por Truman, ela teve por efeito o redirecionamento dos investimentos bélicos das armas convencionais para as armas nucleares, com a declarada finalidade de se obter "mais segurança com menos despesa"[20].

A política dos pactos, a outra vertente do *new look*, exigiu uma maior agressividade da diplomacia junto aos aliados. Sob a forma de uma cruzada anticomunista, a política de Dulles concentrou-se em reforçar as alianças nas áreas próximas às fronteiras do bloco comunista. Pretendia-se atrair para a órbita norte-americana países situados em áreas consideradas de alto risco – Extremo e Próximo Oriente, especialmente – para, assim, evitar-se o desenvolvimento da "teoria do dominó", que consistia na ideia de que, à queda de uma peça, seguir-se-ia a queda da outra peça ao lado. Filipinas, Vietnam do Sul e Japão, de acordo com essa percepção, eram os países que causavam maiores preocupações, devido ao risco de serem influenciados pela China.

Dentre os diversos tratados firmados pelos Estados Unidos, a organização do Tratado da Ásia do Sudoeste (OTASE) e o Pacto de Bagdá foram os mais importantes. A OTASE foi formada na Conferência de Manilha (setembro de 1954), reunindo Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Paquistão e Tailândia. Objetivava "manter e aumentar a capacidade individual e coletiva de resistir a um ataque armado"[21], assim como "prevenir e combater todas as atividades subversivas dirigidas do exterior (art. 2º)"[22]. Cada parte reconhecia "que uma agressão armada na zona do tratado contra qualquer um dentre eles (...) comprometeria a sua própria paz e sua própria

20 Keylor, William R., *op. cit.*, p. 297.

21 Joyaux, François. *La nouvelle question D'Extrême Orient*, v. 1. Paris: Payot, 1985, p. 183.

22 *Idem, ibidem.*

segurança (art. 4º)"[23]. A "zona do tratado era definida como o conjunto da Ásia do Sudoeste e do Pacífico do Sudoeste ao sul de 21º30' de latitude norte (art. 8º)"[24]. O Pacto de Bagdá (fevereiro de 1955) agrupava Turquia, Iraque, Paquistão, Irã e Grã-Bretanha, com vistas a criar um colar protetor nas fronteiras meridionais da União Soviética.

Segundo a mesma orientação, em março de 1954, celebrou-se a Décima Conferência Interamericana em Caracas. Na ocasião, os Estados Unidos conseguiram o apoio da América Latina para intervir na Guatemala, em virtude da suposta implantação de um governo de tendência comunista nesse país, muito embora o Relatório Milton Eisenhower ponderasse que a cooperação econômica fosse a chave para um melhor relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina[25].

Contudo, a grande decepção dessa política de pactos foi a recusa da França em aceitar o ingresso da República Federal Alemã na Comunidade Europeia de Defesa, o que refletia as históricas dificuldades de harmonização dos interesses dos dois países e, por outro lado, exprimia a expectativa positiva dos franceses em relação à política soviética dos sucessores de Stalin.

2.3.2. A política externa soviética de Kruschev

As mudanças na política soviética começaram a ser implementadas logo a seguir ao desaparecimento de Stalin. Na análise de Deutscher[26], no período final de vida do líder soviético, as relações políticas internas e as relações com os países do campo socialista haviam atingido um grau de autoritarismo que a abertura do regime afigurou-se como a única alternativa possível para os seus sucessores. Se a supercentralização por ele promovida havia sido eficaz para a rápida industrialização e para a afirmação político-militar do Estado soviético no mundo, com sua morte ela se tornava um empecilho, na medida em que nenhum dos seus virtuais sucessores detinha o carisma suficiente para persistir na mesma

23 Joyaux, François. *La nouvelle question D'Extrême Orient*, v. 1. Paris: Payot, 1985, p. 183.

24 *Idem, ibidem*.

25 Connel-Smith, Gordon. *Los Estados Unidos y la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977, p. 239.

26 Deutscher, Isaac. *Stalin:* A história de uma tirania. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 568.

política. A redução das tensões dentro e fora do bloco comunista parecia, pois, o único caminho para os dirigentes soviéticos[27].

A assinatura do armistício da Coreia, em julho de 1953, mostrou à nova equipe soviética urgência em solucionar as questões internacionais pendentes. O armistício não importou em ganhos estratégicos objetivos, já que a península coreana permanecia dividida pelo paralelo 38, tal como antes do início da guerra, mas permitiu melhorar as relações com a China e tranquilizar os Estados Unidos e o mundo ocidental. Para a China, o entendimento possibilitava redirecionar os esforços do Estado no sentido da organização político-econômica, que se havia interrompido ante a ameaça de invasão das tropas norte-americanas. Para os Estados Unidos, o fim da guerra da Coreia representava a eliminação de um ponto quente da guerra fria e a oportunidade de reconciliação da nação, perturbada pela radicalização anticomunista.

O que diferenciava as iniciativas internacionais soviéticas das iniciativas norte-americanas era o caráter pragmático das ações soviéticas. Enquanto a política de Foster Dulles seguia as linhas estratégicas do *new look*, a política soviética se realizava "sem o acompanhamento de uma análise e de desenvolvimentos teóricos significativos"[28]. As razões do pragmatismo soviético deviam-se, fundamentalmente, à necessidade de se contornar os impasses da guerra fria visando encontrar novos meios de prover a segurança do Estado e à luta que se tratava no interior do Estado e do Partido para escolher o sucessor de Stalin.

Essas duas razões formam o pano de fundo das duas decisões que Carrère d'Encausse interpreta como as que mais modificaram o contexto internacional da época: a reconciliação com Tito e a criação do Pacto de Varsóvia. A importância desses eventos pode ser observada nos efeitos duradouros das relações dentro do campo socialista[29].

27 Levesque, Jacques. *L'URSS et sa politique internationale de 1917 a nos jours*. Collection U. Paris: Armand Colin, 1980, p. 163.

28 *Idem, ibidem*, p. 167.

29 D'Encausse, Hélène Carrère, *op. cit.*, p. 163.

O reatamento das relações diplomáticas com a Iugoslávia constava da agenda soviética desde 1953, mas foi apenas em 1955, quando da viagem de Kruschev a Belgrado, que finalmente se efetivou.

A reconciliação, no contexto em que se deu, configurou uma vitória para ambas as partes. Para Tito, o reatamento era uma vitória porque Moscou dispunha-se a reconhecer a legitimidade do socialismo iugoslavo; a Iugoslávia regressava assim ao seio do bloco comunista sem alienar sua independência nacional. Para Kruschev, além da vitória política pessoal contra seus opositores internos, o reatamento proporcionava a reconstituição da integridade do bloco comunista, eliminando um foco de permanente tensão e instituindo a pluralidade do bloco, ao mesmo tempo em que conseguia uma aproximação junto aos países que se autoproclamavam neutros.

O Pacto de Varsóvia, concluído entre a União Soviética, a Polônia, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Romênia e a Albânia, em maio de 1955, constituiu a resposta do bloco comunista à integração da República Federal Alemã na OTAN. Além de não alterar as relações dos soviéticos com os países do Leste, o Pacto reafirmava a unidade do bloco comunista sob o comando unificado soviético. Para os soviéticos, a inclusão da Alemanha na OTAN era uma prova dos propósitos belicistas dos Estados Unidos, pois, ao se permitir que a Alemanha Federal se armasse, inviabilizava-se qualquer proposta para sua reunificação e neutralização.

A solução da questão da Áustria e a Conferência de Genebra foram outros dois importantes momentos em que a diplomacia de Moscou pôde demonstrar sua boa vontade para o diálogo e para o entendimento com o bloco ocidental, consoante à orientação prevalecente após a morte de Stalin.

O problema austríaco, pendente desde o fim da guerra, resolveu-se em maio de 1955. Mediante o tratado assinado em Viena pelos embaixadores das quatro potências ocupantes, a Áustria comprometeu-se a se manter neutra e a recusar qualquer união política e econômica com a Alemanha.

A Conferência de Genebra, por sua vez, realizou-se em julho do mesmo ano, reunindo o Presidente Eisenhower, o marechal Bulganin, acompanhado de Kruschev, o Primeiro-Ministro Anthony Eden e o Presidente Edgar Faure. A pauta da Conferência compreendia três pontos: segurança europeia e reunificação da Alemanha, desarmamento e contatos Leste-Oeste. Objetivamente, os resultados foram nulos. Entretanto, ficou assinalado o propósito de se moldar uma política de coexistência pacífica para ocupar o lugar da guerra fria (o espírito de Genebra)[30].

2.4. O XX Congresso do Partido Comunista e a coexistência pacífica

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em fevereiro de 1956, foi o primeiro depois do desaparecimento de Stalin. As teses nele apresentadas tiveram imensas e duradouras repercussões. A grande comoção que causou aos dirigentes e militantes dos partidos comunistas de todo o mundo inaugurou uma nova era, que se caracterizou pelas abertas divergências entre as correntes que a partir dele se formaram e pela busca de novos referenciais teóricos para preencher as lacunas criadas pela destruição do universo teórico stanilista. Nele Kruschev não só consagrou as ideias que orientavam a política que vinha implementando desde 1953, como também explicitou aquelas que deveriam garantir a sua continuidade.

No plano das relações internacionais, a grande inovação teórica consistiu na introdução do conceito de "coexistência pacífica" como eixo central da política soviética[31]. Sua apresentação significou a definitiva superação da teoria da inevitabilidade à guerra entre o campo comunista e o campo imperialista, como fruto da natureza agressiva deste último e que havia fundamentado a reflexão política internacional desde os primórdios do Estado soviético.

A mudança estratégica foi apresentada como uma necessidade decorrente da maturidade do socialismo soviético e da ameaça de uma guerra nuclear. Para os novos dirigentes, o socialismo havia atingido

30 Duroselle, Jean-Baptiste, *op. cit.*, p. 589.

31 Levesque, Jacques, *op. cit.*, p. 171.

um estágio de irreversibilidade e sua tendência era superar com ampla vantagem o desempenho das economias capitalistas mais desenvolvidas. Ante essa suposta iminente superioridade do mundo comunista sobre o mundo capitalista, tornava-se impróprio insistir numa estratégia que poderia desaguar numa guerra que, pelo seu caráter nuclear, segundo Kruschev, não faria distinção de classe[32]. Por isso, o campo comunista deveria empenhar-se na preservação da paz, renunciando, portanto, à exportação da revolução pelas armas, tendo em vista que as condições internacionais prometiam tornarem-se favoráveis à vitória pacífica do socialismo.

O conceito de "coexistência pacífica" não era estranho ao repertório conceitual soviético, posto ter sido usado na época de Lenin. Mas, como assinala Levesque, "pela primeira vez era apresentado como a linha geral da política externa da União Soviética"[33]. No tempo de Lenin, o conceito exprimira um recurso tático adequado à situação pouco favorável à expansão revolucionária no Ocidente e não um objetivo final da política soviética, tal como era apresentado no XX Congresso.

O principal argumento a sustentar esse retorno a um conceito elaborado para dar conta da realidade dos anos vinte era que o desenvolvimento do dispositivo nuclear soviético dissuadira o campo imperialista a se lançar numa guerra preventiva contra o campo comunista. Assim, a manutenção de um quadro de tensões internacionais apenas beneficiava o campo imperialista, na medida em que este secundarizava suas naturais divisões internas à força de se manter coeso. Para quebrar essa coesão artificial e explorar os conflitos resultantes em seu favor, convinha, pois, adotar uma linha de relaxamento das tensões políticas. Ao mesmo tempo, dever-se-ia promover uma maior aproximação junto àqueles países do Terceiro Mundo que se desenvolviam seguindo uma linha nacionalista e anti-imperialista, aprofundando uma política que fora inaugurada quando da viagem de Kruschev à Índia, Birmânia e Afeganistão, entre novembro e dezembro de 1955.

32 Levesque, Jacques, *op. cit.*,, p. 172.

33 *Idem*, *ibidem*, p. 171.

A abertura da política externa soviética para o Terceiro Mundo atendia a um propósito duplo: de um lado, estreitar os vínculos ideológicos com as lideranças nacionalistas coloniais; de outro, preencher o vazio estratégico que se criava com a retirada europeia da Ásia e da África. A política anticolonialista soviética já havia sido definida desde o II Congresso da Internacional Comunista, em 1920. Na ocasião prevaleceu a tese de Lenin de que o movimento operário nas colônias, em virtude de sua natural incipiência, devia funcionar como uma linha independente de apoio ao movimento "democrático-burguês". Por não acreditar na viabilidade da revolução socialista nas colônias, Lenin considerava que o principal papel do nacionalismo colonial consistia em enfraquecer o imperialismo europeu, abrindo o caminho para a revolução nas metrópoles. No entanto, a estratégia de Stalin do "socialismo num só país" e a cautela com que conduziria a política soviética no pós-guerra resultaram num verdadeiro abandono do anticolonialismo. Sua retomada no XX Congresso representava assim um reencontro com as tradições revolucionárias soviéticas. Tratava-se de uma decisão oportuna, na medida em que o Congresso de Bandung dera formidável impulso ao movimento pela descolonização. Ademais, a União Soviética, por não estar presa a compromissos com as potências colonizadoras, tinha condições de prestar apoio aos povos colonizados bem mais efetivo do que o dos Estados Unidos, cuja política anticolonialista pautava-se pela moderação[34].

O grande impacto internacional produzido pelo XX Congresso deveu-se, porém, à apresentação aos delegados soviéticos e aos dirigentes dos partidos comunistas estrangeiros do "Relatório Secreto sobre Stalin", em 25 de fevereiro de 1956. Seu objetivo, nas palavras de Kruschev, era evidenciar como o culto da personalidade de Stalin tornou-se "a fonte de toda uma série de perversões graves nos princípios do partido, na democracia do partido e na legalidade revolucionária"[35].

O "Relatório Secreto" consistiu num impressionante requisitório contra a política de Stalin. Denunciava-o como déspota, autoritário,

34 Grimal, Henri. *La décolonisation*: 1919-1963. Collection U. Paris : Armand Colin, 1965, p. 153.

35 *Rapport Secret de Khrouchtchev sur Staline au XX Congres du P.C. Sovietique*. Paris: Champ Libre, 1970, p. 5-6.

cujas ações degeneraram o socialismo soviético. Acusava-o de ter optado pelo uso da repressão, desprezando a mobilização das massas e o debate político.

De todo o longo período em que esteve à frente do governo soviético, o Relatório poupava-o apenas na fase inicial – o período do primeiro plano quinquenal e da industrialização –, quando, enfim, "desarmou ideologicamente todos os inimigos do leninismo, [ao travar] um duro combate contra os trotskistas, os direitistas e os nacionalistas burgueses"[36].

Os principais motivos de Kruschev para a formulação e divulgação de tão violentas críticas a Stalin parecem ter sido de ordem interna. O objetivo teria sido isolar os setores ainda ligados ao passado stalinista, os quais se opunham à sua política[37]. No entanto, os efeitos superaram qualquer previsão. Afinal, todas as acusações antes feitas no mundo ocidental contra o socialismo soviético eram então publicamente admitidas pelos próprios dirigentes soviéticos.

No interior do campo comunista, a perplexidade não foi menor que a do mundo ocidental. Em médio prazo, produziram-se profundas divergências teórico-políticas sobre o teor do Relatório e do futuro do socialismo. Em curto prazo, as repercussões manifestaram-se sob duas formas: a rejeição chinesa e albanesa contra o que consideraram uma análise não marxista (burguesa) do processo histórico soviético e a abertura de uma fase que Fernando Claudin denominou como a das "grandes ilusões"[38], na qual poloneses e húngaros experimentaram os limites da desestalinização.

36 *Rapport Secret de Khrouchtchev sur Staline au XX Congres du P.C. Sovietique.* Paris: Champ Libre, 1970, p. 13.

37 "Agora já é seguro que a decisão de manter o informe secreto até o final do Congresso não fazia parte de uma tática previamente traçada, senão que foi tomada no último momento, pois dirigentes soviéticos, sobretudo por pressões de Kruschev. Os motivos, em parte explicados por Kruschev em suas *Memórias* e em parte reconstituídos através da análise da situação existente na URSS depois de 1953, devem basear-se, sobretudo, na necessidade de vencer as resistências dos elementos da velha guarda stalinista que se opunham às mudanças introduzidas pela nova equipe dirigente". Cf. Mammarella, Giuseppe, *op. cit.*, p. 198.

38 Claudin, Fernando. *A oposição no "socialismo real"*: União Soviética, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia 1953-1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 7.

2.5. A desestalinização na Polônia

Os efeitos do XX Congresso fizeram-se sentir imediatamente na Polônia, que, pelas tradições nacionalistas e religiosas de seu povo, formava uma das áreas do bloco comunista mais vulneráveis às mudanças políticas.

O movimento pela liberalização do regime teve início na cidade de Poznan, em junho, quando os trabalhadores saíram às ruas exigindo aumento salarial, melhores condições de trabalho e liberdade política. A insatisfação, que já fermentava desde 1953, atingiu o auge ante a lentidão com que Eduardo Ochab levava a cabo as reformas que prometera logo após ter substituído Boleslaw Bierut, falecido em Moscou durante o XX Congresso.

Para contornar a crescente radicalização partidária que se seguiu ao confronto armado entre trabalhadores e forças da ordem, opondo o grupo fiel aos preceitos stanilistas ao grupo simpático às ideias renovadoras de Kruschev, elegeu-se Wladyslaw Gomulka primeiro-secretário do Partido Comunista, em outubro. Gomulka, que havia sido acusado de titista em 1948, preso em 1951 e libertado em 1955, ressurgiu então como árbitro das facções em luta e o único dirigente capaz de salvar os fundamentos do regime sem alienar a independência nacional e sem renunciar à execução do processo de renovação democrática.

Apesar do ambiente de grande tensão criado pela presença de Kruschev em Varsóvia e pela movimentação das tropas soviéticas estacionadas na Polônia, o Partido manteve sua decisão de eleger Gomulka. Contando com o forte apoio da Igreja Católica, Gomulka anunciou vasto programa de reformas, mas, para satisfação dos dirigentes soviéticos, reafirmou a manutenção do regime político, a fidelidade polonesa ao mundo comunista e sua adesão à política externa definida pela União Soviética[39].

39 Fejto, François. *Historia de las democracias populares*. Barcelona: Martinez Roca, 1971, p. 119.

2.6. A desestalinização na Hungria

Tal como na Polônia, a luta política entre os setores stanilista e liberais do Partido Comunista húngaro teve início logo a seguir à morte de Stalin. Porém, o radicalismo com que os dois setores conduziram essa luta impediu uma solução de compromisso semelhante à da Polônia, o que acabou por transformá-la numa revolução nacional antissoviética.

As duas correntes políticas estavam representadas por Matyas Rákosi, símbolo do stalinismo húngaro, e por Imre Nagy, líder dos liberais. Enquanto o primeiro tinha nos conservadores soviéticos sua principal base de apoio, Nagy encarnava os sentimentos nacionalistas e antissoviéticos dos intelectuais organizados ao redor do Círculo Petofi.

Após conseguir a expulsão de Nagy do Ministério e do partido em 1955, e inteiramente indiferente ao significado dos acontecimentos de Poznan, Rákosi investiu duramente contra a oposição liberal, determinando que o Círculo Petofi suspendesse suas reuniões. Confrontados com essa posição ultrastalinista de Rákosi, os soviéticos reagiram, em julho de 1956, realizando sua primeira intervenção, constrangendo-o a pedir demissão e pressionando para que Ernest Geró o substituísse. Uma medida que não solucionou a crise, pois como afirma Fejto, desmoralizou os rakosistas sem satisfazer a oposição.

Todavia, quando a oposição tomou conhecimento da volta ao poder de Gomulka, na Polônia, a insatisfação causada pela nomeação de Geró assumiu a forma de campanha para o retorno de Nagy. E, em 24 de outubro, depois de grande manifestação que degenerou em distúrbios e confrontos armados com a polícia de segurança e as tropas soviéticas que se estenderam até o dia 29, Nagy foi reempossado Primeiro-Ministro na Hungria.

Ao retornar ao poder, Nagy organizou um governo composto de maioria anticomunista e anunciou medidas exigidas pelos comitês revolucionários: pluralismo partidário, retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia e proclamação de sua neutralidade.

A adoção dessas medidas atendeu aos anseios dos revolucionários, mas colocou Nagy em rota de colisão com os soviéticos. Estes jamais

poderiam admitir a derrota do comunismo e muito menos a perda de bases militares no centro da Europa. A saída da Hungria do bloco comunista configuraria uma imensa derrota estratégica frente ao mundo ocidental.

Em reação a esses acontecimentos, as tropas soviéticas ocuparam Budapeste, em 4 de novembro, para sufocar a revolução, com pleno apoio de todos os demais países do bloco comunista[40].

2.7. A conferência de Bandung

A Conferência de Bandung, em abril de 1955, representou a inauguração de uma nova fase do sistema internacional do após-guerra. Ela registrou a primeira participação significativa dos povos que não são europeus na discussão sobre o sentido e os rumos das relações internacionais. O aspecto mais importante da Conferência, como assinala Mayer, foi o fato de as superpotências terem sido ignoradas pelas nações asiáticas que a convocaram: "(...) nenhuma das nações da Europa ou da América esteve presente, nem sequer as nações latino-americanas, sobre as quais os Estados Unidos vinham mantendo um controle político e econômico praticamente total"[41].

Longe de ter sido um acontecimento espontâneo, a Conferência de Bandung resultou fundamentalmente da necessidade de os novos Estados asiáticos se afirmarem como nações independentes, num quadro regional marcado por graves tensões, e da necessidade de buscarem alternativas viáveis de desenvolvimento para superar a herança de pobreza deixada pelo colonialismo europeu. A guerra na Indochina, o conflito indiano-paquistanês, a vitória do comunismo na China, a luta entre esta última e a Índia pelo controle do Tibete e a política norte-americana de firmar pactos militares com os países da área constituíam alguns dos principais problemas que geravam inquietações internas e externas para os governos locais.

40 Fejto, François. *Historia de las democracias populares*. Barcelona: Martinez Roca, 1971, p. 131.

41 Mayer, S. L. A Conferência de Bandung. In: *História do Século XX*, v. 5. São Paulo: Abril Cultural, 1968, p. 2.369-72.

As origens da Conferência Afro-Asiática de Bandung encontram-se em três outras conferências – a de Colombo, a Sino-Indiana e a de Bogor –, realizadas em 1954.

A Conferência de Colombo reuniu, nos meses de abril e maio de 1954, os chefes de governo da Birmânia, do Ceilão, da Índia, da Indonésia e do Paquistão. Sua finalidade foi discutir as possibilidades de se pôr um rápido ponto final na guerra da Indochina. Indo além dos objetivos para os quais fora programada, os representantes dessas nações exprimiram publicamente as preocupações que ocupavam os países afro-asiáticos nas Nações Unidas: condenação dos ensaios nucleares, condenação do colonialismo, admissão da República Popular da China na ONU, rejeição da política de blocos e opção neutralista[42].

A Conferência Sino-Indiana, de abril de 1954, realizou-se para que fosse assinado o tratado que resolveria o contencioso entre os dois Estados relativamente à soberania sobre o Tibete. Nela consagrou-se o domínio da China sobre a região e foram proclamados os cinco princípios (Panch Shila) que iriam constituir, a partir desse momento, o núcleo da intervenção afro-asiática no debate sobre o futuro do sistema internacional: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania; a não agressão mútua; a não intervenção nas questões internas; a igualdade dos direitos e vantagens mútuas; e a coexistência pacífica[43].

A Conferência de Bogor reuniu, em dezembro de 1954, os cinco Estados que participaram da Conferência de Colombo, com a finalidade de organizar a grande conferência afro-asiática, cuja realização fora decidida em Colombo. Com base no princípio da unanimidade, os cinco representantes fixaram os nomes dos 25 governos convidados que participariam do primeiro grande congresso dos "povos de cor" em Bandung, em abril de 1955. Em seu comunicado final, os Estados reunidos em Bogor estabeleceram os objetivos desse grande congresso:

1. encorajar a boa vontade e a compreensão entre as nações da Ásia e da África: estudar e favorecer seus interesses mútuos;

42 Colard, Daniel. *Le Mouvement des Pays Non-Alignés:* de Bandoung (1955) à la Havane (1979). Paris: La Documentation Française, 1981, p. 20.

43 *Idem, ibidem.*

2. examinar os problemas e as relações sociais, econômicas e culturais entre os países representados;
3. examinar os problemas de especial interesse dos povos da Ásia e da África como, por exemplo, os que afetam a soberania nacional, além do racismo e do colonialismo;
4. apreciar a posição da Ásia e da África e aquele de seus povos no mundo contemporâneo, assim como a contribuição que podem proporcionar para a realização da paz e da cooperação internacionais[44].

Vinte e nove países estiveram representados em Bandung: Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, China Popular, Costa do Ouro (Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Iraque, Irã, Indonésia, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Sudão Francês (Mali), Sião, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul e Iêmen. Não foram convidadas as duas Coreias, Israel, Formosa, Mongólia, Repúblicas soviéticas da Ásia e União Sul-Africana. Dos países convocados, apenas a República Centro-Africana recusou-se a comparecer.

O discurso de abertura da cerimônia, pronunciado pelo anfitrião Sukarno, deu o tom da Conferência, ao chamar a atenção para as diferenças político-sociais das nações representadas e, sobretudo, para o que as unia. Em suas palavras, a união afirmava-se "pelo ódio comum ao colonialismo, sob qualquer forma que se revista (...), pelo ódio ao racismo e pela determinação comum de preservar e estabilizar a paz no mundo"[45].

Apesar dessa posição comum, houve grande dificuldade para encontrar uma linha conceitual que harmonizasse todas as diferenças existentes. Dos três grandes temas em pauta – colonialismo, neutralismo e desenvolvimento econômico/cultural –, os dois primeiros provocaram viva controvérsia, em virtude da integração de vários países aos dois blocos de poder dominantes e foi só ao redor do último que se chegou mais facilmente a um consenso. Da parte de alguns participantes, houve resistências em admitir que a ação internacional soviética caracterizasse

44 Colard, Daniel. *Le Mouvement des Pays Non-Alignés*: de Bandoung (1955) à la Havane (1979). Paris: La Documentation Française, 1981, p. 20.

45 Berg, Eugène. *La politique internationale depuis 1955*. Paris: Economica, 1989, p. 80.

uma política colonialista. Da parte de outros, a posição neutralista e a consequente recusa em participar de alianças militares pareciam inassimiláveis, dada a importância que atribuíam aos conflitos regionais nos quais se inscreviam.

O comunicado final, que enunciava os dez princípios da coexistência, constituiu o produto de uma laboriosa ação diplomática, na medida em que logrou estabelecer um ponto de convergência para todas as nações reunidas:

1. respeito aos direitos humanos fundamentais, em conformidade com os objetivos e os princípios da Carta das Nações Unidas;
2. respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
3. reconhecimento da igualdade de todas as raças e da igualdade de todas as nações, pequenas e grandes;
4. não intervenção e não ingerência nas questões internas dos outros países;
5. respeito ao direito de cada nação se defender individualmente e coletivamente conforme a Carta das Nações Unidas;
6. recusa em recorrer a medidas de defesa coletiva destinadas a servir os interesses particulares das grandes potências, quaisquer que elas sejam, e recusa a uma potência qualquer que seja ela de exercer pressão sobre outros;
7. abstenção de atos ou de ameaças de agressão ou de emprego da força contra a integridade territorial ou contra a independência política de um país;
8. equacionamento de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, tais como negociação ou conciliação, arbitragem e regulação diante dos tribunais, assim como outros meios pacíficos, conforme a Carta das Nações Unidas;
9. encorajamento dos interesses mútuos e cooperação;
10. respeito à justiça e às obrigações internacionais[46].

46 Colard, Daniel, *op. cit.*, p. 24.

A grande importância da Conferência de Bandung foi ter aberto uma fenda na bipolaridade do sistema internacional dos anos cinquenta, através da qual os países e povos do Terceiro Mundo projetaram suas aspirações à independência e ao desenvolvimento. A partir de Bandung, intensificaram-se as pressões para a rápida conclusão do processo de descolonização, cujo instrumento mais representativo foi a declaração solene apresentada pelos quatro dirigentes dos países não alinhados – Nehru (Índia), Nasser (Egito), N'Krumah (Gana) e Sukarno (Indonésia) – e adotada pelas Nações Unidas em dezembro de 1960: "Declaração sobre a outorga de independência aos povos coloniais". Da mesma forma, Bandung foi importante por ter dado o impulso decisivo para a formação do Movimento dos Países Não Alinhados. No ano seguinte, em Brieni, no encontro que reuniu Tito, Nasser e Nehru, foram reafirmados os dez princípios adotados na Indonésia, os quais serviram de elo que ligou Bandung ao Movimento Não Alinhado.

2.8. Nasser e a crise de Suez

O coronel Gamal Abdel Nasser assumiu a Presidência do Egito em 1954, em substituição ao general Neguib, líder do movimento revolucionário que derrubou a monarquia em 1952. Muito rapidamente Nasser transformou-se num líder do povo árabe e em uma das maiores expressões do Movimento Não Alinhado. Sua grande obsessão era promover a industrialização do Egito, para retirá-lo do atraso em que se achava e inseri-lo na rede de prosperidade do mundo moderno, e liderar o mundo árabe contra o imperialismo ocidental e contra o Estado de Israel, que era visto como a materialização desse imperialismo no Oriente Médio[47]. Líder fundador do Movimento dos Países Não Alinhados, Nasser desenvolveu uma prática política que diferia vivamente da dos dois outros líderes do movimento: Nehru e Tito.

O não alinhamento de Nehru estava assentado sobre uma base filosófica pacifista. Considerava a bipolarização estratégica uma ameaça à paz mundial e postulava uma nova ética política. Em boa parte constrangido pela posição geoestratégica da Índia, com fronteiras com

47 Corm, Georges. *Le proche-Corient éclaté:* 1956-1991. Collection Folio/Histoire. Paris: Gallimard, 1991, p. 33.

a China e com o Paquistão, condenava o uso da força e apelava para os meios pacíficos para a regulação dos conflitos internacionais.

A posição não alinhada de Tito, por sua vez, fundamentava-se numa política essencialmente pragmática. Tinha em vista desenvolver o socialismo iugoslavo numa linha independente de Moscou, com quem rompera em 1948. Defendia uma "coexistência pacífica ativa" que deveria beneficiar os pequenos Estados, os mais interessados na democratização das relações internacionais.

A política não alinhada de Nasser diferia das de Nehru e de Tito na medida em que para ele o não alinhamento devia ser usado como uma "arma diplomática". Ao idealismo de Nehru e à coerência de Tito, Nasser opunha uma política que buscava explorar ao máximo as contradições que separavam os dois blocos de poder. Para Nasser, a ligação politicamente correta era aquela que resultasse em desenvolvimento da economia egípcia. Sua conduta era considerada pelos adversários e pelos críticos como oportunista, uma política sem princípios e de chantagem internacional[48].

O conflito de Suez, em outubro de 1956, representou uma das consequências dessa política pendular de Nasser. Contrariado pela recusa norte-americana em financiar a construção da barragem de Assuan, que permitiria produzir a energia necessária para o plano de industrialização e irrigar milhões de hectares considerados imprescindíveis para a expansão agrícola do país, Nasser anunciou a nacionalização da Companhia do Canal de Suez.

No discurso que pronunciou em Alexandria, em 26 de julho de 1956, para anunciar a medida ao povo egípcio, Nasser afirmava que a nacionalização era um símbolo da "liberdade e da independência" do Egito. Ao assumir o pleno controle do canal, o país poderia dispor dos fundos necessários para a implementação dos projetos econômicos e para a compra das armas que deveriam garantir sua autonomia[49].

A nacionalização do Canal de Suez representava um duro golpe para os interesses da Grã-Bretanha e da França, sócios majoritários da

48 Colard, Daniel, *op. cit.*, p. 12-16.

49 Zorgbibe, Charles, *op. cit.*, p. 37.

companhia que administrava o canal, e também de Israel, que assim via crescer o poder e o prestígio de seu principal inimigo.

A importância que britânicos e franceses atribuíam à decisão de Nasser devia-se, porém, a razões diferentes. Para os britânicos, a perda do controle do canal constituía uma melancólica retirada de um país tradicionalmente submetido à sua tutela. Após terem sido humilhados pelos iranianos em 1951, quando o primeiro-ministro Mossadegh nacionalizou os bens da Anglo-Iranian Company, a saída do Egito sinalizava a perda do poder que até então exerceram no Oriente Médio. Para os franceses, o que mais preocupava era o apoio que Nasser prestava aos combatentes da Frente de Libertação Nacional da Argélia, em luta contra a França pela independência do país. O fortalecimento do Egito e de sua aberta política anticolonialista no mundo árabe constituía séria ameaça aos propósitos de Guy Mollet de pôr fim à guerra colonial[50].

Depois de algumas infrutíferas tentativas de conciliação gerais e unidos pela decisão de não deixar sem resposta o desafio lançado por Nasser, britânicos e franceses optaram por uma intervenção armada destinada a derrubá-lo do poder para, em seguida, negociar sobre outras bases com um sucessor confiável. Apesar de não contarem com o apoio explícito de Eisenhower e Foster Dulles, que quando consultados responderam de forma ambígua, a Grã-Bretanha e a França mantiveram sua posição de desfechar um ataque-relâmpago contra o Egito.

O ataque realizou-se em 30 de outubro de 1956. Conforme havia sido arquitetado, um dia antes as Forças Armadas israelenses invadiram o território egípcio, oferecendo aos franco-britânicos a justificativa de que apenas tentavam sustar uma nova guerra entre as duas nações do Oriente Médio.

No entanto, para surpresa e decepção das duas potências ocidentais, a atitude norte-americana foi de pronta condenação da expedição militar, enquanto a União Soviética ameaçava lançar mísseis contra Londres e Paris, caso não houvesse uma imediata retirada das tropas do Egito. Não obstante a rivalidade sistêmica das duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética uniram-se no Conselho de Segurança,

50 Grosser, Alfred, *op. cit.*, p. 182.

liderando a Assembleia Geral das Nações Unidas, para exigir imediato cessar-fogo e a retirada das forças anglo-franco-israelenses do território egípcio.

A crise de Suez marcou o irremediável declínio da política colonialista europeia. Apesar da derrota militar, Nasser contabilizou formidável vitória moral e política, acompanhada de manutenção do prestígio junto ao povo egípcio, o que o projetou mais ainda como uma liderança do mundo árabe e do Terceiro Mundo[51].

2.9. As novas tendências do Sistema Internacional

Até meados dos anos cinquenta, a bipolaridade do sistema internacional[52] manteve-se rígida. A rivalidade ideológica entre as duas superpotências não admitia meio-termo da parte dos aliados. A qualquer sinal de reticência ou qualquer tentativa de mudança brusca do "status quo", as superpotências intervinham com pressões, ameaças e ações militares corretoras. De um lado, exigia-se economia de mercado, respeito às regras dos regimes internacionais, participação nas alianças político-militares e apoio nos debates e resoluções das Nações Unidas. De outro lado, exigia-se a adoção do modelo soviético de industrialização e apoio às diretrizes de política externa estabelecidas por Moscou.

O desenvolvimento dos arsenais nucleares e a experiência positiva da bomba de hidrogênio confirmaram o poder hegemônico das duas

51 Stoessinger, John G. *O poder das Nações*: a política internacional de nosso tempo. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 204.

52 O conceito de *sistema internacional* remete às relações regulares entre o comportamento dos Estados e o tipo de meio internacional no qual eles se acham envolvidos. Na concepção histórico-sociológica de Raymond Aron, o conceito de *sistema internacional* tem por referência teórica o conceito weberiano de *ideal-tipo*. A partir das características sempre presentes nas relações entre as cidades gregas, entre as monarquias europeias da época clássica, entre os Estados europeus no século XIX e nas relações Leste-Oeste no século XX, Aron assim formula o conceito de sistema internacional: "Sistema Internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrais de um *sistema internacional* as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de forças" (*Paz e guerra entre as nações*. Brasília, UnB, 1979, p. 121). E assim o complementa: "A estrutura dos sistemas internacionais é sempre oligopolística. Os fatores principais determinam, em cada época, como deve ser o sistema, muito mais do que são determinados por ele. Basta uma transformação do regime dentro de uma das potências principais para que mude o estilo e até mesmo o rumo das relações internacionais" (*Idem, ibidem*).

superpotências. Por outro lado, a paridade nuclear e o progressivo sobrepoder em face de seus respectivos aliados determinaram um mútuo reconhecimento da hegemonia sobre os blocos, que se evidenciou quando das crises na Hungria e no Egito.

Na primeira crise, a União Soviética agiu desenvoltamente para não perder o controle sobre a Hungria. Sua intervenção gerou apenas protestos formais nas Nações Unidas. Em momento algum se cogitou qualquer tipo de ação mais dura para inibir a repressão que se abateu sobre os revolucionários húngaros. Essa inação norte-americana equivaleu, com efeito, a um reconhecimento de que a superpotência soviética detinha a prerrogativa de intervir livremente na sua área de influência. Um direito à intervenção que os Estados Unidos também não hesitaram em recorrer na Guatemala, em 1954.

A crise de Suez revelou a outra face desse direito à intervenção das superpotências. Demonstrou que elas não podiam tolerar que outros Estados fizessem uso dessa prerrogativa. De um lado, a União Soviética manifestou-se radicalmente contrária a uma intervenção numa área sensível aos seus interesses geopolíticos. De outro lado, os Estados Unidos condenaram uma intervenção que não contava com sua explícita anuência. Não obstante a política independente de Nasser ir contra seus interesses hegemônicos, dois fortes fatores concorreram para que os norte-americanos desautorizassem a expedição militar franco-britânica: em primeiro lugar, ela ocorreu no momento em que Eisenhower preparava-se para disputar a reeleição à Presidência da República; em segundo, não interessava que britânicos e franceses ratificassem seu domínio sobre uma área que até então se mantivera impermeável aos interesses norte-americanos. Apesar da circunstancial mas incômoda aliança com os soviéticos e dos prejuízos que a condenação poderia causar para a aliança atlântica, a reação norte-americana refletiu suas preocupações de corresponder às expectativas anticolonialistas do Terceiro Mundo e bloquear qualquer ação individual de seus aliados que colocassem em risco o equilíbrio bipolar.

A partir da segunda metade dos anos cinquenta, a flexibilização da bipolaridade passa a ser a tendência dominante. As intervenções

armadas das superpotências revelam que os aliados se conformam mal ao seu domínio férreo e o debate internacional passa a expressar os anseios de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Os movimentos nacionalistas pela independência adquirem uma força irresistível e os já politicamente independentes reivindicam mudanças internacionais para o crescimento econômico.

A Conferência de Bandung é o primeiro sinal dessa nova tendência. Além de sua importância para a definição de uma Terceira Força, que se desdobra no Movimento Não Alinhado, Bandung dá vigoroso impulso ao processo de descolonização.

Por outro lado, o fim da dominação política sobre os povos asiáticos e africanos, ao contrário do que era propalado pelos setores ultranacionalistas, não abalou a posição da Europa. Esta já se achava perfeitamente apta para assimilar, com vantagens, o eventual término do colonialismo. A injeção de capitais norte-americanos no seu aparelho produtivo, por intermédio do Plano Marshall, havia possibilitado o acesso das economias europeias ocidentais às mais recentes conquistas tecnológicas, industrializado regiões até então periféricas, assim como destituído de sentido a política de exclusivo colonial, na medida em que a mais completa transnacionalização do capital levou à superação das antigas rivalidades nacionais.

Com a formação de uma apertada malha capitalista transnacional, cujas manifestações concretas foram o advento das empresas multinacionais e do Mercado Comum Europeu e sob a qual as incipientes economias afro-asiáticas achavam-se numa posição de dependência estrutural, tornou-se dispensável a manutenção dos dispendiosos aparelhos burocráticos civis e militares nas colônias, ou mesmo contraproducente, porque evocavam um passado de presença do colonizador que só estimulava a ação dos setores anticolonialistas mais radicais.

O crescimento do intercâmbio financeiro, comercial e tecnológico entre os países desenvolvidos permitiu, assim, um diálogo mais frutífero entre as elites dirigentes metropolitanas e as elites colonizadas, que desejavam autonomia política, mas receavam a perda de seus próprios

privilégios, em caso de ruptura brusca dos laços que os uniam aos colonizadores europeus.

A ruptura só veio a ocorrer de fato nas colônias de povoamento, como na Argélia, onde os colonos franceses, ameaçados com a iminente extinção do seu *status* de camada social dominante, incitaram a deflagração de uma guerra colonial. Ou, como no caso das colônias portuguesas, em que a precariedade do capitalismo metropolitano nunca permitiu a formação de uma estrutura capitalista mínima capaz de promover a ascensão de uma elite colonial identificada com esses interesses e, consequentemente, moderada politicamente.

Ademais, os temores europeus de que a saída da Europa da África beneficiaria diretamente as superpotências – as quais encontrariam o caminho livre para imporem seus interesses econômicos e estratégicos – só se cumpriram parcialmente, pois as proclamações das independências dos povos colonizados determinaram a remoção apenas dos sinais mais exteriores e antipáticos da dominação colonial. As marcas mais profundas, tais como a língua e os valores culturais, as instituições político-administrativas e a infraestrutura econômica, eram difíceis e até mesmo impossíveis de serem removidas, o que condicionava os novos Estados a manterem relações de dependência com as antigas metrópoles.

No entanto, apesar de o processo de descolonização não ter produzido nenhum abalo na estrutura do sistema capitalista internacional, seu mais sério efeito consistiu num rápido e crescente aumento do número de Estados-Membros das Nações Unidas; enquanto entre 1945 e 1953 o número de Estados-Membros aumentou de 51 para 60, entre 1953 e começos da década seguinte o número dobrou passando para mais de 120 Estados-Membros[53].

A partir desse ingresso massivo de ex-colônias, o eixo dos debates das Nações Unidas deslocou-se dos problemas relativos ao conflito Leste-Oeste para os relativos aos problemas do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista do funcionamento institucional, assistiu-se à passagem da predominância da Assembleia Geral sobre o Conselho de Segurança, inteiramente paralisado pelo direito de veto.

53 Medina, Manuel. *Las organizaciones Internacionales*. 2. ed. Madrid: Alianza, 1979, p. 99.

Do ponto de vista político-internacional, a multiplicação do número de novos Estados que aspiravam à elevação de seus níveis de desenvolvimento resultou numa flexibilização da estrutura bipolar do sistema internacional. Inclusive a América Latina, que havia se mantido submissa à política de blocos de poder, superou seu imobilismo, buscando beneficiar-se das novas possibilidades que lhe ofereciam a nova conjuntura internacional. O debate latino-americano sobre o desenvolvimento, que desde sempre estivera centrado nos aspectos internos, com particular ênfase nos problemas culturais herdados do passado colonial, voltou-se para o enfrentamento dos problemas externos, os quais passaram a serem considerados importantes entraves para se alcançar o desenvolvimento.

Capítulo 3
Brasil e Portugal no sistema internacional

3.1. A ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência da República

Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) tomou posse como Presidente da República em 31 de janeiro de 1956. Eleito pela coligação partidária PSD-PTB em outubro de 1955, obteve 36% dos votos do pleito, derrotando Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado, que obtiveram respectivamente 30%, 26% e 8% dos votos.

Mineiro de Diamantina, Juscelino fez carreira política como Deputado Federal, prefeito de Belo Horizonte e governador do estado de Minas Gerais. Sua atuação nos cargos executivos projetou uma imagem nacional de político moderno, dinâmico e empreendedor. Quando prefeito (1940-1945), Juscelino remodelou a cidade, investiu nas obras de infraestrutura e enriqueceu o patrimônio artístico e arquitetônico. Quando governador (1951-1955), Juscelino empenhou-se com sucesso em superar o atraso econômico de Minas Gerais mediante a execução dos planos de eletrificação, abertura de novas estradas e industrialização[54].

A esses atributos adquiridos pela reconhecida eficiência administrativa, a difícil campanha presidencial o adicionou como homem destemido ("Poupou-me Deus o sentimento do medo!")[55]. Aliando sua convicção das insuperáveis virtudes do regime democrático a um vigoroso programa de desenvolvimento econômico, Kubitschek enfrentou

54 As informações sobre a vida política de Juscelino Kubitschek estão disponíveis em: *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976 a 1978; Bloch, Israel; Alves de Abreu, Alzira (coord.). *Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro:* 1930-1983, v. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária Fundação Getúlio Vargas-CPDOC/FINEP, 1984; Silva, Hélio; Carneiro, Maria Cecília R. *Juscelino e desenvolvimentismo:* 1956--1961 (Col. Os Presidentes). São Paulo: Editora Três, 1983.

55 O relato pormenorizado sobre a campanha presidencial de Juscelino Kubitschek encontra-se em:Corbisier, Roland. *JK e a luta pela Presidência:* uma campanha civilista. São Paulo: Duas Cidades, 1976; Riedinger, Edward Anthony. *Como se faz um presidente*: a campanha de JK. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

todos os obstáculos criados pela oposição udenista, inconformada ante a possibilidade de o poder governamental retornar às mãos de lideranças políticas de linhagem varguista.

São bem conhecidos os acontecimentos que se sucederam à crise aberta pelo "24 de agosto". Seguindo a ordenação dada por Victoria Benevides[56], podemos assim enumerar as dificuldades com que Kubitschek teve que se haver para ganhar as eleições e tomar posse do cargo:

1. o estigma varguista que pesava sobre a coligação PSD-PTB;
2. a discordância de setores de seu próprio partido (PSD) com sua candidatura;
3. as ostensivas manifestações de contrariedade de parcela das forças armadas;
4. o apoio do Presidente Café Filho à tese udenista de "união nacional";
5. a candidatura de Adhemar de Barros, dividindo o eleitorado petebista de São Paulo;
6. o lançamento da tese da "maioria absoluta", pela qual a oposição tentou impedir sua posse e a do Vice-Presidente João Goulart; e
7. a pregação, por parte do udenista Carlos Lacerda, de um golpe militar para a instauração de um "estado de exceção".

Sabe-se também, enfim, que todas essas adversidades só foram eficazmente superadas com o denominado "golpe preventivo", de 11 de novembro de 1955, liderado pelo general Lott. A deposição do Presidente em Exercício, Carlos Luz, o impedimento do retorno de Café Filho à presidência e a decretação do Estado de Sítio, com a devida aprovação do Congresso Nacional, garantiram a posse de Kubitschek.

Não obstante a profunda instabilidade política que cercou a campanha eleitoral e o período inicial de seu governo, Kubitschek

56 Benevides, Maria Victoria de M. *O governo Kubitschek:* desenvolvimento econômico e estabilidade política. 3. ed.Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979, p. 23.

desempenhou suas funções governativas em perfeita consonância com os preceitos democráticos. Sua passagem pela Presidência registrou indiscutida estabilidade política e elevada taxa de expectativa positiva quanto ao futuro do país, que ficou fixada na memória coletiva do povo brasileiro.

Para Kubitschek, a tese de que o Brasil estava predestinado a ser, eternamente, um país de economia agrícola não passava de falácia. O de que o país mais precisava era de uma audaciosa política industrializada, de modo a, em breve prazo, reduzir a distância que o separava dos países desenvolvidos.

Para que isso acontecesse, fazia-se necessário uma verdadeira revolução:

> Revolução, não de sangue, [como definiu mais tarde], mas de métodos administrativos. Em primeiro lugar, o Brasil deveria extinguir seus espaços vazios. Para que esse escopo fosse atingido, diversos tabus teriam que ser quebrados; processar-se a exploração dos seus imensos recursos naturais; proceder-se à extinção dos seus clamorosos desníveis sociais, através de uma disseminação uniforme do progresso; fazer-se a aproximação dos núcleos populacionais pela abertura de estradas em todas as direções; dar-se energia abundante e barata aos Estados, providenciando-se a construção de usinas hidrelétricas onde elas se fizessem necessárias e sem qualquer preocupação regional; atrair capitais externos, de forma a possibilitar a ereção de siderúrgicas, tendo em vista uma industrialização nacional; irrigar-se, através de uma intensa política de açudagem, a terra seca do Nordeste, para estimular sua agricultura; devassar-se a floresta amazônica de modo a incorporá-la ao território nacional; e, por fim, mudar-se a sede das decisões governamentais, construindo-se a nova capital no centro geográfico do país[57].

57 Kubitschek, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, p. 12.

Logo após ter assumido a Presidência, em 1º de fevereiro, Kubitschek anunciou à nação seu Plano de Metas, com o qual pretendia concretizar o bordão de campanha "50 anos de progresso em cinco anos de governo". E, simultaneamente, instituiu o Conselho de Desenvolvimento Nacional, composto de 17 membros, cujas funções consistam em estudar e definir os meios para executar seu programa quinquenal de desenvolvimento econômico.

O Plano de Metas compunha-se de cinco setores e 31 metas: o setor de energia, com cinco metas; o de transportes, com sete metas; o de alimentação, com seis metas; o de indústrias de base, com 11 metas; e o de educação, com uma meta. A meta de número 31, a meta-síntese, era a construção da nova capital no Planalto Central.

Se, de um lado, ainda perduram críticas e reticências acerca da transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, de outro lado, existe amplo consenso de que a política econômica de Kubitschek fez da industrialização brasileira um processo irreversível.

A partir de seu governo, como afirma Bresser Pereira, operou-se um deslocamento ideológico, perdendo "qualquer substância" a posição até então, sustentada pela corrente liberal de que, a industrialização, se de fato fosse efetivada, deveria ser o resultado exclusivo da iniciativa privada[58]. A forte intervenção estatal da política implementada por Kubitschek, determinando o ritmo e a intensidade dos investimentos industriais, obrigou a corrente liberal a reciclar-se e reformular suas posições.

Também não existem dúvidas quanto à sagacidade com que soube explorar as oportunidades que as conjunturas interna e externa se lhe ofereceram. De acordo com Octávio Ianni[59], essas oportunidades foram fundamentalmente as seguintes: as significativas mudanças por que passou o sistema capitalista internacional, após o trauma da Segunda Guerra Mundial; a experiência acumulada pelo poder público brasileiro

58 Pereira, L. C. Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil:* 1930-1967. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1968, p. 51.

59 Ianni, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil:* 1930-1970. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 148.

na área de planejamento econômico; e os subsídios teóricos decorrentes do debate promovido pela CEPAL a respeito do subdesenvolvimento.

No plano da economia internacional, verificou-se uma mais completa internacionalização do capital. O período do entreguerras havia se caracterizado pela existência de capitalismos nacionais monopolistas rivais. Nesse quadro, predominava forte concorrência entre as economias desenvolvidas, acompanhada de medidas fortemente protecionistas.

Depois da guerra, esse quadro sofre substanciais alterações. Por meio do Plano Marshall e da ocupação do Japão, para recompor a economia europeia e reformar as instituições japonesas, a economia norte-americana, para evitar, principalmente, uma crise de sua própria economia em uma fase de intensa rivalidade com a União Soviética, assume uma posição hegemônica. Em nome dos princípios econômicos liberais, os Estados Unidos deitam abaixo todas as barreiras protecionistas, ao mesmo tempo em que concebem instituições econômico-financeiras internacionais (GATT, FMI) para zelar pela aplicação desses princípios nas relações econômicas internacionais.

A partir de 1952, quando cessa o Plano Marshall, a economia mundial passa a funcionar de modo diferente. As economias desenvolvidas, parcialmente destruídas pela guerra, já se encontram recompostas, tecnologicamente atualizadas, e consistentemente entrelaçadas, apresentando como produtos mais visíveis as empresas multinacionais. Enfim, no dizer de Celso Furtado, "estava em rápida formação, no mundo capitalista, um sistema econômico planetário que se superpunha aos antigos sistemas econômicos nacionais"[60].

As consequências mais importantes desse processo de reorganização da economia mundial, do qual Kubitschek soube se beneficiar para implantar seu projeto de desenvolvimento, foram, basicamente, a maior fluidez das trocas internacionais e a grande disponibilidade de capitais excedentes em busca de investimentos lucrativos.

No que concerne ao planejamento da economia brasileira, os primeiros ensaios datam da década de 1940. Ao Relatório Simonsen

60 Furtado, Celso. *A fantasia desfeita*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, p. 26.

(1944-1945), seguiram-se a Missão Cooke (1942-1943), a Missão Abbink (1948), o Plano Salte (1948) e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953)[61]. Embora nenhum desses ensaios possa se comparar à seriedade e à consequência do Plano de Metas, na verdade desempenharam o importante papel de semear junto aos agentes econômicos e às elites políticas a ideia da necessidade de se planejar o desenvolvimento da economia do país.

Octávio Ianni[62] atribui a boa receptividade geral à introdução do planejamento ao fato de ele ser apresentado como um recurso técnico, independentemente da opção ideológico-política seguida pelo governo. A conotação de neutralidade dada à técnica do planejamento eliminava, portanto, qualquer questionamento quanto ao seu uso por parte de Kubitschek[63].

Quanto à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), nunca é demais afirmar seu papel de elaboradora e difusora de ideias que contribuíram em larga escala para a modelação do projeto desenvolvimentista. Ao buscar cumprir seu compromisso de refletir sobre as razões do atraso econômico da América Latina, a instituição, tendo à frente o economista Raul Prebish, desenvolve cerrada crítica à divisão internacional do trabalho baseada nas teses da teoria clássica do comércio internacional.

Por meio da elaboração e aplicação à análise de conceitos-chaves como os de "centro" e "periferia" e da recorrência ao pensamento econômico de Maynard Keynes, a CEPAL investe contra a tese liberal de que o livre comércio internacional e a especialização setorial das economias nacionais, por si só, determinariam a prosperidade geral da economia mundial.

---

61 Lafer, Celso. O planejamento no Brasil – Observações sobre o Plano de Metas: 1956-1961. In: Lafer, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984, p. 29-30.

62 Ianni, Octávio, *op. cit.*, p. 146.

63 Ao comentar a participação do ISEB no Plano de Metas, Lucas Lopes, presidente do BNDE e secretário do Conselho de Desenvolvimento Nacional, afirma que "o ISEB sempre foi mais doutrinador do que planejador, era uma instituição formada por filósofos e sociólogos, que não planejavam no estilo do engenheiro. De modo que o ISEB ficou um pouco à margem da execução do Plano de Metas" (Lopes, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil/FGV-CPDOC, 1991, p. 169).

De acordo com o pensamento cepalino, o avanço tecnológico e a elevação da produtividade das economias do centro, longe de beneficiarem as economias agroexportadoras, mediante a queda relativa dos preços de seus produtos industriais, agravavam ainda mais o atraso da periferia, devido à queda mais acentuada dos preços dos produtos primários.

A solução para essa irremediável "tendência à deterioração dos termos de troca" seria o desenvolvimento autocentrado. Isto é, "uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promova uma reforma agrária, melhore a alocação dos recursos produtivos e impeça a evasão da produtividade"[64]. Dever-se-ia, enfim, abandonar o modelo de desenvolvimento orientado para fora, substituindo-o por um modelo de desenvolvimento orientado para dentro.

Segundo esse modelo, de evidente inspiração keneysiana, cabia ao Estado o papel de principal agente econômico. Suas funções deveriam ser as de planejar, investir e proteger a economia nacional, de modo a promover a industrialização e, por conseguinte, a prosperidade de todos os segmentos sociais da nação.

Para todos os analistas do governo Kubitschek, a razão de seu sucesso político radica no êxito que obteve em saber explorar todos esses fatores de ordem econômica, promovendo a industrialização do Brasil.

64 Mantega, Guido. *A economia política brasileira.* 4. ed. Petrópolis: Polis/Vozes, 1987, p. 39.

Plano de Metas: previsão e resultados 1957-1961

SETOR	Previsão	Realizado	Percentagem
Energia Elétrica (1.000 Kw)	2.000	1.650	82%
Carvão (1.000 toneladas)	1.000	230	23%
Petróleo-Produção (1.000 barris/dia)	96	75	76%
Petróleo-Refino (1.000 barris/dia)	200	52	26%
Ferrovias (1.000 km)	3	1	32%
Rodovias-Construção (1.000 km)	13	17	138%
Rodovias-Pavimentação (1.000 km)	5	-	-
Aço (1.000 toneladas)	1.100	650	60
Cimento (1.000 toneladas)	1.400	870	62
Carros e Caminhões (1.000 unidades)	170	133	78
Nacionalização (carros %)	90	75	-
Nacionalização (caminhões %)	95	74	-

Fonte: Banco do Brasil, Relatório e Anuário Estatístico, vários anos[65].

Com o mundo desenvolvido, Kubitschek optou por uma política agressiva com vistas a canalizar recursos para seu projeto de industrialização. Para viabilizar esse objetivo, lançou mão de uma série de facilidades, entre as quais a principal foi a Instrução n. 113 da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), baixada por Eugênio Gudin no governo Café Filho, em 27 de janeiro de 1955. De acordo com a Instrução, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) estava liberada para emitir licenças de exportação sem cobertura cambial para equipamentos destinados à "complementação dos conjuntos já existentes no país e classificados nas três primeiras categorias de importação". Por outro lado, para usufruir desse privilégio, as empresas brasileiras tenderam a se associar às empresas de capital estrangeiro.

65 Orenstein, Luiz; Sochaczewski, Antonio C. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: Marcelo de Paiva Abreu (org.). *A ordem do progresso:* cem anos de política econômica – 1889-1989, Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 180.

Investimentos estrangeiros ingressados no país, através da Instrução n. 113, entre os anos de 1955 e 1959

PAÍSES	Milhões de Dólares	Percentagem
Estados Unidos	192,5	48,8%
Alemanha	73,2	17,8%
Suíça	27	6,0%
França	17,6	4,1%
Inglaterra	16,1	3,9%
Itália	11,2	3,5%
Outros Países Europeus	19,1	6,2%
Canadá	10,6	2,7%
Outros Países Americanos	11,4	2,9%
Japão	15,9	4,0%
Outros Países Orientais	1,1	0,3%
TOTAL	395,7	100,0%

Fonte: Serviços, Banas, Brasil, 1959-1960[66].

No que diz respeito à realização do Plano de Metas, as prioridades eram os setores de energia e transportes. Nesse sentido, sua política econômica representou uma mudança face à política industrialista iniciada por Getúlio Vargas. Para este, a arrancada da industrialização brasileira deveria iniciar-se com uma sólida base de indústrias de bens de equipamento[67]. Kubitschek deslocou a ênfase para a indústria de bens de consumo duráveis, particularmente os automóveis, que, ao lado da nova capital, se tornaram o símbolo dessa política industrialista.

Conforme estudo específico sobre a ideologia desenvolvimentista de Kubitschek[68] fica muito claro que, para ele, essa nova orientação deveria produzir efeitos definitivos na economia e na sociedade brasileiras. Kubitschek não fazia distinção entre crescimento econômico ou prosperidade econômica e desenvolvimento. Para ele, as deficiências agrícolas e educacionais, bem como a questão salarial, eram todas

66 Lima, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976, p. 401.

67 Oliveira, Francisco de; Mazzucchelli, Frederico. Padrões de acumulação oligopólios e Estado no Brasil: 1950-1976. In: Martins, Carlos Estevam (org.). *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/CEBRAP, 1977, p. 112.

68 Cardoso, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento, Brasil:* JK/JQ. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977, p. 80.

questões que a própria dinâmica da industrialização se encarregaria de resolver. Como se verá mais adiante a propósito da política externa, Kubitschek subordinava todos os demais aspectos de suas funções governativas à política de industrialização. Do bom sucesso dessa política dependeriam todas as outras.

3.2. O Brasil no sistema internacional do pós-guerra

A crise internacional dos anos trinta que culminou na Segunda Guerra Mundial criou as possibilidades para que o Estado brasileiro redefinisse sua posição no sistema internacional. Enquanto funcionou o sistema de equilíbrio de poder entre as grandes potências, o país manteve-se na condição de agroexportador e expectador passivo das decisões tomadas na cúpula da hierarquia do sistema. Quando a crise se aprofundou, revelando a irreversibilidade do antagonismo entre as grandes potências, criaram-se circunstâncias favoráveis para que o governo brasileiro as explorasse no sentido de atender suas aspirações ao desenvolvimento industrial e à projeção internacional do país.

Até 1941, a política externa do Estado Novo esteve orientada para obter o maior número de vantagens possível, sem se comprometer formalmente seja com a Alemanha, seja com os Estados Unidos. Aproveitando-se dos interesses econômico-comerciais e políticos de ambas as potências, o governo de Getúlio Vargas procurou manter-se indiferente à rivalidade que as separava, interessado tão somente em maximizar os fatores de poder do Estado, situação que Gerson Moura bem definiu como de "equidistância pragmática"[69].

Evidentemente que não se pode entender esse pragmatismo como uma deliberada posição de neutralidade ante os problemas que dividiam os países desenvolvidos. A crise econômica, política e ideológica dos anos trinta a tudo e a todos atingia provocando tensões no conjunto da sociedade e também nos órgãos e dirigentes do aparelho estatal. A confiança na indestrutibilidade do sistema liberal-democrático e a convicção na maior eficiência do regime autoritário nazifascista por

69 Moura, Gerson. *Autonomia na dependência:* a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

parte de destacados elementos da cúpula estado-novista configuravam-se como sérios obstáculos a uma clara opção por qualquer dos dois lados em disputa. Desse modo, a ambiguidade política de Vargas constituía não só uma forma de explorar as excepcionais condições internacionais em favor dos interesses nacionais brasileiros, mas também uma forma de continuar desfrutando do apoio das duas facções dentro do governo para garantir a estabilidade do regime.

Mediante atitudes aparentemente contraditórias e negociações simultâneas com alemães e americanos, o governo brasileiro pôde dar vazão aos excedentes exportáveis e obter ponderáveis recursos econômicos. O símbolo do êxito dessa política de báscula foi o financiamento americano para a construção da siderúrgica de Volta Redonda, em maio de 1941, envolvendo uma negociação que dificilmente se concretizaria sob outras condições, posto não ser do interesse dos Estados Unidos cooperar para a consecução de projetos nacionais de industrialização na América Latina.

O ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, em dezembro de 1941, determinou, no entanto, o encerramento dessa etapa da política exterior brasileira. Dado o direto envolvimento dos Estados Unidos na guerra, nada restou ao governo brasileiro senão abandonar a posição de neutralidade e se definir em favor dos Aliados, declarando seu estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália em agosto de 1942[70].

A partir de então, a margem de manobra antes usufruída pelo governo brasileiro começou a reduzir-se. Obtida a adesão brasileira seu esforço de guerra dos Estados Unidos, o interesse americano concentrou-se nos fornecimentos de matérias-primas estratégicas e no uso das bases militares. Em contrapartida, o governo brasileiro passou a exercer pressão no sentido de equipar suas Forças Armadas e enviar contingentes militares ao teatro de guerra, com o objetivo de fortalecê-las e participar das futuras negociações de paz.

70 Amado Cervo e Clodoaldo Bueno oportunamente esclarecem que o governo brasileiro fez uma declaração de beligerância e não uma declaração de guerra, "em atenção à tradição do país de nunca a declarar" (Cervo, Amado; Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 241).

As duas ambições, na verdade, convergiam para uma ambição única: firmar sua condição de potência junto aos demais países do continente, sobretudo junto à Argentina. Essa intenção brasileira de estreitar seus vínculos com os Estados Unidos para alçar-se sobre o conjunto sul-americano revela-se com toda nitidez no documento assinado por Oswaldo Aranha, citado por Gerson Moura:

> [...] a amizade entre o Brasil e os Estados Unidos tinha se fundado sempre na compreensão recíproca de nossos interesses e em nossas intenções comuns e corretas e na necessidade de uma cooperação vigilante na defesa da posição norte-americana no mundo e da nossa [do Brasil] na América do Sul[71].

Terminada a guerra, a situação sofre substancial mudança. O sistema de equilíbrio de poder, que funcionara muito mal depois da Primeira Guerra Mundial, é substituído por um novo sistema internacional, de estrutura bipolar, no qual Estados Unidos e União Soviética pontificam como potências hegemônicas. No novo tabuleiro político-estratégico que se forma, a relativa importância desfrutada pelo Brasil antes e durante a guerra rapidamente se esvazia. Superada a crise dos anos trinta mediante uma nova distribuição do poder mundial, o Estado brasileiro volta a ocupar a base da hierarquia do sistema, inferiorizado pela posição subalterna aos interesses americanos.

Segundo a nova geopolítica mundial, a rivalidade se condensa no embate entre o capitalismo liberal e o comunismo, sendo as áreas de conflito mais importantes a Europa e a Ásia. A destruição que a guerra provocou na Europa e o consequente debilitamento do poder colonial na Ásia, onde vicejaram os movimentos nacionalistas contra o invasor japonês, despertam nos Estados Unidos a necessidade de promover a rápida recuperação das forças armadas, de modo a impedir o aumento da influência soviética. Problemas tais como os da Grécia, da Turquia, de Berlim, da Itália e da China figuram como prioridades para o governo americano.

71 Moura, Gerson. *Sucessos e ilusões:* reações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 38.

Na nova realidade do pós-guerra, a América Latina era para os americanos um assunto concluído. Diferentemente do Pós-Primeira Guerra, quando optaram pela política isolacionista, os americanos já antes e durante a guerra definiram quais eram os seus interesses nacionais, confundindo-os com os do denominado mundo livre, e também os meios pelos quais pretendiam exercê-los. De acordo com essa percepção, a América Latina era considerada área de segurança máxima, sobre a qual deveriam manter absoluta hegemonia. Ao mesmo tempo, consideravam-na estrategicamente desprezível, tendo em vista a pouca motivação soviética para atuar politicamente na região. Geograficamente afastada dos focos de disputa, a América Latina era enquadrada como uma área fornecedora de matérias-primas que deveria manter-se organizada sob governos leais e estáveis e adeptos das práticas econômicas liberais. O que, enfim, explica a despreocupação, constantemente manifestada pelos norte-americanos, em atender às seguidas solicitações latino-americanas para a transferência de recursos com a finalidade de impulsionar a industrialização e o crescimento econômico.

Para garantir a organicidade desse projeto hegemônico, os americanos convocaram a Conferência Interamericana de Chapultepec, a Conferência do Rio de Janeiro e a Conferência de Bogotá. Na primeira, em 1945, acentuou-se a necessidade de se afirmar a unidade do continente contra os inimigos externos. Na segunda, em 1947, firmou-se o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), um acordo militar concebido contra o inimigo soviético[72] pelo qual "um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano" seria "considerado como um ataque contra todos os Estados americanos". E, na terceira, em 1948, criou-se a Organização dos Estados Americanos (OEA), que deu uma armadura político-jurídica e institucional ao sistema interamericano. A OEA foi assim definida pelo Chanceler João Neves da Fontoura, chefe da Delegação Brasileira à Conferência de Bogotá:

72 Em vista da omissão do nome da União Soviética na letra do tratado, Gerson Moura a designa como o "ator oculto": "Em 1947 não havia qualquer evidência de agressão ou ameaça de agressão contra qualquer Estado americano. Se se considera, porém, a 'reversão das alianças', o inimigo potencial dos Estados Unidos era a União Soviética e este país desempenhou de fato o papel de ator oculto na Conferência do Rio de Janeiro" (Moura, *op. cit.*, p. 65).

> [as 21 repúblicas do continente se reuniram na capital colombiana] para moldar o Sistema Interamericano a novos padrões de morfologia política e econômica e reafirmar ao mundo sua deliberação de viver em paz, e de assegurá-la entre seus integrantes, por todos os instrumentos civilizados de resolver as disputas entre os Estados[73].

A mudança e comportamento da diplomacia americana não produziu, porém, nenhum abalo no governo brasileiro. À queda de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, sucede a eleição do general Eurico Gaspar Dutra, que pauta seu governo por uma política liberal conservadora. Desse modo, a degradação da "grande aliança" do tempo de guerra e o consequente discurso americano cada vez mais anticomunista conjugam-se harmonicamente com a percepção que o governo Dutra extrai das realidades interna e externa. A tese americana de que era necessário conter o expansionismo comunista soviético para salvaguardar a paz mundial é integralmente assimilada pelo governo brasileiro, que acompanha acriticamente todas as posições de Washington.

Sem levar na devida conta as mudanças por que passara o sistema internacional de poder, o governo Dutra desenvolve uma política externa de "alinhamento automático" com os Estados Unidos, na ilusória expectativa de continuar a gozar dos benefícios que a fase anterior proporcionava. Supervalorizando a participação militar brasileira na guerra e a importância do país no sistema internacional, o governo brasileiro acreditava fazer jus ao mesmo tratamento que os Estados Unidos dispensavam aos seus aliados situados nas áreas críticas.

O descompasso entre a realidade e a imaginação transparecia com nitidez nas respostas e conselhos dados pelas autoridades americanas[74], sempre quando solicitados a transferir fundos governamentais para os projetos brasileiros de desenvolvimento: reduzir os gastos governamentais, estimular a poupança interna e abrir a economia

73 Citado por Dário M. de Castro Alves. Perspectivas do sistema interamericano. In: Fonseca Jr, Gelson; Valdemar, Carneiro Leão (org.). *Temas de política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Ática, 1989, p. 146.

74 A esse respeito, ver Pedro Sampaio Malan. Relações econômicas internacionais do Brasil: 1945-1964. In: *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. Tomo III, v. 4. São Paulo: Difel, 1986, p. 62-70.

brasileira para os investimentos estrangeiros privados. Por outras palavras, ao invés da esperada ajuda, os americanos preconizavam a mais estrita observância da ortodoxia liberal.

Por outro lado, a vontade de acompanhar a política internacional americana não conheceu limites, mesmo quando a retórica ia além do realismo político. Esse foi especialmente o caso do rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, em outubro de 1947. Apesar da tentativa americana de evitar o rompimento e, também, da posição contrária do Embaixador brasileiro em Moscou e do representante nas Nações Unidas, Oswaldo Aranha, o Chanceler Raul Fernandes não recuou daquela que considerava uma firme posição de princípio. Todavia, como afirma Gerson Moura, "a fragilidade das 'razões' de política internacional sugere que os motivos do rompimento localizam-se no processo político interno do Brasil"[75]. Mais teria pesado a conveniência de proscrever o Partido Comunista Brasileiro do que propriamente os eventuais problemas políticos com o Estado soviético - e isso, em última análise, se ajustava coerentemente com o visceral anticomunismo do governo Dutra.

A política externa do segundo governo Vargas, iniciado em janeiro de 1951, foi uma tentativa de reedição da política que desenvolvera no final de seu primeiro período governativo. No entanto, as conjunturas externa e interna haviam se modificado e as possibilidades de êxito haviam se reduzido consideravelmente. Por isso, a política de estipular contrapartidas substanciais à colaboração que os Estados Unidos exigiam para a execução de sua estratégia de defesa hemisférica já não funcionava mais como antes.

No início dos anos cinquenta, a Guerra da Coreia havia exacerbado a Guerra Fria, fazendo com que o governo americano visse com suspeição os governos de ideologia nacionalista. Para os americanos, só havia uma política a ser seguida pelos seus aliados: aquela que desaguava na colaboração irrestrita com sua estratégia de reprimir o expansionismo soviético.

75 Moura, Gerson, *op. cit.*, p. 91.

Em vista desse quadro, Getúlio Vargas enfrenta imensas dificuldades para levar a bom termo seu projeto industrialista. Sua ação foi pontuada por avanços e recuos, os quais não só produzem sérios atritos com os interesses americanos, como também conduzem a uma radicalização da opinião política nacional em torno de dois polos antagônicos: os "entreguistas" e os nacionalistas. Essa polarização se cristaliza com o episódio de seu suicídio, em 24 de agosto de 1954, e vai caracterizar o subsequente período de governo de Juscelino Kubitschek, que, no entanto, soube domesticá-la e utilizá-la com proveito para seu programa desenvolvimentista.

As questões que iniciaram a controvérsia relacionavam-se, de um lado, à disposição do governo brasileiro de valorizar o preço do café no mercado americano e de fornecer minerais estratégicos mediante a criação de indústrias que os beneficiassem, com base em investimentos americanos, e, de outro lado, às pressões americanas para que o Brasil participasse diretamente da Guerra da Coreia. Todas as duas propostas não se afinavam com os projetos de ambos os governos. Na perspectiva americana, o fornecimento de material estratégico devia ser uma obrigação do governo brasileiro, em face dos supostos interesses superiores da defesa do mundo livre, enquanto para Vargas a propriedade dos minerais constituía um trunfo para a capitalização de recursos indispensáveis ao desenvolvimento industrial. No concernente à Guerra da Coreia, se era importante para comprometer o Brasil na estratégia global dos Estados Unidos, não atendia aos interesses civis e militares brasileiros, que se dispunham a se comprometer, desde que o fizessem em outro cenário, como a Alemanha, por exemplo[76].

Embora a política de Vargas se orientasse no sentido de obter o máximo de concessões da parte dos Estados Unidos, não houve como resistir às pressões de fornecimento de minerais estratégicos, que foi feito sem uma contrapartida concreta. Além disso, em março de 1952, o governo brasileiro assinou o Acordo Militar com os Estados Unidos,

76 A sugestão de que o Brasil cooperasse militarmente com os Estados Unidos, desde que o cenário fosse a Alemanha, foi proposta por Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, como documenta Moniz Bandeira em: *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (dois séculos de história), 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 330.

com a expressa finalidade de zelar pela segurança hemisférica. Ambas as medidas geraram manifestações de desagrado nos meios nacionalistas[77]. Todavia, por outro lado, em 3 de outubro de 1953, Vargas sancionou a Lei 2004, que criou a Petrobras, instituindo o monopólio estatal do petróleo, após intensa luta política entre "entreguistas" e nacionalistas. A vitória dos últimos foi considerada um tento contra os interesses imperialistas americanos e um símbolo da mobilização nacional em defesa de seus interesses.

No plano global, o nacionalismo varguista emprestou sua voz para condenar a política colonialista europeia. A propósito da discussão suscitada sobre os movimentos nacionalistas na Tunísia, no Marrocos e na Guiana Inglesa, assim se manifestou Vargas:

> Vemos com simpatia os movimentos nacionalistas de povos que anseiam pela sua completa emancipação política e econômica, continuando em nossa orientação adversa ao imperialismo escravizador e ao colonialismo tentacular, que visam apenas locupletar-se com a miséria das nações subdesenvolvidas[78].

A posição tomada contra o colonialismo expressava não apenas a coerência ideológica de sua política nacionalista, mas também a preocupação que começava a tomar corpo a respeito da concorrência desleal que os produtos primários das colônias europeias faziam aos produtos brasileiros no mercado internacional.

Contudo, essa coerência e essa percepção dos interesses exportadores brasileiros deixam de existir quando entram em jogo os interesses portugueses. Concluindo um demorado processo de ajustes dos interesses específicos do Brasil e de Portugal, o Chanceler brasileiro Vicente Rao assinou, em 16 de novembro de 1953, o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, que juridicamente devia dar existência à Comunidade Luso-Brasileira e que veio a ser, no governo Kubitschek, a base de apoio brasileiro a política colonialista portuguesa.

77 Cervo, Amado; Bueno, Clodoaldo, *op. cit.*, p. 253.

78 Mensagem do Presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, quando da abertura da legislatura de 1953 (M.N.E., 2P, A 58, M 199, Proc. 6, 11, N 300).

Com Juscelino Kubitschek, a política externa brasileira passa por um processo de ajuste determinado pela evolução do sistema internacional e, sobretudo, pelo seu estilo pessoal em usar os apoios que recebe tanto dos ocidentalistas[79], como dos nacionalistas. Apesar de se autodesignar um político conservador[80], Kubitschek não segue a mesma linha de cego alinhamento automático de Dutra, tampouco usa o nacionalismo como um instrumento de confronto com os interesses americanos, como o fez Vargas. Sua política externa avançará de maneira sinuosa, tendo sempre como objetivo a realização de sua obstinação de promover o desenvolvimento industrial do Brasil. Para isso, tanto se apoia nas recomendações dos ocidentalistas, como nas dos nacionalistas, desde que as mesmas contribuam para superar os obstáculos que se anteponham ao Plano de Metas.

Antes de tomar posse no cargo, no mês de janeiro, Kubitschek empreendeu uma viagem ao exterior, visitando os Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, Luxemburgo, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Espanha e Portugal. Acompanhado de seu Secretário Osvaldo Penido e de dois assessores indicados pelo Itamaraty, Roberto Campos e Edmundo Barbosa da Silva, o Presidente eleito pretendia esclarecer as circunstâncias que cercaram sua eleição e obter apoio para a consecução de seu programa de governo. Não obstante a opinião de seus correligionários de que o momento não era oportuno em vista da delicada situação política do país, Kubitschek considerava a viagem absolutamente indispensável:

79 Daqui por diante, deixaremos de usar o termo "entreguista", passando a empregar, em seu lugar, o termo "ocidentalistas". Embora o uso do termo "entreguista", para designar a posição dos que definiam a abertura da economia brasileira aos capitais estrangeiros e a colaboração política com os Estados Unidos, tenha sido corrente nos anos cinquenta, sua cunhagem foi obra dos adversários ideológicos nacionalistas, com o propósito de denegrir a imagem e desmoralizar as ideias daqueles. Como os chamados "entreguistas" não criaram um termo específico que refletisse sua própria posição no debate em que se achavam envolvidos, nós consideramos que o termo "ocidentalista" é o que melhor traduz suas concepções econômicas liberais e suas concepções de política internacional anticomunistas e pró-alinhamento automático com os Estados Unidos.

80 Em entrevista concedida à Imprensa Americana, em Nova York, quando de sua viagem aos Estados Unidos, em janeiro de 1956, Kubitschek declarou: "(...) embora político de ideias conservadoras, tenho o firme propósito de rejuvenescer completamente os métodos de governo em meu país, alcançando, em meu período de cinco anos, um programa de cinquenta" (Citado por Conrado Wrzos. *Juscelino Kubitschek:* Estados Unidos-Europa, p. 40. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960).

> o que tinha em mente, ao realizar aquela excursão, não era apenas afastar-me por algum tempo da cena política nacional, de forma a permitir que as paixões serenassem, mas, sobretudo, estabelecer contatos diretos com os chefes de governo e com os capitães de indústria e do comércio daqueles países, para apresentar-lhes, em termos concretos, a política de desenvolvimento econômico que instauraria no Brasil, de forma a tentar interessá-los naquela arrancada[81].

Em todas as partes onde esteve, Kubitschek foi alvo das mesmas indagações. Tanto a Imprensa como os chefes de governo interessavam-se em saber qual o papel que os comunistas desempenharam na sua eleição, a influência que o Vice-Presidente João Goulart exerceria sobre o programa de governo, sua atitude face à decretação do monopólio estatal do petróleo e quais as facilidades que ofereceria ao investidor estrangeiro. Em Portugal, particularmente, desejava-se saber se o Brasil continuaria a apoiar Portugal no contencioso com a União Indiana, a propósito de Goa.

As respostas de Kubitschek a essas preocupações gerais do ocidente foram tranquilizadoras, pois dizia exatamente o que seus interlocutores queriam ouvir, ou seja, que manteria o Partido Comunista proscrito e que sua influência sobre o povo brasileiro era mínima, dada a formação religiosa católica da nação. No entanto, afirmou que a intensificação das relações econômicas e culturais do Ocidente com o Brasil constituía um imperativo para a segurança ocidental, pois o Brasil fazia "parte do mundo livre, permanentemente ameaçado pela expansão das forças totalitárias"[82].

Sobre o monopólio estatal do petróleo, esclareceu que a medida atendia ao desejo do povo brasileiro, ao qual o Congresso havia correspondido democraticamente, não cabendo a ele, portanto, nenhum comentário. Quanto ao Vice-Presidente e ao Partido Trabalhista Brasileiro,

81 Kubitschek, Juscelino. *A escalada política:* meu caminho para Brasília. V. 2. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976, p. 460.

82 Discurso pronunciado no dia 8 de janeiro de 1956, no Hotel Ambassador, em Nova York (Wrzos, *op. cit.*, p. 48).

Kubitschek, habilidosamente, procurou formar uma imagem positiva, demonstrando que ambos cumpriam funções político-sociais relevantes, na medida em que se esforçavam para atender aos anseios da massa trabalhadora, ao mesmo tempo em que "impediam que as massas se filiassem a doutrinas extremistas"[83].

Seus discursos mais incisivos foram, porém, reservados para os industriais interessados em ouvi-lo. Discursando em Washington, no Clube da Imprensa, Kubitschek procurou mostrar firmeza face às dúvidas dos americanos quanto à remuneração do capital investido no Brasil:

> Apuradas as contas, o Brasil tem retribuído bem os capitais que vieram ajudá-lo no seu desenvolvimento. Precisamos da colaboração dos capitais estrangeiros e queremos a sua ajuda. Que venham, pois, mas que venham realmente e não em caráter puramente especulativo[84].

Na França, Kubitschek deu provas da sua impetuosidade e da importância que conferia às relações com a Europa:

> O Brasil possui 60 milhões de habitantes. É tão grande como a China. Em dez anos seremos uma das cinco grandes potências do mundo. Cabe aos senhores fazer algo para beneficiarem-se desse crescimento, tomando parte no gigantesco trabalho que iremos empreender[85].

Na viagem a Portugal, apresentada como de cunho sentimental, Kubitschek foi efusivamente festejado pelo governo e pelo povo português. Em troca, transmitiu segurança às autoridades governamentais portuguesas, afirmando que o Brasil marcharia junto com Portugal e que muito apreciou os conselhos dados por Oliveira Salazar, pondo, assim, fim aos temores portugueses de seguir a mesma linha anticolonialista de Getúlio Vargas.

83 Entrevista coletiva à Imprensa, em 8 de janeiro de 1956, no Hotel Waldorf-Astoria, em Nova York (*Idem, ibidem*, p. 41).

84 Discurso no Clube da Imprensa, Washington, 5 de janeiro de 1956 (*Idem, ibidem*, p. 152).

85 *Idem, ibidem*, p. 91.

Os discursos e as declarações prestadas por Kubitschek nesse seu périplo pela Europa e pelos Estados Unidos são de grande importância para o entendimento de sua política externa, já que neles se delineia com clareza sua posição básica, assim como os meios de que estava disposto a lançar mão para realizar seu objetivo.

Para ele, o Brasil achava-se organicamente integrado à luta desenvolvida pelo Ocidente no sentido de conter a expansão comunista soviética. Embora declarasse "desarmar as formas de violências no combate às ideias"[86], eliminou qualquer possibilidade de legalização do Partido Comunista Brasileiro. Por outro lado, negou-se a tecer qualquer comentário acerca da luta travada pelos povos colonizados pela conquista da soberania, salvo, é certo, em Portugal, quando explicitamente prestou seu apoio ao colonialismo português. Porém, procurou deixar igualmente registrado que a ajuda para o desenvolvimento industrial do Brasil constituía a condição de possibilidade para a manutenção dessa posição:

> [...] não há melhor maneira de combater o comunismo do que a promoção da prosperidade. O remédio não vale apenas para as velhas e ilustres nações e sim para todos os povos[87].

Juscelino Kubitschek não era, evidentemente, um político habituado a lidar com as complexidades e sutilezas das relações internacionais. Sua carreira mostra que todo o seu talento de homem público se desenvolveu a partir do conhecimento adquirido nas manobras partidárias, regionais e nacionais, das elites oligárquicas brasileiras. Para concretizar seu sonho de político empreendedor, reproduzindo em escala nacional a obra realizada em Minas Gerais, conseguiu costurar um fino bordado político assentado no apoio da maioria do Congresso e do Exército[88]. Por essa razão, tinha plena consciência de que o seu futuro político dependia da capacidade de seu governo em explorar as circunstâncias favoráveis,

86 Discurso no Clube da Imprensa, Washington, 5 de janeiro de 1956 (*Idem, ibidem*, p. 152).

87 *Idem, ibidem*.

88 "A estabilidade política do governo Kubitschek foi fruto de uma conjuntura favorável, na qual as Forças Armadas (notadamente o Exército) e o Congresso (aliança majoritária PSD/PTB) atuaram de maneira convergente no sentido de apoiar a política econômica, cujo núcleo era o Programa de Metas" (Benevides, Maria Victoria de M., *op. cit.*, p. 28).

de modo a corresponder às expectativas gerais, promovendo, efetivamente, o desenvolvimento econômico do país. Daí a sinuosidade de sua política externa, pois não hesitará em acompanhar ocidentalistas e nacionalistas sempre que isso lhe parecia o mais indicado à prosperidade do país.

Para evitar as frustações dos governos Dutra e Getúlio Vargas quanto à captação dos investimentos americanos, Kubitschek, sem dispensar o apoio político e econômico destes, procurou atrair os investimentos europeus e japoneses. Essa nova orientação levava em conta, obviamente, a recuperação dessas economias e o interesse de seus industriais em aplicar seus capitais disponíveis em investimentos rentáveis, ao mesmo tempo em que se configurava numa alternativa política de introduzir um terceiro elemento nas relações econômicas internacionais brasileiras, para escapar ao estrito controle dos Estados Unidos.

Essa decisão de facilitar ao máximo os investimentos estrangeiros sem, no entanto, condicionar seu projeto desenvolvimentista aos interesses internacionais revelou-se com nitidez quando optou por romper com as diretrizes do Fundo Monetário Internacional e quando propôs ao governo Eisenhower a Operação Pan-Americana. Da mesma forma, quando percebeu que a produção do café colonial africano e a constituição do Mercado Comum Europeu estavam provocando a queda das exportações de café do Brasil, e que isso ameaçava comprometer seu programa econômico, Kubitschek pressionou para a criação do Convênio Internacional do Café, levantando a hipótese de rever sua política sobre o colonialismo.

3.3. Salazar e o Estado Novo Português

O Estado Novo português tem a longevidade como sua característica formal mais impressionante. Dentre os regimes autoritários formados nas décadas de 1920 e 1930, resultantes da crise geral da sociedade liberal no pós-guerra, o regime português foi o que mais perdurou, resistindo com firmeza às pressões para a mudança no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Fundado em 1926 e legalizado

constitucionalmente em 1933, o regime se estendeu até 1974, quando foi derrubado pela ação revolucionária dos militares.

Sua fundação ocorreu mediante o golpe militar de 28 de maio de 1926, que extinguiu a República Parlamentar, sucessora da monarquia, em 1910. O golpe interrompeu uma trajetória parlamentar marcada por profunda instabilidade político-institucional. De 1910 a 1926, a República Parlamentar portuguesa conheceu sete presidentes, 45 gabinetes, 193 ministros e 30 partidos e foi sacudida por 158 greves gerais.

Com a constitucionalização do regime, em 1933, após um período de indefinição política em que os chefes militares golpistas divergiam quanto à nova orientação a ser implantada, formalizou-se um regime assumidamente autoritário que rejeitava o princípio da soberania popular, embora mantivesse de pé as instituições republicanas.

Antonio de Oliveira Salazar (1889-1970) foi o principal ideólogo e artífice desse regime. Sua longevidade governativa[89] – 40 anos no poder – acabou por confundir seu nome com o do próprio regime. Sua enigmática personalidade deixou marcas profundas na mentalidade da sociedade portuguesa. Não obstante constitucionalmente seu cargo fosse de chefe de governo, jamais Presidente da República algum cogitou substituí-lo.

Natural do Conselho de Santa Comba Dão (Beira Alta), Salazar teve uma formação intelectual rigidamente católica. De 1900 a 1908 estudou no Seminário de Viseu. Em 1910, ingressou na Universidade de Coimbra, onde se diplomou como bacharel em Direito em 1914. Logo a seguir passou à condição de professor de Ciências Econômicas da mesma Universidade. Durante o período de estudante universitário, militou no Centro Acadêmico de Democracia Cristã, centro difusor de ideias integralistas e corporativistas. Além da base teológica extraída da encíclica papal de Leão XIII Rerum Novarum (1891), Salazar sofreu forte influência dos sociólogos franceses Desmoulins, Gustave Le Bom,

89 A ênfase na durabilidade do salazarismo constitui lugar comum inevitável, pois, como afirma Fernando Rosas, no ensaio "Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política" (Silva, Duarte A. E. *et al. Salazar e o salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 15), o caso de Salazar só encontra "paralelo" nos de "Franco e Stalin e na duração dos regimes que ambos lideraram na Espanha e na União Soviética".

La Tour du Pin e Le Play, assim como das ideias monarquistas de Charles Maurras, chefe da Action Française. Foi, portanto, a partir dessa matriz religiosa tomista que Salazar articulou suas ideias sobre a natureza da sociedade e sobre a organização corporativista[90].

Sua primeira participação no governo aconteceu em junho de 1926, quando foi nomeado pelo comandante José Mendes Cabeçadas Júnior Ministro das Finanças. Essa participação, porém, durou apenas cinco dias, tendo renunciado ao cargo por considerar que não dispunha de poder suficiente[91]. Em que pese essa passagem meteórica pelo governo, uma frase dita no discurso de posse prenunciou a orientação que imprimiria mais tarde à economia de Portugal:

> A minha função será a de uma boa dona-de-casa, sabendo gastar com moderação, por forma a estabelecer o equilíbrio entre os gastos e os proventos[92].

A entrada definitiva para o governo aconteceu em 28 de abril de 1928, sob a Presidência do general Carmona. Dessa vez dispondo do poder considerado suficiente, Salazar tinha como tarefa restaurar a economia e as finanças portuguesas. A maneira como pretendia utilizar o poder adquirido ficou bem clara no seu novo discurso de posse:

> Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o país estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar[93].

Manoel Braga da Cruz, em obra dedicada à análise política do salazarismo[94], divide o período de Salazar em cinco grandes fases, que assinalam suas mudanças internas: 1) a fase da ditadura militar (1926-1933); 2) a da construção do Estado Novo (1933-1945); 3) a da

90 Informações minuciosas sobre a vida pessoal e política de Salazar acham-se disponíveis na monumental biografia escrita por um de seus mais fiéis seguidores: Nogueira, Franco. *Salazar*, 6 volumes. Coimbra: Atlântida, 1977 a 1985. Além dessa biografia, há uma outra, a mais condensada, de João de Almada: *Salazar*. Col. Grandes Personagens de Todos os Tempos. São Paulo: Editora Três, 1974.

91 Fryer, Peter e Patrícia McGowan Pinheiro. *El Portugal de Salazar*. Suíça: Ruedo Ibérico, 1961, p. 70.

92 João de Almada, *idem, ibidem*, p. 90.

93 *Idem, ibidem*, p. 108.

94 Cruz, Manoel Braga da. *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.

diversificação do regime (1945-1961); 4) a do endurecimento (1961--1968); e 5) a da liberalização bloqueada (1968-1974).

A primeira fase tem como característica fundamental a dissenção e o conflito entre os que se pronunciaram contra a República Parlamentar. Segundo o autor, não houve qualquer projeto político-ideológico subjacente ao golpe militar, que teria sido articulado a partir de intenções puramente negativas. Por outras palavras, teria prevalecido entre os revoltosos e todos os apoiantes a descrença na eficácia das instituições liberais. A incapacidade de se formar maiorias estáveis no Parlamento, unida a uma séria crise econômica, havia criado o ambiente favorável para uma solução de força. Contudo, a partir do momento em que as lideranças do movimento militar tiveram que se definir em torno de um programa comum, a crise deslocou-se para o interior do movimento. Essa definição e o consenso que vai assegurar a estabilidade política começaram a ocorrer em 1928, coincidindo com a entrada de Salazar no governo e a solução do litígio com a Igreja, por via da separação entre esta e o Estado.

A segunda fase é quando a Constituição de 1933 começa a ser aplicada, dando forma ao regime. De acordo com a Constituição, o Poder Executivo era formado pela Presidência da República, cargo preenchido por eleições diretas a cada sete anos. Em seguida, estava o Poder Legislativo, formado pela Assembleia Nacional. Esta só se reunia três meses no ano, sendo que nos demais nove meses a Presidência do Conselho de Ministros (Salazar) governava através de decretos-lei. Suprimidos os partidos políticos, a Assembleia Nacional era ocupada pela União Nacional – um grupamento político recrutado em base nacional, sem caráter partidário, e que "monopoliza toda a atividade política legal, embora sem lhe pertencer nem a iniciativa nem a direção política do Estado e do Governo"[95]. A outra instituição denominava--se Câmara Corporativa, composta segundo critérios de ordem social e reunindo representantes das Corporações, das Câmaras e dos Conselhos Municipais para assessorar a Assembleia nas suas tarefas legislativas.

95 Cruz, Manoel Braga da. *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988. p. 41.

Ao lado dessas instituições fundamentais, foram criadas várias outras (Grêmios e Sindicatos Nacionais, Casas do Povo, Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, Secretariado de Propaganda Nacional, Mocidade Portuguesa) com a finalidade de ocupar o vazio deixado pela interdição dos partidos e de outras instituições civis, além de criar uma mobilização em torno do novo regime.

Essa é uma fase de intensa atividade política do regime na qual se destaca a ação da recém-criada Polícia Política. A acomodação da sociedade portuguesa – tanto os setores de esquerda como os de direita[96] – a esse novo quadro político-institucional, também estimulada pelos impulsos políticos-ideológicos provenientes do exterior, incita o regime a uma ação extremamente vigorosa contra todos que pretendiam a ele se opor.

A terceira fase (1945-1961) é de uma abertura controlada do regime. Ela se segue à derrota dos países do Eixo para os Aliados, que deu ensejo, inicialmente, a um amplo questionamento sobre os regimes autoritários então em vigor. Nessa conjuntura, que encerra grande expectativa dos opositores internos e externos quanto à derrocada do regime, prevalece o realismo pragmático das lideranças do Estado Novo no sentido de relativizar seus princípios doutrinários antiliberais e antidemocráticos. O resultado dessa abertura é "um certo abrandamento do autoritarismo repressivo e do monopolismo político, com a atenuação do controle repressivo, a aceitação de manifestações esporádicas da oposição, e de algum pluralismo interno de correntes do seio da situação"[97].

96 A classificação do salazarismo como regime fascista é tema bastante polêmico. Sobre ele se tem manifestado historiadores, sociólogos e cientistas políticos portugueses e estrangeiros. Entretanto, para nossos propósitos – analisar as relações bilaterais de Brasil e Portugal nos anos cinquenta –, a caracterização do salazarismo como uma variante peninsular do fascismo ou como fascismo *tout court* em nada altera o conteúdo da análise. Por essa razão, limitar-nos-emos a descrição das estruturas e funcionamento das instituições governamentais do Estado Novo, evitando, assim, envolver-nos numa polêmica teórica que nos desviaria demasiadamente do nosso objeto central. Para uma avaliação do atual estágio do debate sobre a questão em Portugal, ver: Colóquio sobre o Estado Novo (vários autores). O Estado Novo: das origens ao fim da Autarcia: 1926-1959. 2 v. Lisboa: Fragmentos, 1987; *Actas do Colóquio da Faculdade de Letras* (vários autores). O Fascismo em Portugal. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

97 Cruz, Manoel Braga da, *op. cit.*, p. 42.

A flexibilização doutrinária implica também uma amenização do nacionalismo autárquico, o que equivale a dizer que Portugal sai de seu isolamento e busca se reinserir no sistema internacional, tanto através da via bilateral como da multilateral. Apesar da rejeição internacional, tanto através da via bilateral como da multilateral. Apesar da rejeição internacional causada pela continuidade do Estado Novo, que lhe vale a recusa ao pedido de ingresso nas Nações Unidas, sua intransigente posição anticomunista e sua apreciável posição geoestratégica faculta-lhe uma situação não de todo desconfortável, sobretudo depois que se inicia a Guerra Fria.

A abertura para o exterior, por sua vez, é acompanhada por uma revisão no campo econômico. O projeto autárquico ruralista cede a vez a um projeto de caráter industrializante. "O modelo econômico deixa de se legitimar tanto pelo desejo de pôr ordem, como pretendera até a guerra, como sobretudo a partir de então pelo desejo de criar maior bem-estar"[98]. Desse modo, o programa corporativista perde o seu sentido, na medida mesmo em que a execução dos projetos de desenvolvimento vão tornando a sociedade portuguesa mais urbanizada e mais complexa.

O processo de abertura interna e externa constitui uma forma de autopreservação do regime e, em boa parte, uma forma de preservação daquilo que as lideranças do Estado Novo consideravam o maior patrimônio nacional: o Império Ultramarino. Quando nada porque um dos efeitos da guerra e da criação das Nações Unidas foi a legitimação do princípio da autodeterminação dos povos. Portanto, para se proteger do anticolonialismo que se manifesta já durante a guerra, e que se exacerba no período imediatamente subsequente, o Estado Novo vai procurar valorizar economicamente suas colônias e buscar aliados dispostos a cerrar fileiras na defesa do colonialismo.

A quarta fase (1961-1968) corresponde a um retorno ao autoritarismo repressivo de antes da guerra. A causa determinante é o início da luta armada nas colônias, dirigida pelos movimentos de libertação nacional. A tímida abertura que se havia consentido aos oposicionistas e a maior margem de crítica permitida aos situacionistas são nessa fase

98 Cruz, Manoel Braga da, *op. cit.,* p. 43.

suprimidas em favor de uma política que persegue, mediante o cerceamento das liberdades, a unanimidade nacional contra o desejo de autonomia dos africanos colonizados.

Mais uma vez Portugal se vê isolado internacionalmente. A recusa em sequer discutir formas de solução negociada para o problema colonial suscita a hostilidade nos foros multilaterais, tanto como o distanciamento crítico por parte dos que tradicionalmente emprestavam o seu apoio. Esse é o caso dos Estados Unidos e, especialmente, do Brasil, cujo Presidente, Jânio Quadros, e o Chanceler, Afonso Arinos, recusam-se a prosseguir a política de seus antecessores, empenhando-se, pelo contrário, em convencer os dirigentes portugueses "a colaborar com as Nações Unidas para uma autodeterminação não violenta e controlada"[99].

A quinta fase (1968-1974) é a do ocaso do regime. É a fase do salazarismo sem Salazar, que, incapacitado por razões de saúde, é substituído por Marcelo Caetano na chefia do governo. O novo dirigente português procura, inicialmente, apoiar-se nos setores mais liberais do situacionismo para empreender um programa de modernização econômica e de liberalização política. Para isso, avança uma reciclagem de suas firmes convicções no corporativismo, anunciando seu "desejo de ver o Estado Corporativo assumir-se como Estado Social"[100].

A vontade de mudança sem quebra da ordem constitucional esbarra, porém, no problema da guerra colonial. Pois, na medida em que a liberalização se processa, torna-se incontível o debate sobre a questão colonial – um debate que desperta e une os setores mais conservadores contra a abertura promovida por Marcelo Caetano. Para não perder o apoio dos ortodoxos, o governo retrocede politicamente, colocando a questão colonial como inquestionável. A partir de então, dividido politicamente, enfraquecido economicamente e isolado internacionalmente, o regime não resiste à condensação dessas contradições e se esboroa na Revolução de 25 de abril de 1974.

99 Cruz, Manoel Braga da, *op. cit.*, p. 44.

100 *Idem, ibidem*, p. 46.

As razões para tamanha durabilidade do regime devem ser buscadas, conforme Fernando Rosas[101], nos elementos estruturais e nas características específicas dos principais atores que lhe deram vida.

A condição de país periférico no contexto do sistema capitalista internacional configura-se como elemento estrutural fundamental. Organizado na base de uma economia rural de traços marcadamente tradicionais, Portugal manteve-se à margem das crises e das renovações que condicionaram os rumos da economia mundial. Não aspirando mais do que à "dignidade de uma vida modesta"[102], todas as ações político-econômicas do governo de Salazar, até às primeiras iniciativas industrialistas dos anos cinquenta, estiveram orientadas para a obtenção de uma estabilidade financeira que pusesse Portugal a salvo das flutuações que tanto comprometeram a República Parlamentar no início do século.

Mesmo quando não pôde mais resistir à necessidade de substituir o modelo agrário do pré-guerra por uma política industrializante, iniciada com o I Plano de Fomento de 1953 e continuada com o II Plano de 1959, o Estado manteve-se como força tutelar da economia portuguesa, de forma a protegê-la dos riscos de instabilidade que o ingresso na era industrial ocasionava. A proteção do mercado interno contra a concorrência externa, a disciplinarização da concorrência interna e o férreo controle dos níveis salariais[103] constituíram os principais recursos utilizados pelo Estado para evitar a perda do controle sobre a economia.

O segundo importante elemento de ordem estrutural a favorecer a estabilidade e a durabilidade do regime foi a posse do império colonial. A manutenção do exclusivismo colonial contribuiu como válvula de escape para a remediação das deficiências e insuficiências da economia

101 Rosas, Fernando, *op. cit.*, p. 16.

102 "Julgo que algumas vezes se têm exagerado as nossas possibilidades. Nós somos um país pobre, que, tanto quanto se enxerga no futuro, não pode na Metrópole aspirar a mais que à dignidade de uma vida modesta. A ideia de que somos um país rico por causa da doçura do clima e do puríssimo azul do nosso céu é uma ideia feita (...) e falsa, como a dos incultos do Alentejo e a da imensidão dos baldios". "Os princípios e a obra da revolução no momento interno e no momento internacional - Ao microfone da emissora Nacional, em 27 de abril de 1943". *Discursos*, v. 3, p. 395-97, citado por Manoel Dias da Fonseca e Eduardo Freitas Costa. *Salazar* – Antologia: discursos, entrevistas, artigos, teses, notas e relatórios. 3. ed. Coimbra: Coimbra Ed., 1966.

103 Rosas, Fernando. *Salazar e o salazarismo*: um caso de longevidade política, *op. cit.*, p. 25-26.

portuguesa. Enquadrada administrativamente como uma extensão da metrópole, as colônias funcionaram como escoadouro das exportações de mercadorias e capitais e como fornecedores de matérias-primas e mão de obra barata para os interesses empresariais metropolitanos. Por meio do exclusivismo, o Estado Novo superava as dificuldades de exportação de produtos não competitivos no mercado internacional.

No plano da ação dos atores políticos, não há como negar a excepcional habilidade de Oliveira Salazar em administrar e manter coesos os interesses das elites econômicas, militares e religiosas portuguesas. Supostamente desprovido de quaisquer vaidades que o cargo lhe proporcionava, unicamente devotado à causa da nação portuguesa, Salazar situou-se como o árbitro supremo da vida política do país, manobrando e superando as dificuldades que brotavam entre as forças de sustentação do regime.

Para que essa habilidade fosse plenamente exercitada, concorreram, como afirma Rosas[104], o caráter acomodadiço da burguesia portuguesa, a forte repressão policial e a ausência de um projeto comum por parte dos diversos segmentos da oposição ao regime. A superação da crise causada pela candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958, bem espelha esses atributos dos atores políticos portugueses. Apesar de ter conduzido uma campanha eleitoral empolgante, inédita na história política do país, prometendo reformas moderadas e a demissão do próprio Salazar, a oposição encarnada em Humberto Delgado não conseguiu concluir uma aliança consequente com os opositores situacionistas, sucumbindo à força da repressão e da fraude eleitoral. Logo afastado esse perigo reformista, Salazar deu mostras de sua habilidade, recompondo suas bases de apoio, abolindo a eleição direta para presidente e reprimindo setores isolados, inconformados com a manutenção do regime, tal como os animadores da chamada "Revolta da Sé", de março de 1959.

104 Neves, Mario. A diplomacia portuguesa nas duas guerras do século. In: Carrilho, Maria *et al*. *Portugal na Segunda Guerra Mundial*: contributos para uma reavaliação. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 149.

Esses fatores de permanência do regime, contudo, só podem ser plenamente avaliados à luz da igual habilidade dos homens do Estado Novo e de Salazar em conduzir a política externa de Portugal.

3.4. Portugal no sistema internacional do pós-guerra

A inserção de Portugal no sistema internacional de poder do pós-guerra se processou de maneira lenta e dificultosa. A vitória dos princípios democráticos defendidos pelos Aliados sobre o totalitarismo nazifascista dos países do Eixo e o compromisso anglo-americano de respeitar o direito à autodeterminação dos povos, consignado na Carta do Atlântico, criaram uma situação de desconforto internacional para o Estado Novo. Contudo, o exacerbado anticomunismo do governo português e a privilegiada posição geoestratégica de seu território contribuíram decisivamente para a superação das dificuldades e incertezas iniciais, à medida que a Grande Aliança dos tempos de guerra foi cedendo lugar à rivalidade e, por fim, à guerra fria entre os blocos ocidental e comunista.

As dificuldades externas do Estado Novo começaram com a guerra civil espanhola. Face à ameaça de consolidação de um governo de esquerda junto a suas fronteiras, que inevitavelmente desestabilizaria seu sistema político, o governo português concedeu todo o apoio possível aos exércitos comandados pelo general Francisco Franco. A despeito da histórica rivalidade entre ambos os países, as identidades político-ideológicas entre o Estado Novo e a Falange apontavam para a conveniência desse apoio.

Confirmada a vitória de Franco na guerra civil, o bom relacionamento luso-espanhol evoluiu no sentido da assinatura, em 17 de março de 1939, do Tratado de Amizade e Não Agressão, ao qual, em julho de 1940, acrescentou-se o I Protocolo Adicional. Por esse pacto ibérico, Portugal e Espanha comprometiam-se em se manterem neutros na guerra que iniciara em 1º de setembro de 1939[105].

105 Nos dez anos que se estenderam de 1935 a 1945, Oliveira Salazar acumulou com a Presidência do Conselho de Ministros o Ministério dos Negócios Estrangeiros, dando uma prova cabal da ascendência de suas posições pessoais sobre as dos demais oligarcas do Estado Novo.

Na avaliação de Oliveira Salazar[106], a hipótese de guerra na península configurava-se desastrosa. Caso essa hipótese se efetivasse, nada garantiria a sobrevivência do regime e a manutenção do império colonial. Por outro lado, a neutralidade ibérica ia ao encontro dos interesses estratégicos britânicos de isolar o Estreito de Gibraltar do teatro de guerra, o que concorreu para o êxito da política portuguesa.

A decisão de optar pela neutralidade, porém, não eximiu Portugal de enfrentar fortes pressões, dirigidas contra suas exportações de volfrâmio para a Alemanha e no sentido da formalização de um acordo de cedência dos Açores aos Aliados: o fim das exportações só aconteceu em junho de 1944, enquanto o Tratado que regulou o uso dos Açores pelos aliados foi firmado em 1943.

As negociações luso-britânicas em torno dos Açores caracterizaram-se pela morosidade, revelando o propósito português de extrair o maior benefício possível da crescente necessidade anglo-americana de se basearem no arquipélago, para a partir dele controlarem o tráfego entre os Estados Unidos e a Europa. Interessava a Salazar obter da Grã-Bretanha as garantias de que Portugal não sofreria represálias da Alemanha. Obtidas as garantias desejadas e preocupado com a possibilidade de os Aliados ocuparem o arquipélago sem o seu consentimento, finalmente assinou-se o acordo em agosto de 1943[107].

As negociações com os Estados Unidos só foram concluídas em novembro do mesmo ano, mediante a garantia de que, desalojados os japoneses de Timor, Portugal recuperaria a soberania sobre a colônia.

A exclusão dos Estados Unidos do primeiro tratado, obrigando-o a um acordo em separado, traduzia, por um lado, a disposição de Salazar em manter a estratégia atlântica, conservando a histórica aliança preferencial com os britânicos, e, por outro lado, sua antipatia e desconfiança para com os Estados Unidos. A afluência do capitalismo norte-americano, incompatível com suas concepções ruralistas-religiosas, e a política anticolonial de Roosevelt, contrária à sua pretensão de jamais abrir mão do império colonial, formavam as razões de seus sentimentos

106 Ferreira, José Medeiros. Os Açores nas duas guerras mundiais. *Política Internacional*, n. 1, v. 1, jan. 1990.
107 *Idem, Ibidem.*

antiamericanos. Como afirma César de Oliveira, essa era "uma grande lacuna da percepção salazarista das questões internacionais"[108], pois não se dava conta de que a Inglaterra estava deixando de ser uma grande potência, ao mesmo tempo em que os interesses norte-americanos assumiam alcance mundial.

Com o término da guerra e com uma mais nítida definição das linhas de forças do novo sistema que se ia erguendo, a grande preocupação de Salazar passava a ser a de preservar o regime político português das mudanças gerais e reciclar a estratégia de defesa do ultramar. Para isso, houve a necessidade de melhor esclarecer a opinião pública nacional e internacional sobre o que considerava o verdadeiro significado da neutralidade portuguesa para o esforço de guerra contra as potências do Eixo. Segundo sua formulação, a neutralidade de Portugal devia ser adjetivada como "colaborante":

> [...] não partilhamos nunca, e pelo que se lhes poderia referir, do conceito de uma neutralidade egoísta e estéril. A guarda ativa das posições-chave do Atlântico, a concessão de bases nos Açores, com muitos outros serviços anexos e, aliás, recíprocos, a maior e melhor parte da nossa economia ao serviço dos aliados, o apoio financeiro, os transportes marítimos para além-Atlântico - fizeram desta neutralidade uma neutralidade colaborante.
>
> Enraizados aqui e na África, em largas costas do Atlântico, para onde, por fatalidade das circunstâncias, se vai mudar o centro de gravidade da política do Ocidente, temos bem garantido o nosso lugar, e o único problema que se nos põe é saber se nos manteremos à altura das nossas responsabilidades[109].

Apesar do esforço em demonstrar o quanto sua posição fora importante para a vitória dos aliados, Portugal teve seu pedido de

108 Oliveira, César de. Oliveira Salazar e a política externa portuguesa: 1932-1968. In: *Salazar e o salazarismo, op. cit.*, p. 83.

109 Portugal, a guerra e a paz – Discurso na Assembleia Nacional, em 18 de maio de 1945. *Discursos*, v. 4, p. 103-105 e 113, *op. cit.*, p. 313.

admissão nas Nações Unidas vetado. Além da falta de compatibilidade do regime com os princípios vitoriosos, a razão apontada para esse sério revés diplomático teria sido as felicitações de Salazar ao almirante Doenitz, chefe do governo nazista após o suicídio de Hitler, acompanhadas de homenagens de Estado ao ditador morto[110].

Contudo, foi a independência da União Indiana, em 1947, o acontecimento político do imediato pós-guerra que mais causou repercussões negativas na estratégia nacional portuguesa, tanto a curto como a longos prazos. O reconhecimento por parte da Inglaterra do direito da Índia à autodeterminação, concretizando as negociações realizadas durante a guerra, colocou Portugal frente a frente com a indesejada questão da descolonização.

A inconveniência da independência da Índia devia-se, em primeiro lugar, ao fato de Portugal contar com o apoio da Inglaterra para continuar a desenvolver sua estratégia atlântica de defesa do império colonial. A perda do poder relativo da sua velha aliada, obrigada a se curvar a uma nova realidade internacional na qual detinha escassa capacidade de decisão, cobria de sombras o projeto português. O predomínio das duas grandes potências emergentes, defendendo cada uma a seu modo o fim do colonialismo, fazia com que Salazar lamentasse o declínio da civilização europeia e visualizasse os problemas que o esperavam adiante.

Em segundo lugar, a independência da Índia logo suscitou entre os indianos o desejo de resolver com Portugal a situação das pequenas possessões de Goa, Damão e Diu. Para Nehru, com a independência da Índia, as possessões francesas e portuguesas em seu território passavam a ser uma anomalia sem justificação, a ser resolvida mediante negociações diplomáticas pacíficas. Com os franceses, o processo de transferência dos territórios para os indianos realizou-se sem grandes sobressaltos. A posição de Salazar em face do problema, porém, era outra. Para ele, não havia o que negociar: Goa, Damão e Diu integravam o Estado português da Índia:

> Nós não podemos, quer por plebiscito – como foi inutilmente aceite pela França –, quer sem ele, negociar a cessação

110 Marcadé, Jacques. *Le Portugal au XX siècle 1910-1985*. Paris: PUF, 1988, p. 1970-1985.

> ou a transferência de uma porção do território nacional e dos seus habitantes. Nenhum governo português o pode fazer, primeiro devido às exigências da Constituição e depois devido aos ditames da sua consciência de homens[111].

Naturalmente, Portugal não dispunha de recursos para obrigar a Índia a aceitar seu veredicto: a desproporção demográfica, a disponibilidade de recursos financeiros, a falta de Forças Armadas poderosas e a grande distância a separar a metrópole de suas possessões inviabilizavam qualquer ação afirmativa fora dos trilhos diplomáticos. Consciente da irreversibilidade dessa situação, Salazar buscou explorar todas as possibilidades oferecidas pela filosofia pacifista de Nehru, exaurindo os recursos diplomáticos e jurídicos, até que a exasperação do oponente o colocasse na posição de agredido.

Salazar buscava com essa tática protelatória alcançar dois objetivos básicos: afirmar o caráter específico do colonialismo português, diferente do colonialismo europeu em geral por não se cingir a finalidades econômicas, mas sim a finalidades mais amplas e duradouras de fecundação de valores culturais e cristãos; e erguer-se como um legítimo defensor da "civilização europeia" contra o materialismo capitalista norte-americano e o materialismo comunista soviético, com vistas a forjar um leque de alianças que viesse a bloquear a abertura do processo de descolonização da África.

A África e não a Ásia era o que, portanto, estava em jogo, para Salazar. A aliança com os nacionalistas conservadores europeus e com o Brasil se lhe afiguravam como as peças fundamentais para sua estratégia colonialista. Ao Brasil, como se verá mais adiante, estava reservado um papel fundamental nessa estratégia. Em virtude de sua condição de grande ex-colônia, situada no Atlântico Sul, com fortes ligações com a África, o apoio brasileiro às teses salazaristas era considerado absolutamente indispensável. Um apoio que, até 1961, não será negado e que se inicia com o contencioso indiano.

111 Silva, Vassalo e. *Dossier Goa*: a recusa do sacrifício inútil. Lisboa: Liber, 1975, p. 30.

Por outro lado, o acúmulo de posições divergentes entre os grandes aliados e o consequente início da Guerra Fria possibilitaram que a posição de Portugal fosse avaliada de maneira mais compreensiva pelo Ocidente. Desde o fim da guerra, Salazar manifestava-se contra as excessivas vantagens que a União Soviética havia obtido. De acordo com sua ótica, os soviéticos haviam sido os grandes vencedores da guerra.

> O que vem a ser a vitória? A vitória é a verificação iniludível do desequilíbrio de forças, que permite a um dos partidos, em luta impor, dentro da relatividade e das limitações provenientes da própria natureza das coisas, a sua vontade ao adversário. Nesta guerra, porém, não só muitos países vencedores foram paradoxalmente arrumados entre os vencidos como nem os Estados Unidos, nem a Inglaterra, nem a França – para só falar dos maiores – puderam ditar a sua vontade às nações contra as quais combateram; estão reduzidas a evitar a ingerência de uma vontade estranha nas zonas ocidentais na Alemanha. Por seu lado, a Rússia impõe a sua vontade soberanamente e com exclusividade no norte, no leste e no sudeste europeu e abre na Ásia as grandes rotas que podem levar a um domínio quase universal. Nestes termos, pode bem afirmar-se que, se a glória pertenceu a uns, a vitória coube efetivamente a outros[112].

Essa posição do Ocidente para com Portugal, diferentemente da posição para com a Espanha – que já havia sido demonstrada com a oferta de ajuda econômica do Plano Marshall –, foi confirmada com o convite para que os portugueses integrassem o Tratado da Organização do Atlântico Norte, em abril de 1949.

Inicialmente, a atitude portuguesa foi de incompreensão e desconfiança quanto às reais intenções da política norte-americana. Após algumas hesitações provocadas por divergências no seio da elite dirigente,

112 Excertos de uma exposição de 25 de julho de 1949. In: *Discursos*, p. 404-405, citado por Henriques, Mendo C.; Melo, Gonçalo de S. *Salazar:* pensamento e doutrina política – Textos antológicos. Lisboa: Verbo, 1989, p. 337.

Portugal recusou a ajuda econômica do Plano Marshall. Sob o argumento oficial, apresentado pelo Ministro Caeiro da Matta na Conferência de Paris de julho de 1947, de que "a situação econômica de Portugal dispensava qualquer tipo de ajuda externa"[113], Salazar receava ver comprometidos os interesses nacionais portugueses de longo prazo. Além do ceticismo quanto às possibilidades de êxito da ajuda, ele temia os efeitos decorrentes da abertura da economia portuguesa e o abandono europeu da África.

Outra, no entanto, foi a atitude em face do convite à participação na OTAN. A essa altura (1949), Salazar havia flexibilizado sua posição ante a política norte-americana para a Europa, passando inclusive a receber ajuda econômica por conta do Plano Marshall. Segundo Cesar de Oliveira, a razão dessa mudança deveu-se ao fato de a OTAN compatibilizar-se perfeitamente com a "doutrina salazarista"[114], de acordo com a qual a guerra contra a União Soviética era inevitável para a sobrevivência do Ocidente.

Embora mais tarde os militares portugueses viessem a criticar o pacto militar pelo fato de proteger apenas os territórios metropolitanos, deixando, portanto, a África a descoberto[115] – o que os levou a sugerir a participação do Brasil –, o fato é que, com o desenvolvimento da guerra fria, o sistema político autoritário português, que tanto mal-estar causava aos Aliados, cada vez mais passou a ser visto como uma particularidade de um Estado perfeitamente afinado com o objetivo ocidental de eliminar o comunismo soviético onde quer que ele se manifestasse. Esse novo enquadramento de Portugal na estrutura do

113 Brito, José Brandão de. The Portuguese response to the Marshall Plan. *Estudos de economia*, v. X, n. 4, jul-set., 1990.

114 Oliveira, César de, *op. cit.*, p. 88.

115 "São várias as causas políticas iniciais do enfraquecimento da estrutura defensiva do mundo ocidental. [...] A primeira reside no próprio caráter basilar do Tratado do Atlântico Norte. Não se trata de um instrumento destinado a proteger os povos e as nações em toda a extensão do seu patrimônio; trata-se antes de um dispositivo de defesa regional, de efeitos limitados a uma vasta mas definida região do globo onde se conjugam ao mesmo tempo, mas sempre com intensidades diferentes, os interesses comuns a todos os componentes: a parte sólida desta zona de interesses comuns limita-se apenas aos territórios continentais dos 15 países associados, ficando por isso excluídos, exceção feita à Argélia, da doutrina do art. 6º do Tratado, todas as extensões territoriais noutros continentes ou mares" [Comandante] Magalhães, Guilhermino de. A estrutura defensiva da NATO. *Revista Militar*, II Século, n. 7, julho de 1958, ano 10, v. 10.

sistema internacional culminou com o seu ingresso, em dezembro de 1955, na Organização das Nações Unidas.

De um lado, a participação na ONU teve o efeito positivo de retirar Portugal da situação marginal em que se encontrava no sistema internacional, a despeito de ser um membro fundador da OTAN. De outro lado, teve o efeito negativo de envolver diretamente Portugal no turbilhão do movimento pela descolonização, que tomava conta de todos os debates.

A partir de então, a evolução do sistema internacional vai se relevar mais e mais adversa aos interesses nacionais portugueses. A Conferência Afro-Asiática de Bandung, o XX Congresso do PCUS e a desestalinização, o fracasso anglo-francês na intervenção militar no Suez e o crescente prestígio do Movimento Não Alinhado foram fatores que concorreram decisivamente para que o colonialismo passasse a ser visto como uma política em processo de irremediável declínio.

Enquanto as demais metrópoles europeias, apoiadas em sólido e crescente desenvolvimento econômico, negociavam as independências de suas colônias de modo a manter os vínculos de dependência econômica, Portugal – com uma economia capitalista ainda incipiente e, ao mesmo tempo, descrente quanto a suas possibilidades de sobrevivência como Estado-Nação caso fosse privado de seu império – refugiou-se numa posição jurídico-defensiva ante a pressão descolonizadora.

O primeiro passo dado no sentido da formalização de uma estratégia jurídico-defensiva para o mundo colonial ocorreu em 1951, quando da revisão da Constituição e do Ato Colonial, conquanto em 1944 o Ministro das Colônias, José Ferreira Bossa, já tivesse externado sua preocupação com a situação jurídica das colônias:

> A manter-se no campo legal esta construção jurídica do Império, surgida em 1926, aliás, sem uma determinação histórica e que atualmente pode oferecer o perigo de fazer-nos confundir com os imperialismos em voga que conduziram o mundo ao presente conflito, apesar de serem evidentes os intuitos pacíficos e civilizadores de nossa ação ultramarina, pensamos que seria juridicamente mais

> perfeito englobar nessa construção jurídica toda a nação portuguesa, visto que, sendo esta constituída por todos os cidadãos portugueses, quer residam aquém, quer além-mar, tem de ser unitária a organização política que os abranja, como resulta dos artigos 3º e 5º da Constituição[116].

Com a revisão de 1951, alterou-se a Constituição e o Ato Colonial, segundo o preconizado por Ferreira Bossa: as colônias portuguesas passaram a chamar-se Províncias Ultramarinas e o império colonial português passou a chamar-se Império Ultramarino Português. Retornou-se, assim, à terminologia da I República, que tinha sido alterada em 1935.

Era assim, por meio dessa contorção verbal que o Estado Novo português esperava escapar do alcance dos artigos 73 e 74 da Carta das Nações Unidas, que tratavam da situação relativa aos "territórios não autônomos". Segundo a linha de defesa desenvolvida pelos diplomatas portugueses nas Nações Unidas,

> por imposição constitucional, Portugal era uma nação politicamente unitária: a soberania era indivisa e os seus órgãos eram os mesmos para todo o território nacional. A Constituição portuguesa não reconhecia a existência, dentro da nação, de territórios não autônomos, e não era lícito que algumas partes dessa nação tivessem um determinado estatuto internacional e outras partes um estatuto diferente[117].

Em perfeita sintonia com essa posição jurídico-política, os ideólogos do regime esforçavam-se em reforçar o mito de que a presença portuguesa na África revestia-se de caráter humanitário, que não devia ser confundido com o colonialismo econômico das outras metrópoles europeias. De acordo com essa ideologia, em boa parte inspirada nos estudos do sociólogo brasileiro Gilberto Freire, o que melhor traduzia o humanitarismo da civilização portuguesa era seu caráter multirracial:

116 Silva, A. E. Duarte. Salazar e a política colonial do Estado Novo: o Ato Colonial 1930/1951. In: *Salazar e o salazarismo*, *op. cit.*, p. 144.

117 Nogueira, Franco. *As Nações Unidas e Portugal*, p. 101-102. Lisboa: Ática, 1961.

> [...] fomos nós, e só nós, que trouxemos à África antes de ninguém a noção de direitos humanos e igualdade racial; e somos nós, e só nós, que praticamos o multirracialismo, havido por todos como expressão mais perfeita e mais ousada da fraternidade humana e progresso sociológico. No mundo, ninguém contesta a validade do princípio: mas hesita-se em admitir que o mesmo seja de autoria portuguesa e em reconhecer a sua prática pela nação portuguesa; porque isso seria outorgar-nos uma autoridade moral e imporia um respeito incompatíveis com as ambições que nos visam[118].

O segundo passo dado pelo Estado Novo para enfrentar a ofensiva descolonizadora consubstanciou-se na política de valorização econômica das colônias. Pretendia-se com isso contrariar o argumento de que Portugal, pelas insuficiências históricas de seu desenvolvimento econômico, havia sido incapaz de promover a prosperidade econômico-social dos povos sob sua tutela, preparando-os devidamente para uma existência autônoma.

Essa política de valorização econômica expressou-se na vertente ultramarina do plano quinquenal de 1953-1958. O plano previa uma desregulamentação econômica das colônias, beneficiando os interesses agrícolas e industriais dos oligopólios portugueses. Ao mesmo tempo, o Estado incentivava a emigração de colonos para intensificar o povoamento agrícola branco, com vistas a criar interesses colonialistas locais articulados com os da metrópole.

A colônia mais visada por essa política foi Angola, que viu crescer sua população branca, assim como aumentar o valor de suas exportações. No plano migratório, Angola recebeu na década de 1950 uma média anual de 17 mil colonos, número bem superior ao verificado em Moçambique, cuja média situou-se na casa dos sete mil colonos[119]. No plano econômico,

118 Nogueira, Franco. *The Third World*. Londres: Johnson, 1967, citado por Gerald Bender. *Angola sob domínio português*: mito e realidade. Lisboa: Sá da Costa, 1980, p. 8.

119 Souza Ferreira, Eduardo de. *África Austral*: o passado e o futuro. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 192.

houve significativo aumento das exportações, pontificando o café, os diamantes em bruto e o sisal, que concentraram, em 1960, 60% do valor total das exportações (café, 35%; diamantes, 14%; e sisal, 11%)[120].

Na década de 1950, reforçando uma tendência dos anos quarenta, Angola tornou-se o maior exportador de café da África, ultrapassando o Congo Belga e a África Oriental Inglesa. Praticamente metade dessa produção (47%), em 1955, era adquirida pelos Estados Unidos, o que correspondia a 3% do consumo americano de café[121]. Esse excepcional crescimento das exportações angolanas desse produto colocou Portugal em rota de colisão com o Brasil, o maior exportador mundial e que dependia do desempenho das exportações de café para viabilizar o plano de industrialização do governo de Juscelino Kubitschek.

O terceiro e importante passo português no sentido da defesa de sua política colonialista foi a aliança com o Brasil, que começou a se firmar com a reivindicação indiana sobre Goa e foi reforçada com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, em 16 de novembro de 1953.

A partir desse Tratado, mais especificamente a partir do governo Kubitschek, Portugal passava a exercer fortes pressões para que o Brasil o acompanhasse na defesa do Ultramar nas Nações Unidas. Para esse fim, a diplomacia portuguesa investiu fortemente na aliança com os setores ocidentalistas brasileiros, dentro e fora do Itamaraty. Por meio de uma política de aliciamento, que incluía viagens a Portugal, condecorações e constantes homenagens às personalidades públicas brasileiras, os diplomatas portugueses conseguiram exercer estreita vigilância sobre todos os movimentos político-diplomáticos brasileiros, de modo a evitar o avanço das teses defendidas pelos nacionalistas, situadas bem próximo daquelas próprias ao Movimento Não Alinhado.

Com base, fundamentalmente, nesse tripé – defesa jurídica nas Nações Unidas, valorização econômica das colônias e aliança político-diplomática com o Brasil –, Portugal resistiu, ao longo dos anos cinquenta, à ofensiva do movimento anticolonialista. Essa articulação defensiva, no entanto, começou a ruir em 1961, com as eleições de John

120 Andrade, Mário de e Marc Ollivier. *A guerra em Angola*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 44.

121 Ofício da Embaixada brasileira em Lisboa, n. 131, de 06-07-1956. *Mês Econômico*, n. 2, fevereiro de 1956.

Kennedy, nos Estados Unidos, e de Jânio Quadros, no Brasil, e com o início da luta armada nas colônias. Até então, Portugal havia conseguido realizar o que os ideólogos do Estado Novo consideravam como o ponto ótimo da diplomacia portuguesa: amizade consciente pela Inglaterra e fraternidade sincera com o Brasil[122].

122 Simões, Nuno. Luso-brasilismo e hispano-americanismo. In: *O primeiro de janeiro*, 22-01-1956.

Capítulo 4
A afetividade luso-brasileira

4.1. A regeneração de Portugal sob Salazar

Portugal salazarista era, nos anos cinquenta, um Estado fraco e economicamente atrasado face às demais nações europeias ocidentais. Cerca de 50% de sua população ativa dedicava-se às atividades agrícolas, 26% às atividades terciárias e apenas 24% às atividades industriais. Com um solo pobre de fosfatos e potássio, carente de tecnologia agrícola, a produção alimentar não exercia um quarto do Produto Interno Bruto. Suas necessidades cerealíferas eram preenchidas mediante uma permanente importação. A indústria pesada era, por outro lado, extremamente incipiente. Produtos como maquinaria industrial, ferro e aço, veículos motorizados e derivados de petróleo, entre outros, lideravam suas pautas de importação. A indústria leve ocupava um terço da força de trabalho industrial, sendo os têxteis o principal produto. A pauta de exportação era composta basicamente por têxteis, cortiça, conservas de peixe, vinhos, madeira, resina, volfrâmio e azeite.

Não obstante essa precariedade econômica, que o distanciava dos núcleos desenvolvidos da economia capitalista, Portugal era um Estado imperialista. Seu vasto império espalhava-se pela Ásia e África, compreendendo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, ilhas de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, Timor, Macau e Goa, Damão e Diu. No entanto, era um imperialismo que refletia o atraso da metrópole. Por não contar com recursos que possibilitassem a exploração economicamente racional das colônias, conforme os parâmetros capitalistas do século XX, a exploração se fazia com métodos pré-capitalistas, como a utilização do trabalho forçado, definida por Perry Anderson como ultracolonialista[123].

123 "O domínio ultramarino português tem sido definido como 'ultracolonialismo', isto é, a modalidade simultaneamente mais extrema e mais primitiva do colonialismo. O trabalho forçado nas colônias

Mas nem sempre fora assim. No século XV Portugal havia sido grande potência mundial. Após a definitiva independência de Castela, em 1385, e sob a inspiração do infante D. Henrique, o Navegador, a audaciosa burguesia comercial portuguesa inicia um programa de expansão marítima que a situa na vanguarda da descoberta, exploração e colonização de Ásia, África e América. Ao longo dos anos que se estendem entre 1415 e 1515, denominado pelos portugueses como o "Século Maravilhoso", realiza-se, segundo palavras do historiador Antonio Sérgio, essa "façanha de gente metódica, dotada de clara inteligência política, de visão lúcida, muito precisa, dos escopos práticos à que tendia, e do estudo minucioso dos meios adequados a tais escopos: em suma, um vasto plano de conjunto, capacidades raras de organização"[124].

A decadência teve início em 1580, quando os espanhóis governados por Felipe II invadiram e ocuparam o país até 1640. Submetido à coroa espanhola, Portugal assistiu impotente a uma ampla investida sobre seu império colonial promovida pelos holandeses, inimigos religiosos e rivais comerciais dos espanhóis. Desarticulado o império e objeto das alianças e contra-alianças envolvendo os grandes Estados vizinhos, Portugal só recuperou de fato sua independência em 1668, quando então assinou um tratado com a Espanha. A retomada da soberania implicou, porém, uma duradoura aliança com a Inglaterra, a quem Portugal passou a subordinar seus interesses. Com a assinatura do Tratado de Methwen, em 1703, cristalizou-se essa relação desigual, passando a Inglaterra a desfrutar das riquezas que Portugal extraía do Brasil, embora autores como Clarence-Smith argumentem que o tratado também havia beneficiado Portugal, pois "estimulou a agricultura, tendo em vista o mercado inglês, e o Estado investiu em infraestruturas econômicas, bem como em igrejas e conventos"[125].

Vivendo parasitariamente das riquezas brasileiras e completamente entregue à sanha contrarreformadora do Santo Ofício, Portugal

portuguesas é a mais extrema forma de exploração existente em qualquer parte da África. O seu regime humano é uma degradação para além de tudo o que foi produzido por qualquer outro colonialismo. Mas, ao mesmo tempo, o trabalho forçado fornece a mais clara prova do atraso do sistema" (Anderson, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 55).

124 Sérgio, Antônio. *Breve interpretação da história de Portugal*. 8. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 36-37.

125 Clarence-Smith, Gervase. *O Terceiro Império Português:* 1825-1975. Lisboa: Teorema, 1990, p. 10.

experimentou uma reação ao declínio na segunda metade do século XVIII, com o autoritário governo do iluminista marquês de Pombal. Mas, entrado o século XIX, prosseguiu a crise o seu curso. Entre 1807 e 1811 ocorreram as invasões napoleônicas, que determinaram a fuga da corte para a colônia brasileira. Em 1820 tem início a Revolução Liberal, no bojo da qual se deu a Independência do Brasil, com catastróficos resultados para a economia portuguesa. Após a guerra civil de 1834-1850, motivada por disputas dinástico-constitucionais, Portugal viveu alguns anos de estabilidade política até que, na quadra final do século, a monarquia viu-se mais uma vez acossada pela crise.

As mudanças por que passava o capitalismo nos países ocidentais industrializados – impelindo-os à conquista de áreas fornecedoras de matérias-primas, de pontos estratégicos para a defesa de seus interesses econômicos e de áreas onde pudessem inverter com alta rentabilidade seus capitais excedentários – mais uma vez puseram em perigo a existência do império colonial português, herança da fase áurea do Reino. Carente de recursos para se opor à ofensiva imperialista-colonizadora das potências reunidas na Conferência de Berlim, onde a África foi partilhada, Portugal valeu-se de sua aliança com a Inglaterra para manter suas posições no continente negro. Entretanto, ao tentar acompanhar o movimento geral de ocupação das colônias, a monarquia portuguesa atingiu o limite da tolerância inglesa. Em 1890, buscando realizar o sonho de unir pelo interior os territórios de Angola e Moçambique, o qual se chocava com o projeto britânico de ligar o Cabo ao Cairo, Portugal sentiu o peso do poder da potência aliada, através do "ultimatum" dado por lorde Salisbury. Desmoralizado pelo ato de força da Inglaterra, o governo apresentou sua demissão, ao mesmo tempo em que,

> nas cidades maiores, as multidões ficaram histérica de raiva e houve uma onda de vandalismo, crime, assaltos pessoais a cidadãos ingleses, boicotes, subscrições públicas para comprar armamento e clamores para uma declaração de guerra à Grã-Bretanha[126].

126 Wheeler, Douglas L. *História política de Portugal:* 1910-1926. Mira-Sintra: Europa-América, s/d, p. 56.

A ferida que o "ultimatum" inglês produziu no orgulho nacional português determinou incontível avanço político-eleitoral do Partido Republicano e correspondente enfraquecimento da monarquia. O ápice dessa fraqueza foi atingido em 1908, quando as balas de agentes carbonários tiraram a vida do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro. Em 1910, a República substituiu a moribunda Monarquia.

O êxito dos "jovens-turcos" portugueses, empenhados em modernizar o "Doente da Europa" Ocidental[127], no entanto, só durou até a Primeira Guerra Mundial. A partir de então a revolução foi tragada pelas suas próprias contradições. A crônica instabilidade econômico-financeira, as tensões nas relações com a Igreja e a encarniçada luta entre os partidos republicanos acabaram por frustrar os ideais democráticos republicanos reprimidos pelo golpe de Estado que instituiu a ditadura em 1926.

Depois de uma tentativa revoltosa fracassada, em 1927, fruto da indefinição inicial da ditadura, deu-se, em 1928, o ingresso de Oliveira Salazar no governo e, com ele, sobreveio a estabilidade do regime, que se constitucionalizou em 1933.

Quem quer que se disponha a examinar a evolução da história portuguesa desde o processo de decadência, iniciado no fim do "Século Maravilhoso", deparar-se-á com três ideias que permeiam as análises de sua intelectualidade e orientam a ação das elites políticas. Segundo R. A. H. Robinson, são os três "ismos" que formam a especificidade da cultura política portuguesa: sebastianismo, regeneracionismo e situacionismo[128].

Das três, a ideia que apresenta conteúdo mais objetivo é a de regeneracionismo. Sua origem remonta às lutas do século XIX travadas em torno da implantação do liberalismo. Refere-se à ação do Partido Regenerador, criado em 1852 e que governou Portugal de 1851 a 1856, promovendo "o grande impulso do moderno capitalismo português,

127 Oliveira Marques, A. H. de. *Ensaios de história da I República Portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1988, p. 47.

128 Robinson, R. A. H. *Contemporary Portugal:* A History. Londres: George Allen and Unwin, 1983, p. 32-33.

pela intensificação de complexas operações financeiras a que deu lugar à construção dos caminhos de ferro"[129].

Descolado da realidade histórica que o originou, o vocábulo ganhou um sentido amplo e ambíguo que, como afirma Maria C. Proença, em momentos de crise nacional tem produzido um efeito catalisador ao redor de projetos que suscitam esperanças salvacionistas[130].

Diferentemente de sebastianismo, atribuído à credulidade das massas ignorantes, o mito da regeneração tem largo trânsito entre as elites intelectuais portuguesas, não sendo mesmo estranho às ideias que brotaram junto com a revolução de abril de 1974. Contudo, ambas as ideias partilham a mesma essência: remetem à expectativa positiva de que a ação esclarecida de um grande homem, com discernimento para identificar o caminho certo, pode levar Portugal a reencontrar as glórias e a respeitabilidade que um dia foram perdidas[131].

Profundamente impregnado desses valores morais e cristãos e, também, suficientemente sagaz para perceber a força legitimadora da ideia de regeneração, Oliveira Salazar explorou o quanto pôde a imagem do Estado Novo como força política situada acima dos interesses fracionários da nação e a sua própria imagem como a do homem providencial que iria restituir a Portugal sua dignidade junto às demais nações.

O que era expressão de atraso e fruto da opressão apresentava-se, conforme a propaganda sistemática do regime, como particularidade cultural e motivo de orgulho dos portugueses. Conservar a tradição, venerando a memória dos heróis e mitos da nacionalidade, constituía

129 Sá, Victor de. *Instauração do liberalismo em Portugal*. Lisboa: Horizonte, 1987, p. 94.

130 Proença, Maria Cândida. O conceito de regeneração no Estado Novo. In: *O Estado Novo:* das origens ao fim da Autarcia: 1926-1959 (Vários autores), v. 2. Lisboa: Fragmentos, 1987, p. 251-62.

131 Para Boaventura Santos, a permanência prolongada desses mitos nada mais representa senão a própria incapacidade das elites culturais portuguesas de se libertar do circuito fechado em que se encerraram e interpretar a história portuguesa em bases racionais, de modo a orientar um programa transformador: "enquanto objetos de discursos eruditos, os mitos são as ideias de um país sem tradição filosófica nem científica. O excesso mítico de interpretação é o mecanismo de compensação do déficit de realidade, típico de elites culturais restritas, fechadas (e marginalizadas) no brilho das suas ideias" (Santos, Boaventura de Sousa. Onze teses sobre Portugal In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 34. São Paulo, novembro de 1992, p. 137).

o alvo permanentemente perseguido pelas instituições e autoridades governamentais.

Eloquentes demonstrações dessa glorificação das tradições, que traduziam a aversão a tudo quanto pudesse significar alterações nas ultrapassadas estruturas socioprodutivas de Portugal e a promessa de uma infinita continuidade sem sobressaltos, foram a promoção, em 1938, do concurso que premiou a "aldeia mais portuguesa de Portugal" e, em 1940, a Exposição do Mundo Português. No preâmbulo do regulamento do concurso, expôs-se, sem qualquer subterfúgio, a finalidade a ser cumprida: "combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso país de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade nacional" e "desenvolver nos portugueses o culto pela tradição, estimulando o regionalismo nacional"[132]. Na exposição, na qual se destacavam o Pavilhão dos Descobrimentos, a Praça do Império, o Padrão dos Descobrimentos e a Nau Portugal[133], buscava-se reconstituir a história portuguesa, realçando-se os momentos cruciais em que o espírito português atingiu sua mais alta dimensão: 1140, 1640 e o próprio ano de 1940, ponto de chegada de uma trajetória marcada por datas e fatos de transcendental importância e quando se iniciava uma nova era de regeneração.

Por outro lado, o celibatário austero e solitário que "sabe o que quer e para onde vai", cuja única preocupação era "a realização de princípios e processos de governos diferentes – nem interesses nem prazeres, nem vaidades –, apenas uma política de tal forma superior que cure o país da outra política, da inferior"[134], não se constrangia em afirmar:

> com mãos carinhosas tomamos esta pobre Nação, morta de saudades, desalentada, escarnecida, e fizêmo-la reviver. Por cima da negação do que há de mais evidente e palpável na nossa obra, brilhará sempre, avultará sempre o despertar da consciência nacional, o prestígio de Portugal no

132 Citado por Joaquim Pais de Brito. O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal. In: *O fascismo em Portugal*. Atas do Colóquio da Faculdade de Letras. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982, p. 511.

133 Oliveira, Jorge Ramos de. Modernidade e tradição: algumas reflexões em torno da Exposição do Mundo Português. In: *O Estado Novo:* das origens ao fim da Autarcia: 1926-1959, *op. cit.*, p. 177-85.

134 Salazar, Oliveira. Entrevista ao *Diário de Notícias* de 20 de outubro de 1933.

> mundo: por toda a parte o orgulho de ser português remoça o sangue dos portugueses de hoje e permite repousem tranquilas no túmulo as cinzas heroicas dos portugueses de ontem[135].

Enquanto a imagem de Salazar se consolidava como a do economista de conhecimentos profundos, capaz de em breve prazo promover a regeneração financeira do Estado, a imagem do Estado Novo se fixava, sob sua orientação, como aquele que recuperou o sentido do império colonial, tal e qual o ideário cristianizador e civilizador quinhentista.

Sua política colonial caracterizou-se pelo nacionalismo extremado e pela forte centralização administrativa, numa reversão da orientação anterior. A política colonial da I República havia sido nacionalista, até mesmo porque se contrapunha à política monárquica, que não impediu a independência do Brasil e permitiu a humilhação do "ultimatum". Mas as diretrizes republicanas eram valorizar economicamente as colônias, abrindo-as inclusive ao capital internacional, e promover o povoamento branco.

Sob Salazar, o mundo colonial português transforma-se num santuário. É bem verdade que a crise de 1929 generalizou as tendências à elevação das barreiras alfandegárias e à proteção dos mercados coloniais. Para Salazar, porém, as relações metrópole-colônias tinham uma configuração estrutural que ultrapassava as vicissitudes da conjuntura. Esse papel a ser desempenhado pelas colônias tornou-se nítido com o Ato Colonial de julho de 1930. Pelo Ato Colonial, era suprimida a figura do alto comissário, substituída pela figura do governador-geral, submetido ao Ministério das Colônias. Além disso, suprimia-se a autonomia financeira das colônias, que assim passavam a depender do orçamento da metrópole, bem como restringia-se severamente o acesso dos capitais estrangeiros, em favor do capital de origem nacional. Em resumo, retornava-se a um regime bem próximo do Pacto Colonial, típico da fase mercantilista.

135 Discurso de 9 de dezembro de 1934. In: *Discursos*, v. I, p. 392-93.

Ao mesmo tempo, no plano doutrinário, desenvolvia a tese de que a manutenção de Portugal como Estado-Nação soberano dependia diretamente do império colonial. Era a existência das colônias e o que elas representavam para a história do mundo ocidental que faziam de Portugal um ator válido no sistema internacional. Sem elas, Portugal tornar-se-ia um país inviável.

Mediante o uso de uma retórica sentimental e hiperbólica, em que abundam as expressões extraídas das relações familiares, Salazar toca e explora à exaustão uma corda sensível da nação portuguesa. Castigada pela pobreza, pela instabilidade e turbulência da I República e, enfim, pela própria ditadura do Estado Novo, a nação vê com admiração e orgulho o fervor com que Salazar exalta a ação colonizadora, símbolo vivo da história do país:

> As fundas pegadas e traços que ficaram de nós na terra e nas almas, por muita parte onde não é hoje nosso o domínio político, e têm maravilhado os observadores desde as costas de Marrocos à Etiópia e do mar Vermelho aos Estreitos e ao mar da China, vêm exatamente de que a nossa obra não é a do caminheiro que olha e passa, do explorador que busca às pressas as riquezas fáceis e levantou a tenda e seguiu, mas a do que, levando em seu coração a imagem da Pátria, se ocupa amorosamente em gravá-la fundo onde adrega de levar a vida, ao mesmo tempo em que lhe desabrocha espontâneo da alma o sentido da missão civilizadora. Não é a terra que se explora: é Portugal que revive[136].

Em resposta às grandes potências, que tramam a apropriação do império português para satisfazer seus apetites imperialistas, Salazar exercita o nacionalismo português, evocando o caráter único da ação colonizadora de Portugal. Porque, ao contrário das demais metrópoles, que perseguem apenas o interesse material, o colonialismo de Portugal teria como fim a ação civilizadora e cristianizadora. Prova concreta dessa missão transcendente era a própria existência do Brasil. Segundo essa ideologia colonialista, Portugal seria um fabricante de *Brasis*: um grande

136 Exposição de 9 de outubro de 1939. In: *Discursos*, v. 3, p. 153-55.

país, filho de Portugal e onde todas as raças, em permanente processo de miscigenação, coexistem harmonicamente.

Essa ideia da tolerância racial e a propensão para a miscigenação constituem, enfim, a ideia-chave da defesa do colonialismo, não só contra a pressão das grandes potências, mas também e sobretudo contra a pressão do movimento anticolonialista, que se intensifica nos anos cinquenta. A regeneração de Portugal dependia, portanto, da retomada dessa missão iniciada pelos antepassados do século XV.

E foi justamente do Brasil, pela obra do sociólogo Gilberto Freire, que Portugal salazarista recebeu a mais valiosa contribuição para a sedimentação dessa tese, uma contribuição teórica que se vai somar à convergência de percepções das elites dirigentes acerca do funcionamento e da inserção dos dois Estados no sistema internacional do após-guerra e que, finalmente, forma um dos aspectos mais marcantes as relações luso-brasileiras na década de cinquenta.

4.2. Gilberto Freire e a afirmação da personalidade mestiça da nação brasileira

No comentário que enviou de Lisboa, em 1962, para ilustrar a contracapa da obra consagrada a homenagear Gilberto Freire pela passagem dos 25 anos de publicação de *Casa grande e senzala*, Pinhandara Gomes afirmou "considerá-la a primeira grande pedra lançada, no domínio da inteligência, para a construção do edifício ainda pouco adiantado que é o Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro"[137].

Em que pese a tendência aos arroubos retóricos que datas como essas usualmente suscitam, o comentário de Pinhandara Gomes não comporta reparos. Sem dúvida, *Casa grande e senzala* reconciliou o Brasil com Portugal, cujas relações haviam estremecido com a proclamação da República no Brasil, em 1889. A obra de Gilberto Freire fez mais por essa reconciliação do que os esforços realizados pelos homens de governo, ao mesmo tempo em que preparou o terreno para a exacerbada fraternidade

137 Amado, Gilberto *et alii*. *Gilberto Freire:* sua ciência, sua filosofia, sua arte. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

luso-brasileira, manifestada na segunda metade dos anos cinquenta nos discursos das elites intelectuais e políticas de ambos os países.

Casa grande e senzala foi publicado pela primeira vez em 1933. Veio à luz numa conjuntura histórico-intelectual de grande efervescência, que se abre em 1922 e se prolonga pela década de 30. Conforme Hélgio Trindade, o ano de 1922 tem especial significado para a identificação dessa conjuntura porque "nele eclodem quatro acontecimentos simbólicos que contêm a mutação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A Semana de Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética: uma nova etapa da organização política da classe operária se delineia, em março, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro D. Vital, ligado à revista *A Ordem*, de orientação católica, prenuncia a renovação espiritual; e, finalmente, a primeira etapa da revolução política tenentista irrompe, em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana"[138].

Todos foram movimentos que convergiam para o mesmo centro de preocupação intelectual: o problema da identidade nacional e o funcionamento das instituições. Reagiam contra o liberalismo mimético da Primeira República, empenhando-se na configuração clara do caráter do povo brasileiro, de modo a forjar instituições próprias à sua realidade.

No plano antropológico e sociológico, de modo geral a intelectualidade brasileira estava sintonizada com o discurso arianista. Isto é, lamentava-se o fato de o Brasil ter sido colonizado pelos portugueses, povo atrasado, situado à margem da civilização europeia, que se revelou incapaz de introduzir instituições que possibilitassem o ingresso do Brasil na modernidade e que, enfim, havia não só promovido o povoamento através do uso de escravos negros, como também havia com eles se miscigenado, criando um povo de mestiços sem personalidade. Eram "os nostálgicos da colonização holandesa; [...] os entusiastas da colonização alemã; [...] os que atribuem o progresso excepcional de São Paulo ao fato

138 Citado por Lucia Lippi Oliveira. Elite intelectual e debate político nos anos 30. *Dados*, n. 22. Rio de Janeiro, 1979, p. 75-97.

puro da predominância de elementos europeus – italiano, o alemão, o polonês –, para eles, superiores ao português"[139].

Oliveira Vianna constituía a mais prestigiosa voz a professar esse pessimismo quanto à formação de uma nacionalidade brasileira. Segundo ele, a aproximação do Brasil junto às nações mais ricas e cultas só poderia acontecer com a progressiva arianização da população brasileira. Nas notas complementares que introduziu na segunda edição de *Raça e assimilação*, de 1933, em resposta às críticas que lhe foram feitas por ocasião da publicação da obra, no ano anterior, Oliveira Vianna expôs com muita nitidez seu pensamento a respeito do papel do elemento negro na cultura brasileira.

> Não sei se o negro é realmente inferior, se é igual ou mesmo superior às outras raças; mas, julgando pelo que os testemunhos do presente e do passado demonstram, a conclusão a tirar é que, até agora, a civilização tem sido apanágio de outras raças que não a raça negra; e que, para que os negros possam exercer um papel civilizador qualquer, faz-se preciso que eles se caldeiem com outras raças, especialmente com as raças arianas ou semitas. Isto é: que percam a sua pureza[140].

Como assinala Thales de Azevedo, apesar dos estudos antropológicos de Roquete-Pinto, que renovaram a antropologia física e cultura do Brasil, a visão prevalecente entre a intelectualidade brasileira no início da década de 30 era a de que a mestiçagem do povo brasileiro era um sério obstáculo ao progresso do país[141]. O elemento mestiço era visto como um receptáculo dos fatores negativos inerentes às raças primitivas que se haviam fundido com a raça branca. Os elevados índices de criminalidade, o alcoolismo, a preguiça, as formas religiosas primitivas, a loucura, a falta de ambição e a sensualidade eram algumas dessas manifestações de degenerescência que explicavam o atraso.

139 Freire, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 52.

140 Vianna, Oliveira. *Raça e assimilação*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 206.

141 Azevedo, Thales. Gilberto Freire e a reinterpretação do mestiço. In: Amado, *op. cit.*, p. 74-78.

Ante essa matriz interpretativa do caráter do povo brasileiro, representou verdadeira revolução a tese apresentada por Gilberto Freire de que a mestiçagem entre o branco português, o índio e o africano havia produzido uma civilização superior, porque tropical, original e racialmente democrática. Para o crítico marxista Astrojildo Pereira, independentemente das considerações de ordem teórica que a obra *Casa grande e senzala* possa suscitar, seu maior valor reside no fato de que, pela primeira vez, um historiador ignorava a importância dos heróis oficiais e escrevia uma história do Brasil centrada nos "heróis coletivos e anônimos – os índios, os negros, os escravos, os trabalhadores"[142]. Para Otto Maria Carpeaux, a obra definiu "uma tomada de consciência histórica", na medida em que nela o Brasil se reconheceu e foi reconhecido[143]. Em suma, Gilberto Freire, em *Casa grande e senzala*, reverteu o pessimismo difundido pelas elites culturais quanto às possibilidades do povo brasileiro, ao revelar com otimismo os benefícios e as vantagens da mestiçagem.

Em breve tempo, a obra de Gilberto Freire tornou-o nacional e internacionalmente conhecido como o mais penetrante investigador da cultura brasileira, embora não lhe faltem críticos a assinalar insuficiências e deficiências na análise. Entretanto, a razão que nos leva a apontar a obra de Gilberto Freire como precioso instrumento de ativação da fraternidade luso-brasileira deve-se ao fato de a obra *Casa grande e senzala* constituir uma exaltada apologia da nação portuguesa cujo ano de publicação coincidiu exatamente com o início da obra de regeneração nacional que Oliveira Salazar começava a empreender em Portugal[144]. Aos personagens e símbolos quinhentistas portugueses – D. Henrique, Vasco da Gama, Camões, Caravelas e Padrões –, Gilberto Freire juntou uma teoria pela qual os heróis e os métodos colonizadores portugueses transcendiam sua época para eternizar-se no mundo de expressão portuguesa.

142 Pereira, Astrojildo. Simples opinião sobre "Casa grande e senzala". In: Amado, *op. cit.*, p. 385-91.

143 Carpeaux, Otto Maria. Uma página de Gilberto Freire. In: Amado, *op. cit.*, p. 150-57.

144 A coincidência quanto ao início do processo de afirmação da nacionalidade brasileira, através de Gilberto Freire, e da nacionalidade portuguesa, através de Salazar, e sua consequente articulação na teoria luso-tropicalista foram percucientemente analisadas por Gerald J. Bender. *Angola sob domínio português*: mito e realidade. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

Por considerar o povo português um povo etnicamente híbrido, indefinido entre a Europa e a África, no qual as influências moura e semita haviam deitado raízes, Gilberto Freire afirma sua singular predisposição para a colonização dos trópicos. Para o autor, as especificidades que forjaram o passado cultural português revelaram-se sob a forma de três atributos básicos e essenciais para a tarefa de colonização: miscibilidade, mobilidade e aclimatabilidade.

A miscibilidade explica a superação do problema relativo à desproporção havida entre a população da metrópole e as vastíssimas áreas colonizadas. No seu entendimento, essa tendência natural a misturar-se "gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato"[145] proporcionou ao português uma enorme vantagem sobre os demais concorrentes colonizadores, muito mais numerosos.

A mobilidade é uma qualidade proveniente da influência semita. Para o autor, essas condições físicas e psíquicas privilegiadas formaram a incomum capacidade de resistência do português ao meio ambiente hostil. Os constantes deslocamentos de guerreiros, administradores e técnicos, exigidos pela política colonial de Lisboa, "da Ásia para a América ou daí para a África, conforme conveniências de momento ou de religião"[146], comprovam essa predisposição para a mobilidade.

A aclimatabilidade, por fim, revela a qualidade resultante da proximidade da África, que se pronuncia, entre outras influências, no clima. As variações climáticas de Portugal fazem, assim, com que seu povo possa enfrentar com êxito às dificuldades próprias dos trópicos. Desse modo, os portugueses puderam vencer "as profundas dificuldades de aclimatação experimentadas pelos colonizadores vindos dos países de clima frio"[147].

Não obstante o olhar crítico que lançava sobre Portugal contemporâneo – "É um povo que vive a fazer de conta que é poderoso e importante. Que é supercivilizado à europeia. Que é grande potência colonial"[148] –,

145 Freire, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 9.

146 *Idem, ibidem*, p. 8.

147 *Idem, ibidem*, p. 10.

148 *Idem, ibidem*, p. 192.

Gilberto Freire rejeitava as teorias pelas quais se explicava o atraso brasileiro devido à colonização portuguesa. Ao contrário, afirmava que a colonização havia sido um êxito. Um êxito que se consubstanciava na maneira democrática como se processou a miscigenação no Brasil.

A análise histórico-sociológica da formação colonial do Brasil de *Casa grande e senzala* evoluiu, porém, em 1940, para uma análise do mesmo tipo em que o foco passava a ser o próprio Portugal. A partir da publicação de *O mundo que o português criou*, cimentava-se uma aliança duradoura entre os argumentos culturais desenvolvidos por Gilberto Freire e a política de regeneração nacional comandada por Oliveira Salazar, cujo epicentro era ocupado pela suposta superioridade da colonização portuguesa onde quer que ela tenha ocorrido.

Nessa publicação, além do deslocamento do foco da análise do Brasil para Portugal, Gilberto Freire subordina os atributos da mobilidade e da aclimatabilidade do povo português ao atributo da miscibilidade. Este último é por ele considerado como o mais poderoso elemento dissolvente biológico e social-cultural da colonização portuguesa, na medida em que subverteu o padrão convencional de beleza greco-romana, inventando um tipo plasticamente novo, que é o mestiço.

O mestiço, assim considerado, constitui um símbolo transnacional de um novo mundo, unido pela psicologia e pela cultura. Pois, quando os luso-descendentes de qualquer parte entram em contato uns com os outros "é para se sentirem espantosamente semelhantes nos seus motivos e nos seus estilos de vida"[149]. As semelhanças que apresentam em seus critérios ético e estético, determinando suas inclinações sentimentais e suas aspirações sociais e políticas, formam um mundo à parte, só compreensível quando levado em conta o conteúdo socialmente democrático da colonização portuguesa.

O que os homens do Estado Novo não haviam ainda conseguido fazer – isto é, legitimar historicamente a ação colonizadora portuguesa, contrapondo ao discurso da racionalidade econômica um discurso fundado nos valores cultural-civilizacionais –, Gilberto Freire o fez através da luso-tropicologia: "a especialização no estudo sistemático do

149 Freire, Gilberto. *O mundo que o português criou*, *op. cit.*, p. 46.

processo ecológico-social de integração de portugueses, descendentes de portugueses e continuadores de portugueses em ambientes tropicais"[150].

Todavia, é com o aparecimento de *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação* e de *Um brasileiro em terras portuguesas*, ambos publicados no ano de 1953, que Gilberto Freire dá forma mais definida à teoria luso-tropicalista.

O primeiro desses livros é uma espécie de diário da viagem que o autor empreendeu a Portugal e à quase totalidade do império ultramarino português em 1951-1952. O segundo é uma tentativa de sistematização de suas observações, apresentadas sob a forma de conferências proferidas em Portugal e nas colônias, por ocasião da viagem.

A viagem - iniciada em agosto de 1951 e encerrada em fevereiro de 1952 - resultou de um convite oficial do governo português, através de Sarmento Rodrigues, Ministro do Ultramar. Sua formulação requereu uma bem cuidada preparação diplomática, da qual se encarregou o Embaixador de Portugal no Brasil, Antônio de Faria.

A preocupação em realizar discretas sondagens sobre as possíveis repercussões do convite no Brasil decorria do interesse do governo português de cercá-lo de atenções especiais, sem contudo "fazê-lo muito ostensivamente se Gilberto Freire não [fosse] *persona grata* ao governo brasileiro"[151]. Tal melindre devia-se ao fato de Gilberto Freire ter sido candidato derrotado pela UDN, após ter exercido mandato de deputado federal pelo mesmo partido na legislatura anterior. Temia o governo português não só a eventualidade de algum ressentimento da parte do Presidente Getúlio Vargas, mas também a incompatibilidade entre os efeitos da viagem e a política anticolonialista desenvolvida por Vargas. No entanto, verificado que o Presidente, além de não alimentar nenhuma mágoa, cogitava nomeá-lo Embaixador, o convite seguiu seu curso.

Para o Estado Novo português, o convite tinha uma importância verdadeiramente estratégica. Encaixava-se no esforço que se vinha fazendo para melhorar a imagem do império colonial frente ao mundo.

150 Freire, Gilberto. *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa, 1958, p. 9.

151 Telegrama Confidencial do M. N. E. para a Embaixada no Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1951 (M. N. E., 2P, A57, M55).

Nesse sentido, em abril do mesmo ano de 1951, havia sido operada uma revisão do Ato Colonial, pela qual foi substituído o vocábulo *colônias* pela expressão *províncias ultramarinas*. A intensificação das críticas dirigidas ao colonialismo português, em boa parte, motivadas pela recusa de negociar a transferência da soberania sobre Goa para a Índia, dava caráter de urgência a essas reformulações.

De sua parte, Gilberto Freire aceitou o convite, apesar das críticas que se lhe fizeram, sob o argumento de que se tratava de uma viagem de estudos de caráter apolítico, ao contrário de dois convites anteriores, em que havia percebido a intenção manipuladora do governo de Portugal[152].

Aventura e rotina, tal como apresentado pelo autor, é um amplo painel em que retrata as características comuns existentes em todas as áreas de colonização portuguesa. Constam observações sobre os hábitos, os costumes e os tipos humanos. Detém-se particularmente nas formas exteriores da religiosidade, nas práticas alimentares e na arquitetura desenvolvidas pelos povos asiático e africano, buscando sempre identificar os elementos próprios e derivados da ação colonizadora portuguesa. As observações de natureza política são raras. E, sempre quando se arrisca a alguma crítica ao Estado Novo, esta é acompanhada de críticas ao funcionamento da democracia brasileira, compensando as insuficiências de um regime pelos excessos do outro, embora, por outro lado, não lhe escape uma sutil crítica à política do Itamaraty, dessa vez compensada por um elogio à política externa portuguesa:

> Aos poucos, outros continuadores de Rio Branco se convencerão de que, se fosse vivo o Barão, estaria liberto de qualquer arianismo, pensando nesses povos e nas relações com o Brasil com um mundo novo que se levanta: um mundo de gente de cor como, aliás, grande parte da população brasileira. Bem o previu D. João II ao enviar Pêro de Covilhã à Arábia, à Índia e às terras do preste João. Bem o previu Fernão Mendes Pinto ao chegar ao Extremo Oriente.

152 Segundo Gilberto Freire, as intenções manipuladoras evidenciaram-se no fato de os convites terem sido feitos pelo Serviço Nacional de Informação do governo português. Ver: *Aventura e rotina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, p. 11.

> Foram eles, de certo modo, precursores de uma política internacional portuguesa, e hoje, brasileira, de particular confraternização do luso-europeu com culturas tropicais e orientais e com povos por outros europeus e americanos chamados desdenhosamente de cor[153].

Em *Um brasileiro em terras portuguesas*, dedicado à exposição da teoria luso-tropicalista, Gilberto Freire concentra-se nos argumentos antes explicitados em *Casa grande e senzala*, segundo os quais o povo português possui uma aptidão única em civilizar os trópicos, mediante, principalmente, sua tendência a se miscigenar sem preconceitos.

A viagem ao mundo colonial e a publicação dos dois livros consolidaram a aliança entre Gilberto Freire e o governo português, que se havia estabelecido com a publicação de *O mundo que o português criou*. A imensa respeitabilidade que desfrutava junto aos luminares da comunidade acadêmica internacional foi capitalizada pelo governo português, que nunca cansou de cortejá-lo. O ápice das homenagens a ele rendidas consumou-se, em 1962, quando a Universidade de Coimbra conferiu-lhe o grau de Doutor Máximo.

Por outro lado, no Brasil, ainda que nunca se houvesse desconsiderado a importância de sua intervenção intelectual nos anos 30, sua imagem ficou completamente comprometida junto aos setores que o viam como um instrumento da ditadura salazarista e do colonialismo português.

Conquanto esse papel de elaborador de um dispositivo discursivo de defesa do colonialismo português não possa ser contestado, não se pode igualmente negar que suas intervenções estejam permeadas de ambiguidades – que poderiam ser sintetizadas no fato de Gilberto Freire fazer a apologia da ação colonizadora de Portugal, elegendo, porém, o Brasil como arquétipo. Ou seja, se a Portugal cabe o mérito de possuir a aptidão para colonizar os trópicos, foi no Brasil que essa aptidão se realizou. Em nenhuma outra parte do império colonial português o processo de miscigenação se deu no mesmo grau e na mesma intensidade

153 *Aventura e rotina.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1953,, p. 175.

com que aconteceu no Brasil. E é essa singular condição brasileira, aos olhos de Gilberto Freire, que fazia do país, mais do que o próprio Portugal, a grande referência para todos os povos de expressão portuguesa. O que atribuía ao Brasil uma grande responsabilidade, que incluía "nossos deveres de solidariedade ativa, e não apenas sentimental, para com os povos de formação lusitana e de língua portuguesa, dispersos por meio mundo e que se voltam para o Brasil como para o mais adiantado de seus irmãos"[154].

De acordo com sua percepção luso-tropicalista, competia ao Brasil desenvolver uma marinha de guerra e mercante que, "juntamente com uma aviação de longo alcance, faça sentir a presença brasileira entre irmãos separados de nós por grandes distâncias e estabeleça com esses povos fraternos, mas distantes, um completo sistema de relações culturais e econômicas"[155]. Tal política de aproximação junto a essas populações configurava-se necessária porque, "sem a presença brasileira, algumas delas" correriam "o risco de serem absorvidas por imperialismos em franca expansão, como o sul-africano"[156].

Enfim, embora, como já foi dito, o aspecto mais visível de sua obra tenha sido a apologia do sistema colonial português, não há porque omitir esse outro aspecto, não menos importante de perceber o mundo de expressão portuguesa como um bloco transnacional no qual ao Brasil estava reservado o papel de polo de atração.

154 Freire, Gilberto. Ainda sobre a importância do mar para o Brasil. In: *Diário popular*. Lisboa, 5 de agosto de 1958.

155 *Idem, ibidem*.

156 *Idem, ibidem*.

Capítulo 5
O Tratado de Amizade e Consulta e a comunidade luso-brasileira

O Tratado de Amizade e Consulta foi o instrumento jurídico que deu forma às relações políticas luso-brasileiras na década de 1950. Assinado no governo de Getúlio Vargas (1953), ratificado no de Café Filho (1954) e regulamentado no de Juscelino Kubitschek (1960), com a finalidade original de harmonizar as políticas externas dos dois países pelo mecanismo das consultas mútuas, o Tratado acabou por funcionar como um polo imantado ao redor do qual passaram a gravitar todas as correntes de opinião interessadas em ver prevalecer sobre os interesses nacionais brasileiros os interesses colonialistas portugueses.

Inicialmente, o Tratado serviu para formalizar o apoio brasileiro às pretensões de Portugal em manter Goa, Damão e Diu sob sua soberania. Mas, ao longo do governo Kubitschek, quando Portugal passou a sofrer pressões dentro das Nações Unidas para preparar a independência das colônias africanas, o Tratado se tornou o mais forte argumento a favor dos ocidentalistas do Itamaraty para desenvolverem uma política diplomática contrária a essas pressões. Por permitir que a hábil diplomacia portuguesa se mantivesse permanentemente a par dos meandros do processo decisório brasileiro, o Tratado de Amizade e Consulta constituiu-se em sólida barreira contra todas as iniciativas da corrente nacionalista que pudessem, de algum modo, criar embaraços para os interesses lusitanos.

O historiador José Honório Rodrigues, partidário da política externa independente brasileira de início dos anos sessenta, ao postular, em 1961, uma política brasileira de maior aproximação com a África, assim avaliou o papel cumprido pelo Tratado nas relações político-diplomáticas com Portugal: "O Tratado é uma vitória portuguesa, arrastando o

Brasil para a sua órbita [...], visando a dispor de nosso apoio nas suas dificuldades internacionais"[157].

A ideia que resultou no Tratado de Amizade e Consulta foi de autoria do Embaixador brasileiro em Lisboa, João Neves da Fontoura, no contexto das negociações que levaram à assinatura da Convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal em dezembro de 1943.

Lusófono arrebatado, Neves da Fontoura pretendia fazer da Convenção Ortográfica o ponto de partida para uma negociação mais ampla entre os dois Estados, de modo a conciliar os interesses emigratórios portugueses com os interesses imigratórios brasileiros.

> Ontem assumimos o compromisso de juntos assegurarmos a defesa, a expansão e o prestígio do idioma das duas Pátrias. Sem ciúmes ou reservas de domínios. Amanhã, se Deus quiser, havemos de garantir a portugueses no Brasil e a brasileiros em Portugal um estatuto de exceção, permitindo àqueles e a estes direitos tão semelhantes como se fossem cidadãos da mesma Pátria, com as portas de cada país abertas para a entrada dos indivíduos, como culturas[158].

Para efetivar essa ideia, o Embaixador já havia apresentado, um mês antes (novembro de 1943), à apreciação do governo português um projeto de decreto intitulado "Estatuto dos Portugueses no Brasil", que dispunha sobre facilidade de entrada, estabelecimento e naturalização dos portugueses no Brasil: sua equiparação, para efeito de emprego no Brasil, desde que estivessem em certas condições de afinidade familiar brasileira ou duração de residência; e concessão dos mesmos direitos atribuídos aos brasileiros, mas excetuados os que figuravam na lei constitucional[159].

157 Rodrigues, José Honório. *Brasil e África:* outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961, p. 314.

158 Fontoura, João Neves da. Discurso pronunciado por ocasião de inaugurar-se a Sala Brasil na Academia de Ciências de Lisboa, em 20 de dezembro de 1943. In: *Palavras aos portugueses*. Lisboa: Dois Mundos, 1946, p. 126.

159 Cf. Apontamento Confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, jun. 1951.

No entanto, apesar de o conteúdo do projeto de Neves da Fontoura ir ao encontro dos interesses de Portugal de ver criadas condições mais favoráveis de entrada de seus emigrantes no Brasil, o governo português manifestou sua preferência pela celebração de um acordo sobre a matéria, por entender que seus interesses ficariam mais bem assegurados se se firmasse uma convenção, ao invés de se ter a questão regulada apenas por um documento interno brasileiro. O argumento usado pelos portugueses era que o decreto, "pela sua imprecisão", faria com que as regalias anunciadas ficassem sujeitas a "interpretações limitativas e discricionárias"[160]. Ao mesmo tempo, para imprimir maior velocidade às negociações que tanto o interessavam, o governo português fez acompanhar sua resposta com um projeto de convenção a ser apreciado pelo governo brasileiro.

Conquanto reconhecesse a maior conveniência da "fixação bilateral das bases de um estatuto idêntico, para reger os direitos dos portugueses no Brasil e dos brasileiros em Portugal"[161], o Embaixador brasileiro rejeitou o projeto de convenção apresentado pelo governo português e, em janeiro de 1945, apresentou o contraprojeto brasileiro. Esse contraprojeto, porém, segundo análise do Ministro dos Negócios Estrangeiros Oliveira Salazar, no seu espírito pouco diferia do projeto de decreto-lei inicial.

No mês seguinte, para perplexidade da diplomacia portuguesa, antes mesmo de ela se pronunciar oficialmente sobre o documento enviado pelo Embaixador Neves da Fontoura, Rui Ribeiro Couto, Primeiro-Secretário da Embaixada brasileira em Lisboa, fez chegar a Oliveira Salazar um projeto de convenção, elaborado a quatro mãos com o diplomata português Marcelo Mathias, que dizia ter a aprovação do Presidente Getúlio Vargas[162]. Ante o inusitado do fato, o governo português procedeu com discrição, sem deixar, porém, de examinar o Projeto Ribeiro Couto. No parecer que elaborou para a chancelaria

160 Cf. Apontamento Confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, jun. 1951.

161 *Idem, ibidem*.

162 A participação do diplomata português Marcello Mathias na elaboração do projeto de convenção apresentado pelo Primeiro-Secretário Ribeiro Couto consta de uma Informação de Serviço assinada por Neto de Carvalho e enviada ao Embaixador português no Rio de Janeiro, Antônio de Faria, em 27 de agosto de 1951 (M. N. E., PEA 166-a).

portuguesa, o relator Pedroso Rodrigues, além de especular sobre as razões que teriam levado o diplomata brasileiro a tão estranho comportamento, observou que o documento nada apresentava de novo que pudesse representar qualquer avanço para as negociações. Para ele, esse documento nada mais era que "uma declaração de princípios, [pois tão-somente] exprime um voto, esboça uma atitude, em todo o caso limitada pelas regras constitucionais em vigor num e noutro dos dois países, mas praticamente não facilita nem resolve, não põe nem tira"[163].

As negociações para a assinatura de um acordo sobre o estatuto dos portugueses no Brasil praticamente foram suspensas em outubro de 1945, sem que o governo português tivesse chegado a uma conclusão se de fato o Primeiro-Secretário Ribeiro Couto estava autorizado pelo Presidente Vargas a desrespeitar a hierarquia e a antecipar-se ao Embaixador brasileiro nas negociações.

O afastamento de Vargas e o fim do Estado Novo brasileiro foram os fatores responsáveis por essa paralisação. Embora Neves da Fontoura tenha sido nomeado Ministro das Relações Exteriores do governo de Gaspar Dutra, sua atitude passou a ser de reticência. Quando solicitado pela diplomacia portuguesa a retomar o curso das conversações, Neves da Fontoura limitou-se a prometer formar uma comissão de juristas, tendo à frente Santiago Dantas e Temósteles Cavalcante, que se encarregaria de examinar a questão a elaborar um parecer.

No entanto, o retorno de Vargas à Presidência, em 1951, despertou entre os portugueses o interesse em reinserir a questão na pauta diplomática. Tendo dirigido com êxito a acomodação de Portugal no novo sistema internacional, Salazar volta suas vistas para o Brasil, país que ele considerava imprescindível para as coordenadas geopolíticas portuguesas. Apesar do ceticismo com que encarava as relações com o Rio de Janeiro – "Tenho negociado e tratado com todo o mundo, desde os ingleses aos japoneses, e sempre no fim se apura qualquer coisa, quinze por cento, dez por cento dos esforços feitos, mas com o Brasil não sei o que é, não se apura nada. É mensagem para lá, mensagem para

163 M. N. E., PEA 166-a.

cá, e nada"[164] –, Salazar contava com a simpatia que Vargas devotava aos portugueses para ter o Brasil junto de Portugal no contencioso com a Índia, a propósito de Goa.

A despeito do interesse da diplomacia portuguesa em ver a questão avançar, sua posição era de cautela. Pelo fato de a Constituição de 1946 ter eliminado algumas restrições que pesavam sobre a imigração, a questão da emigração perdera a urgência. Além disso, Salazar rejeitava a ideia de reciprocidade de direitos, ao mesmo que via com muita desconfiança algumas posições assumidas pelo governo Vargas.

Por considerar o sistema político brasileiro muito instável, sujeito a crises periódicas, temia que a reciprocidade de direitos abrisse uma porta para que os brasileiros emigrassem para Portugal, criando dificuldades para os portugueses no mercado de trabalho.

Outro ponto a causar sérias preocupações era a reivindicação brasileira de que a equiparação de direitos fosse estendida às colônias. Na avaliação da diplomacia portuguesa, era necessário precaver-se contra a "mentalidade expansionista brasileira", que se havia revelado durante a II Guerra Mundial. De acordo com essa ótica, o nacionalismo de Vargas e seu discurso anticolonialista revelavam a "presunção" de que lhe cabia "dirigir, no plano internacional, os destinos do mundo de língua portuguesa"[165]. Desse modo, entendia-se que em todas as negociações sobre um acordo entre os dois países não deveria envolver as colônias.

Ainda no ano de 1951, surgiu outro projeto de convenção da lavra da diplomacia brasileira, dessa vez apresentado pelo Embaixador brasileiro em Lisboa, Leão-Gracie. O novo projeto, intitulado Convenção de Amizade e Consulta, mantinha praticamente todas as disposições do Projeto de Estatuto dos Portugueses no Brasil, de Ribeiro Couto. A única alteração introduzida por Leão-Gracie estava no artigo primeiro, em que propunha "a promessa de consulta dos dois governos nas questões internacionais de interesse comum para os dois países, excluídas as

164 Citado por Franco Nogueira. *Salazar:* O ataque (1945-1958). 2. ed. v. 4. Porto: Livraria Civilização Editora, 1985, p. 256.

165 Apontamento Confidencial do M. N. E., junho de 1951.

questões ibéricas e americanas"[166]. Conforme esclarecimentos prestados pelo autor do projeto ao Embaixador português no Rio de Janeiro, Antônio de Faria, a proposta de consulta prévia por parte dos dois governos foi inspirada em artigo semelhante do Tratado de Amizade e Não Agressão, de março de 1939, firmado entre Espanha e Portugal[167].

Não obstante o empenho da diplomacia portuguesa em aproveitar a dedicação de Leão-Gracie, a atitude do Ministro Neves da Fontoura continuava a ser de indiferença. Para os portugueses, o comportamento do Ministro brasileiro, considerado um grande amigo de Portugal, só podia ser explicado pelas suas dificuldades em relacionar-se com Vargas e também pelo fato "de ainda não haver recebido a Grã-Cruz de Cristo, que ambicionava avidamente"[168].

As negociações em torno do projeto voltaram a evoluir após sua apreciação pelo chefe do Departamento Político do Itamaraty, Heitor Lira, antigo Embaixador do Brasil em Lisboa. No parecer do Embaixador português Antonio de Faria, o projeto do tratado era razoável e o governo português deveria assiná-lo. Sua única objeção era o artigo referente aos domínios ultramarinos portugueses. No seu entender, os brasileiros deveriam ser mantidos afastados das colônias, mas, ao mesmo tempo, convencidos de que a "África não [era] propriamente uma concorrente, mas aliada potencial como produtora de matérias-primas e outros artigos tropicais"[169]. Ademais, sugeria que a Chancelaria portuguesa propusesse a introdução de "uma cláusula de revisão de textos, livros e publicações utilizados nos estabelecimentos de ensino com o intuito de afastar do espírito das crianças das escolas quaisquer animosidades contra o nosso país"[170].

As perspectivas de assinatura do tratado tornaram-se mais promissoras depois da entrevista de Antônio de Faria com Getúlio Vargas. Na ocasião, o Presidente brasileiro mostrou-se favorável a que fossem tomadas providências no sentido de que se eliminassem as dificuldades

166 Ofício para Lisboa, 27/07/1951 (M. N. E., PEA 166-a, Proc. 173, n. 290).

167 Informação de Serviço, 27/08/1951 (M. N. E., PEA 166-a).

168 Nogueira, Franco, *op. cit.*, p. 257.

169 Ofício Confidencial para Lisboa, 24/07/1951 (M. N. E., PEA 166-a, Proc. 173, n. 293).

170 *Idem, ibidem*.

enfrentadas pelos imigrantes portugueses. Da mesma forma, concordou com o argumento sustentado por Antônio de Faria de que, "devido à situação (...) do mundo" à época, quando o Atlântico, que separa os dois países, "deixara de ser um oceano para ser um pouco maior do que um lado que tão rapidamente se atravessa, a presença de territórios portugueses na costa africana em frente ao Brasil, e de ilhas portuguesas" que podiam "comandar a defesa do Atlântico Sul", fornecia então "um argumento a mais" para que ambos os países se entendessem melhor[171].

Para a Embaixada portuguesa, as condições nunca haviam sido tão propícias à assinatura de um acordo. Em boa parte, a formação desse clima positivo devia-se à atuação de Gilberto Freire. Seus textos e palestras galvanizaram a opinião de influentes intelectuais, que se aproximavam cada vez mais das posições portuguesas. Contra os pareceres técnicos que apontavam as insuficiências das relações econômico-comerciais e, por conseguinte, a baixa prioridade de Portugal nas relações externas brasileiras, prevaleciam as posições fundadas em razões culturais e políticas.

A negociação sobre o tratado com Portugal volta a acelerar-se com a nomeação de Vicente Rao para o Ministério das Relações Exteriores, em substituição a Neves da Fontoura, em junho de 1953. Natural de São Paulo, ligado à UDN, Vicente Rao foi incluído na reforma ministerial promovida por Vargas com a finalidade de proporcionar maior estabilidade ao governo, que vinha sofrendo violento assédio da oposição.

Logo que empossado e inteirado do curso das negociações com Portugal, o novo Ministro passa a pressionar a Embaixada portuguesa com vistas à rápida conclusão do processo diplomático. Por sua vez, o governo português, que vinha protelando a apresentação de seu parecer sobre o projeto, preocupado com o impacto que suas objeções pudessem criar junto às posições cada vez mais nacionalistas e anticolonialistas de Vargas, decide-se a abrir o jogo. A principal preocupação consistia em dar forma satisfatória à política de limitar todos os benefícios do

171 Apontamentos do Embaixador Antônio de Faria. Conversa com o Presidente Getúlio Vargas, em 06/10/1951, no Palácio do Catete (Confidencial, M. N. E., PEA 166-a).

tratado apenas ao território metropolitano. Tratava-se de excluir dele os territórios coloniais, sem chamar a atenção dos setores nacionalistas.

Contudo, logo se verificou que a apreensão da diplomacia portuguesa era infundada. Do lado brasileiro também não havia interesse em que as colônias portuguesas fossem incluídas no instrumento jurídico: a objeção à inclusão fora levantada pelo Ministério da Justiça por motivações raciais. Isto é, temia-se que a extensão dos benefícios imigratórios ao conjunto do império colonial português atraísse para o Brasil negros e amarelos provenientes da África e da Ásia, respectivamente[172].

Assim, compatibilizadas as posições racistas das autoridades brasileiras com o receio português de que o tratado pudesse servir de instrumento para a influência brasileira na África, procedeu-se a sua assinatura em 16 de novembro de 1953.

Na visão de Vicente Rao, a assinatura do tratado representava uma vitória diplomática brasileira, que, por esse meio, garantia a consecução do processo de projeção internacional do Brasil. Para ele, a cláusula mais importante era aquela pela qual os dois Estados comprometiam-se a consultar-se "sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum"[173], o que equivalia a dizer que, após ter cumprido um destacado papel na defesa do Atlântico Sul durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil passaria a participar ativamente das relações

172 Telegrama para Lisboa, 21/09/1953 (M. N. E., PEA 166-a, N. G. 2593, A 49); e Nota Confidencial e reservada n. 95, de 16/11/1953, dirigida ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Vicente Rao, pelo Embaixador português, Antônio de Faria (M. N. E., PEA 166-a, Proc. 173, n. 766).

> "Com referência ao Tratado de Amizade e Consulta desta data entre Brasil e Portugal, tenho a honra de confirmar, por instrução do meu governo, que, conforme, ficou esclarecido no decurso das negociações, a expressão 'Portugal' constante no artigo 5º do referido Tratado deve ser interpretada, para todos os efeitos daquele artigo, como significado apenas o território metropolitano português.
> A presente Nota e a resposta de Vossa Excelência constituirão o acordo dos nossos governos sobre a matéria.
> Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.
> Assinado Antônio de Faria".

173 Tratado de Amizade e Consulta Brasil-Portugal – 16/11/1953: Art. I – As Altas Partes Contratantes, tendo em mente reafirmar e consolidar a perfeita amizade que existe entre os dois povos irmãos, concordam em que, de futuro, se consultarão sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum (ver: *Tratados e Atos Internacionais Brasil-Portugal*. Lisboa: Edição do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil-SEPRO, 1962, p. 228-30).

políticas europeias. Portugal deveria constituir-se, assim, na porta de entrada através da qual o Brasil articular-se-ia com o sistema de segurança do Atlântico Norte[174].

Essa era, no entanto, uma visão muito otimista do futuro e, na verdade, nada lúcida a respeito da posição de Portugal no contexto político europeu. Considerados os interesses em jogo, todos os louros da vitória diplomática deveriam ser atribuídos ao governo português.

Portugal havia sido salvo de um completo isolamento internacional no pós-guerra, em função da Guerra Fria e da importância estratégica de seu território e das ilhas atlânticas para a estratégia de defesa da Aliança Ocidental. Por essas razões, ao contrário do ocorrido com a Espanha de Franco, Portugal figurou como membro fundador da OTAN. Uma participação prestigiosa, na medida em que o tornava o principal interlocutor ibérico para o mundo ocidental, mas que muito pouco ou quase nada contribuía para a plena realização de seus objetivos estratégicos, dado que estes se concentravam no Atlântico Sul, o canal lusíada, como o denominavam os militares portugueses. Na Europa, seu território era de baixíssimo risco em face de uma possível invasão soviética, ao mesmo tempo em que também era baixo seu nível de desenvolvimento industrial e o poder de fogo de suas forças armadas, o que resultava numa insignificante influência nas relações político-estratégicas europeias. Por outro lado, era no Atlântico Sul, fora do círculo protetor da OTAN, que se situavam suas extensas e ricas colônias africanas, consideradas por Salazar como as razões da capacidade de intervenção do Estado no sistema internacional e que, por isso, deveriam permanecer perpetuamente sob a soberania de Lisboa.

Tendo em vista a natureza e o sentido dos interesses estratégicos portugueses, uma bem afinada aliança com o Brasil parecia absolutamente indispensável. E era justamente isso que o Tratado de Amizade e Consulta proporcionava. Além de contar com a simpatia dos intelectuais formadores de opinião e com a pressão exercida pela colônia portuguesa no Distrito Federal, a diplomacia portuguesa passava a contar também

174 Entrevista do Ministro Vicente Rao à revista *Visão*, 11/12/1953.

com o auxílio do Itamaraty para fazer frente ao anticolonialismo que ameaçava seus interesses vitais.

Apesar da evidente desproporção dos benefícios distribuídos pelo tratado, poucas foram as objeções feitas. De modo geral, prevaleceram amplamente as opiniões que o saudaram como um grande acontecimento diplomático. Entre as raras notas dissonantes do harmônico coro formado pela Universidade do Brasil, Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, Academia Brasileira de Letras, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Academia Carioca, Federação das Associações Portuguesas do Brasil, entre outras instituições, registraram-se as críticas do vereador carioca Magalhães Júnior e da revista paulista *Anhembi*.

O vereador Magalhães Júnior, na sessão de 12 de dezembro de 1953, tomada pelos comentários favoráveis à assinatura do tratado, manifestou-se argumentando que a economia colonial portuguesa era concorrente da brasileira, que Portugal estava mais interessado em canalizar sua corrente emigratória para as colônias africanas e não mais para o Brasil e que a defesa que o Brasil fazia dos interesses coloniais portugueses na Índia constituía um absurdo que contrariava as tradições diplomáticas brasileiras[175].

A revista *Anhembi*, por sua vez, traduzindo os sentimentos oposicionistas da colônia portuguesa radicada em São Paulo, concentrava seus ataques no regime político português:

> Que interesse comum internacional poderá existir entre um país totalitário e um país livre? Sob o ponto de vista político, Portugal só poderá interessar ao Brasil no dia em que se libertar de Salazar. Enquanto aquilo for ditadura e isto aqui país livre, não há entendimento possível[176].

Essas manifestações críticas, porém, não influenciaram o Congresso Nacional brasileiro, que examinou o tratado com as mesmas lentes teóricas do Ministério das Relações Exteriores e pronunciou-se com os tradicionais exageros retóricos reservados às relações luso-brasileiras.

175 *Diário Oficial da Câmara do Distrito Federal*, 19/12/1953.

176 *Anhembi*, n. 38, v. 13, p. 293-94. São Paulo, jan. de 1954.

Segundo o parecer do presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados, Lima Cavalcante, aprovado por unanimidade em 30 de abril de 1954, e segundo o parecer do vice-presidente, Deputado Hélio de Burgos Cabal, o tratado era de extrema conveniência para o Brasil:

> Pelo seu passado colonizador, o ser ouvido e consultado Portugal, quando o problema for americano, isto representa como que um direito tradicional, um apelo nosso à sua experiência. Mas quando o problema for europeu, asiático ou africano, isto representará vitória nova para o Brasil a nossa palavra e as nossas sugestões presentes e atuantes, por intermédio de Portugal, em outros continentes.
>
> E sabendo-se quanto são reais e profundas as afinidades entre brasileiros e portugueses pode-se calcular a boa-fé com que sempre nos consultaremos e a harmonia com que nos apresentaremos juntos, depois de tais consultas, nos conclaves internacionais[177].

Na cerimônia promovida pelos funcionários do Itamaraty para homenagear o Ministro Vicente Rao, em virtude do primeiro aniversário de sua administração, o orador Vasco Leitão da Cunha, Secretário-Geral, citou o Tratado de Amizade e Consulta como sua maior realização. Isso deu ensejo a que o Ministro reafirmasse suas convicções, de maneira bem clara e objetiva, de que o Tratado de Amizade e Consulta atualizava o Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil, de 1825, no qual se afirmou a amizade perpétua de Brasil e Portugal, ao mesmo tempo em que estabelecia "a base para a influência do Brasil na política europeia, de maneira a forçar os países do Velho Mundo a considerar com o Brasil os problemas e as soluções" que poderiam "ser alvo do veto dos 'grandes' e maior esforço no sentido do direito igual das nações"[178].

Do lado de Portugal, a ratificação do Tratado aconteceu em dezembro de 1954, quando a Assembleia Nacional, com base no parecer da Câmara Corporativa, aprovou-o por unanimidade. No discurso com que

177 Parecer do presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados, Lima Cavalcante, sobre o Tratado de Amizade e Consulta, 28/04/1954 (M. N. E., PEA 179).

178 Ofício para Lisboa, 14/07/1954 (M. N. E., PEA 166-a).

abriu a sessão, Salazar chamou a atenção dos membros da União Nacional (único grupamento político reconhecido pelo Estado Novo) para o fato de o Brasil, além de ser um grande país de cultura portuguesa, pertencer aos quadros da ONU e da OEA. Segundo ele, a importância para Portugal de o Brasil ser membro da OEA ultrapassava em larga medida o pertencimento à ONU. Para ele, na ONU o Brasil não teria possibilidade de alterar a correlação das forças internacionais a favor das posições portuguesas, ao passo que, junto à OEA, o Brasil poderia obter a solidariedade de todo o continente para essas mesmas posições[179].

Ratificado o Tratado pelas duas partes contratantes, o objetivo imediato da diplomacia portuguesa passou a ser o de arrancar do Brasil posições fortes e inequívocas sobre os direitos de Portugal na Índia, de modo a contra-arrestar as pressões que lhe vinham sendo feitas. Esse objetivo não foi difícil de ser cumprido, apesar das mudanças políticas ocorridas no Brasil, com o suicídio do Presidente Vargas em agosto de 1954. Sua substituição por Café Filho e o ingresso no governo de elementos ocidentalistas e conservadores, como o novo Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, longe de afastar o Brasil de Portugal, concorreram para intensificar ainda mais as relações entre os dois países.

Com essa finalidade de melhor cimentar as relações luso-brasileiras, promoveu-se a viagem do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Cunha, ao Brasil, em setembro de 1954. No país, Paulo Cunha realizou intenso programa de conferências e visitas a instituições, onde expôs as posições portuguesas relativas à Índia. Assinou os Acordos Cultural e Comercial e ratificou o Tratado de Amizade e Consulta. Além disso, coroou sua missão diplomática com a resposta positiva de Café Filho para visitar Portugal.

O assentimento de Café Filho ao convite para ir a Portugal encerrava em favor de Salazar um antigo impasse. Getúlio Vargas havia convidado o Presidente português Craveiro Lopes a visitar o Brasil, mas Salazar havia objetado que tal visita só seria possível após o Presidente brasileiro

179 Discurso de Oliveira Salazar na Assembleia Nacional portuguesa, ao ser aprovado para ratificação o Tratado de Amizade e Consulta, 06/12/1954.

retribuir a visita do Presidente Antonio José de Almeida, realizada em 1922. Para esse efeito, a visita de Epitácio Pessoa não era considerada pelos portugueses, pelo fato de o Presidente brasileiro, apesar de eleito, não ter ainda tomado posse. Em suma, era um impasse que traduzia a postura imperial que Salazar mantinha em relação ao Brasil, já que para ele Portugal não deveria fazer nenhuma concessão que servisse para alimentar as expectativas brasileiras de liderar a comunidade luso-brasileira.

Não obstante as fortes pressões contrárias à viagem, em virtude da delicada situação política brasileira, os setores pró-Portugal do Itamaraty convenceram o Presidente de que a viagem era necessária não só por ter aceitado o convite, mas também para demonstrar que, sendo feita em meio a tantas dificuldades, serviria para dar a Portugal uma prova eloquente de apreço e confirmar a solidariedade aos direitos portugueses sobre Goa[180].

Pressionado pelos argumentos dos defensores da viagem e seduzido pela pompa das homenagens programadas pelas autoridades portuguesas, Café Filho terminou por realizar a viagem a Portugal em maio de 1955. Acompanhado pelo Chanceler Raul Fernandes e pelo Ministro da Marinha, Amorim do Vale, o Presidente brasileiro cumpriu todo o ritual, correspondendo plenamente às expectativas do governo português ao reafirmar os compromissos brasileiros para com a comunidade luso-brasileira, enfatizando particularmente o apoio dedicado a Portugal na questão de Goa.

Para Portugal, a viagem e as declarações de Café Filho representaram mais uma vitória diplomática. Além disso, constituíam vitória no campo econômico-comercial, pois, em virtude da aliança política que se selava, Portugal conseguia melhor equacionar as suas dificuldades de relacionamento comercial com o Brasil. Com exclusão dos produtos tropicais produzidos nas colônias africanas, que concorriam no mercado internacional com os produtos brasileiros, Portugal conseguia exportar

180 Telegrama para Lisboa, 10/03/1955: "Diário Carioca publica hoje editorial seu redator-chefe Danton Jobim apoiando a visita do Presidente de Portugal. O artigo foi por mim sugerido ao Chefe do Cerimonial da Presidência, irmão jornalista J. de Macedo Soares, a fim de neutralizar outro contrário à viagem, há dias publicado por motivos políticos" (M. N. E., 2 P, A 5, M 54, N. G. 790, n. 57).

poucos produtos, em sua maioria destinados à colônia de imigrantes portugueses, além dos chamados produtos de Natal. Com base na aliança política, o governo português acreditava que esses aspectos comerciais passariam a interferir menos nas relações dos dois países.

Após novo período de apreensões causadas pela turbulência política brasileira, entre o afastamento de Café Filho e a eleição de Juscelino Kubitschek, tendo em vista sua ligação com elementos pró-Portugal, era identificado pela diplomacia portuguesa como um Presidente capaz de garantir a continuidade das relações luso-brasileiras. O ingresso de Portugal nas Nações Unidas em dezembro de 1955, coincidindo com o impulso dado pela Conferência Afro-Asiática de Bandung ao movimento pela descolonização, tornava mais que nunca necessário para Portugal um bom relacionamento com o Brasil e, por extensão, com os Estados Unidos. Um tripé diplomático que, com Kubitschek na Presidência do Brasil, tinha tudo para dar bons resultados segundo os interesses de Lisboa.

Os prognósticos otimistas da diplomacia portuguesa logo se revelaram confirmados. Um otimismo que começou a se justificar antes mesmo da posse de Kubitschek, quando o governo pós-golpe preventivo de Nereu Ramos nomeou Ministro das Relações Exteriores Macedo Soares, um membro da Academia Brasileira de Letras que, em 1943, havia presidido a comissão que aprovou o Acordo Ortográfico e, por todos, considerado grande amigo de Portugal. Pelo fato de o novo Ministro ser irmão do jornalista José Eduardo de Macedo Soares, fundador e dirigente do jornal *Diário Carioca*, um dos mais entusiásticos defensores do Presidente eleito, a diplomacia portuguesa acreditava que Kubitschek o mantivesse no cargo, como de fato ocorreu[181]. Depois, as entrevistas de Kubitschek aos jornalistas portugueses e a sua viagem a Lisboa antes da posse mostraram por que os portugueses não se enganaram.

Algumas importantes razões determinavam a orientação política pró-portuguesa de Juscelino, apesar de seu governo incluir elementos de formação nacionalista contrários à política ultraocidentalista da cúpula do Itamaraty.

181 Ofício para Lisboa, 17/11/1955 (M. N. E., 2 P, A 58, 331, 63, Proc. 6, 11, n. 641).

Em primeiro lugar, Juscelino elegeu-se com o firme propósito de desenvolver uma política industrialista e modernizadora. Para isso, necessitava entreter boas relações com os países desenvolvidos do Ocidente, por meio dos quais poderia obter os capitais indispensáveis para compensar a carência de poupança interna. Em contrapartida, o que tinha a oferecer, além das facilidades fiscais consideradas necessárias para remunerar os capitais investidos, era uma inequívoca posição anticomunista que transmitisse a desejada segurança aos investidores estrangeiros de que seus capitais não seriam alvo de futuras políticas nacionalizadoras.

Em segundo lugar, havia razões de ordem pessoal, Kubitschek confidenciava aos mais próximos que o futuro da ditadura salazarista era pouco promissor. Pensava que o regime português não resistiria ao desaparecimento de Salazar. Tendo em vista a idade avançada do ditador e os problemas de saúde que ele próprio tanto gostava de alardear, achava que seu fim estava próximo e, por isso, não valia a pena alterar a política que vinha sendo praticada pelo Estado brasileiro.

Paralelamente a esse frio cálculo político, pesavam sobre Juscelino as razões de ordem religiosa. Na condição de católico sincero e praticante, sensibilizava-o o fervor religioso da nação portuguesa. Esta marca familiar de sua personalidade, adquirida no ambiente barroco de sua terra natal Diamantina-MG, manifestou-se publicamente quando Dona Sahra, sua esposa, fez uma peregrinação ao Santuário de Fátima para pagar uma promessa pelo restabelecimento da saúde de uma de suas filhas; e quando convidou Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, cardeal patriarca de Lisboa, para oficiar a primeira missa da cidade de Brasília, celebrada em abril de 1960, num altar armado entre duas colunas do Palácio da Justiça, na Praça dos Três Poderes.

Além dessas, como não poderia deixar de ser, havia as razões eleitorais. Apesar de os imigrantes portugueses não disporem do direito de voto, as influências econômicas e familiares da colônia sobre os eleitores não era nada desprezível. Kubitschek nunca perdia a oportunidade de se fazer presente nas solenidades organizadas pelas instituições ligadas à colônia portuguesa no Distrito Federal. Esse interesse eleitoral que a

colônia portuguesa despertava tornou-se bem nítido quando, em junho de 1963, Juscelino deu início à campanha de retorno à Presidência da República, num discurso pronunciado no almoço de homenagem ao jornal *Voz de São Januário*, do clube de futebol Vasco da Gama, um dos redutos da elite econômica portuguesa no Rio de Janeiro. Na ocasião, acompanhado de seu Ex-Chanceler Negrão de Lima, ele se lembrou das excelentes relações Brasil-Portugal mantidas pelo seu governo e "jurou continuar lutando pelos interesses da colônia portuguesa no Brasil"[182].

A viagem que Kubitschek empreendeu, antes da posse, às principais capitais europeias e aos Estados Unidos teve a finalidade de apresentar suas credenciais democrático-ocidentalistas e requerer financiamento e inversões diretas na economia brasileira. A visita a Lisboa, porém, foi apresentada como mais uma manifestação da fraternidade que ligava o Brasil a Portugal. Não obstante sua viagem ter se dado nas mesmas circunstâncias das que cercaram a de Epitácio Pessoa, isto é, antes de ser empossado Presidente da República, Kubitschek foi saudado com todas as honras de Chefe de Estado. Instado pela Imprensa portuguesa a fazer declarações sobre as províncias ultramarinas, afirmou que a política brasileira em nada mudaria e que continuaria concedendo todo o apoio a Portugal. Sobre a preocupante questão do café, Juscelino revelou-se partidário de negociações multilaterais nas quais, segundo ele, todas as partes poderiam ser satisfeitas, embora considerando que, "no caso especialíssimo de Portugal, as soluções para os problemas econômicos" deviam ser "subordinadas aos imperativos de ordem política"[183]. E, finalmente, sobre o Tratado de Amizade e Consulta, afirmou: "Procurarei apressar a regulamentação desse instrumento diplomático que está presentemente confiado a uma comissão interministerial. Farei isso para que os portugueses gozem de todos os direitos dos brasileiros, com as únicas restrições, é claro, expressas na Constituição brasileira"[184].

A visita de Juscelino a Portugal produziu não somente efeitos positivos imediatos, mas também de largo alcance para a diplomacia portuguesa. Imediatos, porque Kubitschek ratificou as posições que

182 Telegrama para Lisboa, data faltando o segundo dígito do mês (M. N. E., PEA 295, Proc. 6, 11/63, n. 695).
183 *A Voz de Portugal*, 29/01/1956.
184 *Idem, ibidem*.

vinham sendo adotadas pelos governos que lhe antecederam. E de largo alcance, porque foi um fiel cumpridor dos compromissos que assumiu. Se, pelas razões políticas e pessoais já apontadas, Kubitschek inclinava-se para uma política externa de aliança com Portugal, após sua entrevista com Oliveira Salazar essa inclinação consolidou-se como uma diretriz de seu governo. O carisma do ditador português causou-lhe profunda impressão. Em várias ocasiões Kubitschek relatou com admiração o encontro que tiveram: "tive a oportunidade de manter uma conversação tão apaixonante quanto útil para o Chefe de Estado ainda noviço que eu era então"[185].

O deslumbramento de Kubitschek com as estudadas homenagens prestadas pelas autoridades portuguesas e a relação de ascendência que junto a ele obteve Salazar criaram condições extremamente favoráveis para que tanto os diplomatas portugueses como a colônia portuguesa no Brasil atuassem agressivamente no sentido de ter seu objetivo de regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta realizado. Pois, embora no plano da política internacional as posições tomadas pelo Itamaraty satisfizessem os interesses portugueses, restava oficializar o estatuto de privilégio prometido aos imigrantes portugueses.

Para o governo português, essa oficialização configurava-se absolutamente indispensável para continuar a contar com o apoio prestado pela colônia às políticas interna e externa do Estado. Tendo em vista o número de imigrantes e a importância para o Tesouro do Estado das remessas por eles efetuadas, a abertura de novas oportunidades de emprego e de ganhos de capital para os imigrantes era de especial interesse para Lisboa. As pressões sobre o governo brasileiro constituíam a contrapartida a essa contribuição econômica dada pelos imigrantes. Por outro lado, era uma demonstração de que o Estado Novo mantinha-se vigilante em relação aos interesses e ao bem-estar dos nacionais portugueses no Brasil, apesar de não poder fazer o mesmo em seu próprio país.

Essas pressões diplomáticas portuguesas intensificaram-se consideravelmente quando da visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em junho de 1957. Na ocasião, os dois Presidentes assinaram uma

185 *Diário Carioca*, 15/07/1958.

declaração-conjunta prevendo a constituição, num prazo de 90 dias de uma comissão mista luso-brasileira destinada a dar seguimento ao resultado dos trabalhos das duas comissões nacionais criadas em 1955 para promover o estudo das medidas de natureza legislativa e administrativa necessárias ao cumprimento do Tratado de Amizade e Consulta.

No entanto, apesar da extrema simpatia com que Kubitschek e a cúpula do Itamaraty apreciaram as reivindicações da diplomacia portuguesa, as mudanças ocorridas na conjuntura internacional e na correlação de forças das duas correntes – ocidentalista e nacionalista – que participavam no processo decisório do governo impediram que a regulamentação se processasse na velocidade desejada pelo governo de Salazar.

As dificuldades enfrentadas para a colocação da principal fonte de divisas da economia brasileira – o café – no mercado internacional, em boa parte criadas pelo substancial aumento da produção e venda dos cafés africanos, prejudicando as metas desenvolvimentistas de Kubitschek; fizeram com que crescesse junto a Juscelino o prestígio da corrente nacionalista, tanto a representada no Catete como no próprio Itamaraty.

À ligeira preponderância adquirida pela corrente nacionalista na formulação e execução da política externa brasileira correspondeu uma visão crítica das relações luso-brasileiras. Nesse contexto, ainda que persistissem os jogos retóricos de parte a parte e que os interesses colonialistas portugueses não fossem diretamente atingidos, resultou que o processo de regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta foi congelado. Para isso, concorreu também o traumático pedido de asilo do general português Humberto Delgado à Embaixada brasileira em Lisboa, em janeiro de 1959. Embora o caso Delgado tenha sido resolvido diplomaticamente, o fato é que a Imprensa brasileira passou a assestar suas baterias contra a ditadura de Salazar, criando mais embaraços para os setores lusófonos brasileiros.

Juscelino Kubitschek era um político sem visão própria e articulada das relações internacionais. Sua grande habilidade em se mover no labirinto político-partidário nacional, costurando apoios e formando

alianças que proporcionaram estabilidade a seu governo, desaparecia completamente quando os problemas situavam-se na arena externa. Só o interessava politicamente o que rendesse votos. Por isso não hesitava em seguir os caminhos ora apontados pelos ocidentalistas, ora pelos nacionalistas. Desde que esses caminhos não implicassem a violação da estratégia geral do bloco ocidental, o que unicamente o preocupava era a completa consecução de seu programa de metas, pois o êxito do programa o destacaria do conjunto dos políticos tradicionais brasileiros, ao mesmo tempo em que criaria as condições para um futuro retorno à Presidência.

Essa característica de Kubitschek contrastava vivamente com a fina percepção da importância das questões externas exibida pelo candidato à Presidência Jânio Quadros. Apesar de este último ter se apresentado como candidato do conservadorismo udenista, sua sensibilidade para as relações internacionais fez com que esposasse as teses nacionalistas, as quais se compatibilizavam com os interesses dos plantadores de café.

A conjunção da percepção política de Jânio Quadros com os interesses dos plantadores, preocupados com a concorrência oferecida pelos produtores africanos no mercado internacional, levou o candidato a incluir na sua pauta de campanha a defesa de uma relação mais realista com Portugal. Entendia ele que essas relações até então formavam uma rua de mão única por onde apenas os interesses portugueses transitavam. Devido à grande identificação das posições dos dois países, o Brasil achava-se manietado no plano internacional, colidindo com os processos e tendência em curso:

> Portugal enseja essa aproximação com o Brasil. Mas a diplomacia nacional está a executar uma política pela metade e, precisamente, nos aspectos onerosos para a posição do país. Representa ele Portugal na Índia, por exemplo, que é o único ponto de atrito que aquele país tem no Oriente. Herdou, assim, todas as inconveniências sem conseguir vantagem alguma[186].

186 Ofício para Lisboa, 09/10/1959. Declarações de Jânio Quadros ao *Diário de Notícias* (M. N. E., PEA 178, Proc. 6, 12, n. 762).

As seguidas declarações prestadas por Jânio Quadros no Brasil e mesmo em Portugal, aliadas ao fortalecimento da corrente nacionalista dentro do Itamaraty, preocupavam a diplomacia portuguesa, que temia o encerramento do mandato de Kubitschek sem que o Tratado de Amizade e Consulta fosse regulamentado.

Prevendo o quadro de dificuldades que se avizinhava, a diplomacia portuguesa intensificou as pressões sobre o governo brasileiro. Com essa finalidade foram mobilizados os intelectuais e a parte da Imprensa pró-lusitana para fazer frente aos argumentos dos nacionalistas. Formou-se, assim, um debate que tinha como objeto central o comparecimento de Juscelino Kubitschek às comemorações Henriquinas, na condição de coanfitrião das autoridades governamentais portuguesas.

Para vencer as enormes dificuldades que se criaram para a regulamentação do tratado, a diplomacia portuguesa contou com a extrema boa vontade do Embaixador Pio Correia, diretor político do Itamaraty, que, segundo o Embaixador português Manuel Rocheta, estava "muito interessado, até por razões pessoais"[187], com o empenho do Embaixador brasileiro em Lisboa, Negrão de Lima, e com a intervenção direta do Presidente Kubitschek para desobstruir os canais que entravavam o processo.

Em virtude do caráter de urgência que o processo de regulamentação assumiu para a diplomacia dos dois países, Kubitschek, conforme as sugestões que lhe foram feitas pelo Embaixador português para contornar a resistência do Chanceler Horácio Lafer[188], solicitou a cooperação do Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, do líder da maioria do Senado, Vitorino Freire, e do Ministro da Justiça, Amaral Peixoto[189]. Com estes ficou acertado que Kubitschek viajaria para Portugal, deixando no Congresso a proposta de decreto-lei aprovando a regulamentação[190].

187 Telegrama para Lisboa, 15/04/1960 (M. N. E., PEA 169, N. G. 1841, n. 67).

188 Telegrama para Lisboa, 03/08/1960 (M. N. E., PEA 179, N. G. 2099, n. 200).

189 *Idem, ibidem.*

190 *Idem, ibidem.*

Realizados esses arranjos de última hora, reuniu-se, nos dias 22, 26 e 27 de maio de 1960, a Comissão Mista Brasil-Portugal para a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta. Dentre os membros da Comissão que redigiu a Ata Final, em 31 de maio, destacavam-se, pelo Brasil, o chefe da Delegação, Embaixador Manuel Pio Correia Júnior, e o professor Pedro Calmon, enquanto, por Portugal, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcello Mathias, e o Ministro Franco Nogueira[191]. Em meio aos festejos henriquinos, os Chanceleres Horácio Lafer e Marcello Mathias aprovaram os textos elaborados pela Comissão Mista, ao mesmo tempo em que eram celebrados vários outros acordos.

A regulamentação do tratado, assim feita, constituiu um enorme êxito da diplomacia portuguesa. Num momento internacional em que o processo de descolonização atingia seu auge e que roçava as fronteiras africanas de Portugal devido à crise decorrentes da independência do Congo, Portugal obtinha do Brasil a ratificação da aliança estabelecida em 1953.

O sentimento de vitória entre os portugueses era tão vivo que o adjunto da Inspeção-Geral de Finanças de Portugal permitiu-se sugerir à Comissão de Estudo, para a execução do Tratado de Amizade da Comunidade Luso-Brasileira do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem êxito, o intercâmbio de forças militares:

> Para que a comunidade seja integral e coerente e dê a noção real da comunhão, julgo que se deveriam fixar núcleos de tropas brasileiras nas províncias portuguesas de África e em Portugal e núcleos de tropas portuguesas no Brasil [...].
>
> Só desta forma se poderá evitar que o perigo de Irredentismo e nacionalismo rácico que lavra por toda a África atinja, mais tarde ou mais cedo, as nossas províncias ultramarinas naquele continente.
>
> A circunstância de haver uma forte minoria de raça negra no Brasil, gozando de todos os direitos cívicos, seria um fator positivo para que os povos africanos de nacionalidade

191 Ata Final da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Portugal (M. N. E., PEA 178).

> portuguesa não sentissem a tentação do Irredentismo que lhes está sendo instigada do Congo Belga e de outros Estados que adquiriram recentemente a independência[192].

Com a assinatura dos decretos que regulamentaram o Tratado de Amizade e Consulta e com a celebração dos seis atos complementares, efetivou-se o princípio inscrito no instrumento diplomático de que cada um dos dois países concedia aos nacionais dos outros regimes especiais que os equiparava aos seus próprios nacionais, sem que fossem contrariados os respectivos preceitos constitucionais. Os cidadãos portugueses no Brasil passavam, portanto, a beneficiar-se, tal como os brasileiros em Portugal, de um estatuto especial que se traduzia em facilidades de entrada e permanência em território brasileiro, em maior liberdade de exercício de atividades econômicas e comerciais e, ainda, da equivalência de estudos feitos em estabelecimentos de ensino dos dois países.

Os vistos para permanência até seis meses passaram a ser gratuitos, estabelecendo-se um regime mais favorável para as autorizações de entrada de emigrantes que não obedecessem às condições físicas e de saúde exigidas por lei e isentava-se o cidadão português residente no Brasil da obrigação de portar carteira de estrangeiro, passando a ser-lhe concedido carteira de identidade igual à que portavam os brasileiros.

Quando possuíssem as duas nacionalidades, os cidadãos brasileiros e portugueses passariam a gozar o privilégio de não serem considerados como nacionais de um dos dois países enquanto a sua permanência neles não excedesse o prazo de seis meses. Com a finalidade de evitar a dupla prestação de serviço militar, os nacionais dos dois países ficariam isentos do cumprimento desse dever num dos dois países, desde que o tivessem cumprido no outro.

Estabelecia que os portugueses que desejassem revalidar no Brasil seus diplomas de nível superior submeter-se-iam à mesma exigência que era imposta aos brasileiros diplomados por estabelecimentos

192 Ofício do adjunto da Inspeção-Geral de Finanças Afonso Alfeu Pais de Sousa Santos, de 13/06/1960, à Comissão de Estudo para a Execução do Tratado de Amizade da Comunidade Luso-Brasileira (M. N. E., PEA 169, n. 336, 3).

portugueses de igual nível. E o que a lei brasileira exigisse dos estudantes brasileiros passaria também a ser exigido dos portugueses para efeito de matrícula e transferência nos estabelecimentos de ensino superior de um e outro país.

Os portugueses ficavam equiparados aos brasileiros para efeito de autorização para o estabelecimento e funcionamento de sociedades ou companhias portuguesas, por si mesmas, ou por filiais, agências ou estabelecimentos que as representassem no Brasil.

Os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal passavam a usufruir, segundo convenção especial, e em igualdade de condições, do benefício da assistência judiciária gratuita concedida aos próprios nacionais.

Celebrou-se, em ato bilateral, o princípio de que não só a proteção dos interesses de um dos dois Estados poderia ser confiada à representação diplomática do outro, como ainda os Consulados de um deles poderiam assegurar a proteção dos nacionais do outro, nos países em que ambos não tivessem, respectivamente, representação diplomática ou consular.

Para promover o intercâmbio turístico, foram tomadas medidas no sentido de facilitar o trânsito de passageiros, tais como a isenção de direitos alfandegários sobre bagagem e objetos de uso pessoal bem como sobre automóveis pertencentes a turistas portugueses e brasileiros que viajassem com o seu proprietário.

Finalmente, celebrou-se também o Tratado de Extradição e de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, segundo o qual os dois Estados se obrigavam à entrega recíproca de todos os indivíduos que, processados ou condenados pelos tribunais competentes de um dos dois Estados, se encontrassem no território do outro. Fazia-se exceção à concessão da extradição, conforme o artigo IV, aos crimes de natureza política. Conforme o parágrafo único que o complementava, essa concessão seria decidida pelo Estado requerido, salvo em caso de crime cometido contra Chefe de Estado e sua família, ou de Chefe de Estado estrangeiro[193].

193 Ver Tratados e Atos Internacionais Brasil-Portugal, *op. cit.*

Capítulo 6
Apoio brasileiro a Portugal no "caso Goa"

O apoio concedido pelo Brasil a Portugal por ocasião do início da questão da Índia de incorporar os enclaves coloniais portugueses de Goa, Damão e Diu ao seu território constituiu uma das principais razões que determinaram a aliança luso-brasileira e o envolvimento do Brasil na estratégia de política externa do governo português. A desconfiança do governo brasileiro em face do papel político desempenhado pela Índia no sistema internacional do pós-guerra e o entusiasmo com que a Imprensa brasileira abraçou a causa portuguesa fizeram com que a decisão brasileira fosse absorvida como um gesto de natural solidariedade para com o país-irmão.

A incontestada inserção brasileira no bloco ocidental que se formou após o rompimento da grande aliança do tempo e guerra induziu a diplomacia a perceber o nascente movimento pela descolonização na Ásia e África como parte da estratégia expansionista do mundo comunista, comandado pela União Soviética. Através da lente ocidentalista com que o governo brasileiro vislumbrava o sistema internacional, era perfeitamente procedente o argumento português de que o nacionalismo indiano não podia ignorar o direito histórico português, adquirido depois de quatro séculos de soberania sobre os territórios em questão.

Até que as teses cepalinas e a Conferência Afro-Asiática de Bandung despertassem o nacionalismo latino-americano e brasileiro para a problemática do desenvolvimento, as posições socialistas e neutralistas dos Estados recém-independentes do colonialismo ocidental eram apreciadas como atentatórias à estratégia ocidental de contenção do comunismo. Segundo essa percepção político-ideológica, nada parecia mais justo do que o apoio à causa de Portugal.

O então denominado "Estado Português da Índia" resumia-se, no século XX, aos resíduos do antigo Império estabelecido no século XVI

na península indostânica. Era formado por três pequenos territórios engastados na costa ocidental da União Indiana. Segundo a divisão administrativa portuguesa, esses territórios estavam divididos em três distritos: Goa, com as ilhas de Andegiva, São Jorge e Morcegos; Damão, com Dadrá e Praganá-Nagar-Aveli, dois enclaves inteiramente cercados por territórios da União Indiana; e Diu, que incluía a ilha do mesmo nome, Gogolá e Simbor[194].

Os números apurados pelo censo de 1930 indicavam uma população total de 637.846 habitantes, assim distribuídos: 589.120 em Goa, 22.242 em Damão e 14.269 em Diu. A área total era de 4.242,5 quilômetros, possuindo Goa 3.806, Damão 384 e Diu 52,5[195].

O "caso Goa" começou a ganhar forma quando, em 1947, a Índia tornou-se independentemente da Coroa Britânica, sob a liderança do Partido do Congresso. A etapa final do processo de independência da Índia – iniciada com a ascensão do Partido Trabalhista ao governo britânico, em 1945 – já suscitara questões que faziam prever sérias dificuldades para Portugal. A oposição do Partido do Congresso à reivindicação da Liga Muçulmana de formar o Estado independente do Paquistão e a igual rejeição às pretensões dos marajás de conservar a independência de seus principados denotavam, de maneira clara, que muito dificilmente portugueses e franceses conseguiriam conservar seus territórios no subcontinente[196]. Por mais insignificantes que fossem, a existência desses territórios constituía o símbolo de um passado de dominação estrangeira que os nacionalistas indianos queriam eliminar.

Embora os portugueses reconhecessem que a "Índia Portuguesa era um mero padrão da cultura ocidental do Industão", conforme as palavras de Marcello Caetano[197], argumentavam que a significação religiosa dos territórios tornava inadmissível seu abandono. Pelo fato de Goa ter sido o berço do cristianismo no Oriente, base da ação espiritual de São Francisco Xavier, cabia a Portugal continuar a exercer sua tutela sobre

194 Silva, Botelho da. Dossier Goa. In: *Vassalo e Silva:* a recusa do sacrifício inútil. Lisboa: Liber, 1975, p. 9.

195 *Idem, ibidem*.

196 Grimal, Henri. *La décolonisation:* 1919-1963. Collection U. Paris: Armand Colin, 1965, p. 209.

197 Caetano, Marcello. *Minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Record, 1977, p. 430.

Goa, Damão e Diu, a despeito do curso tomado pela política desenvolvida pelos seguidores de Nehru.

Ademais, tinham igualmente consciência de que o que estava em jogo era mais do que a sorte dos pequenos enclaves. O que ditava a orientação estratégica de Lisboa era a defesa de todo o Império Ultramarino. Caso aceitassem como legítimo o teor do argumento apresentado pelos indianos, estariam abrindo as portas para que os demais povos por eles colonizados se sentissem no mesmo direito de reivindicar suas respectivas independências.

Antes mesmo que os indianos iniciassem qualquer gestão no sentido de discutir oficialmente com Portugal a respeito da questão, Salazar pronunciou-se definindo a posição que iria manter ao longo de todo o processo litigioso:

> Se geograficamente Goa é Índia, socialmente, religiosamente, culturalmente Goa é Europa. Se ali habitam ocidentais, indo-portugueses e indianos, politicamente se há cidadãos portugueses, isto é, membros sem distinção duma comunidade civilizada com alguns séculos de existência, é que a servem não apenas onde nasceram, mas na metrópole e em todo o Império[198].

Entretanto, só em fevereiro de 1950, após ter iniciado conversações com a França, o governo da Índia apresentou formalmente a proposta de se entabular negociações para resolver a questão de Goa. Tendo cedido em alguns pontos referentes à área religiosa, Portugal recusou-se a discutir o essencial do problema e iniciou a montagem da estratégia defensiva.

A primeira providência nesse sentido consistiu na revisão do Ato Colonial. Segundo o projeto aprovado em maio de 1951, as colônias passavam a ser designadas como províncias ultramarinas. Tal resolução do Estado português fez ver aos indianos a disposição com que seus interlocutores passariam a enfrentar a situação, gerando tensão logo

198 Extrato do discurso proferido pelo presidente do Conselho, Antonio e Oliveira Salazar, na biblioteca da Assembleia Nacional em 25 de novembro de 1947. *Vinte Anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, v. I, p. 16. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967.

materializada em distúrbios na Índia envolvendo representantes dos interesses portugueses.

A segunda importante providência foi estruturar uma rede de alianças internacionais. Nessa esfera, interessava sobretudo a Portugal o apoio dos países integrados à OTAN, particularmente os Estados Unidos, e o apoio do Brasil. A aproximação junto aos Estados Unidos tornou-se possível em virtude das negociações referentes à renovação da cessão da base militar do arquipélago de Açores, considerada pelos norte-americanos imprescindível para a estratégia defensiva do mundo ocidental. Com o Brasil o estreitamento das relações teve início com o convite a Gilberto Freire para uma viagem de estudos ao Império Ultramarino e com a pressão diplomática para a conclusão do Tratado de Amizade e Consulta.

Por menos que conviesse aos interesses globais norte-americanos o apoio à política colonial portuguesa, o fato é que a importância das bases militares dos Açores para a estratégia de defesa da OTAN forçava os Estados Unidos a abrirem mão de sua política anticolonialista em favor de uma posição mais flexível para com Portugal.

Periodicamente, quando se avizinhava o momento da renovação dos acordos, Portugal barganhava a solidariedade norte-americana. Como, em 1956, quando em troca do oferecimento português para instalação de bases aéreas em Espinho e Montijo, o governo norte-americano pronunciou-se a favor de Portugal, ao mesmo tempo em que cancelou a programada viagem de Nehru a Washington[199].

A aproximação junto ao Brasil surtiu o efeito desejado por Lisboa. A viagem, as declarações e, em seguida, os livros publicados por Gilberto Freire obtiveram grande repercussão no Brasil, popularizando as teses portuguesas da particularidade cultural de seu Império. São de Gilberto Freire estas palavras, pronunciadas em conferência realizada em Goa:

> São hoje a Índia Portuguesa e o Brasil exemplos do que alguém já denominou Pax lusitana. Paz diferente da Romana e mesmo da Britânica. Paz animada pela capacidade,

199 Secretariado Nacional da Informação. Lisboa, 28 de julho de 1956.

> única no português, para confraternizar lírica e franciscanamente com os povos dos trópicos, para amar a natureza e os valores tropicais, para dissolver-se amorosamente neles sem perder a alma ou o sentido cristão da vida[200].

A decisão de Oliveira Salazar de não ceder às pressões de Nova Delhi fundava-se não apenas na ideia de delinear prontamente a linha de defesa da posse das colônias africanas, mas também nas possibilidades que a correlação de forças do sistema internacional oferecia aos seus interesses. Isto é, considerava que, objetivamente, a conjuntura favorecia as pretensões portuguesas.

Segundo sua avaliação, a Guerra Fria teria curta existência. Mais cedo ou mais tarde, a guerra tornar-se-ia realidade, como parecia indicar a Guerra da Coreia. Por considerar que o programa socialista e neutralista de Nehru a partir de determinado momento, inevitavelmente revelaria sua verdadeira face, aliando-se incondicionalmente com Moscou, deveria Portugal manter-se intransigente. De acordo com essa lógica, a guerra e a futura vitória ocidental concorreriam para manter intactas suas possessões ultramarinas.

Essas previsões, no entanto, não se confirmaram. Pelo contrário, as pressões indianas se intensificaram mediante a ação direta, até que em dezembro de 1961 a Índia ocupou militarmente os territórios, pondo fim à demorada pendência. Em julho de 1954, elementos goeses e militares indianos ocuparam os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli.

A partir de então, o Brasil, já comprometido pelo Tratado de Amizade e Consulta, assinado em novembro de 1953, passou a apoiar ostensivamente o governo português. Esse apoio, contudo, era fruto não só da política de envolvimento praticada por Portugal, mas também do próprio conservadorismo e preconceito de seus diplomatas. Desde que o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a União Indiana, em outubro de 1949, as informações por eles prestadas tinham um cunho marcadamente desairoso para com a Índia e os indianos.

200 Freire, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, p. 129.

Victorino Vianna de Carvalho, Encarregado de Negócios na Embaixada brasileira em Nova Delhi, por exemplo, informava com pesar, em maio de 1951, que os marajás, "com grande falta de diplomacia e nenhuma inteligência", permitiriam ao Estado indiano suprimir as prerrogativas de que gozavam em seus principados[201]. Por terem sido lerdos em sua ação política, deixando de se beneficiar da presença do Exército britânico enquanto havia tempo, teriam oferecido as condições para que a União Indiana absorvesse seus territórios.

O mesmo diplomata brasileiro, ao pronunciar-se a respeito das motivações teológicas e filosóficas dos indianos, revelava toda a extensão do preconceito com que encarava a cultura do país onde estava acreditado:

> O hinduísmo na sua ortodoxia é um dos principais fatores, senão o principal do atraso deste país.
>
> Exemplo flagrante do hinduísmo na sua forma mais grosseira e fanática é o atual Presidente do Congresso, Sr. Purshottambas Tandon. Homem inteligente e culto, porém tendo a sua inteligência e cultura subjugadas a um hinduísmo bárbaro que toca as raias do ridículo[202].

Além de exteriorizar a visão negativa sobre os valores culturais indianos, o diplomata assumia abertamente a posição do colonizador britânico, quando a própria classe dirigente britânica entendia ser irremediável o reconhecimento da independência da Índia.

A posição pró-portuguesa do Estado brasileiro independia, porém, da parcialidade ou da isenção com que os agentes diplomáticos locais apreciavam a questão.

Exemplo de uma apreciação mais isenta é a fornecida pelo Embaixador Ildefonso Falcão, que assumiu o posto em janeiro de 1954. Em ofício de maio do mesmo ano, após ter reunido as informações por ele consideradas suficientes para formular um juízo sobre a questão, esclarecia ao Ministro Vicente Rao: "Não creia que, representante do Brasil, me exima de sustentar a política de nosso país, embora ao fazê-lo,

201 Ofício Reservado n. 25-A. Nova Delhi, 4 de maio de 1951.

202 Ofício n. 32. Nova Delhi, 21 de maio de 1951.

quando a isto forçado, leio na fisionomia de qualquer indiano o descontentamento máximo"[203].

Depois de ter esclarecido que seu profissionalismo não devia ser posto em dúvida, Ildefonso Falcão afirmava que o Brasil estava a defender uma causa perdida que só prejudicava sua imagem junto ao povo indiano. Segundo ele, era notável o progresso alcançado pela Índia, sendo o único senão o descontrolado crescimento demográfico. No concernente à questão com Portugal, havia um consenso por parte de todos os setores da sociedade sobre a necessária incorporação dos territórios, até mesmo porque incluíam dois portos indispensáveis para o esforço de crescimento econômico do país. A resolução final ainda não se dera, acrescentava, porque o governo indiano vinha mantendo-se coerente com sua filosofia pacifista. Mas, cedo ou tarde, essa política desembocaria numa ação militar, caso Portugal mantivesse sua intransigência. Além disso, informava que era muito difícil o diálogo com o representante português local, Vasco Vieira Garin, que sustentava argumentos de matriz autoritária, completamente ao arrepio dos preceitos democráticos emanados das Nações Unidas, com os quais o Brasil se identificava[204].

A viagem de Café Filho a Lisboa, assim como a eleição e a igual viagem de Juscelino Kubitschek, reforçaram ainda mais os estreitos laços políticos com Portugal, isolando o Brasil, que mantinha seu apoio em relação à Goa, e ressaltando uma política que revelava total indiferença face às mudanças que se processavam no sistema internacional. Passada a fase rígida do bipolarismo, iniciara-se o degelo e, depois, a coexistência pacífica, na qual países subdesenvolvidos como Índia, Iugoslávia e Egito assumiram papel de crescente destaque em defesa da descolonização e de condições internacionais mais favoráveis ao desenvolvimento econômico-social.

Essa posição brasileira, festejada pela Imprensa dos dois países e pela colônia de imigrantes portugueses no Distrito Federal, tornou-se ainda mais crítica quando Portugal foi finalmente admitido como

203 Ofício n. 89. Nova Delhi, 18 de maio de 1954.

204 *Idem, ibidem.*

membro das Nações Unidas em 1955, mesmo ano em que rompia relações diplomáticas com a Índia[205]. Isso porque, a partir de então, Portugal deveria submeter-se à recomendação da Carta de São Francisco de prestar satisfações a respeito de como estava conduzindo a preparação da independência de suas colônias.

Em virtude do rompimento das relações diplomáticas, passava o Brasil a representar os interesses portugueses na Índia. Uma responsabilidade trivial, consoante os procedimentos diplomáticos correntes, não fora o fato de Portugal levar para a ONU aquela que tinha sido estabelecida como sua posição de princípios, qual seja, a de que Portugal não possuía colônias, mas sim províncias ultramarinas.

Não obstante as pressões dos países defensores da aceleração do processo descolonizador, o Brasil se viu obrigado a endossar a posição da diplomacia portuguesa de que não só sua reivindicação era legítima, como também a de que a Índia exercia um papel imperialista no contexto asiático. Para isso, alinhava cinco argumentos básicos:

1. a Índia propriamente dita é o nome geográfico do subcontinente onde sempre coexistiram várias soberanias;
2. a Índia Britânica abrangeu uma parte da Índia e a União Indiana foi constituída em 1947 sobre uma parte da Índia Britânica;
3. a União Indiana não possui nenhum título para reclamar a posse de qualquer território que não lhe foi atribuído pelo Parlamento Britânico;
4. o Estado português da Índia, fundado em princípios do século XVI e, portanto, muito anterior à Índia Britânica, é uma entidade jurídico-política distinta, com vida própria e independente desta;
5. a evolução política da Índia Britânica nada tinha a ver com o destino da Índia Portuguesa[206].

205 Em 22 de dezembro de 1955, Portugal apresentou queixa ao Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, contra a União Indiana, a propósito do direito de passagem do território de Damão para os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, ocupados pela Índia. Em abril de 1960, o Tribunal deu ganho de causa a Portugal.

206 *Vinte anos de defesa do Estado português da Índia (1947-1967), op. cit.*, p. IX.

Essa argumentação, fundada no direito de conquista, completamente estranho à realidade do mundo do século XX, onde prevalecia o direito à autodeterminação dos povos, constrangia os diplomatas brasileiros diante dos representantes diplomáticos de outros povos que, como o brasileiro, haviam passado pela situação de colonizados. Um constrangimento que não se devia apenas à insólita posição a defender, mas sobretudo à consciência de que, a tal orientação política do governo brasileiro, não correspondia nenhum benefício. Enquanto Portugal pagava o preço do isolamento e da antipatia internacional mediante substanciosas vantagens econômicas, o Brasil o acompanhava por razões de pura afetividade, sem qualquer tipo de contrapartida. Tudo se fazia em nome dos compromissos da defesa do mundo ocidental.

Como informava a Embaixada brasileira em Lisboa, em junho de 1957[207], Portugal dera início, em 1949, quando se previa a iminente perda das colônias indianas, a uma próspera atividade de prospecção e exportação de minério de ferro e manganês.

A exportação de ferro para o Japão, Itália, Alemanha Ocidental, Áustria, Iugoslávia, Hungria e Polônia, que havia começado, em 1949, com 49.188 toneladas, no valor de 1.274.151,00 rúpias, havia atingido, em 1956, nada menos de 2.046.770 toneladas, no valor de 59.082.499,00 rúpias[208].

A exportação de manganês para a Alemanha Ocidental, Estados Unidos, França e Itália, por sua vez, havia atingido, em 1956, o volume total de 162.000 toneladas, no valor de 20.290.000,00 rúpias[209].

Nas palavras do inconformado diplomata brasileiro, ficou registrada a perplexidade quanto à incompreensível política brasileira de se render à envolvente estratégia portuguesa sem qualquer compensação além do reconhecimento do governo de Salazar e dos setores brasileiros que obtinham mesquinhos benefícios individuais:

> Quando o Brasil assegura a Portugal a sua solidariedade no caso de Goa não está, afinal, apenas ajudando a manutenção

207 Ofício n. 384. *Mês Econômico*, n. 6. Lisboa, junho de 1957.

208 *Idem, ibidem.*

209 *Idem, ibidem.*

da posse das relíquias de São Francisco Xavier, mas dum patrimônio sob todos os aspectos valiosos. Mas não nos rebelamos quando Portugal se recusa a pôr a serviço do Brasil as províncias ultramarinas - que podiam nos ser de imenso interesse na estratégia econômica. Antes, aceitamos ingenuamente a troca de Notas interpretativas do Tratado de Amizade e Consulta, que reduziram a Comunidade – nas suas possíveis repercussões comerciais – à pobre área do Continente. Se o representante da Índia na ONU tem notícia daquelas Notas, deixaria muito mal o representante brasileiro. Sem nenhum interesse no arroz ou no manganês da Índia Portuguesa, cumprimos a nossa obrigação sentimental de defender Goa. É bonito[210].

210 Ofício n. 384. *Mês Econômico*, n. 6. Lisboa, junho de 1957.

Capítulo 7
A política antiespanhola de Portugal no Brasil

A orientação lusófona da política externa do governo Juscelino Kubitschek constituiu o ápice de um processo de progressivo envolvimento das elites políticas e intelectuais brasileiras pela sagaz diplomacia portuguesa. Desde o momento em que as bases estruturais do sistema internacional do pós-guerra tornaram-se plenamente visíveis e o governo de Oliveira Salazar percebeu que a sorte do Império Ultramarino de alguma forma dependia do grau de apoio que o Brasil se dispunha a prestar, a política portuguesa para o Brasil foi definida em termos de se explorar ao máximo todos os recursos disponíveis que pudessem reverter em dividendos para os objetivos de Portugal.

Entre os recursos passíveis de serem explorados por Portugal, constava o veio do fascínio da intelectualidade brasileira pela sua cultura literária, "a graciosa vassalagem ao gênio paterno", como o qualificou João Neves da Fontoura[211]. Para que a admiração por Coimbra, Luiz de Camões, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós voltasse a funcionar como elo de ligação entre os intelectuais brasileiros, era necessário, no entanto, que dois sérios adversários fossem afastados do caminho: a interpretação histórica que enquadrava Portugal como um colonizador incompetente e a ação cultural da Espanha.

Dos dois adversários, a Espanha era considerada a mais perigosa, na medida mesmo em que sua ação junto aos meios intelectuais brasileiros não era gratuita. Antes pelo contrário, os espanhóis pautavam-se pelos mesmos objetivos que impulsionavam os portugueses, qual seja o de romper o isolamento a que foram postos pelo sistema internacional resultante da Segunda Guerra Mundial. Daí a verdadeira operação de guerra cultural montada pela diplomacia portuguesa para excluir a influência cultural espanhola do Brasil. Na verdade, Portugal e Espanha

211 Fontoura, João Neves da. *Palavras aos portugueses*. Lisboa: Dois Mundos, 1946, p. 104.

nada mais faziam senão deslocar para a terra brasileira sua histórica rivalidade.

As relações entre Portugal e Espanha sempre foram complexas. A intensa competição e o mútuo sentimento de desconfiança remontam ao processo de formação dos dois Estados nacionais, conformado pela resistência de Portugal a Castela. Essa difícil coexistência está historicamente relacionada às alianças extraibéricas, aos regimes políticos instituídos por ambos e, enfim, à nunca definitivamente superada expectativa de absorção de Portugal pela Espanha, alimentada tanto pelas elites dirigentes portuguesas como pelo imaginário coletivo de seu povo.

Contemporaneamente, com a vitória dos falangistas na guerra civil espanhola, para a qual Portugal contribuiu, abriu-se uma fase de cooperação que se estendeu ao longo da Segunda Guerra Mundial. Franco e Salazar, preocupados com a limitada capacidade de resistência de suas débeis estruturas econômicas e em manter intactas as estruturas políticas de corte autoritário – que muito provavelmente não permaneciam de pé caso a guerra se estendesse à península –, conduziram suas ações político-diplomáticas no sentido do entendimento, com o objetivo de assegurar a neutralidade de ambos os países no conflito mundial.

Contudo, logo terminada a guerra e, por conseguinte, extinto o imediato perigo comum que os haviam levado à cooperação, Portugal e Espanha retornaram à prática da tradicional estratégia de desenvolver políticas externas reciprocamente independentes, almejando cada qual tecer ou inserir-se numa rede de alianças que tivesse por efeito deixá-los internacionalmente com condições de maior destaque e prestígio, um em relação ao outro.

Para tanto, apesar das muitas semelhanças de suas estruturas políticas autoritárias, em evidente desencontro com os ideais democráticos universalizados pela vitória dos Aliados sobre o Eixo, e da maior capacidade produtiva da economia espanhola, Portugal contava com alguns importantes fatores que concorreram decisivamente para que desfrutasse de uma posição internacional mais confortável do que a da Espanha. Os portos metropolitanos e a posse de territórios atlânticos de grande

valor estratégico para o mundo ocidental, sobretudo as ilhas Açores e Madeira, propiciaram a Portugal relativa assimilação no novo sistema internacional que ia edificando. Enquanto no quadro mais amplo da comunidade internacional verificava-se uma rejeição aos ideais e aos métodos da ditadura salazarista que causou ao governo português o dissabor da constrangedora recusa ao seu pedido de afiliação às Nações Unidas, no quadro mais restrito, mas de grande importância da OTAN, Portugal integrou-se como membro fundador. Conquanto seu peso específico na aliança militar ocidental fosse extremamente pouco significativo, não participando quer na concepção quer na elaboração da estratégia da aliança[212], em virtude de sua inexpressividade econômica e militar, a exclusão da Espanha tanto da ONU como da OTAN significou para Portugal apreciável vantagem no contexto político peninsular. A participação da OTAN garantia a solidariedade militar na defesa do território português e, simultaneamente, projetava Portugal – e o presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar – como um interlocutor digno de crédito num sistema internacional estruturado pela inclusão na aliança militar ocidental, todavia, não compensava completamente o desgaste político que a não participação na ONU acarretava para o governo português. A posição de inferioridade no sistema internacional, devido à rejeição sofrida no mais prestigioso fórum político mundial, revelava-se tanto mais nefastamente para os seus interesses, quanto os debates em torno da situação dos povos submetidos ao estatuto colonial tendiam a assumir papel central na Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, os dispositivos que regravam o emprego da força militar integrada do Ocidente não atendiam à necessidade prioritária do Estado português de aumentar a proteção a seu império colonial. De fato, despreocupados quanto à eventualidade de um enfrentamento militar em solo metropolitano, o que mais gerava inquietação nos militares portugueses era a falta de uma proteção militar adequada aos seus objetivos de manter indefinidamente a soberania sobre os territórios de além-mar[213].

212 Ferreira, José Medeiros. *Um século de problemas:* as relações luso-espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia. Lisboa: Horizonte, 1989, p. 57.

213 Magalhães, Comandante Guilhermino de. A estrutura defensiva da NATO. *Revista Militar*, n. 7, ano 10, v. 10. Lisboa: II Século, julho de 1958.

Mantido à distância de um debate que não nutria interesse em travar, mas cujos efeitos repercutiam negativamente sobre o núcleo dos interesses do Estado, a diplomacia portuguesa empenhou-se a fundo em conquistar aliados de peso dispostos a perfilar com suas teses, numa tentativa de assim minimizar as consequências de sua marginalização internacional.

Igual propósito era perseguido pela diplomacia de Madrid. Ausente da ONU e também da OTAN e estigmatizada pela comunidade internacional, ainda traumatizada pela guerra civil que suprimiu a democracia e permitiu a instalação do regime franquista, o Estado espanhol procurou romper seu isolamento através das relações bilaterais.

A dupla necessidade de arregimentar parceiros extraibéricos com os quais pudessem dialogar e que, indiretamente, defendessem suas posições nas Nações Unidas, conduziu Portugal e Espanha a um acercamento da América Latina. Por meio das naturais afinidades linguístico-culturais decorrentes do passado colonial, ambos os governos esforçaram-se em adensar os laços que os ligavam às respectivas colônias de imigrantes e em granjear o apoio das elites intelectuais e políticas conservadoras.

Desse modo, a ancestral rivalidade que opunha os dois países ibéricos deslocou-se para a América Latina, e muito particularmente para o Brasil, onde as duas representações diplomáticas desenvolveram verdadeira guerra fria com o objetivo de captar as simpatias gerais e exercer alguma influência política que contribuísse para retirar Portugal e Espanha do isolamento que lhes fora imposto pela comunidade internacional.

Uma nítida preponderância cultural da Espanha no Brasil, em detrimento das raízes culturais lusas, era uma possibilidade difícil de ser imaginada. Contudo, o que atormentava a diplomacia portuguesa era o risco de uma maior influência castelhana traduzir-se numa aproximação do Brasil junto às demais nações do continente, formando um bloco político sul-americano que externasse os interesses específicos do continente nas relações internacionais. Tal cenário contrariava a diretiva lusa de integrar o Brasil na sua estratégia atlântica para a defesa do império colonial.

Na perspectiva estritamente político-diplomática, pode-se afirmar que o ano de 1953 registrou o início do exitoso processo das diplomacias ibéricas em sair do isolamento em que se encontravam. Da parte de Portugal, o êxito deveu-se à assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, pelo qual o Brasil continuava a prestar seu apoio a Portugal no "caso Goa" e comprometia-se a defender a soberania portuguesa na África. Da parte da Espanha, o êxito resultou da assinatura dos Acordos de Auxílio e Defesa Mútuos com os Estados Unidos, pelo qual a Espanha foi beneficiada com a ajuda econômico-financeira norte-americana em troca da cessão de áreas para a instalação de bases aeronavais, muito especialmente a grande base naval da Rota na baía de Cádiz.

Não obstante a importância dos acordos com os Estados Unidos, a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta produziu vivo descontentamento em Madrid. A aliança de Portugal com o Brasil foi interpretada como a pá de cal sobre a imaginada Comunidade Internacional Ibero-Americana, que, segundo o Ministro espanhol de Assuntos Exteriores, Martín Araújo, deveria funcionar como "um bloco internacional de todos os países de origem hispano-portuguesa que poderia formular e realizar a política exterior conjunta dos Estados componentes e que atuaria internacionalmente como uma unidade indissolúvel"[214]. Do lado português, o sentimento era de que para além de suas vantagens intrínsecas, o Tratado de Amizade e Consulta teve o "efeito de uma bomba atômica sobre o famigerado Instituto de Cultura Hispânica na sua idiota pretensão de... abranger" os interesses portugueses de acordo com as palavras do Embaixador português em Madrid, a propósito da boa acolhida da ideia de criação da Comunidade Internacional Ibero-Americana, no Chile[215].

Na frente cultural, especificamente, a disputa luso-espanhola começou a definir-se a favor de Portugal quando, em 1951, o sociólogo brasileiro Gilberto Freire aceitou o convite formulado pelo governo português para empreender uma viagem de estudos à totalidade do império colonial. Devido à sólida reputação que adquirira no Brasil e em Portugal após a publicação do livro *Casa grande e senzala*, o governo português

214 Telegrama de Madrid, de novembro de 1953 – (P. E. A. 166-A).

215 *Idem, ibidem.*

acreditava, como de fato veio a ocorrer, que, dependendo de seus posteriores pronunciamentos, Gilberto Freire exerceria grande força no sentido de atrair outros intelectuais brasileiros para as posições de interesse de Portugal.

Para sensibilizar os intelectuais brasileiros e subtraí-los da esfera de influência da cultura hispânica, a diplomacia portuguesa contava com as instituições culturais administradas por membros da colônia de imigrantes no Brasil, principalmente no Distrito Federal, onde se concentravam as mais importantes. Mediante convites para as constantes comemorações no Liceu Literário Português e no Real Gabinete Português de Leitura e, sobretudo, uma estudada e bastante generosa distribuição de condecorações, Portugal conseguiu nítida vantagem sobre a Espanha.

Por outro lado, identificados ideologicamente tanto com o salazarismo quanto com o franquismo, ambos igualmente anticomunistas radicais, e atentos à competição que portugueses e espanhóis travavam para a capitalização de sua simpatia, vários intelectuais barganhavam para obter vantagens materiais e prestígio pessoal. Acadêmicos, jornalistas e diplomatas condicionavam seus pronunciamentos e suas participações em eventos portugueses à concessão de condecorações e viagens.

Dentre esses, foi Pedro Calmon o mais mimoseado pela diplomacia portuguesa. Oriundo de influente família baiana, desempenhou destacados papéis no mundo político e acadêmico brasileiro, como Deputado Federal pela Bahia, jurista, historiador, jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Ministro da Educação e Reitor da Universidade do Brasil no governo Kubitschek. Conhecido pela fluente retórica de seus eruditos discursos, Pedro Calmon gostava de se apresentar em Portugal como o "caixeiro-viajante do intercâmbio cultural português e brasileiro"[216].

Devido ao prestígio de que gozava junto às instituições culturais brasileiras, Pedro Calmon foi alvo de grande disputa entre as diplomacias portuguesa e espanhola. À segunda interessava sobremaneira o fato

216 *O Século*, 6 de maio de 1956.

de Pedro Calmon ser baiano, pois em seu estado natal concentrava-se o grosso da colônia de imigrantes espanhóis.

Por sua vez, perfeitamente cônscio do interesse e das intenções que moviam os representantes dos dois países ibéricos, Pedro Calmon acenava sempre com supostas propostas mais convidativas do rival, para obter o máximo de prestígio e vantagem pessoal.

Um bom exemplo desse comportamento orientado pelo agudo senso de oportunidade aconteceu em março de 1952, quando o acadêmico brasileiro, a pretexto de ter sido convidado pela Universidade de Madrid para proferir uma série de conferências, pediu ao Embaixador português para ser convidado pelo governo para visitar Portugal. Apesar de surpreendido pela atitude pouco convencional de Pedro Calmon e também pela preferência que concedia ao Reitor da Universidade de São Paulo, Ernesto Leme, o Embaixador Antonio de Faria comunicou-se com Lisboa dando seu parecer sobre o assunto: "[...] a sua amizade não é exclusiva e que outros a cultivam também; mas não creio que isso seja razão para não darmos andamento ao seu desejo, ou melhor ainda ao seu pedido, pois assim se lhe poderá chamar com mais propriedade"[217].

Para vencer a resistência oposta pelo Ministro da Educação de Portugal à formulação do convite, o Chanceler português Paulo Cunha ponderou-lhe acerca da conveniência de se atender ao solicitante:

> [...] por um lado, a projeção de que goza o Reitor da Universidade do Brasil e ao seu concurso sempre pronto em defesa das relações luso-brasileiras, e, por outro lado, a conveniência de não perdermos as boas vontades com que contamos nos meios brasileiros nem sempre fáceis de conquistar e tão cheios de pequenas suscetibilidades[218].

O alvo das atenções da diplomacia portuguesa era o Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica, cujos maiores valores intelectuais eram o próprio Pedro Calmon e Gustavo Barroso, caricaturista, romancista, poeta, teatrólogo, tradutor, ensaísta, membro da Academia Brasileira

217 Ofício Confidencial, 12 de março de 1952 (2P, A57, M55, Proc. 17,3, n. 173).

218 Ofício Confidencial, 8 de abril de 1952 (2P, A57, M55, Proc. 386, n. 11).

de Letras e de passado integralista. Era ao redor do instituto que se articulavam os intelectuais pró-Espanha. De acordo com a Embaixada portuguesa, o Instituto não contava "com grandes valores no seu quadro de brasileiros, mas 'servia-se' de uma rapaziada manejável", que acudia "muito bem aos fins de propaganda de hispanidade"[219].

Expressão dessa preocupação para com a atuação do Instituto foi a realização, em agosto de 1959, do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Organizado pelo Reitor da Universidade da Bahia, o colóquio visava apagar a má imagem do governo de Portugal depois da controvérsia causada pelo pedido de asilo político do general Humberto Delgado à Embaixada do Brasil em Lisboa e, também, fazer a cultura portuguesa presente no centro da área de influência do Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica. Além de perseguirem a abertura de espaços culturais com a finalidade de cooptar personalidades brasileiras para atenuar a oposição ao salazarismo e ao franquismo, era objetivo das duas representações influírem nas interpretações elaboradas pelos historiadores brasileiros. Essa tarefa, sobretudo para Portugal, tinha um significado transcendente porque a eliminação, nos compêndios de história do Brasil, da interpretação que colocava Portugal como um colonizador incapaz de ter criado condições favoráveis ao desenvolvimento afigurava-se valioso instrumento para a argumentação oficial portuguesa junto às Nações Unidas de que Portugal não era um Estado colonialista, mas um Estado civilizador e cristianizador.

Nesse caminho, ninguém foi tão longe como o historiador Tito Lívio Ferreira. Numa tese apresentada à Primeira Jornada Paulista de Revisão da História do Brasil, em janeiro de 1958, e aprovada com a maioria dos votos, o historiador defendeu a inacreditável ideia de que o Brasil nunca havia sido colônia de Portugal. Sob o título "Posição administrativa, política, econômica e social do Brasil em face de Portugal desde os primórdios até a independência", Tito Lívio afirmava:

> Nascemos portugueses e portugueses fomos até 25 de março de 1824, quando a Constituição Política do Império do Brasil nos outorgou a cidadania brasileira. [...] O Brasil

219 Ofício do Serviço de Imprensa da Embaixada de Portugal, 22 de novembro de 1956.

> era uma província do Império Lusitano e não colônia no sentido atual de território ou simples fazenda explorada pela Coroa portuguesa[220].

O historiador brasileiro lançava assim uma tese que nem os mais empedernidos dos salazaristas havia tido a ousadia de conceber. Enquanto os mais pró-lusitanos procuravam melhorar a imagem de Portugal no Brasil argumentando que os portugueses foram os únicos a enfrentar as enormes adversidades que o ambiente tropical opunha, e que outros colonizadores dificilmente teriam conseguido melhor performance, Tito Lívio simplesmente interpretava o passado colonial do Brasil à luz da realidade constitucional portuguesa contemporânea, especialmente dedicada a sombrear o caráter colonialista do Estado português e a melhor defendê-lo da maré montante do movimento anticolonialista.

Para a intensa satisfação do Diretor Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, que recomendou ao Secretariado Nacional de Informação de Portugal que desse a maior divulgação possível à obra em Portugal, Tito Lívio, em conclusão, propunha:

> Por isso devem ser banidas para sempre das páginas da História do Brasil as palavras colônia, colonos, colonização, colonial, colonizadores, vazias de sentido histórico, pelos vocábulos povoadores, povoamento, povoação, legitimamente históricos, plenos e carga emocional, do conteúdo humano e permanente no tempo e no espaço[221].

A mesma veemência usada pelo governo português para saudar aqueles que de algum modo contribuíram para a exaltação do passado histórico português era usada para condenar aqueles que faziam o mesmo pelo passado espanhol. Segundo os critérios lusitanos, qualquer interpretação positiva de aspectos da cultura espanhola equivalia a um ato de hostilidade contra Portugal. Tais foram os parâmetros utilizados

220 *A Voz de Portugal*, 26 de janeiro de 1958.

221 Correspondência do Diretor Geral dos Negócios Políticos, Franco Nogueira, para o Secretário Nacional da Informação, 20 de julho de 1960 (2P, A2, M538, Proc. 381,63, n. 535).

pela diplomacia portuguesa para traçar o perfil do professor brasileiro Alberto Silva, antes de sua viagem a Portugal em 1952. Pelo fato de o professor ter-se comprometido a proferir duas conferências – "Sentido do domínio espanhol no Brasil" e "O fator espanhol na colonização do Brasil" – nas Universidades de Madrid e Salamanca, o que o situava como um antilusitano, antes de desembarcar em Portugal a caminho da Espanha, o Cônsul português na Bahia assim o definiu:

> O professor em questão não é um elemento perigoso. O que se pretende é evitar que ele se transforme num elemento perigoso. Assim, p.e., uma recepção tão carinhosa quanto possível, durante a sua próxima ida a Lisboa poderia proporcionar úteis consequências nas próximas publicações e conferências do historiador em causa[222].

Se na percepção da diplomacia portuguesa as manifestações brasileiras de simpatias para com a Espanha tornavam um indivíduo perigoso, os "sentimentos americanistas" eram vistos como verdadeiramente subversivos. E o que é mais surpreendente é que esse lusitanismo autoritário era endossado pelos diplomatas brasileiros lusófonos. Dessa estranha política de cooperação cultural Brasil-Portugal foi vítima o professor da Universidade do Brasil Sílvio Julio de Albuquerque. Quando de sua estada na capital do Peru com a finalidade de investigar e reunir elementos bibliográficos peruanos sobre o Rio de Janeiro para as comemorações do IV Centenário da cidade, o referido professor prestou declarações à Imprensa local definindo-se como uma americanista e que o futuro do Brasil estava na integração com os países latino-americanos. Por considerar que essas declarações estavam "em flagrante contraste com o espírito que orienta atualmente as relações entre os dois países da comunidade luso-brasileira"[223], o Embaixador português local exigiu que seu colega brasileiro constrangesse o professor Sílvio Julio a desmentir suas declarações, tarefa que o Embaixador brasileiro Orlando Leite Ribeiro cumpriu sem, todavia, obter êxito.

222 Relatório Confidencial do Consulado da Bahia, 7 de junho de 1955 (2P, A57, M41, Proc. 5, n. 707).

223 Ofício de 25 de junho de 1957 (2P, A58, M203, Proc. 13, n. 134).

No entanto, a despeito de todo o zelo com que a diplomacia portuguesa cuidava dos menores detalhes de sua ortodoxia histórica, às vezes eram os próprios portugueses que criavam problemas. Como, por exemplo, as divertidas e heterodoxas declarações do idoso almirante Gago Coutinho, que afirmou, baseado nos estudos que estava desenvolvendo, que todas as provas históricas indicavam que o Brasil havia sido descoberto por Cristóvão Colombo, sendo uma farsa a versão de que o descobridor fora Pedro Álvares Cabral. Declarações que provocaram a ira do governo português, cujos representantes tiveram que se desdobrar junto à Imprensa brasileira para minimizar seu valor. Para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, consistiam em "declarações irresponsáveis sem tomar consciência da sua gravidade e dano nacional"[224].

Enfim, era na Imprensa onde Portugal tratava sua principal e cotidiana batalha pela elevação de seu prestígio no Brasil. Pouca serventia teria o apoio de diplomatas e intelectuais, caso os jornalistas e os órgãos de Imprensa não se dispusessem a divulgá-lo e a moldar junto à opinião pública uma imagem positiva de Portugal.

Ainda que não faltassem opiniões críticas na Imprensa brasileira, estas direcionavam-se muito mais para os aspectos políticos internos de Portugal. Em boa parte ligada a elementos da oposição portuguesa exilados no Brasil, cujas posições sobre a questão colonial muito pouco ou quase nada diferiam das de Salazar[225], todas as críticas concentravam-se na ditadura salazarista[226]. Além do que, pelo fato de o Brasil figurar no

224 Telegrama de 2 de março de 1958 (P. E. A. 177, N.G. 958, n. 35).

225 A propósito da atuação da oposição relativamente à questão colonial, José Freire Antunes observa: "Ao longo de 48 anos de labor político, o campo oposicionista não elaborou, com o seu rio de ilusões legalistas e unitárias e os seus arquétipos Norton de Matos, Cunha Leal ou Humberto Delgado, uma alternativa de fundo à prática colonial do regime corporativo. Não foi além de um acervo de críticas à forma de exploração dos territórios ultramarinos, e à ineficiência do sistema colonial; e, em momentos capitais, identificou-se mesmo com a política de defesa avançada pelo regime" (Antunes, José Freire. *O Império com pés de barro – Colonização e descolonização: as ideologias em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1980, p. 58).

226 Um bom exemplo dessa orientação crítica foi a publicação, em 1962, de uma antologia de textos de autores brasileiros e portugueses pela Editora Felman-Rêgo, intitulada *Salazar visto do Brasil*. São os seguintes os autores brasileiros que participaram da coletânea: Rachel de Queiroz, Guilherme de Figueiredo, Rubem Braga, Fernando Sabino, Hélio Fernandes, Murilo Mendes, Newton Carlos, Mattos Pacheco, J. E. Macedo Soares, Otavio Malta, Gustavo Gorção, Yvonne Felman, Celso Ribeiro Bastos, Edmar Morel, Paulo Duarte, Helena Silveira e Arapuã.

sistema internacional como um ator subordinado às diretrizes hegemônicas norte-americanas, acreditava-se que as íntimas relações entretidas com Portugal nada mais eram senão manobras periféricas que não incidiam sobre o processo de decisões internacionais - subestimação dos interesses nacionais brasileiros que só começou a ser ultrapassada depois das denúncias do Embaixador Álvaro Lins a propósito o pedido de asilo do general Humberto Delgado e da apresentação de uma política externa alternativa por parte dos setores que se sentiam prejudicados pela forte concorrência internacional da economia cafeeira de Angola.

As manifestações críticas eram minoritárias, porém. Predominavam amplamente os setores que viam a aliança com Portugal como um excelente antídoto contra as posições de comunistas e neutralistas.

À parte, as nem sempre muito sinceras convicções ideológico-políticas, interessava aos homens de imprensa que abertamente faziam a defesa do salazarismo e do colonialismo o reconhecimento do governo português sob a forma de homenagens e viagens. Essa permanente dívida de Portugal para com a Imprensa brasileira foi muito bem lembrada pelo Embaixador português Manuel Rocheta quando, em 1958, recomendou às autoridades de Lisboa que promovessem uma viagem de cortesia de um grupo de jornalistas a Portugal. Na ocasião, Rocheta acentuou que "a Imprensa carioca reagiu o mais favoravelmente possível em relação à questão de Goa, correspondendo quase sempre aos pedidos que lhe eram feitos por esta Missão Diplomática no sentido de publicarem notas, comunicados e notícias em defesa de nossos pontos de vista[227].

A diplomacia portuguesa tinha perfeita noção de que a falta de cuidado em resgatar essa dívida junto à Imprensa podia causar sérias frustrações. Esse foi o caso, por exemplo, do antes fiel colaborador do Jornal do Brasil Chermont de Brito. Esse jornalista, que defendia as posições portuguesas, passou abruptamente, em outubro de 1958, a atacar o colonialismo português e a defender uma aproximação do Brasil junto à Índia de Nehru, advogando assim a causa neutralista. Quando solicitado pela Embaixada a explicar sua mudança, Chermont de Brito não hesitou em queixar-se de que "Portugal condecorava várias

227 Ofício de 14 de julho de 1958 (2P, A58, M209, Proc. 17,3, n. 465).

personalidades brasileiras e se esquecera dele, que sempre esteve ao lado de Portugal"[228].

Quando não, essas "traições" deviam-se a superiores interesses de ordem econômico-comerciais. Tal foi o caso do surpreendente discurso proferido pelo diretor da cadeia dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand, em Madrid, quando, em novembro de 1958, comemorou-se o aniversário da edição espanhola da revista *O Cruzeiro*. Na sua alocução, Assis Chateaubriand, um vibrante lusófono, enfatizou o destacado papel desempenhado pelos espanhóis na colonização do Brasil, sobretudo no período em que Portugal esteve submetido à coroa de Espanha[229]. Embora não desconhecessem as reais motivações de Chateaubriand, suas declarações provocaram consternação junto às autoridades portuguesas, na medida em que consideravam qualquer manifestação pró-espanhola como um atentado aos interesses nacionais portugueses e como uma janela que se abria para o fomento dos valores culturais espanhóis no Brasil.

Não se deve interpretar essa obsessão antiespanhola de Portugal, no entanto, apenas como uma expressão de "provincianismo" ibérico. Conquanto os disciplinadíssimos diplomatas portugueses tivessem, por vezes, tomado despretensiosas referências à Espanha como perigosas manifestações americanistas, o fato é que o governo português acompanhava competente e aguçadamente o processo político interno brasileiro e seus possíveis desdobramentos externos.

Não passava despercebido ao governo português a progressiva influência obtida pelos setores nacionalistas do governo brasileiro junto ao Presidente Kubitschek. A crise da cafeicultura brasileira, a assinatura do Tratado de Roma e o projeto euro-africano, além da crescente admiração pelos resultados do neutralismo pragmático de Nasser eram todos fatores que levavam Salazar a se preocupar com o futuro da aliança com o Brasil. Ele sabia perfeitamente que qualquer inclinação neutralista do Brasil necessariamente implicaria uma maior aproximação junto aos vizinhos latino-americanos. Seria esse um movimento natural para

228 Ofício de 29 de outubro de 1958 (2P, A58, M209, Proc. 17,3, n. 483).

229 Ofício de 18 de novembro de 1958 (2P, A58, M209).

compensar o inevitável desgaste que tal decisão provocaria nas relações do Brasil com os Estados Unidos.

O mais forte indício do crescimento a influência dos setores nacionalistas no processo decisório brasileiro revelou-se por ocasião do discurso pronunciado pelo Chanceler Macedo Soares no Chile, em outubro de 1957, e que causou vivo descontentamento nos meios lusófonos do Itamaraty. Nele, Macedo Soares assinalava incisivamente as mudanças que a descolonização na África e na Ásia começavam a causar no sistema internacional e o novo papel que a América Latina estava destinada a desempenhar.

> Nós, da América Latina, que tão bem soubemos ajudar--nos uns aos outros nas nossas lutas emancipadoras; nós que chegamos mesmo, e muitas vezes e em tantas terras, a compartilhar nossos heróis militares de nossos mártires intelectuais; nós que forjamos a solidariedade americana como natural corolário daquelas lutas e dos nossos próceres comuns, a nós cabe seguir de perto a entrada desses povos afro-asiáticos na comunidade das Nações livres e seguir-lhes seus objetivos, suas aspirações e seus empenhos[230].

As possibilidades de o Brasil caminhar nessa direção, que um pouco antes pareciam tão remotas aos olhos dos observadores menos atentos, tornaram-se bastante reais quando os setores nacionalistas do governo brasileiro convenceram Kubitschek a lançar a proposta da Operação Pan-Americana. Ainda que não estivesse nos planos dos republicanos norte-americanos proporcionar ajuda substantiva ao desenvolvimento industrial do Brasil e da América Latina, devido à absoluta falta de interesse econômico e estratégico, semelhante iniciativa de Kubitschek poderia vir a transformá-lo numa liderança latino-americana e, no limite, não alinhada, o que resultaria em inevitável prejuízo para as posições colonialistas de Portugal.

230 Ofício de 24 de outubro de 1957 (2P, A58, M203, Proc. 6,12, n. 633).

Por essa razão, só depois de muito pesar os prós e os contras é que Salazar dispôs-se a atender aos insistentes pedidos de Augusto Frederico Schimidt, feitos ao chefe da Delegação Portuguesa nas Nações Unidas, de divulgar uma carta aberta de apoio à Operação Pan-Americana[231]. Na carta, Salazar deixa transparecer toda sua apreensão pela iniciativa que não teve como deixar de saudar:

> Deste lado do Atlântico – também nos países americanos onde se têm feito os maiores esforços para a defesa do mundo livre – não pode ser vista com indiferença, antes será recebida com alvoroço, a posição tomada no memorial acerca dos valores de civilização que estão em causa e a intenção da valorização desse Continente em ordem não só a defesa das áreas que importam ao mundo livre mas também ao aumento da contribuição que pode ser dada pelos vinte e um países latino-americanos à causa geral[232].

As palavras de Salazar mal escondem o desconforto de sua posição. Um compreensível desconforto para quem, em primeiro lugar, sempre descuidara do desenvolvimento econômico de Portugal. Custava-lhe apoiar uma reivindicação que contra ele era dirigida pela oposição de seu próprio país, apesar do Plano de Fomento que inaugurara em 1953.

Quanto ao conteúdo propriamente dito da Carta, ficava muito bem clara a preocupação de não se fazer menção direta ao Brasil. Em todo o texto as referências foram feitas aos 21 países latino-americanos, o que denotava a intenção de se evitar qualquer expressão que desse ideia de liderança quer do Estado brasileiro, quer do Presidente Kubitschek.

Havia igual preocupação de se inscrever a Operação Pan-Americana no quadro da defesa do Ocidente. Evidentemente, repugnava a Portugal a ideia suscitada pelo Chanceler Macedo Soares, no discurso do Chile, de a OPA ser o primeiro passo no sentido de uma política não alinhada.

Havia, ainda, a preocupação de subscrever uma carta de apoio a uma iniciativa que pudesse ser malvista pelo governo Eisenhower. Esse

231 Telegrama do chefe da Delegação de Portugal nas Nações Unidas, 16 de outubro de 1958 (P. E. A. 175, N.G. 4045, n. 176).

232 *O Globo*, 9 de setembro de 1958.

temor devia-se ao fato da delicada posição em que os Estados Unidos se achavam ante Portugal: apesar de teoricamente os Estados Unidos apoiarem o princípio anticolonialista da autodeterminação dos povos, dependiam de periódicas negociações para manterem suas bases militares nos Açores.

Por último, expressava a contrariedade face àquilo que tão obstinadamente viera combatendo ao longo dos anos cinquenta: a promoção dos valores culturais hispânicos no Brasil.

Capítulo 8
A colônia portuguesa no Brasil

A colônia de imigrantes portugueses, evidentemente, constituiu uma peça das mais importantes para as relações político-diplomáticas luso-brasileiras. Aliás, de acordo com Afonso Arinos[233], o fenômeno da imigração, onde quer que ele ocorra, sempre condiciona o comportamento dos governos envolvidos, na medida em que forma uma ponte cultural entre os povos. Independentemente do maior ou menor ativismo político-cultural dos imigrantes, os formuladores e executores de política externa não podem deixar de levar na devida conta, nas relações bilaterais, a situação e os manifestos interesses de seus respectivos nacionais. Quanto mais numeroso, organizado e afinado política, econômica e ideologicamente com o governo do país de origem, tanto maior será a influência do contingente de imigrantes nessas relações.

Em se tratando de Portugal, ex-metrópole colonizadora do Brasil, o fenômeno da imigração só fez reforçar as bases da ponte cultural já existente. Apesar das dificuldades iniciais de adaptação dos imigrantes portugueses, em sua grande maioria provenientes do meio rural, o uso da mesma língua, a devoção à mesma fé religiosa, a semelhança dos hábitos alimentares eram fatores, entre os mais imediatos, que permitiam uma inserção relativamente rápida no tecido social brasileiro.

Conquanto os laços culturais não impliquem uma necessária influência política junto aos governos, a importância atribuída pela administração portuguesa à emigração e as especiais relações político-diplomáticas luso-brasileiras dos anos cinquenta concorreram para que à colônia de imigrantes fosse reservado significativo papel político. A conservação dos laços com os familiares deixados na pátria e a

233 Mello Franco, Afonso Arinos de. *Evolução da crise brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 205.

eficiência das instituições governamentais e não governamentais que os acolhiam no Brasil não somente impediam uma completa ruptura com o passado, como também os levavam a nutrir um sentimento de ufanismo face à ação governativa de Oliveira Salazar. Paradoxalmente, os mais duramente atingidos pela injustiça social que os excluía do solo nacional eram aqueles que mais obstinadamente trabalhavam para a manutenção do "status quo" em Portugal[234].

A emigração é um fenômeno constante na história moderna portuguesa. Desde os séculos XVIII e XIX debate-se, em Portugal, a respeito de suas causas. De uma maneira muito geral, todos concordam que a emigração esteve ligada ao crescimento "para fora" da economia portuguesa. As obras de conquista e colonização, criando alternativas de mobilidade e busca de novas oportunidades, sempre estiveram na frente das mudanças internas. O flagrante contraste entre o dinamismo do crescimento externo e a lentidão do crescimento interno teriam feito da emigração um fenômeno quase natural[235].

A debilidade do desenvolvimento do capitalismo em Portugal fez com que, no entanto, a emigração no século XX assumisse contornos altamente preocupantes. A imensa distância que se abriu entre a economia portuguesa e as economias capitalistas desenvolvidas transformou a emigração num verdadeiro êxodo nacional. Na primeira metade do século, emigraram mais de dois milhões de portugueses[236]. Estando já longe o tempo em que iam assegurar a posse e valorizar as conquistas portuguesas esses emigrantes passaram a constituir mão de obra barata para as economias capitalistas mais dinâmicas.

Não há dúvida alguma de que a responsabilidade por esse fluxo contínuo de emigrantes cabia à estrutura fundiária de Portugal. Se antes havia, o minucioso estudo realizado por Álvaro Cunhal – *A questão*

234 São poucos e raros os estudos sobre o imigrante português no Brasil contemporâneo. Entre esses, figura a dissertação de mestrado em antropologia apresentada por Maria Helena Beozzo de Lima ao Museu Nacional (Rio de Janeiro) em 1973: "A missão herdada um estudo sobre a inserção do imigrante português".

235 Almeida, Carlos e Antonio Barreto. Capitalismo e emigração em Portugal. In: *Cadernos de hoje*. Lisboa: Prelo, 1974, p. 167.

236 *Idem, ibidem*.

agrária em Portugal[237] – a eliminou. Ao examinar todos os pormenores relativos à atividade agrícola portuguesa, Cunhal a revelou como uma autêntica fábrica de emigrantes.

Em linhas gerais, a geografia econômica da agricultura portuguesa era relativamente simples. Cortado no sentido horizontal pelo rio Tejo, o país dividia-se em duas áreas marcadamente distintas: a do Norte, dominada pela pequena propriedade; e a do Sul, pela grande propriedade.

As sucessivas divisões da propriedade familiar no Norte, reduzindo as parcelas a dimensões ínfimas, geravam um permanente excedente populacional. Ao contrário do Sul, onde a terra era enfocada como um fator de produção, apesar da ausência de uma racionalidade capitalista mais apurada, no Norte a terra era vista como um bem móvel herdado dos antepassados. Essa maneira própria do norte do país de encarar a propriedade da terra estimulava os lavradores para a emigração, na medida em que a alta densidade populacional criava o risco do desaparecimento do bem da família[238].

Até a parte inicial dos anos sessenta, a grande maioria do continente de emigrantes dirigia-se para o Brasil. As já mencionadas facilidades de adaptação constituíam forte foco de atração para esses emigrantes, que, devido à parca instrução ou mesmo por serem iletrados, temiam a marginalização em países de língua diferente da sua. Outro importante motivo de atração era o fato de o Brasil ser conhecido como um país novo, com terras férteis e abundantes, contrastando com Portugal, por eles visto como um país velho, de terras cansadas e limitadas. No entanto, como observa Maria Helena Lima[239], chegando ao Brasil, os emigrantes quase nunca se dedicavam ao trabalho agrícola, buscando fazer a poupança e realizar a ascensão social nos centros urbanos, principalmente no Distrito Federal e em São Paulo.

O abandono da alternativa brasileira por parte dos emigrantes portugueses no início dos anos sessenta, longe de ter sido determinado

237 Cunhal, Álvaro. *A questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

238 Fryer, Peter; McGowan, Patricia Pinheiro. *El Portugal de Salazar*. Suíça: Ruedo Ibérico, 1962, p. 109.

239 Segundo Maria Helena Beozzo de Lima, a partir de numerosas entrevistas feitas com imigrantes, essa era uma percepção comum a todos.

pela redução do movimento emigratório, deveu-se antes a alguns fatores combinados[240] que lançam alguma luz sobre o período anterior, quando predominava a opção brasileira. Primeiramente, a emigração continuou a ocorrer nesse período, reforçada pela recusa em combater na guerra colonial, iniciada em 1961. Depois, a carência de mão de obra barata por parte dos países europeus ocidentais desenvolvidos resolveu o problema criado pela turbulência da política brasileira e pela inflação, que, desvalorizando velozmente a moeda, inviabilizava as remessas de numerário para Portugal.

O afluxo de emigrantes portugueses para o Brasil, porém, não foi estável e linear até o início da década de sessenta. Da década de 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial verificou-se sensível redução no número de portugueses que entraram no Brasil. Enquanto no período 1901-1930 entraram 754.147 imigrantes portugueses, no período 1931--1950 entraram apenas 148.699. No mesmo período global – 1901-1950 –, o segundo país que recebeu o maior número de imigrantes portugueses foram os Estados Unidos, com o total de 181.965, sendo 170.807 no período 1901-1930 e apenas 11.158 no período 1931-1950[241].

É evidente que as causas gerais dessa drástica redução da emigração deveram-se aos efeitos da crise geral do capitalismo, detonada em 1929 e só satisfatoriamente superada após a Segunda Guerra Mundial. A grande onda de desemprego, os protecionismos e, depois, a guerra propriamente dita constituíram os principais obstáculos à emigração.

No caso do Brasil, em particular, além dos efeitos gerais da crise concorreu para a redução do número de imigrantes – não só portugueses, mas de todas as outras nacionalidades – o caráter marcadamente nacionalista do governo revolucionário de Getúlio Vargas, que teve início em 1930.

O controle severo da imigração inaugurado pelo governo Getúlio Vargas contrariava uma tradição republicana de tratamento liberal da questão. Desde a supressão do trabalho escravo, a orientação dos

240 Freitas, Eduardo de. O fenômeno emigratório: a diáspora europeia. In: *Portugal contemporâneo:* 1958-1974 (dir. Antonio Reis), p. 191-200. Lisboa: Alfa, 1989.

241 Almeida, Carlos e António Barreto, *op. cit.*, p. 237.

governos republicanos fora a de incentivar a entrada de braços para o trabalho. Obviamente, essa preocupação em ocupar os postos vagos pelos escravos com o trabalho do imigrante subentendia uma política eugênica de embranquecimento da sociedade brasileira. Contudo, o argumento usado por Vargas para implementar sua política restritiva centrava-se na ideia de que os imigrantes europeus não se haviam inserido na sociedade e estavam formando quistos que poderiam ameaçar a soberania nacional, já que eram monitorados politicamente pelos governos de seus países de origem. Pelo parágrafo 6º do artigo 121 da Constituição de 1934, ficavam confirmadas as intenções restritivas do governo para com a imigração, que já se haviam manifestado com a Revolução de 1930. A letra do texto estabelecia:

> Deste lado do Atlântico – também nos países americanos onde se têm feito os maiores esforços para a defesa do mundo livre – não pode ser vista com indiferença, antes será recebida com alvoroço, a posição tomada no memorial acerca dos valores de civilização que estão em causa e a intenção da valorização desse Continente em ordem não só a defesa das áreas que importam ao mundo livre mas também ao aumento da contribuição que pode ser dada pelos vinte e um países latino-americanos à causa geral[242].

Esse caráter restritivo do texto constitucional era ainda mais acentuado pelo parágrafo 7º que atribuía ao Estado a decisão de escolher o local do território nacional onde o imigrante deveria instalar-se. Isso, é verdade, subordinava-se à orientação de promover o fomento da atividade agrícola e de aumentar a densidade populacional do país.

O fechamento do sistema político, no entanto – fruto do golpe que instituiu o Estado Novo brasileiro em 1937 –, resultou num reforço ainda maior do caráter restritivo da política imigratória do governo. Ele próprio uma expressão da radicalização ideológica e da exacerbação nacionalista dos anos trinta, o regime autoritário presidido por Vargas procurou eliminar qualquer risco que o afluxo de imigrantes pudesse

242 Constituição de 1934. Ver: *Constituições do Brasil* (de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 com suas alterações). Brasília: Senado Federal, 1986, p. 173.

criar para a defesa e a segurança do Estado. Nesse sentido, ao longo do ano de 1938, foram promulgados vários decretos para regular a matéria[243] dos quais o mais importante foi o Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio. Além de manter a cota de 2%, que persistiu na Constituição de 1937, o Decreto estabelecia "o direito [do Governo Federal] de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens"[244].

Com a expressa finalidade de melhor precisar seu conteúdo, em 20 de agosto de 1938, foi assinado o Decreto-Lei n. 3.010, cujo artigo 1º dizia:

> Este regulamento dispõe sobre a entrada e a permanência de estrangeiros no território nacional, sua distribuição e assimilação e o fomento do trabalho agrícola. Em sua aplicação ter-se-á em vista preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais[245].

Ora, ainda que não fosse objetivo do governo, os imigrantes portugueses foram atingidos por esse conjunto de medidas, tal e qual os das demais nacionalidades. Por essa razão, o Conselho de Imigração e Colonização passou a ser assediado por representantes de setores que se sentiam prejudicados pela redução do ingresso de portugueses no país. Na condição de porta-voz desses interesses, o Conselheiro Luiz Betim Paes Leme propôs então ao Conselho a apreciação do caso da imigração portuguesa. Após considerar que a imigração portuguesa em nada ameaçava a defesa e a segurança do país e que, pelo idioma, religião e costumes, o português era "um elemento sociológico de incontestável valor eugênico, com um poder de adaptação [...] característico", tendo "colaborado pacificamente durante mais de quatro séculos [...], atestando

243 Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938: veda a estrangeiros a atividade política no Brasil; Decreto-Lei n. 389, de 25 de abril de 1938: regula a nacionalidade brasileira; (Decreto-Lei n. 392, de 27 de abril de 1938: regula a expulsão de estrangeiros; Decreto-Lei n. 394, de 28 de abril de 1938: regula a extradição; Decreto-Lei n. 479, de 8 de junho de 1938: dispõe sobre a expulsão de estrangeiros (Ver Arquivo Nacional. *Decretos-Leis de 1938*).

244 Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938 (Ver Arquivo Nacional. *Decretos-Leis de 1938*, v. 2).

245 Decreto-Lei n. 3.010, de 20 de agosto de 1938 (Ver Arquivo Nacional. *Decretos-Leis de 1938*, v. 3).

sua civilização, cultura e sentimentos de perfeita solidariedade" com os brasileiros, o Conselho, através da Resolução n. 34, de 22 de abril de 1939, resolvia "considerar os portugueses, para os efeitos do Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938, isentos de qualquer restrição numérica, quanto à sua entrada no território nacional"[246].

Para os portugueses, a Resolução n. 34 foi um alívio, ao mesmo tempo em que simbolizava um gesto de cordialidade de Vargas com Portugal que no ano seguinte comemoraria mais um século de Restauração de sua independência – comemorações a que Vargas, convidado, não pôde comparecer devido à guerra[247]. Todavia, a Resolução incidia apenas sobre o controle numérico dos imigrantes, não tocando nas pesadas restrições que o excluíam de parte do mercado de trabalho. Entre essas restrições, salientavam-se as seguintes: ser jornalista, locutor, revisor ou fotógrafo de empresa jornalística (artigos 310 e 311 da CLT); ser árbitro em juízo arbitral (art. 1.031 do Código de Processo Civil, de 18/09/1939; e exercer e explorar profissionalmente a pesca e indústrias correlatas (art. 5º do Decreto-Lei n. 794, de 19/10/1938). Além dessas, há ainda as restrições decorrentes da obrigatoriedade de utilizar-se certa proporção de empregados brasileiros nas empresas que explorassem serviços públicos dados em concessão ou que exercessem atividades industriais ou comerciais (título 3, cap. 2, seção 1, artigos 352 e seguintes da CLT).

A propósito dessas restrições, foram tomadas uma série de iniciativas no sentido de eliminá-las, culminando, como já foi visto na elaboração e assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, em novembro de 1953.

A abertura dessa conjuntura marcada por protecionismos e contingenciamentos, além dos efeitos acima descritos, produziu, por outro lado, uma mudança no comportamento dos imigrantes portugueses no Brasil. Estes, que até então achavam-se dispersos e desorganizados, buscaram reverter essa situação, de modo a melhor enfrentarem as dificuldades que sobre eles pesavam.

246 Resolução n. 34, de 22 de abril de 1939 (*Diário Oficial*, de 15 de maio de 1939).

247 Loureiro, Pizarro. *Getúlio Vargas e a política luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941, p. 149.

Às instituições beneficentes, recreativas e culturais já existentes, acrescentaram-se outras novas. Refletindo esse esforço organizativo, realizou-se, em agosto de 1931, o Primeiro Congresso dos Portugueses do Brasil. Seu principal resultado foi a criação, no mesmo ano, da Federação das Associações Portuguesas, que objetivava: "a) exaltar Portugal e Brasil; b) fortalecer os laços de amizade luso-brasileira, c) dar ao Brasil público testemunho da gratidão dos portugueses; d) honrar Portugal, promovendo e patrocinando comemorações e festas de caráter patriótico"[248].

A partir de então, foi-se formando ampla rede de casas regionais portuguesas em todo o Brasil, e principalmente no Distrito Federal e em São Paulo. A atuação dessas casas visava sobretudo elevar o moral do imigrante, propagando o orgulho de ser português, de maneira a abrandar a condição marginal a que era relegado na sociedade, em razão da falta de qualificação profissional da grande maioria, somada às restrições impostas pelas decisões governamentais brasileiras. Por meio da comemoração das datas nacionais e do estímulo à conservação das tradições das datas nacionais e do estímulo à conservação das tradições culturais populares, pretendia-se exaltar a história, difundir-se as artes, fomentar a unidade moral e congregar os imigrantes no culto da prática portuguesa, além de adensar os laços de amizade com o povo brasileiro, à base do sentimento comum de lusitanidade. Tinha-se em vista, ainda prestar solidariedade moral e material aos mais necessitados.

Por outro lado, se a motivação mais imediata dos imigrantes era evitar o limbo da sociedade brasileira, cumpre notar que esse esforço em exaltar as virtudes da história, da cultura e do povo português não era estranho a uma tendência mundial de extrema acentuação do nacionalismo que assumiu uma face francamente xenófoba e agressiva. Por outras palavras, esse movimento organizativo dos imigrantes coincidia perfeitamente com os primórdios do Estado Novo português, que buscava superar os efeitos da crise da sociedade de Portugal mediante a retomada da mística de seu povo, como sendo formado na tradição das grandes conquistas e das obras cristianizadoras e civilizatórias.

248 Estatuto-Regulamento da Federação das Associações Portuguesas.

A essa convergência nacionalista, somava-se a contribuição intelectual de Gilberto Freire, que, no seu combate à ideologia arianista de parte dos intelectuais brasileiros, endossava e desenvolvia o ideário regeneracionista do Estado Novo português.

O paralelismo existente entre o esforço de organização dos imigrantes portugueses no Brasil e o nascimento do Estado Novo português, com Oliveira Salazar à frente, resultou numa sólida articulação das duas partes. Os efeitos dessa articulação incidiram fortemente sobre as relações luso-brasileiras, sobretudo no período governativo de Juscelino Kubitschek, porque, à medida que a rede institucional criada pelos imigrantes prosperava, o Estado Novo a assimilava como importante instrumento para influenciar os governos brasileiros a cooperarem no sentido da consecução dos objetivos nacionais portugueses.

Essa articulação se fez após a Segunda Guerra Mundial, quando então o governo português redefiniu sua política emigratória, ensejando considerável aumento da emigração para o Brasil. Depois de uma queda acentuada – em 1944 apenas 312 portugueses ingressaram no Brasil –, a partir de 1949 os números começaram a subir novamente: 1949, 6.000; 1950, 14.000; 1951, 28.104; 1952, 41.518; 1953, 32.159; 1954, 29.943; 1955, 18.486; 1956, 16.814; 1957, 19.931; 1958, 18.829; 1959, 16.400; 1960, 12.451[249].

Desde sua criação até a Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo português não via a emigração com bons olhos. Paralelamente aos esforços que desenvolvia para conjurar os efeitos da crise mundial que atingia a economia do país, tais como grandes obras públicas e saneamento das finanças, a política oficial interpretava negativamente a emigração, sobretudo quando de analfabetos, por considerar que ela arranhava a imagem do país no exterior[250]. Daí uma atitude de indiferença pela sorte dos que insistiam na ideia de emigrar, deixando-os ficar inteiramente à mercê de agentes recrutadores privados ou, quando não, por conta do

249 Almeida, Carlos; Barreto, António, *op. cit.*, p. 310.

250 "Essa 'política oficial' vigente, que pontificava até ao mais recôndito lugarejo perdido nas serranias, que impunha, sob comando à distância: 'pois não significa emigrar ter-se deixado de amar este lindo país, esquecendo-se que todos não seremos demais para continuar Portugal?'" (F.G. Cassola Ribeiro. *Emigração portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986, p. 10).

incentivo dos familiares já emigrados. Aliás, o próprio conceito de emigrante constante de decreto – marcado pelo caráter pejorativo que criava um estigma que o indivíduo carregava pelo resto da vida – refletia a maneira como o governo encarava o fenômeno da emigração:

> Pelo artigo primeiro do Decreto nº 19.029, de 13 de novembro de 1930, que regulamentava a assistência a bordo dos navios autorizados a transportar emigrantes, consideravam-se emigrantes todos os passageiros que viajavam em terceira classe ou equivalente, ou em classes intermediárias até a segunda classe, inclusive[251].

Contudo, a incapacidade do Estado Novo em solucionar os problemas estruturais que fomentavam o excedente populacional e estimulavam o movimento emigratório acabou por produzir mudanças no comportamento do governo face à questão. A primeira dessas mudanças a denunciar uma postura mais flexível ocorreu com a promulgação do Decreto n. 34.330, de 27 de dezembro de 1944[252], pelo qual se definia mais aceitavelmente o conceito de emigrante.

Por outro lado, incomodado com a comoção da opinião pública ante os escândalos provocados pela ação inescrupulosa dos agentes recrutadores e, também, pelos efeitos negativos gerados pelos emigrantes retornados, o Estado Novo, em 29 de março de 1947, baixou o Decreto-Lei n. 36.199, que suspendeu a emigração, exceto "quando feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulassem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países ou regiões de destino"[253].

Logo depois, em 28 de outubro de 1947, o governo de Salazar baixou o Decreto-Lei n. 36.558, que criava a Junta de Emigração, submetida à autoridade do Ministério do Interior, mostrando radical mudança de comportamento face à "tensão emigratória". O artigo primeiro rezava:

251 F.G. Cassola Ribeiro. *Emigração portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986, p. 10.

252 *Idem, ibidem*.

253 *Idem, ibidem*, p. 14.

> É criada no Ministério do Interior a Junta de Emigração, à qual incumbe o conhecimento de todos os assuntos referentes à imigração portuguesa, em especial:
>
> a) Estudar e propor superiormente as providências relativas à emigração;
>
> b) Submeter à apreciação do governo os princípios gerais de caráter técnico e observar nas negociações destinadas à celebração de acordos internacionais sobre emigração;
>
> c) Definir as bases do contrato de trabalho, com o objetivo não só de assegurar a defesa dos interesses dos emigrantes, a fixação de um período de duração do contrato, a repatriação, a previdência, indenizações por doença e acidentes de trabalho, como também de garantir a remessa pelos emigrantes, ou o pagamento em Portugal, de parte dos seus salários;
>
> d) Propor os contingentes de emigrantes autorizados a sair para cada país;
>
> e) Propor para cada região e cada profissão o número de trabalhadores autorizados a emigrar[254].

Com a promulgação do Decreto-Lei, desfazia-se a ideia segundo a qual o emigrante era um traidor, desinteressado em contribuir para melhorar a sorte da Pátria. O Estado Novo, por ter ele próprio reforçado ainda mais as estruturas socioeconômico-agrárias que fabricavam emigrantes, promovia a volta da ideia de que a emigração constituía um fenômeno historicamente natural e irreversível, justificado pela desproporção existente entre o crescimento populacional e as exíguas dimensões territoriais do país.

254 F.G. Cassola Ribeiro. *Emigração portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986, p. 17.

De outro ângulo, a emigração deixava de ser um negócio dos agentes recrutadores privados, tornando-se um negócio do Estado. A criação de um novo setor da burocracia especializado no assunto da emigração, ao mesmo tempo em que demonstrava a seriedade com que o governo se empenhava em zelar pelo destino daqueles que deixavam o país, proporcionava óbvias vantagens para o Estado e para o conjunto da economia de Portugal. Na medida em que o incipiente parque industrial português revelava-se incapaz de criar novos empregos para atender aos trabalhadores que abandonavam os campos, a emigração passava a funcionar como um sucedâneo dessa indústria, com a vantagem adicional de eliminar possíveis focos de tensões sociais que pudessem pôr em perigo a segurança do Estado. Ademais, as remessas de numerário dos emigrantes para suas famílias passavam a constar como um ponderável ingresso de divisas que contribuía positivamente para o equilíbrio da balança de pagamentos, da mesma forma que elevava o poder de compra das famílias beneficiadas pelas remessas.

Em virtude das possibilidades altamente promissoras que a criação da Junta de Emigração criou para o Estado português, "o governo, segundo palavras de um diplomata português, passou a estimular ao máximo a emigração"[255]. Ainda segundo a mesma fonte oficial, um dos mais notáveis resultados da ação da Junta foi a severa redução de emigrantes portugueses retornados. Antes da criação de Junta de Emigração, a média de retornados girava em torno de 15 a 20%, tendo sempre como motivo a falta de uma estrutura mínima que os apoiasse no processo de inserção social. Depois de sua criação, os números passaram a ser de 1 a 2%. O fator a atestar a eficácia da Junta foi a exigência de uma "carta de chamada" de alguma família no Brasil ou de um contrato de trabalho[256].

Como se pode perceber, o início dos anos cinquenta registrou uma condensação de fatores cujo resultado básico consistiu no fortalecimento da comunidade de imigrantes portugueses no Brasil e sua consubstanciação como forte grupo de pressão a favor da alta

255 Entrevista do Encarregado de Negócios de Portugal no Brasil Mário Soares de Oliveira Neves ao jornal *A voz de Portugal*, de 15 de janeiro de 1956.

256 *Idem, ibidem.*

política portuguesa junto ao governo brasileiro. O primeiro desses fatores foi a crescente organização dos imigrantes portugueses, a partir da década de trinta, em torno das casas regionais e de outras entidades culturais, recreativas e assistencialistas, cimentada por forte sentimento nacionalista que servia de anteparo ao correspondente nacionalismo brasileiro (Cumpre observar, porém, que este último não se mostrava xenófobo em relação ao imigrante português e a discriminação, quando havia, tomava por base o perfil rural e a baixa qualificação intelectual do imigrante, situando-o socialmente nas camadas mais baixas da sociedade).

O segundo fator foi a já analisada mudança de comportamento do governo português ante o fenômeno emigratório. A criação da Junta de Emigração em 1947 e o estímulo dado pelo governo ao movimento emigratório fizeram-se acompanhar de mecanismos que ligavam o emigrante a Portugal. O sentimento de abandono que antes marcava o imigrante português no Brasil foi substituído por uma sensação de maior segurança, na medida em que o Estado salazarista abertamente reconhecia sua importância e se empenhava em garantir para ele e sua família condições mais suportáveis de adaptação à sociedade brasileira.

O terceiro fator a compor esse quadro foi a formulação de nova estratégia político-diplomática portuguesa para esconjurar o movimento anticolonialista que ameaçava a unidade de seu império colonial. Como já foi visto, a Revisão Constitucional de 1951 – que eliminou o conceito jurídico de colônia, substituindo-o pelo de província ultramarina – constituiu o ponto de partida para que o governo português se lançasse à tarefa de obter do Brasil garantias de que seria apoiado no desenvolvimento de sua política colonialista. Pode-se afirmar que o isolamento internacional de Portugal e a intensificação das pressões perpetradas pelo movimento anticolonialista direcionaram a rede institucional e o sentimento nacionalista dos imigrantes portugueses no sentido da defesa dos interesses nacionais portugueses, definidos pelo governo de Oliveira Salazar. Essa combustão deu-se concretamente, com o "caso Goa". O apoio diplomático brasileiro à posição de Portugal, sustentado pelo aplauso da Imprensa brasileira em geral, conformou uma situação político-ideológica que favoreceu a coesão dos imigrantes

e as crescentes e articuladas manifestações de solidariedade ao governo português e, muito especialmente, a Oliveira Salazar.

Prestigiada e confiante ante a inequívoca posição brasileira de não reconhecer legitimidade à pretensão indiana de integrar Goa ao seu território nacional, a comunidade de imigrantes portugueses do Brasil passou a atuar desinibidamente no sentido de ver assinado o Tratado de Amizade e Consulta, cuja assinatura não só atendia aos interesses estratégicos de Portugal, mas também liberava os imigrantes portugueses das restrições que pesavam sobre os imigrantes de todas as nacionalidades. Tais pressões eram exercidas através da Federação das Associações Portuguesas, do Real Gabinete Português de Leitura e dos dois principais jornais da comunidade – *A Voz de Portugal* e *O Mundo Português* que, abastecidos exclusivamente de matérias divulgadas pela agência oficial portuguesa de informação, a Agência Nacional de Informação (ANI), desempenhavam as funções de noticiar os acontecimentos de interesse da comunidade de imigrantes portugueses no Brasil e, sobretudo, de veicular matérias de grande interesse do Estado português.

Após a viagem empreendida por Juscelino Kubitschek antes da posse, considerada um grande êxito para a comunidade luso-brasileira devido às conversações do presidente eleito com Oliveira Salazar e às promessas feitas de um futuro de melhor entendimento entre os dois países, a Imprensa portuguesa, no Rio de Janeiro, intensificou sua campanha para a rápida ratificação e regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta, sempre sem descurar do objetivo de exaltar as virtudes do Estado Novo e, muito especialmente, de Oliveira Salazar. Editoriais como o de abril de 1957 de *A Voz de Portugal*, noticiando as comemorações relativas ao 29º aniversário da entrada de Oliveira Salazar para o governo português, eram correntes:

> O progresso, a ordem, a disciplina, a paz social, o trabalho fecundo e tantos outros aspectos [...] atestam a firmeza, a inteligência, o patriotismo de um sábio estadista, de um homem excepcionalmente dotado, homem, como já uma vez dissemos, cuja vida solitária integralmente voltada

> ao serviço do país, nos seus mais altos e supremos ideais, lembra pela estatura do gênio e daquele outro grande e imortal solitário que da ponta de Sagres, fanaticamente agarrado ao seu ideal de abrir os caminhos misteriosos e indevassáveis do mar, para a glória e a grandeza de Portugal, tudo sacrificou no altar da Pátria [...][257].

A agressividade e a aceitação das posições assumidas pela Imprensa portuguesa no Brasil deviam-se, em boa medida, à própria posição de setores influentes da Imprensa brasileira. Francamente hostis a qualquer mudança que viesse a representar desvios na tradicional política externa ocidentalista brasileira, esses setores mostravam-se bastante sensíveis aos interesses do poderoso "lobby" português, sobretudo no Rio de Janeiro, palco dos principais acontecimentos políticos. Os jornais pertencentes aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e o jornal *O Globo* constituíam os principais veículos através dos quais as opiniões favoráveis ao Estado Novo português chegavam ao público leitor.

Nas páginas de *O Jornal*, por exemplo, seu proprietário e também Embaixador brasileiro em Londres, Assis Chateaubriand, atacou violentamente seu colega brasileiro em Portugal, Embaixador Álvaro Lins, pelo fato de este ter concedido asilo político ao general Humberto Delgado. Além da inconcebível falta de ética e de sintonização com a decisão oficial brasileira de ratificar o ato de Álvaro Lins, o jornalista endossou com ênfase os argumentos apresentados pelas autoridades e Imprensa portuguesa de que Humberto Delgado não podia ser beneficiado pelo asilo porque não passava de um bandido. Já no jornal *O Globo*, a diplomacia portuguesa transitava com tamanha desenvoltura que chegava mesmo ao ponto de, em questões consideradas de certa gravidade os editoriais serem escritos pelos próprios funcionários da Embaixada portuguesa[258]. Em suma, eram situações que configuravam a muito conhecida "diplomacia o vinho do Porto", bebida típica portuguesa

257 *A voz de Portugal*, de 28 de abril de 1957.

258 "O Adido de Imprensa pediu ao Diretor do Jornal *O Globo* um comentário contra os ataques de certa Imprensa brasileira ao governo português. O Dr. Roberto Marinho não só concordou, como encarregou o próprio Adido de redigir o referido comentário, que foi publicado na íntegra" – Ofício para Portugal de 19 de fevereiro de 1960 (P. E. A. 172, Proc. 4, 12, n. 182).

sempre servida nas recepções e festas da comunidade, assim como objeto de mimo com que os portugueses costumavam presentear os amigos de Portugal.

A Federação das Associações Portuguesas, por seu turno, constituía a representação máxima da comunidade lusitana e o principal elo com o governo português. Sendo a presidência e a diretoria eleitas dentro do universo formado pelas associações portuguesas, a Federação expressava os pontos de vista da elite socioeconômica da comunidade, na qual pontificavam grandes comerciantes, industriais e banqueiros.

Com a liberdade de movimento e iniciativa que o governo Juscelino Kubitschek proporcionou à comunidade lusitana para a defesa dos interesses de Portugal, além de suas funções estatutárias e rotineiras, a Federação das Associações empenhou-se no sentido de consolidar os laços com a Pátria mediante campanhas tais como a construção do Monumento ao Pai Português – "descobridor, colonizador e civilizador do Brasil"[259] – e, sem dúvida, a mais ambiciosa delas: a construção da sede própria da União Oliveira Salazar. Essa última campanha, dirigida pelo presidente da Federação das Associações, Manoel Fernandes da Costa, tinha como objetivo criar melhores condições para divulgar junto a portugueses e brasileiros a obra desenvolvida em Portugal por Oliveira Salazar[260].

Ao Real Gabinete Português de Leitura competia realizar o trabalho de difusão da cultura literária portuguesa, que, em virtude das limitações que a censura do Estado Novo impunha à criação artístico-literária, resumia-se praticamente a intermináveis tertúlias ao redor da obra de Luís de Camões. A incansável ênfase com que se abordava *Os Lusíadas*, é bem verdade, visava, antes de tudo, robustecer o sentimento patriótico do imigrante português e registrar junto ao público brasileiro a epopeia cristianizadora e civilizadora do povo luso.

Por meio das constantes reuniões e comemorações promovidas pelo Real Gabinete, a liderança da comunidade lusitana realizava a obra de cooptação dos intelectuais brasileiros que, interessados na promoção

259 *A voz de Portugal*, de 26 de maio de 1957.

260 *A voz de Portugal*, de 12 de fevereiro de 1956.

pessoal, nas condecorações e nos prêmios fartamente distribuídos, trabalhavam para garantir a legitimidade do Estado Novo e apoiar a política pró-portuguesa do governo Kubitschek.

O próprio Presidente Kubitschek regularmente comparecia às comemorações promovidas pela Federação das Associações e pelo Real Gabinete, onde se rendia às entusiasmadas homenagens que lhe eram prestadas. Tal prática foi inaugurada em 10 de junho de 1956, quando Kubitschek compareceu ao Gabinete acompanhado por Ministros de Estado para participar das comemorações referentes ao Dia de Portugal. Na ocasião, em discurso de improviso, Kubitschek expressou com toda a clareza a perspectiva em que se colocava ante a Comunidade Luso-Brasileira:

> [...] Mais tarde, quando pelos caminhos incertos da política recebia eu do destino esta providencial missão de dirigir os destinos do Brasil, antes de assumir a Presidência da República, realizei uma viagem por vários países, mas quis finalizá-la indo pedir bênção à nossa Pátria-Mãe Portugal para receber daquele bravo povo os exemplos admiráveis do extraordinário trabalho que ali realiza com firmeza de estadista notável o Presidente do Conselho Oliveira Salazar[...][261].

A influência exercida pela comunidade de imigrantes portugueses sobre o comportamento da diplomacia brasileira atingiu seu auge em 1960, quando Juscelino Kubitschek viajou para Lisboa a fim de participar dos festejos henriquinos e assinar a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta. A decisão de Kubitschek de viajar e figurar como coanfitrião nas comemorações oficiais portuguesas representou uma vitória da comunidade sobre a oposição, que, a essa altura, passara a considerar a aliança luso-brasileira como lesiva aos interesses nacionais brasileiros.

As manifestações contrárias à ida de Kubitschek a Lisboa devera-se, em boa parte, à difícil decisão do Embaixador brasileiro em Portugal

261 *A voz de Portugal*, de 17 de junho de 1956.

Álvaro Lins de conceder asilo político ao líder da oposição e candidato às eleições presidenciais portuguesas Humberto Delgado. A resistência de Álvaro Lins às pressões do governo português e de parte dos diplomatas brasileiros, empenhados em reduzir o problema a uma dimensão exclusivamente interna ao governo português, despertou a atenção dos setores oposicionistas brasileiros para o conteúdo das relações luso-brasileiras e, também, para as denúncias que a oposição portuguesa exilada no Brasil fazia à ditadura de Oliveira Salazar. Essa campanha aumentou ainda mais em intensidade quando o general Humberto Delgado, na condição de líder do Movimento Nacional Independente, passou a organizar a luta oposicionista a Salazar no Brasil.

Se, portanto, a fase inicial do governo Kubitschek representou o auge da influência da comunidade lusa, representou também seu declínio. A partir da presença e da pregação de Humberto Delgado, começou, rapidamente, o fim da esmagadora preponderância exercida pelos setores pró-salazaristas da comunidade de imigrantes portugueses sobre a opinião pública brasileira.

Esse declínio, por outro lado, foi acentuado pela mudança de governo e pela mudança da capital. Desde o início de sua campanha eleitoral, Jânio Quadros fizera reiteradas declarações, tanto no Brasil como no próprio Portugal, de que os dois países, para assegurarem sua histórica aliança deveriam rever os termos sobre as quais esta achava-se assentada.

Quando governador de São Paulo, Jânio Quadros já havia entrado em rota de colisão com a tradicional política luso-brasileira, ao manifestar seu apoio aos cafeicultores do estado, que reclamavam das condições que cercavam a produção africana, como o uso de mão de obra semiescrava, responsáveis pela forte concorrência ao café nacional no mercado externo.

Após ter passado à condição de candidato à Presidência da República, Jânio Quadros tornou mais explícita e objetiva a sua oposição à maneira como eram conduzidas essas relações. Para ele, já havia passado a fase romântica e parecia urgente situar as relações dos dois países em bases realistas, nas quais o que mais contaria seriam as contribuições

econômicas que ambos poderiam proporcionar-se mutuamente. Em sintonia com o realismo que propunha, considerava indispensável, contrariando um dogma salazarista, que as colônias africanas de Portugal se abrissem para o comércio com o Brasil.

> Lobito, para mim, não é apenas uma bonita cidade; é o porto através do qual podem os brasileiros irem buscar os excelentes minérios de estanho e de cobre tão necessários à nossa renovação industrial; Lourenço Marques não é apenas um porto da costa oriental da África, é uma base que permite a portugueses e brasileiros responderem à pressão que a África portuguesa recebe de outras nações e de onde poderão ser conquistados os mercados da Ásia, da Austrália e da Nova Zelândia. No que se refere a Macau [...], oferece-nos possibilidades ilimitadas, desde que nos entendamos, brasileiros e portugueses[262].

A perspectiva de Jânio Quadros, radicalmente oposta à de Juscelino Kubitschek, combinada com a deflagração da luta armada nas colônias, fez com que ele fosse visto pelo governo português como um verdadeiro traidor das relações luso-brasileiras, o que contribuiu decisivamente para uma drástica, ainda que não irreversível, redução da influência da comunidade lusa sobre a diplomacia brasileira.

Por fim, a transferência da Capital Federal para Brasília representou outro duro golpe para a influência política da comunidade. À medida que os órgãos de soberania do Estado brasileiro foram sendo deslocados para Brasília, a comunicação direta com o Presidente e seus principais assessores deixava de existir. Enquanto Kubitschek ficava exposto a toda sorte de pressões por parte das instituições que formavam a rede montada pela comunidade, a solidão do Planalto Central permitia que Jânio Quadros refletisse e decidisse sobre as relações luso-brasileiras com muito mais frieza e realismo.

262 Discurso de Jânio Quadros no Rotary Club de Lisboa (*O Século*, de 9 de setembro de 1959).

Capítulo 9
Itamaraty e Catete: Ocidentalismo "versus" Nacionalismo

Em termos gerais, a política externa do governo Kubitschek que um autor definiu como uma "política externa matizada, complexa, cheia de ambiguidades, fragilidade, descompassos e contradições"[263] – e as relações bilaterais com Portugal, em particular, constituíram uma manifestação da disputa político-ideológica que polarizou a sociedade e as instituições governamentais brasileiras, opondo, de um lado, nacionalistas e ocidentalistas, de outro.

Pouco articulado no que tange à política internacional e exclusivamente voltado para seu projeto industrialista, conquanto conservador e ocidentalista convicto, Juscelino Kubitschek soltava as rédeas de um dos dois grupos de formuladores de política externa, segundo as necessidades da conjuntura. Político habilidoso, capaz de manter junto de si ambos os grupos e sempre alimentando a expectativa mútua de um obter o triunfo sobre o outro, Kubitschek recorria aos nacionalistas em busca de decisões de grande impacto sempre que seu Plano de Metas ameaçava naufragar nas águas revoltas da competitividade e da rivalidade internacionais. Assim procedeu, em junho de 1958, quando pretendeu explorar a desastrosa viagem de Richard Nixon à América do Sul, lançando a Operação Pan-Americana, e, em junho de 1959, quando, diante das dificuldades para a concessão de um empréstimo, rompeu as negociações com o Fundo Monetário Internacional.

O embate entre ocidentalistas – ou "entreguistas" como eram então chamados – e nacionalistas teve seu início antes do governo Kubitschek, mas foi durante seu período presidencial que atingiu o clímax. Ante o elevado grau de antagonismo entre as partes e a abrangência das

263 Moura, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: *O Brasil de JK* (org. Ângela de Castro Gomes), p. 24. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

questões arroladas no debate, todas as famílias políticas existentes foram chamadas a se definir em relação às teses defendidas por uns e outros.

Francisco Weffort, ao definir os nacionalistas como um grupo essencialmente ideológico e responsável pela ideologização do debate político no governo Kubitschek, considerou o nacionalismo como o "critério de balizamento de toda a situação brasileira [...] [e] também o principal critério ante o qual os diversos grupos políticos se definiram"[264].

O fenômeno nacionalismo como critério de distinção ideológica brotou no último governo Vargas. A campanha pela nacionalização do petróleo, com a consequente criação da Petrobras em outubro de 1953, e a grande comoção popular decorrente do suicídio de Vargas foram acontecimentos que projetaram o nacionalismo como polo aglutinador ao redor do qual passaram a gravitar todos os grupos que rejeitavam as teses liberais clássicas como parâmetro teórico para o desenvolvimento brasileiro.

A campanha nacional do petróleo, definida pelos que dela participaram como um verdadeiro movimento em defesa da soberania nacional[265], "superior às campanhas da Abolição, da Independência e da República"[266], ao mesmo tempo em que dividiu opiniões e instituições, propiciou uma conjugação das forças mais representativas do país, como parlamentares, militares, intelectuais, estudantes e trabalhadores. Já o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, e a divulgação de sua carta-testamento, com efeito, desempenharam a função de verdadeiro marco fundador do nacionalismo:

> Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar

264 Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 25.

265 Pereira, Osny Duarte. *Estudos nacionalistas*, v. 2. São Paulo: Fulgor, 1960, p. 329.

266 Victor, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 19.

> sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida[267].

Ao situar-se como alvo de uma campanha de difamação pelos que pretendiam afastá-lo para entregar as riquezas nacionais aos interesses capitalistas internacionais, Vargas, ao mesmo tempo em que vibrou violento golpe contra a União Democrática Nacional, fincou o mastro da bandeira nacionalista contra os interesses imperialistas. Sua denúncia do conluio dos privilegiados com as forças externas para impedir a realização das reformas sociais necessárias à plena independência da nação demarcou com simplicidade o terreno das forças em luta e indicou o lugar que competia ao povo ocupar.

Se, no entanto, o adversário do nacionalismo tinha um perfil facilmente identificável – os setores liberais, que repeliam toda sorte de intervencionismo estatal na economia e defendiam a abertura do país para a entrada dos capitais estrangeiros, enfatizando o mercado como a esfera a partir da qual verificar-se-ia o impulso para o crescimento da economia brasileira, enquanto politicamente apresentavam-se como radicalmente anticomunistas e defensores explícitos do alinhamento automático com os Estados Unidos no campo internacional –, o perfil do nacionalismo estava longe de ser homogêneo. Sua identidade formava-se mais pelo que negava do que pelo que afirmava, o que expressava as diferentes procedências dos setores que compunham o movimento.

Uma das formas de se perceber essa heterogeneidade do nacionalismo é a verificação de que o movimento não obedecia a nenhuma diretriz partidária rígida. Pelo contrário, no âmbito parlamentar, o movimento exprimia-se como suprapartidário. Tal foi o caso da Frente Parlamentar Nacionalista, composta de parlamentares do PSB, PTB, do PSD e da UDN, cujo programa "condenava o imperialismo em geral e o capital estrangeiro em particular, principalmente em matéria de petróleo e de remessa de lucros"[268].

---

267 Citado por Edgard Carone. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980, p. 58.

268 Benevides, Maria Victória de M. *O governo Kubitschek:* desenvolvimento e estabilidade política. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 139.

Havia mesmo o caso em que o nacionalismo aparecia completamente desvinculado de qualquer corrente partidária, constituindo mais o resultado da projeção de uma forte personalidade. Assim foi o general Henrique Teixeira Lott, que era a grande referência nacionalista dentro do governo. Ministro da Guerra do governo Café Filho, o general Lott conquistou a posição de símbolo do nacionalismo brasileiro ao desencadear o golpe preventivo que garantiu a posse do Presidente eleito Juscelino Kubitschek. Nomeado Ministro da Guerra por Kubitschek, para ele, ao longo de todo o período governativo, convergiram todas as manifestações que tinham por objetivo preservar e reforçar a linha nacionalista de Kubitschek. Exemplo desse culto ao nacionalismo de Lott foi a homenagem que a ele prestou a Frente de Novembro, presenteando-o com a Espada de Ouro, devido à passagem do primeiro aniversário do golpe preventivo. Em função da confiança que transmitia a todos os segmentos nacionalistas, terminou o governo como candidato do movimento à sucessão de Kubitschek pelo PSD, partido do Presidente.

Outra forma de perceber essa heterogeneidade dá-se mediante o destaque de posições particulares mais nítidas. Seguindo essa linha de análise, Thomas Skidmore aponta três núcleos difusores de elaborações teóricas nacionalistas: nacionalismo neoliberal, nacionalismo radical e nacionalismo desenvolvimentista[269]. O primeiro núcleo, segundo o autor, tinha seu centro no próprio Kubitschek e "se baseava na elite administrativa e empresarial brasileira e não em qualquer movimento de massa"[270], não obstante a contradição nos termos, o traço distintivo desse grupo era a vontade de industrialização e de fortalecimento do poder nacional, combinada com uma atitude aberta em relação à entrada de capital estrangeiro na economia brasileira. Para esse grupo foram atraídos elementos provenientes do principal partido de oposição, a UDN. A exemplo de sua controvertida participação no processo decisório sobre o monopólio estatal do petróleo, esses elementos não

269 Skidmore, Thomas. *Brasil:* de Getúlio a Castelo. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979, p. 222.
270 *Idem, ibidem*, p. 210.

hesitavam em sacrificar a linha partidária em favor de soluções políticas pragmáticas[271].

O nacionalismo radical, ou esquerdista, tinha seu centro de gravidade no Partido Comunista do Brasil, ao qual estava aliado a ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro.

Os comunistas, que já haviam se empenhado na luta nacionalista pelo monopólio estatal do petróleo e apoiado a candidatura de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, após a realização do XX Congresso do PCUS, quando então o movimento comunista internacional abandona a estratégia da "classe contra classe" e adota a estratégia do "caminho pacífico para o socialismo", passam a pautar sua atuação pela união com todas as "forças interessadas no desenvolvimento independente do país"[272]. Interpretando que se havia ingressado numa fase histórica em que o maior inimigo da classe operária era o imperialismo – que constituía a forma através do qual o capital estrangeiro explorava a mão de obra nacional –, em março de 1958 o Comitê Central divulga a "Declaração sobre a política do PCB", onde são expostas as linhas mestras de sua política nacionalista:

> [...] exigir do governo novas medidas nacionalistas capazes de remediar nossas dificuldades econômicas; a ampliação de nosso mercado exterior pelo estabelecimento de relações com os países socialistas; a limitação da remessa de lucros e juros das empresas estrangeiras; a abolição do privilégio concedido aos trustes para a importação de equipamentos sem cobertura cambial; e o controle mais severo das importações[273].

O nacionalismo desenvolvimentista, por sua vez, adquiriu sua máxima representação com o ISEB (Instituto Superior de Estudos

271 Segundo Gabriel Cohn, a flexibilidade do liberalismo professado pela UDN devia-se ao fato de o partido ser o "menos vinculado a grupos sociais bem definidos" (Cohn, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difel, 1968, p. 155).

272 Carone, Edgar. *A República Liberal*. Instituições e Classes Sociais (1945-1964), v. 1. São Paulo: Difel, 1985, p. 361.

273 *Idem, ibidem*, p. 362.

Brasileiros), que, pelo alcance dos debates que promoveu, pode ser considerado como a síntese do nacionalismo desenvolvimentista.

O ISEB teve sua origem no "Grupo de Itatiaia", um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo que, a partir de agosto de 1952, passou a se reunir regularmente com vistas ao "esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural" da época, "com a análise, em particular, das ideias e dos fenômenos políticos contemporâneos e com o estudo histórico e sistemático do Brasil, encarado, igualmente, do ponto de vista econômico, sociológico, político e cultural"[274]. No ano seguinte, do "Grupo de Itatiaia" nascia o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política). Congregando intelectuais do Rio de Janeiro como Hélio Jaguaribe (Secretário-Geral), Cândido Mendes de Almeida, Alberto Guerreiro Ramos, Hermes Lima, Ignácio Rangel e João Paulo de Almeida Magalhães[275] –, passou a publicar os *Cadernos de Nosso Tempo*, que objetivava "elaborar um diagnóstico da sociedade brasileira e da sua crise e fazer reconhecer a urgência de uma planificação econômico-social e, desse modo, da racionalização do aparelho de Estado"[276]. Durante o governo interino de Café Filho, em 14 de julho de 1955, esse grupo de pensadores, economistas e cientistas sociais mais uma vez mudou de nome e, pelo Decreto n. 57.608, passou finalmente a chamar-se ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), um instituto que, embora autônomo, estava vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e era composto por três órgãos – Conselho Consultivo, Conselho Curador e Diretoria Executiva – e dividido em cinco Departamentos – Filosofia, História, Sociologia, Ciência Política e Economia.

Integrado por intelectuais de tendências ideológico-políticas diversas, era seu objetivo dedicar-se às ciências sociais "a fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, buscando a elaboração de instrumentos teóricos"

274 Schwartzman, Simon (Seleção e Introdução). *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: Câmara dos Deputados/Universidade de Brasília, 1979, p. 3.

275 *Idem, ibidem*.

276 Pécaut, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil:* entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 108.

que permitissem "estimular e promover o desenvolvimento nacional", conforme as palavras do Ministro da Educação, Cândido Motta Filho[277].

Confirmado e prestigiado por Kubitschek, o ISEB teve destacada atuação ao longo de seu governo como centro elaborador da ideologia do desenvolvimento, promovendo cursos, conferências, seminários e pesquisas, numa linha de ação paralela àquela desenvolvida pela ESG (Escola Superior de Guerra), criada em 1949 por ex-integrantes da FEB (Força Expedicionária Brasileira).

Ainda que não reinasse a unanimidade dentro do ISEB a respeito do conteúdo do conceito de nacionalismo – uma natural decorrência das diferentes posições próprias a cada um dos membros daquele heterogêneo corpo de intelectuais[278], e que no caso das teses apresentadas por Hélio Jaguaribe em 1958, no livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*[279], provocou mesmo uma divisão e a própria saída do autor do Instituto –, o fato é que o nacionalismo do ISEB diferia marcadamente dos nacionalismos neoliberal e radical.

Para o ISEB o nacionalismo constituía uma etapa necessária ao processo de desenvolvimento do Brasil. Caracterizava a passagem de uma economia de tipo colonial, voltada para a exportação de produtos primários destinados a complementar a economia dos países industrializados desenvolvidos, para uma economia mais independente, de base industrial. Nesse sentido, ao Estado cabia o papel de órgão planejador e gerenciador dos recursos necessários a um maior aproveitamento das matérias-primas, à elevação da produtividade e à ampliação do mercado consumidor. Longe de se constituir numa finalidade, o nacionalismo afigurava-se como um meio pelo qual tornar-se-ia possível a realização do objetivo nacional de promover o desenvolvimento industrial. Segundo o fim que se tinha em vista, não se excluía a colaboração da técnica e do capital estrangeiros, desde

277 Pécaut, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 110.

278 Ver Caio Navarro de Toledo. *ISEB:* fábrica de ideologias. São Paulo: Editora Ática, 1978.

279 O ponto sensível do livro de Hélio Jaguaribe que provocou uma divisão dentro do ISEB, era o que questionava a validade do monopólio estatal do petróleo brasileiro. A respeito da polêmica e a resposta de Hélio Jaguaribe a seus críticos, ver Nelson Werneck Sodré. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

que se submetessem às propriedades nacionais. Enfim, constituía, na classificação de Anthony Smith, o nacionalismo protecionista[280], pelo qual a principal característica consiste na busca de maior maturidade política, mediante um impulso econômico de origem endógena, visando assim melhor se aparelhar para enfrentar a concorrência das potências estrangeiras mais poderosas.

No que concerne à posição ocupada pelo Brasil no sistema internacional e à política externa mais adequada a essa posição, não existia compatibilidade possível entre as três vertentes nacionalistas, com a ressalva de que foram os nacionalistas desenvolvimentistas, no entanto, os únicos a se ocuparem mais detidamente da questão. Observadores mais atentos das nuances e das mudanças por que passava o sistema internacional, procuravam pensar a guerra fria e a bipolaridade segundo uma ótica mais conveniente aos interesses desenvolvimentistas brasileiros.

Os nacionalistas liberais e os da vertente radical formavam polos antagônicos e excludentes, por serem perfeitamente enquadrados pela bipolaridade ideológica internacional. Os primeiros, decididamente anticomunistas, percebiam a liderança hegemônica norte-americana sobre o bloco ocidental como legítima e indispensável para conter a ameaça de expansão soviética. Qualquer elaboração que se afastasse desse axioma era por eles interpretado como tendente a facilitar a consecução dos objetivos comunistas. Já os nacionalistas radicais situavam-se do lado oposto. Se percebiam igualmente o sistema internacional dividido entre dois blocos antagônicos e irreconciliáveis, para eles, porém, o bloco comunista exprimia os interesses do proletariado de todo o mundo contra a exploração capitalista, orquestrada pelos países imperialistas, sob a liderança dos Estados Unidos. Segundo a mesma mecânica ideológica operada pelos seus antípodas liberais, interpretavam qualquer flexibilização dessa visão reducionista como uma traição aos princípios socialistas e como uma submissão às forças do imperialismo.

Os nacionalistas desenvolvimentistas, como já foi dito, tinham uma percepção mais rica e nuançada do processo evolutivo do sistema

280 Smith, Anthony D. *Las teorías del nacionalismo*, p. 313. Barcelona: Península, 1976.

internacional, o que os levava a acreditar na possibilidade de uma reinserção mais positiva do Brasil nesse mesmo sistema. Não obstante compartilharam com os liberais a convicção de que o Brasil, pelas tradições e valores culturais, pertencia ao Ocidente, ou, na formulação de Hélio Jaguaribe, à única cultura realmente existente – a "Civilização Ocidental-Universal"[281] –, dissentiam deles por entenderem ser contrária aos interesses nacionais brasileiros a política de acompanhar acriticamente as posições internacionais norte-americanas. Pelo contrário, defendiam a tese de que o desenvolvimento brasileiro constituía fator imperativo a determinar que o país participasse ativa e independentemente das relações internacionais, externando os interesses específicos correspondentes ao seu estágio de desenvolvimento.

O núcleo dessa formulação, segundo a qual o ocidentalismo brasileiro não deveria constituir-se em entrave para a elaboração e execução de uma política externa condizente com a realidade nacional, foi exposta por Hermes Lima, como muita clareza, no texto "Significação do Nacionalismo", publicado por *Cadernos de Nosso Tempo* (abril-agosto 1955):

> O nacionalismo tem de afirmar-se [...] como traço profundo de nossa cultura política, como traço que porá essa cultura em contato com as nossas realidades, habilitando-a a distinguir nossos problemas e a formulá-los em termos próprios do nosso interesse[282].

Contra o ocidentalismo abstrato e formal do Itamaraty, os nacionalistas desenvolvimentistas criticavam a passividade face à dinâmica das relações internacionais. Excessivamente apegada à prática de uma "rotineira aplicação dos precedentes, quase sempre remontando à época de Rio Branco"[283], a cúpula do Itamaraty permanecia indiferente às novas realidades produzidas no campo internacional, principalmente ao verdadeiro divisor de águas que foi a Conferência Afro-Asiática de Bandung.

Fiel à sua postura jurisdicista – estranha, aliás, à prática do arguto estrategista político do Barão do Rio Branco –, o Itamaraty não se dava

281 Jaguaribe, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958, p. 259.

282 Schwartzman, Simon, *op. cit.,* p. 79.

283 Jaguaribe, Hélio, *op. cit.,* p. 222.

conta da verdadeira revolução internacional que estava em curso. Ao ignorar a importância dos líderes nacionalistas que estavam surgindo, como Nehru, Tito e Nasser, ou ao simplesmente emoldurá-los como marionetes do mundo comunista, o Itamaraty conduzia o Brasil a uma paralisia político-diplomática, deixando, assim, escapar oportunidades de melhor atender aos interesses nacionais de desenvolvimento econômico-social.

Por conceder absoluta prioridade às questões de segurança, a cúpula dirigente do Itamaraty negligenciava não só a dimensão-desenvolvimento que tomava conta do debate travado no âmbito das relações internacionais, como também a nova distribuição de forças que se operava e que repercutia fortemente nas Nações Unidas. Acontecimentos posteriores à Conferência de Bandung, como o XX Congresso do PCUS, a Revolução da Hungria e a crise de Suez, ao mesmo tempo em que revelavam uma tendência dos países dependentes em buscar ultrapassar os marcos do bipolarismo para alcançar maior grau de autonomia política, revelavam também as dificuldades que as superpotências encontravam para impedir a fragmentação de seus respectivos blocos de poder.

Face a essa nova realidade internacional que se ia delineando, as Nações Unidas perdiam o caráter de arena na qual se digladiavam as duas superpotências à frente de seus blocos, assumindo um caráter mais complexo, ensejando a formação de grupos mutáveis de aliados que compartilhavam de visões específicas semelhantes. Nesse contexto, antigas fidelidades e posições rígidas iam dando lugar a concessões e a uma política de barganha com vistas a compensar o apoio a determinadas posições.

Essa oposição política entre ocidentalistas e nacionalistas marcou todo o período presidencial de Kubitschek. Enquanto seus assessores do Palácio do Catete, representados pelo poeta Augusto Frederico Schmidt, procuravam criar situações políticas novas e convencer Kubitschek a promover uma aproximação do Brasil junto aos países neutralistas, os conservadores do Itamaraty jogavam com o peso de seu prestígio e com

as ligações com os diplomatas estrangeiros para frustrar as propostas formuladas pelos nacionalistas.

Por outro lado, mais preocupado com o sucesso de seu Plano de Metas, que dependia do amplo apoio político que conseguira obter, Kubitschek nunca se definiu claramente por um dos dois grupos que o pressionavam. Pelo contrário, sua atitude sempre foi a de criar expectativas junto a ambos de que poderiam vir a preponderar. Daí a política externa dúbia, marcada por contradições e idas e vindas. Enquanto de um lado, por exemplo, procurava-se o apoio dos países da América Latina para, juntos, pressionarem os Estados Unidos a alterar sua política para com o continente, privilegiando mais o desenvolvimento e menos a segurança militar, de outro lado, apoiava-se inflexivelmente a política colonialista francesa de manter a Argélia sob sua tutela, desde que a questão foi apresentada às Nações Unidas, em 1955, até 1959, apesar de numerosos países latino-americanos e os próprios Estados Unidos terem mudado sua posição, votando contra a França ou simplesmente se abstendo, como foi o caso dos norte-americanos.

E com base nesse choque de posições intragovernamentais que podem ser entendidas as relações bilaterais luso-brasileiras nesse período da história brasileira. Embora seja certo que Portugal ocupava um lugar secundário na estrutura do sistema internacional, que suas relações econômico-comerciais com o Brasil fossem irrelevantes para a realização do Plano de Metas de Kubitschek[284], e que houvesse generalizada propensão a justificar a aliança de ambos segundo o critério da afetividade, o fato é que o grupo de apoio a Portugal dentro do Itamaraty fez dessa aliança um obstáculo que contribuiu decisivamente para bloquear as iniciativas políticas desenvolvidas pelos nacionalistas do Catete. Orientados por uma percepção conservadora do sistema internacional, em que toda e qualquer manifestação contrária à ordem estabelecida era prontamente identificada como uma manobra tendente a favorecer o movimento comunista, tanto externa como internamente,

284 A afirmação diz respeito exclusivamente às relações econômicas diretas, porque, como se verá mais adiante, o crescimento do papel da colônia portuguesa de Angola como grande exportadora de café para os Estados Unidos foi um dos fatores que concorreram para o declínio das exportações brasileiras e, por conseguinte, que exigiram negociações e concessões da parte de Portugal para que a aliança política fosse preservada.

o grupo do Itamaraty transformou o apoio ao colonialismo português numa trincheira de onde bombardeava todas as posições que pudessem resultar em mudanças na política externa brasileira. Tal política era possível devido ao próprio pouco caso com que os nacionalistas viam as relações com Portugal. Somente a partir do momento em que novos diplomatas com posições nacionalistas passaram a ter acesso aos escalões superiores do Itamaraty é que esse grupo começou a se dissolver e ter suas articulações com a diplomacia portuguesa desmontadas.

Desde o fim da administração Barão do Rio Branco, o comportamento do Itamaraty havia se pautado pelo formalismo jurídico e pelo conservadorismo político. Após a Segunda Guerra Mundial, Ministros das Relações Exteriores como Raul Fernandes, João Neves da Fontoura, Macedo Soares e Vicente Ráo mantiveram o perfil conservador do Ministério, adequando o comportamento do Itamaraty segundo o bipolarismo e a hegemonia hemisférica norte-americana vigentes. Todos, igualmente, cultivaram a aliança política com Portugal, sensíveis que eram aos esforços da diplomacia portuguesa e às pressões da colônia de imigrantes. Por conta desse conservadorismo político e da lusitanidade cultural, fizeram todas as concessões possíveis para a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta e apoiaram incondicionalmente a pretensão de Portugal de manter Goa sob sua soberania. No entanto, foi no período que Odette de Carvalho e Sousa ocupou a chefia do Departamento Político e Cultural do Itamaraty (junho de 1956 a julho de 1958) que o conservadorismo do Ministério mais se pronunciou e que as relações com o Brasil foram mais favoráveis a Portugal.

Consulesa Geral do Brasil em Lisboa durante cinco anos (de abril de 1951 a janeiro de 1956), Dona Odette – como era chamada pelos diplomatas portugueses – reuniu em torno de si, quando chefe do Departamento Político, um grupo de assessores de confiança que mantinha os diplomatas portugueses sempre bem-informados a respeito das decisões brasileiras, habilitando-os a acompanhar atentamente todos os passos da diplomacia brasileira e a agirem prontamente segundo as conveniências de Lisboa. Tendo ocupado o cargo num período crucial para os interesses portugueses, isto é, quando Portugal ingressou na Organização das Nações Unidas e imediatamente passou a sofrer pressão

do bloco afro-asiático a prestar contas de sua soberania sobre as colônias ultramarinas, Dona Odette era considerada pela diplomacia portuguesa como um bastião de seus interesses no Itamaraty.

A mensagem pessoal enviada pelo Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Henrique Queiroz, quando da transferência de Odette de Carvalho para a Embaixada brasileira em Tel-Aviv, substituída na Chefia do Departamento por Araújo Castro, dá a medida de sua importância para a política brasileira de Portugal:

> Venho [...] agradecer-lhe mais uma vez os seus magníficos e persistentes esforços para a consubstanciação da Comunidade Luso-Brasileira. Se outros motivos não houvessem, aventuro-me a afirmar que tais esforços por si próprios mostram não só a pura qualidade do seu patriotismo, como a amplidão da sua visão diplomática[285].

A lamentação portuguesa pela transferência da diplomata brasileira e a preocupação quanto aos resultados da mudança na chefia do Departamento Político do Itamaraty justificavam-se plenamente, tendo em vista a posição que a diplomacia brasileira assumiu em defesa do colonialismo português.

Quando, em janeiro de 1957, o delegado do Iraque à Comissão de Tutela da Assembleia Geral das Nações Unidas reclamou de Portugal informações sobre suas colônias, o delegado brasileiro Donatello Grieco interveio, revelando qual seria a partir daí a posição brasileira a respeito da questão. Surpreendo os representantes do bloco afro-asiático e as próprias autoridades portuguesas, que não esperavam tão apaixonada intervenção, Donatello Grieco fez longo discurso repelindo a reclamação iraquiana. Demonstrando grande familiaridade no trato com os argumentos jurídicos portugueses, segundo os quais Portugal não possuía colônias, mas, sim, províncias ultramarinas, e que por essa razão nada tinha a declarar à Comissão de Tutela, Donatello afirmou que "tocar em Portugal era como tocar no Brasil" e encerrou dizendo que sua análise tinha como objetivo

285 Telegrama do M.N.E., de 10/07/1958 (PEA 177, N.G. 2676, n. 114-A).

> [...] demonstrar que a missão civilizadora de Portugal na América, tal como na Ásia, tal como na África, fora colocada, sempre, acima dos meros fatores materiais daquilo a que se chama colonialismo. Portugal atribuiu sempre maior importância aos missionários e aos professores do que aos comerciantes e nunca escravizou povos. Pelo contrário, os portugueses conquistavam irmãos, não eram nunca governantes de servos sem esperança; eram, principalmente, educadores de homens livres[286].

A intervenção do delegado brasileiro, frontalmente contrária aos princípios professados pelos nacionalistas, nada mais foi senão a expressão de uma posição que vinha sendo amadurecida dentro do Itamaraty, desde a instalação da IV Comissão (Trusteeship), e que, de outra parte, foi substancialmente reforçada pela exitosa visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil, em junho de 1957, ocasião em que este assinou a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta.

Em seu relatório sobre os trabalhos da IV Comissão, de janeiro de 1956, Donatello Grieco informava à Secretaria-Geral que se devia esperar um "agravamento da irritabilidade dos Estados recém-emergidos da condição colonial e dos arautos dos postulados de Bandung"[287]. Sob sua orientação, a Delegação brasileira situava-se na mesma posição dos Estados colonialistas europeus. Entendia que, politicamente, o mundo estava dividido em dois blocos e que a iniciativa das nações de Bandung de instaurar o debate sobre o colonialismo dentro da ONU somente interessava ao bloco soviético, interessado em fragilizar o bloco ocidental. Considerava incompreensível a posição dos latino-americanos, que se mostravam favoráveis às teses anticolonialistas. E, por fim, dizia que, no caso dos territórios sob tutela, "as exigências" derivavam de "um direito de fiscalização quase absoluto, que os anticolonialistas 'a outrance'" interpretavam como "justificativa para toda espécie de impertinências"[288].

286 *Diário de Lisboa*, 31/01/1957.

287 Relatório Reservado n. 121, da Missão do Brasil junto à X Assembleia Geral da ONU, de 16/01/1956.

288 *Idem, ibidem*.

Essa posição, que conduzia o Brasil a um distanciamento face aos países subdesenvolvidos emergentes no sistema internacional, sem nenhuma contrapartida de Portugal, foi antecedida por um debate iniciado pelas bases partidárias de Kubitschek, que, exprimindo o ponto de vista nacionalista, criticavam duramente o arcaísmo do Itamaraty.

O debate se abriu na cerimônia de transmissão da presidência do PSD, do almirante Amaral Peixoto, que deixava o cargo para ir ocupar o lugar de Embaixador em Washington, para Benedito Valadares. Na ocasião, o líder da maioria na Câmara, Deputado Vieira de Melo, pronunciou um discurso sobre a orientação da política externa que teve ampla repercussão na Imprensa e na opinião pública do país.

Representando a opinião da chamada "ala moça" do PSD, Vieira de Melo lamentava o fato de o Brasil ter abandonado princípios de política exterior do Império, passando a desconsiderar os interesses vitais do país em relação aos seus vizinhos da América do Sul. Em nome de "formulações teoricamente belas embora pouco proveitosas", havia se transformado num verdadeiro vassalo dos interesses norte-americanos[289].

O discurso de Vieira de Melo, que, sem dúvida, pretendia influir no comportamento do novo Embaixador em Washington e, também, no do próprio Kubitschek, que se preparava para comparecer à Conferência de Chefes de Governo, no Panamá, já havia sido precedido de declarações do presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Oliveira Brito, no mesmo sentido. Segundo Oliveira Brito, embora concordasse com a orientação geral de boa convivência com todos os povos, sobretudo com os do hemisfério ocidental, afirmava que o Itamaraty "deveria seguir uma linha mais vigorosa na defesa dos interesses brasileiros, mais intensa na conquista de novos mercados e mais ampla nas relações do comércio exterior"[290].

É bem verdade que todo o interesse dos parlamentares nacionalistas sobre a política externa do Brasil concentrava-se nas relações com os Estados Unidos que, à época, constituía o eixo central a partir do

289 *Jornal do Brasil*, 17/07/1956.

290 Aerograma M.N.E. de 10/08/1956 (N. A-66, Proc. 331,63).

qual se definia toda a estratégia brasileira. Todavia, não lhes passava despercebido que um dos resultados do Plano Marshall foi um melhor aparelhamento agrícola das colônias africanas europeias, que com isso passaram a ter desempenho mais proveitoso no comércio internacional, elevando significativamente o grau de concorrência com os produtos agrícolas brasileiros, principalmente com o café[291].

Tendo em vista que este era um problema que afetava não o Brasil mas o conjunto dos países latino-americanos, que igualmente dependiam economicamente das exportações de produtos agrícolas, justificava-se plenamente a ideia de uma política de articulação latino-americana no sentido de pressionar os Estados Unidos a reverem sua política econômica para essa área.

Como se vê, verificava-se uma enorme distância entre as preocupações e formulações das forças nacionalistas que compunham o governo e as preocupações de formulações de política exterior do Itamaraty. Enquanto os primeiros tinham suas atenções voltadas para o que obstaculizava o projeto de desenvolvimento do país, o Itamaraty comportava-se como um compartimento estanque da máquina governamental, mais preocupado em desempenhar o papel de força auxiliar dos Estados Unidos para bloquear qualquer possibilidade de avanço do sovietismo no mundo ocidental.

Por outro lado, a diplomacia portuguesa seguia atentamente o debate travado entre nacionalistas e ocidentalistas. Embora as relações luso-brasileiras permanecessem à margem das discussões, preocupava-a sobremaneira as posições latino-americanistas defendidas pelos nacionalistas, pois tinha perfeita consciência de que, prevalecendo essa posição, resultaria uma inevitável aproximação do Brasil junto aos países neutralistas, o que cedo ou tarde iria pôr em risco a política pró-colonialista do Itamaraty.

O receio de que a ofensiva dos nacionalistas pudesse acarretar mudanças na linha política seguida pelo Itamaraty aumentou consideravelmente quando do discurso pronunciado pelo Chanceler Macedo Soares em Santiago do Chile, em setembro de 1957. Ali

291 *A Noite*, 23/07/1956.

presente para assinar instrumentos de cooperação econômica entre os dois países, Macedo Soares pronunciou palavras que causaram boa impressão nos setores nacionalistas brasileiros[292]. Ele chamou a atenção para o processo de descolonização de África e Ásia, comparando-o com o processo semelhante que há um século antes ocorrera na América Latina. Destacou que tal processo traria como resultado inevitável a alteração de "certos sistemas ou molduras que aplicávamos até há pouco na formulação ou na compreensão de nossos princípios"[293]. Segundo ele, o principal resultado já se estava tornando visível: "as consagrações democráticas dos organismos internacionais"[294]. Por fim, alertava que esse elemento novo nas relações internacionais não podia permanecer indiferente aos países da América Latina, na medida em que criava regras de convivência e inspirava novas esperanças para os países desta parte do mundo.

A hipótese de mudança dos rumos da política externa brasileira que o discurso de Macedo Soares sinalizava constituía motivo de preocupações para o grupo lusófono do Itamaraty, também. Tão logo obtido o texto do discurso do Chanceler, a chefe do Departamento Político do Itamaraty reuniu-se com os diplomatas portugueses e recomendou que se acautelassem porque o Brasil estava "na disposição de vir a ocupar um lugar dominante num grupo a constituir com os novos países da Ásia e da África, o que possivelmente o faria entrar em concorrência com a União Indiana"[295].

Essa, no entanto, não parecia ser a intenção do Chanceler. O teor de seu discurso mais parece ter sido determinado pela conjuntura político-partidária. A rebeldia da "ala moça" do PSD (Vieira de Melo, Renato Archer, Ulysses Guimarães, Cunha Bueno, José Joffily, Cid

292 "O discurso pronunciado agora pelo Chanceler Macedo Soares (...) restabelece em boa hora a posição coerente do Brasil em suas relações externas. Ao anunciar a solidariedade do governo brasileiro às nações subdesenvolvidas de todo o mundo e o desejo de emprestar seu apoio ao bloco afro-asiático, revela simplesmente uma retomada da posição que começava a tardar" (*Última Hora*, 26/09/1957).

293 Trecho do discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, no banquete oferecido ao Presidente do Chile, em Santiago, a 20 de setembro de 1957 (M.N.E./DPO/210/900.1 [00] [1957] Anexo Único).

294 *Idem, ibidem*.

295 Ofício para Lisboa, de 24/10/1957 (2P, A58, M203, Proc. 6, 12, n. 633).

de Carvalho, Oliveira Brito e outros), perfeitamente afinada com as posições nacionalistas, contra o que considerava o conservadorismo da "ala velha" (Benedito Valadares, Amaral Peixoto, Nereu Ramos, Rui Carneiro, etc.), ameaçava não só a unidade partidária, como também a própria consecução do programa desenvolvimentista de Kubitschek[296]. A obstrução parlamentar ao projeto de comercialização dos minerais atômicos e à instalação de uma base de projéteis teleguiados norte-americana em Fernando de Noronha, com total apoio da "ala moça", representou o ápice desse movimento rebelde.

Nesse sentido, espremido, pela necessidade de conservar o bom relacionamento com os Estados Unidos, necessário para obter o imprescindível auxílio econômico, e pela necessidade de manter unidas as bases de sua sustentação parlamentar, Kubitschek e a "ala velha" viram-se constrangidos a ceder no terreno em que a "ala moça" mais se mostrava agressiva: a política externa. Assim, sem comprometer no essencial sua própria posição ocidentalista, Macedo Soares, membro da "ala velha", cedia às pressões nacionalistas da "ala nova", com vistas a recompor a base partidária de Kubitschek.

Contudo, a mudança de tom na formulação de política externa brasileira, fundada num intenso debate que assinalava o avanço das forças nacionalistas e reforçada com a polêmica levantada pelo Embaixador Oswaldo Aranha quanto à conveniência de o Brasil estabelecer relações comerciais com a União Soviética, determinou até mesmo uma intervenção política das forças conservadoras latino-americanas, receosas da influência brasileira sobre o conjunto do continente. Numa mensagem enviada ao Presidente Eisenhower, em dezembro de 1957, o Presidente do Peru, Manuel Prado[297], sugeria o estabelecimento de ligações entre OEA e OTAN, como medida de precaução contra a ameaça soviética de dominação mundial[298].

296 Benevides, Maria Victória de M, *op. cit.*, p. 122-28; Carone, Edgard. *A República Liberal*. Evolução Política (1945-1964), v. 2. São Paulo: Difel, 1985, p. 120.

297 O Peru, junto com Estados Unidos e Bélgica, apoiou a declaração de Donatello Grieco, em janeiro de 1957, de que Portugal não possuía colônias, mas províncias ultramarinas.

298 *Diário Carioca*, 18/12/1957.

A proposta, cuja autoria inicialmente foi atribuída ao Brasil[299], foi recebida com satisfação por Eisenhower e pelo governo português. Muito embora essa proposta só tivesse sentido como uma intervenção na conjuntura política, para denunciar ao Ocidente o avanço das forças nacionalistas no continente (supostamente pró-soviéticas), pois a América Latina já se achava militarmente integrada ao bloco ocidental pelo Tratado do Rio de Janeiro (TIAR), de 1947, os norte-americanos aí identificavam uma clara manifestação ocidentalista que vinha reforçar a coesão do bloco ocidental.

Mas era a Portugal que uma possível integração do Brasil à OTAN mais interessava. Em primeiro lugar, pelas mesmas razões dos Estados Unidos de ver a política externa brasileira reconduzida aos seus trilhos conservadores. E, principalmente, pelo fato de que, se admitida a hipótese por parte do Conselho da OTAN, Portugal sentir-se-ia compensado de a Organização não proteger diretamente seus territórios coloniais no Atlântico Sul. A integração brasileira à OTAN, supunham os portugueses, faria do Brasil cabeça de ponte para uma eventual intervenção militar nas suas colônias africanas. Por isso, mesmo após a Chancelaria brasileira ter desmentido a autoria da proposta e ter afirmado que qualquer decisão nesse sentido seria primeiramente discutida com as repúblicas do continente[300], a diplomacia portuguesa continuou a fazer gestões junto aos países europeus e sua Imprensa continuou a tecer considerações sobre o assunto.

A controvérsia gerada pela opinião favorável de Oswaldo Aranha às relações com a União Soviética revelavam, por sua vez, o avanço das posições nacionalistas dentro do Itamaraty e a insatisfação para com as posições conservadoras deste. Em longa entrevista a um diário do Rio de Janeiro[301], o Embaixador brasileiro ponderava que o Brasil não era "mais um país subdesenvolvido, [...] uma colônia onde os imperialismos" pudessem "reinar e se disputar"[302]. Para ele, por ser

299 A atribuição ao Brasil da proposta de articulação da OEA com a OTAN deveu-se ao fato de ter sido apresentada pelo Presidente peruano logo a seguir à estada do Chanceler Macedo Soares em Lima (Ofício para Lisboa, de 18/12/1957. 2P, A58, M 203, Proc. 6, 12, n. 715).

300 *O Século*, 07/12/1957.

301 *Última Hora*, 17/03/1958.

302 *Idem, ibidem*.

um país politicamente maduro, "membro da família mundial", o Brasil deveria participar ativamente das relações internacionais, livre para decidir a respeito do que mais conviesse aos seus interesses de prosseguir na rota do desenvolvimento. A seu ver, as relações com a União Soviética não deveriam restringir-se às relações comerciais. Deveriam, sim, ser relações plenas, de modo a não mais excluir o Brasil das grandes decisões da política mundial.

Indo mais longe em sua análise do comportamento político-diplomático brasileiro, Oswaldo Aranha considerava que as posições do Itamaraty contrárias ao anticolonialismo entravam não só em contradição com a própria história do país, como também criavam sérias dificuldades na ONU, onde o Brasil era visto com muita desconfiança pelos novos Estados[303]. E, ao tocar na corda sensível dos interesses lusófonos de dentro do Itamaraty, o Embaixador previa a inevitável mudança de orientação política: "[...] o Itamaraty irá agir, e talvez terá mesmo que rever certas atitudes que, por tradição, por amizade, por solidariedade, ou continental ou ocidental, foi obrigado a adotar [...], como, por exemplo, os casos da Argélia, Goa e Indonésia"[304].

Contrariamente aos argumentos de Oswaldo Aranha, pronunciou-se a própria chefe do Departamento Político do Itamaraty, Odette de Carvalho e Souza. Rejeitando parecer favorável ao comércio com a União Soviética, preparado pelo chefe do Departamento Econômico, e ultrapassando a atitude de extrema cautela de Kubitschek, que apesar das promessas feitas à Igreja e aos militares evitou pronunciar-se a respeito[305], Odette de Carvalho fingiu ignorar as referências do Embaixador à questão do apoio ao colonialismo e concentrou seus ataques na questão referente às relações com a União Soviética.

303 "Confesso que essa situação é, por vezes, constrangedora e compromete, até certo ponto, a autoridade do Brasil. Na ONU, onde outrora o nosso país recebia a votação unânime quando aspirava quaisquer posições, hoje, infelizmente, se elege com certa dificuldade quando tem que pleitear" (*idem, ibidem*).

304 *Idem, ibidem*.

305 Ao despedir-se de Kubitschek, por ter sido removido de posto, o Embaixador português Antonio de Faria ouviu do Presidente que estava acompanhando o debate entre os nacionalistas e o Itamaraty, mas "não tencionava alterar *status quo* relações diplomáticas e não acreditava muito em resultados políticos nas relações comerciais". Conforme palavras do Embaixador: "fiquei com a impressão segura de que o reconhecimento do Presidente dos perigos internos e externos teria decisão contrária" (telegrama para Lisboa, de 09/01/1958. PEA 171, N.G. 100, n. 8).

Alegando que as questões de segurança nacional tinham muito mais importância que qualquer vantagem econômica que se poderia obter, a Embaixadora enfrentou todas as críticas dos nacionalistas, impondo sua posição ao Chanceler Macedo Soares. Afirmou que, apesar de todas as advertências do Itamaraty, o Embaixador Oswaldo Aranha havia sido enredado pela diplomacia soviética da ONU e que as questões de segurança nacional deveriam prevalecer sobre as questões econômicas. Na sua visão, todas as missões comerciais soviéticas espalhadas pelo mundo nada mais eram senão ninhos de espiões, em que "o principal produto de exportação era a foice e o martelo e o contrabando ideológico"[306]. Ao mesmo tempo, tranquilizou a diplomacia portuguesa, afirmando que "mesmo que o Presidente da República" decidisse "em favor do reatamento das relações com a URSS, esse não" seria "concretizado, enquanto" persistisse "a máquina montada no Departamento Político"[307].

As dificuldades econômicas por que passava o Brasil e as ameaças que pairavam sobre a execução do Plano de Metas determinaram uma contraofensiva nacionalista de elementos do governo, tendo à frente o próprio Presidente Kubitschek. Após uma troca de cartas com o Presidente norte-americano Eisenhower, à revelia do Itamaraty, que se manteve alheio ao trabalho desenvolvido pelos assessores presidenciais do Catete, vinha à luz, em junho de 1958, a Operação Pan-Americana. Segundo Licurgo Costa, "um corpo de doutrina, cuja originalidade decorre não só de muitos conceitos novos como da propriedade com que soube interligar ideias que até então se moviam dentro de suas próprias órbitas, dando-lhes, ainda, nova densidade e surpreendente dinâmica filosófica"[308].

Em seu discurso perante os representantes diplomáticos dos países latino-americanos, em 20 de junho de 1958, Kubitschek apresentou oficialmente o conjunto de ideias que conformavam a Operação Pan--Americana. Nesse como em outros numerosos discursos que fez, Kubitschek procurou demonstrar que não era mais possível aceitar

306 *Correio da Manhã*, 12/01/1958.

307 Ofício para Lisboa, de 15/01/1958 (2P, A58, M204, Proc. 6, 12, n. 20).

308 Costa, Licurgo. *Uma nova política para as Américas* – Doutrina Kubitschek e OPA, p. 348. São Paulo: Martins, 1960.

passivamente uma política que colocava em jogo os interesses vitais do país, sem participar de sua elaboração. E que mais importante do que as considerações da rivalidade Leste-Oeste eram as deterioradas condições econômicas da América Latina. Países que haviam sido devastados pela guerra já haviam se recuperado, enquanto os latino-americanos, que lutaram ao lado dos Aliados, permaneciam enjeitados pelos Estados Unidos[309].

> O princípio de solidariedade diante do perigo e ameaça externa deve doravante aplicar-se igualmente à luta contra o injusto abandono em que se encontram as populações inteiras deste Continente. Podemos considerar que a Doutrina Pan-Americana que luta pela melhoria de nível de vida de nossos semelhantes coincide com a defesa de liberdades essenciais compreendidas na causa do Ocidente[310].

Em resumo, a ação cooperativa dos Estados Unidos para com os países latino-americanos deveria envolver a intensificação do investimento pioneiro em áreas economicamente atrasadas; o desdobramento de programas de assistência técnica para melhorar a produtividade desse investimento; a adoção de medidas urgentes capazes de proteger o preço dos produtos de base das excessivas e danosas flutuações; e a atualização dos organismos financeiros internacionais a fim de lhes facultar maior amplitude de ação.

A apresentação da Operação Pan-Americana significava, pela linguagem empregada e pela preocupação prioritária com o desenvolvimento, uma vitória política dos nacionalistas do Catete sobre os ocidentalistas do Itamaraty. A própria maneira como o processo se deu – sem consulta à cúpula do Itamaraty – configurou o momentâneo desprestígio e a incapacidade dos ocidentalistas do Itamaraty em superarem sua política conservadora e apresentarem soluções políticas capazes de resolver os problemas econômicos que afetavam a economia do país.

309 Costa, Licurgo. *Uma nova política para as Américas* – Doutrina Kubitschek e OPA, p. 348. São Paulo: Martins, 1960.

310 Mensagem de Kubitschek aos participantes do Comitê dos 21, em Washington, 12/12/1958 (cit. por Licurgo Costa, *op. cit.*, p. 352).

Esse golpe que se assestou no Itamaraty logo foi acusado pelo Chanceler Macedo Soares, que, inconformado com a marginalização a que foi submetido, entregou o cargo[311], sendo substituído por Francisco Negrão de Lima, em julho de 1958.

A mudança do Ministro das Relações Exteriores, por seu turno, resultou em mudanças nos postos-chaves do Itamaraty. Na Secretaria-Geral, Décio de Moura deu lugar a Antonio Mendes Viana e, na chefia do Departamento Político e Cultural, João Augusto de Araujo Castro substituiu a Embaixadora Odette de Carvalho e Sousa.

Nas últimas informações que prestou aos diplomatas portugueses na condição de chefe do Departamento, Odette de Carvalho interpretou as mudanças ocorridas no Itamaraty como uma ofensiva do Grupo do Catete. A respeito do novo Secretário-Geral, a Embaixadora informava que era "pessoa com quem [os portugueses] poderiam eventualmente contar"[312]. No entanto, o novo diretor político era "infelizmente, não muito lusófono"[313].

Todavia, duas outras questões preocupavam mais do que os perfis dos novos diplomatas: a dissolução do núcleo de colaboradores de Odette de Carvalho poderia gerar uma reação negativa contra Portugal por parte do grupo do Catete; e a nova política externa, anunciada pelo Chanceler e pelo diretor político como mais pragmática e orientada para o desenvolvimento do país, poderia revelar a falta de contrapartida econômica portuguesa para as incômodas posições que o Brasil vinha assumindo em defesa de Portugal nas Nações Unidas[314].

Em boa parte, a apreensão da diplomacia portuguesa quanto às motivações da nova camada dirigente do Itamaraty devia-se à direção que o debate sobre a economia brasileira estava apontando. Crescia junto à Imprensa a campanha promovida pelos setores ligados à cafeicultura

311 As dúvidas antes existentes sobre o real motivo do pedido de demissão do Ministro Macedo Soares foram eliminadas com o depoimento do Ministro Mário Gibson Barboza, à época Encarregado de Negócios em Buenos Aires. Conta Gibson Barboza que foi ele próprio quem deu a primeira informação sobre o andamento da OPA, ao Secretário-Geral Décio Moura, o qual, assim como Macedo Soares, ignorava totalmente (ver Barboza, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 49-51.

312 Telegrama para Lisboa, 12/07/1958 (PEA 177, N.G. 2683, n. 101).

313 *Idem, ibidem*.

314 *Idem, ibidem*.

– principalmente em São Paulo, onde o governador Jânio Quadros assumia a liderança dos cafeicultores em oposição do governo federal[315] – de que uma das fortes razões a prejudicar o desempenho do café brasileiro no mercado internacional era a concorrência desleal do café africano, mais competitivo em face dos baixíssimos salários, da falta de legislação social, das tarifas do mercado comum e da preferência imperial das metrópoles europeias. Em vista desse quadro pouco favorável aos seus interesses, a diplomacia portuguesa informava a Lisboa que temia não encontrar na "nova equipe do Itamaraty, animada segundo se diz de espírito realista e moderno – que D. Odette chegou a classificar de marxista –, [...] a mesma compreensão que até" então tivera "para os problemas relacionados com territórios ultramarinos"[316]. Por isso, o novo Embaixador, Manuel Rocheta, julgava do interesse de Portugal evitar a rejeição aos pedidos de colaboração da parte do Brasil, ao mesmo tempo em que recomendava intensificarem-se as pressões no sentido de uma mais rápida conclusão do processo de regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta[317].

Essa preocupação quanto ao avanço político dos nacionalistas dentro do Itamaraty justificava-se mesmo pelo discurso de posse de Araujo Castro:

> Não podemos ter uma política exterior estática num mundo que se caracteriza pelo seu dinamismo, pela inquietação e pela sua mobilidade. De qualquer maneira, não seria possível executar uma política exterior sem o prévio assentamento de suas bases, sem a prévia indicação de seu sentido e sem a prévia definição de suas linhas mestras. E estas, nós agora as possuímos: afirmação brasileira; fraternidade continental; solidariedade ocidental; e espírito universal e cristão[318].

315 "É uma verdadeira tragédia entenderam alguns que a crise do café é a crise de uns poucos produtores bem vestidos e bem alimentados. Esta ignorância ainda nos vêm a custar a paz pública porque a crise do café – repito – é a crise de toda a lavoura nos seus reflexos" (Declaração de Jânio Quadros a *O Estado de São Paulo*, 12/07/1958).

316 Telegrama para Lisboa, 07/07/1958 (PEA 177, N.G. 2621, n. 97).

317 *Idem, ibidem*.

318 *Jornal do Brasil*, 10/07/1958.

Definia-se, assim, uma política externa que esposava as críticas nacionalistas aos "punhos de renda" do Itamaraty, apegados a antigos preconceitos e a formalidades, com a finalidade de se obter maior funcionalidade e proveito para o esforço de desenvolvimento do país.

Apesar de todas as tendências, e o próprio pessimismo de Odette Carvalho, apontarem no sentido de um enfraquecimento do lusitanismo da política externa brasileira, tal não se deu. As razões para essa formidável resistência à mudança são encontradas nos diversos fatores (já analisados) que compunham a frente pró-Portugal: o lusismo dos intelectuais de grande projeção nacional; a ação dos diplomatas ligados à antiga política; o conservadorismo da Imprensa, onde a diplomacia portuguesa se movimentava com desenvoltura; a indiferença geral quanto à situação das colônias africanas, onde se acreditava que Portugal tinha um comportamento exemplar; a forte ação da comunidade de imigrantes portugueses junto às figuras influentes do governo; e, enfim, e fundamentalmente, a posição pessoal de Juscelino Kubitschek, muito sensível à amizade com Oliveira Salazar, à posição da Igreja e aos seus próprios interesses eleitorais.

Devido à existência desse sólido bloqueio a proteger os interesses de Portugal contra uma mudança radical da política externa brasileira, a ação diplomática dos setores nacionalistas manifestou-se por vias indiretas. Como Araújo Castro afirmou em seu discurso de posse, a inércia e a falta de uma estratégia de política externa definida haviam sido substituídas pela Operação Pan-Americana. A "Doutrina Kubitschek", na ótica nacionalista, dever-se-ia constituir num instrumento político, de modo a não só projetar Juscelino Kubitschek como um líder da América Latina, como também um líder de expressão mundial, compartilhando das teses defendidas pelos neutralistas. Por outras palavras, a OPA deveria preencher o grande vazio político-diplomático do passado, consubstanciando-se numa valiosa peça de barganha internacional, em troca da qual o Brasil deveria emprestar ou não os apoios solicitados pelos seus aliados.

Um dos resultados internacionais mais imediatos da pregação de Kubitschek em favor do desenvolvimento da América Latina deu-se com

a aproximação da União Indiana, de Nehru. Interessava sobremodo aos indianos a ofensiva político-diplomática desencadeada pelo governo brasileiro. Parecia-lhes que o momento era extremamente favorável a iniciar uma negociação com o Brasil, com vistas a reverter o apoio que o país vinha concedendo a Portugal quanto à questão de Goa, ao mesmo tempo em que o ingresso do maior país da América Latina no movimento aumentaria a densidade e a força política dos neutralistas contra o hegemonismo das superpotências. Por outro lado, para os nacionalistas brasileiros, o diálogo com Nehru, um dos principais líderes do movimento neutralista, poderia constituir um passo fundamental para o Brasil integrar-se ao movimento, cujo resultado deveria ser a ampliação da sua liberdade internacional.

Com efeito, em julho de 1958, Nehru renovou o convite para que Kubitschek visitasse Nova Delhi, colocando o governo brasileiro na obrigação de retribuir, na medida em que já estava anunciada uma viagem de Nehru à Argentina e ao Chile, no mês de setembro do mesmo ano.

Essa articulação diplomática brasileiro-indiana, por sua vez, era interpretada em Lisboa como um claro sinal do ponto a que os nacionalistas pretendiam chegar. Por entender que um encontro entre Kubitschek e Nehru, naquela conjuntura, teria grande ressonância e poderia criar uma situação política irreversível, a diplomacia portuguesa iniciou uma ação junto aos seus aliados no sentido de fazer malograr o encontro.

Dentro do Itamaraty, o diálogo de Manuel Rocheta com Araujo Castro foi frustrante para os interesses portugueses. Embora sem denotar grande entusiasmo pela viagem de Kubitschek à Índia, Araujo Castro tentou "diplomaticamente" convencer o Embaixador português de que, através de uma conversa franca com Nehru, Kubitschek poderia demovê-lo da ideia de integrar Goa ao território nacional indiano[319]. Já com o Secretário-Geral Mendes Viana, o diálogo foi mais favorável a Portugal. A este não agradava a crescente influência que os nacionalistas estavam exercendo sobre Kubitschek. Diplomata muito ligado a João Neves da Fontoura, sensibilizou-o o argumento de Rocheta de que a viagem à Índia "não poderia deixar de encorajar meios neutralistas, só

319 Telegrama para Lisboa, 19/07/1958 (2P, A58, M204, N.G. 2801, n. 111).

podendo contribuir para levantar mais obstáculos ao desenvolvimento da OPA, não só no Brasil como em alguns países da América Latina, também perturbados por correntes neutralistas"[320].

Em razão dos escassos meios de que dispunham para evitar a viagem, pois nos "meios chegados ao Catete e no setor econômico do Itamaraty exercia-se grande pressão [sobre Kubitschek] no sentido de convencê-lo a efetivar a viagem"[321], o Secretário-Geral do Itamaraty e o Embaixador português estenderam suas preocupações à Embaixada norte-americana. Por seu turno, aos norte-americanos também não convinha um encontro de Kubitschek com Nehru. Incomodava-os a ideia de que o Brasil pudesse integrar-se ao movimento neutralista. A possibilidade de que o Brasil viesse a evadir-se do bloco ocidental ou, quando não, que viesse a tomar uma posição mais crítica em relação à bipolaridade, pretendendo aumentar a sua margem de barganha no sistema internacional, colidia frontalmente com a estratégia global dos Estados Unidos e com a necessidade de continuar a exercer a liderança hegemônica continental.

Receoso, porém, de que qualquer gestão direta de sua parte pudesse ser interpretada como uma interferência na política externa do Brasil, o que só provocaria maior agressividade dos meios nacionalistas[322], o Departamento de Estado recomendou à diplomacia portuguesa que convidasse Kubitschek a visitar Goa, ao mesmo tempo em que já preparava "alguns convites embaraçosos, como o da Coreia e o de Formosa"[323]. Simultaneamente, pressionou-se o Embaixador brasileiro em Washington para convencer Kubitschek de que a viagem à Índia era contraproducente para o desenvolvimento da Operação Pan--Americana[324].

Cercado pela conexão Secretaria-Geral – Embaixada portuguesa/Departamento de Estado, Kubitschek cedeu aos argumentos do Embaixador brasileiro em Washington, adiando a viagem à Índia "sine

320 Telegrama para Lisboa, 23/07/1958 (PEA 178, N.G. 2852, n. 114).

321 Telegrama para Lisboa, 23/03/1958 (PEA 175, N.G. 3298, n. 143).

322 Telegrama para Lisboa, 30/08/1958 (PEA 175, N.G. 3394, n. 147).

323 *Idem, ibidem.*

324 *Idem, ibidem.*

die". Por outro lado, a decepção causada pela indiferença de De Gaulle em relação à OPA – apesar do persistente apoio brasileiro à França no tocante ao caso argelino –, frustrando as expectativas dos autores da Operação, e o adiamento da viagem de Nehru à América Latina serviram para conter o entusiasmo dos nacionalistas do governo, que não conseguiram obter os frutos políticos idealizados. E, enfim, a aproximação das eleições congressuais, estaduais e municipais (outubro de 1958) contribuiu mais ainda para que Kubitschek adotasse um perfil discreto, de modo a não pôr em risco suas bases de apoio político-partidário com decisões muito polêmicas.

O início dos preparativos diplomáticos para a XIII Assembleia Geral das Nações Unidas fez ver aos diplomatas portugueses que, apesar de todas as manobras realizadas pelos nacionalistas, o comando da política externa brasileira mantinha-se firme na decisão de continuar apoiando Portugal contra os ataques do bloco afro-asiático. Quando das primeiras gestões diplomáticas no sentido de Brasil e Portugal afinarem seus respectivos interesses nas Nações Unidas, para decidirem em quem e com quem votar nas matérias de interesse comum, conforme rezava, aliás, pelo Tratado de Amizade e Consulta, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Negrão de Lima, foi taxativo: "Estaremos com Portugal e apoiá-lo-emos cem por cento"[325].

Além da proposta brasileira de que Portugal deveria encaminhar a questão dos territórios não autônomos para o terreno processual, evitando, portanto, a discussão política propriamente dita, o elemento novo introduzido pelo diretor político nas negociações foi a abertura de representações consulares brasileiras em territórios africanos de soberania portuguesa[326].

A criação de Consulados nas colônias correspondia a uma sugestão que vinha sendo feita, há algum tempo, pelos diplomatas brasileiros acreditados em Lisboa. Em contradição com a própria ordem jurídica portuguesa, que atribuía às colônias o estatuto de províncias ultramarinas, o governo português sempre se recusara a considerar a

325 Telegrama para Lisboa, 10/09/1958 (PEA 177, N.G. 3536, n. 158).

326 Telegrama para Lisboa, 11/09/1958 (PEA 175, N.G. 2559, n. 159).

hipótese. Como ficara nítido no processo de elaboração dos termos do Tratado de Amizade e Consulta, Oliveira Salazar não admitia qualquer possibilidade que resultasse no ingresso de brasileiros nas colônias, principalmente em Angola. Contra isso, no entanto, os diplomatas brasileiros argumentavam que o fantástico crescimento da produção cafeeira angolana e o debate internacional que se tratava em torno das condições sociais impostas pela colonização portuguesa obrigavam a que o Brasil acompanhasse mais de perto a situação das colônias. Ponderavam que a questão, qualquer que fosse a posição brasileira sobre ela, deveria estar estribada em informações seguras, como o demonstra o ofício do Encarregado de Negócios Martin Francisco Lafayette de Andrade, de agosto de 1958:

> O que a Embaixada desejaria salientar [...] é o fato de que enquanto não se criarem Repartições de Carreira em Luanda e Lourenço Marques – através das quais nos seja possível acompanhar, direta e objetivamente, a evolução das duas grandes Províncias Ultramarinas – as nossas informações a respeito continuarão na dependência de fontes que, por mais respeitáveis, nem sempre apresentam os problemas com a desejada imparcialidade. Tal situação é sobretudo de se lamentar em face de crescente importância econômica daquelas Províncias, às quais nos ligam, de outra parte, tantas afinidades históricas e culturais[327].

A determinação férrea do Ministro brasileiro em não transigir no apoio à política portuguesa ofereceu ao governo português mais uma razão para ignorar a solicitação de abertura de Consulados na África. Tornava-se claro para os observadores políticos, principalmente para os perspicazes diplomatas portugueses, que pelo fato de as eleições não terem resultado numa ampliação da base congressual do governo, era de se esperar que Kubitschek não se lançasse a aventuras externas que o indispusessem ainda mais com a oposição[328]. Face a esse quadro político

327 Ministério das Relações Exteriores, Ofício Reservado n. 288, 21/08/1958.

328 "As possibilidades, por isso, de o Presidente decidir a empreender as faladas viagens ao Extremo Oriente – iniciativa para que anteriormente se sentiria inclinado ou insistentemente aconselhado pelos seus mais íntimos colaboradores – são agora talvez menores do que na altura em que entusiasticamente

interno, a diplomacia portuguesa sentiu-se encorajada a pressionar seus aliados no Itamaraty, onde pontificava o Ministro Negrão de Lima, com vistas a uma aceleração do processo de regulamentação do Tratado, o que mais interessava a Lisboa.

Como parte importante dessa ofensiva diplomática, o Embaixador de Portugal considerava uma ação de grande efeito "a agraciação de alguns jornalistas" que mais se haviam "destacado na defesa dos interesses portugueses" e – fator que ele julgava "da maior importância" – "a aprovação de um plano de viagem ao nosso país de um certo número desses elementos"[329].

A despeito do lusismo das elites intelectuais e da máquina publicitária, azeitada pelas benesses do governo português, tornava-se cada vez mais evidente que as relações luso-brasileiras comportavam-se como um corpo estranho no contexto geral da política exterior brasileira. A visão europeísta (racista) e legalista das relações internacionais, que no passado recente constituíra a marca registrada do Itamaraty, não conseguia resistir às rápidas mudanças do sistema internacional. Crescia junto ao anticolonialismo teórico e humanista das esquerdas a percepção realista e pragmática dos desenvolvimentistas de que o colonialismo bloqueava as potencialidades econômicas dos países em desenvolvimento, como o Brasil. As novas necessidades criadas pela industrialização brasileira de ampliação do leque de parceiros comerciais viam-se obstruídas pelos protecionismos colonialistas, no mesmo passo que os produtos primários brasileiros sofriam a forte concorrência da produção colonial, com custos de produção artificialmente baixos devido à ausência de legislações sociais que regulassem o uso da mão de obra africana.

Pressionado pela lógica inexorável dos interesses econômicos, o Itamaraty seguia administrando uma contradição cada vez menos suportável. De um lado, dava o livre curso à política anticolonialista: nas Nações Unidas, a orientação política consistia em pressionar as metrópoles europeias a provarem que seus investimentos nas colônias

se falava já em alargar o âmbito da OPA, estendendo-a, visando uma política geral de combate ao subdesenvolvimento, aos países asiáticos" (Ofício para Lisboa, 15/10/1958 - PEA 175, Proc. 6, 11, n. 716).

329 *Idem, ibidem.*

efetivamente contribuíam para a promoção social das populações dos territórios seus dependentes[330]. De outro lado, mantinha seu apoio às teses portuguesas apresentadas na ONU, segundo as quais Portugal não possuía colônias, já que os territórios ultramarinos, constitucionalmente, eram províncias ultramarinas e que Portugal não perseguia interesses materiais nesses territórios, mas tão-somente interesses culturais--civilizatórios.

A essa crescente dificuldade em continuar sustentando o contorcionismo jurídico português, somou-se o dramático caso do pedido de asilo do general Humberto Delgado à Embaixada brasileira em Lisboa, em janeiro de 1959. Contrariando as expectativas do governo português e irritando profundamente os segmentos lusófonos do governo brasileiro, o Embaixador Álvaro Lins suportou toda sorte de pressões, conseguindo, por fim, que o ex-candidato à Presidência da República portuguesa fosse colocado no Brasil a salvo da polícia política do Estado Novo. Desde então, o que antes esteve mascarado pela campanha publicitária que acentuava o progresso, decorrente da segurança, proibição, competência e modéstia, revelou-se como uma sórdida ditadura. A maior mobilidade da oposição portuguesa no Brasil, que passou a ser mais assistida pela Imprensa não comprometida com a máquina lusitana, resultado direto da crise de Lisboa, reduziu ainda mais o espaço diplomático de manobra, ao ideologizar a polêmica criada ao redor da ditadura de Oliveira Salazar.

O pronto acolhimento do pedido de demissão de Álvaro Lins, logo após o encerramento da crise do asilo; a aceitação do convite do governo português para participar dos festejos Henriquinos como coanfitrião do Chefe de Estado, em julho de 1959; e o pedido formulado ao governo português para a concessão de asilo ao ex-ditador cubano Fulgêncio Batista, no mês de agosto, evidenciaram a posição assumida por Kubitschek. Para o lugar de Embaixador em Portugal, Kubitschek nomeou o Ministro Negrão de Lima, homem de sua absoluta confiança,

330 Tenho notado, em altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, que têm manifestado a opinião – designadamente o próprio Secretário-Geral – de que a política que o Brasil deverá, no seu próprio interesse, prosseguir no domínio das relações internacionais é o da progressiva emancipação dos territórios coloniais cuja produção está a causar embaraços à colocação dos produtos brasileiros no mercado mundial" (Ofício para Lisboa, 09/01/1959 – 2P, A8, M711, Proc. 6, 12, n. 859).

enquanto para o lugar de Ministro das Relações Exteriores nomeou Horácio Lafer, perfeitamente sintonizado com os problemas econômico-financeiros que ameaçavam a boa conclusão de seu governo. Parece claro que Kubitschek aceitou plenamente o desafio ideológico suscitado pelas relações luso-brasileiras, no plano em que se achavam. Mediante as nomeações de Negrão de Lima e Horácio Lafer, Kubitschek separava em compartimentos distintos o que, na política externa, representava, de um lado, os interesses vitais do projeto desenvolvimentista brasileiro e, de outro lado, os compromissos políticos e afetivos, dos quais não pretendia se afastar. Provam essa dicotomia criada por Kubitschek o rompimento com o Fundo Monetário Internacional, em junho de 1959, apesar de todas as pressões exercidas pelo Departamento de Estado norte-americano, e a assinatura do acordo de retomada das relações comerciais com os soviéticos, em novembro/dezembro do mesmo ano[331], com ambas as decisões sendo integralmente apoiadas nos setores nacionalistas.

Em vista desse quadro, os preparativos de sua viagem a Lisboa, onde seria um dos protagonistas da comemoração henriquina, fizeram-se sob fogo cerrado da crítica. Interessavam a Kubitschek não só o desfruto de seu grande prestígio em Portugal como também, e sobretudo, a assinatura da regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta, que criava a Comunidade Luso-Brasileira.

A assinatura do Tratado consagrava uma política que, ao longo de seu governo, fora sendo corroída pelas próprias necessidades da dinâmica do seu projeto desenvolvimentista e que, em sua etapa final, achava-se seriamente ameaçada pelos projetos de seu opositor Jânio Quadros e até mesmo fora da alçada de seu Ministro das Relações Exteriores, Horácio Lafer, que, quando questionado sobre o persistente apoio brasileiro ao colonialismo português nas Nações Unidas, não hesitou em afirmar:

> O Embaixador Freitas Valle, convém também não esquecer, foi forçado a votar a favor de Portugal na ONU e foi-o por determinação do Presidente, a quem tive que recorrer perante certas hesitações que encontrei neste M.R.E.

331 Moura, Gerson, *op. cit.*, p. 39.

> O Presidente, de resto, já mais do que uma vez afirmou publicamente que havia dado essa instrução, insistindo em que o Brasil estava ao lado de Portugal na questão das Províncias Ultramarinas Portuguesas[332].

A declaração do Ministro, esquivando-se das críticas que incidiam sobre a decisão de Kubitschek, por outro lado, demonstrava que a orientação ocidentalista tal como executada pelo Itamaraty ao longo da maior parte de seu governo, já não gozava da mesma legitimidade, fora e dentro do próprio Itamaraty.

332 Entrevista do Chanceler Horácio Lafer à revista *Manchete*, em dezembro de 1960.

Capítulo 10
O café nas relações luso-brasileiras

Em meio às intensas e bem afinadas relações político-diplomáticas dos anos cinquenta, um aspecto que desperta a atenção são as incipientes relações econômico-comerciais dos dois países. Ao contrário das relações políticas e culturais, que mobilizavam as autoridades e a opinião pública dos dois lados do Atlântico, as relações comerciais mantiveram-se praticamente ausentes da agenda. Desde a recessão mundial dos anos trinta que se havia criado uma irreparável situação de baixa e desequilíbrio dessas relações. Na ocasião, as severas medidas protecionistas tomadas por Getúlio Vargas e Oliveira Salazar em torno do grande estímulo para o desenvolvimento da indústria vinícola no sul do Brasil contribuíram para reduzir as possibilidades de uma ulterior retomada do comércio. Ao analisar a questão do ponto de vista dos interesses de Portugal, Clarence-Smith afirma que foi em 1930 que "Portugal perdeu realmente o Brasil e não em 1825"[333]. Em virtude do inflexível controle imposto à exportação de capitais, o saldo da balança de pagamentos portuguesa deteriorou-se completamente, levando a que caíssem na miséria os portugueses que dependiam das remessas provenientes do Brasil, ao mesmo tempo em que as companhias de navegação que faziam a rota do Atlântico Sul e as casas bancárias sediadas no Brasil entrassem em processo falimentar.

Finda a Segunda Guerra Mundial, o volume das trocas situava-se em patamares irrisórios. Com exceção dos denominados produtos de Natal, aos quais não só os imigrantes portugueses, mas também a população brasileira estava tradicionalmente habituados, as exportações portuguesas para o Brasil eram mínimas, assim como pouco do que se produzia no Brasil era consumido em Portugal.

Numa tentativa de reverter esse quadro, em novembro de 1949 foi firmado o Acordo Comercial e de Pagamentos Luso-Brasileiro. No

333 Clarence-Smith, Gervase. *O Terceiro Império:* 1825-1975. Lisboa: Teorema, 1990, p. 23.

entanto, o panorama geral das relações comerciais em quase nada se alterou. De 1949 até 1960, quando então foi formalizada a Comunidade Luso-Brasileira, o valor das trocas manteve-se baixo e irregular.

Comércio Luso-Brasileiro

Valores – 1.000 escudos

ANOS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1949	199.564	122.990
1950	143.191	171.760
1951	334.633	329.417
1952	63.481	247.463
1953	185.697	74.301
1954	122.239	104.940
1955	236.956	87.714
1956	121.679	93.768
1957	160.091	121.315
1958	104.618	93.319
1959	103.796	62.472
TOTAIS	**1.775.945**	**1.509.459**

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1960.

Em ordem decrescente de quantidade e valor, os produtos portugueses mais exportados para o Brasil eram vinhos, azeite, rolha, frutas secas, azeitonas, frutas verdes, bordados da Madeira e conservas de peixe, enquanto os produtos brasileiros mais exportados para Portugal eram algodão, peles e couros, madeiras, carnes, tripa seca, fumo, livros, piaçava e café. Ou seja, as exportações mútuas praticamente resumiram-se a produtos primários, refletindo as características das duas economias, que lutavam por ultrapassar a fase agrícola e ingressar na fase industrial.

Além da concorrência estrangeira, que contribuía ainda mais para reduzir o volume das trocas, havia uma característica estrutural fundamental: o fato de os produtos de maior importância para os dois países concorrerem no mercado internacional. Os produtos brasileiros que comandavam a obtenção de receita de divisas – café, algodão, açúcar – eram igualmente produzidos nas colônias africanas de Portugal em grande quantidade.

Conquanto a capacidade industrial do Brasil tivesse se elevado substancialmente à medida que a política industrialista de Kubitschek apresentava seus resultados – podendo os produtos manufaturados brasileiros participar no comércio com Portugal –, manteve-se até o fim de seu mandato o impasse nas trocas luso-brasileiras. Tal imutabilidade, apesar do desenvolvimento industrial brasileiro, devia-se à própria estratégia política portuguesa, à qual o governo Kubitschek acomodadamente se submeteu.

De fato, não obstante o suposto interesse português em melhorar as relações comerciais com o Brasil, o governo de Salazar continuou inflexível em sua determinação de não permitir a penetração dos interesses econômicos brasileiros em suas colônias africanas, sobretudo em Angola. Essa posição, prontamente aceita pelas autoridades brasileiras por ocasião da formulação dos termos do Tratado de Amizade e Consulta, refletia o receio português de que o Brasil, com todas as vantagens a seu favor (geográficas e econômicas), acabasse por assumir o lugar de Portugal como metrópole colonialista em Angola.

Os diplomatas brasileiros na Embaixada de Lisboa, por sua vez, inconformados com a apatia do Itamaraty, não se cansavam de propor medidas capazes de facultar ao Brasil melhores termos de intercâmbio com Portugal. Martin Francisco, em outubro de 1959, após confessar sua ignorância e perplexidade em face dos motivos pelos quais não se tomava nenhuma providência para o assunto, reiterava as recomendações que considerava necessárias para a dinamização do intercâmbio:

> Nos manufaturados brasileiros repousa, a nosso ver, uma das soluções para o intrincado problema. Nos mercados ultramarinos, nessa fase de equipamento das suas incipientes indústrias, está outra solução. O que é necessário é encontrar-se uma fórmula que permita a exportação de produtos industrializados e de bens de produção brasileiros para o ultramar lusitano, em troca de artigo da Metrópole (cortiça, breu, vinho do Porto, azeitonas e outros) e

> de matérias-primas de Angola e Moçambique (cobre, petróleo bruto no futuro e outros)[334].

Aos diplomatas brasileiros afigurava-se incompreensível a inexistência de contrapartida econômica para todo o apoio que o Brasil prestava à política colonial portuguesa. Percebiam que se poderia conceber uma comunidade de fato, caso esta fosse cimentada por relações econômicas que articulassem a economia brasileira com a metrópole portuguesa e com o conjunto do império colonial. Inconforma-os o fato de a comunidade funcionar como uma rua de mão única, por onde apenas transitavam os interesses políticos portugueses. Por isso, propunham viabilizar "uma doce utopia que ninguém" parecia "interessado em desfazer": "[...] os portugueses fizeram o Brasil, os brasileiros falam português e impõe-se o dever de criar uma confraternização oficializada que permitia definir as bases de uma fraternidade luso-brasileira que precisamos impor ao mundo"[335].

Por outro lado, os exportadores portugueses atribuíam a baixa atividade comercial à proteção que as autoridades brasileiras concediam aos produtos nacionais, similares aos produtos portugueses, porém de qualidade supostamente muito inferior. quando, em 1956, o Senador Novais Filho encaminhou projeto de lei pelo qual deveria instituir-se a obrigatoriedade da existência de vinhos nacionais nos locais onde se apresentassem à venda vinhos estrangeiros, os porta-vozes dos interesses vinícolas portugueses reagiram com indignação, afirmando "serem os vinhos portugueses os mais visados pelos imitadores e falsificadores no Brasil". E completavam: "se Portugal não vender ao Brasil os seus vinhos, os seus azeites e as suas frutas e tiver que reduzir a alguma cortiça, resinosos e outros poucos produtos industriais a sua exportação, o já débil comércio luso-brasileiro enfraquecer-se-á ainda mais, perdendo toda a significação"[336].

Afora essas manifestações pontuais de tal ou qual setor português e brasileiro, preocupados com a funcionalidade da Comunidade

334 Ofício para o Rio de Janeiro, 21/10/1959 (M.R.E., n. 489).

335 Ofício Reservado para o Rio de Janeiro, 27/09/1958 (M.R.E., n. 386).

336 *O Primeiro de Janeiro*, 15/10/1956.

Luso-Brasileira, a verdade é que interessava às autoridades de ambos os países uma relação mais intensa com aqueles que poderiam preencher as carências criadas pelos respectivos programas de desenvolvimento. Tanto da parte de Portugal como da parte do Brasil, os parceiros econômicos com os quais se pretendia incrementar as relações eram os países industrializados avançados. Era com Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, França, Holanda e Bélgica que ambos buscavam intensificar as trocas e suprir as necessidades e capitais.

Todavia, o fato de Brasil e Portugal não formarem mercados recíprocos não significava que algumas questões de natureza econômica não figurassem na pauta de suas relações. Pelo contrário. Pode-se mesmo afirmar que, em certa medida, a delicada administração dos problemas econômicos foi responsável pelo bom andamento das relações políticas. Com efeito, o problema econômico fundamental residia na concorrência internacional protagonizadas pelas produções cafeeiras de Brasil e de Angola. A sensibilidade do governo português para com a importância que as receitas provenientes do café tinham para o bom andamento da economia brasileira serviu para controlar o potencial oposicionista dos setores cafeicultores brasileiros ante as relações luso-brasileiras ao longo do governo Kubitschek. Entretanto, a partir do momento em que os interesses cafeeiros brasileiros se viram contidos pelo vetor brasileiro da estratégia global portuguesa de manter indefinidamente sob sua soberania as colônias africanas, esse potencial oposicionista desenvolveu-se e consubstanciou-se numa política anticolonialista.

Como se sabe, desde o século XIX o funcionamento da economia brasileira dependeu do desempenho do café no mercado mundial. Da maior ou menor produção e, consequentemente, da maior ou menor cotação no mercado mundial, dependia a economia brasileira para a obtenção de divisas necessárias às importações de manufaturados para o país. Independentemente das controvérsias interpretativas que separam os historiadores da economia brasileira[337], até o momento em que o

337 Ver as críticas lançadas por Winston Fritsch contra a considerada clássica interpretação de Celso Furtado de que a condução da política econômica da Primeira República teria sido basicamente movida pelos interesses cooperativos da agricultura [Winston Fritish. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: Abreu, Marcelo de Paiva (org.), *op. cit.*, p. 32].

setor industrial passou a ser o polo dinâmico da economia brasileira a grande preocupação econômica de todos os governos foi a de encontrar uma maneira mais racional de proteger o principal produto da pauta de exportação brasileira. Primeiro a compra dos estoques, depois a queima dos excedentes e, posteriormente, a retenção das parcelas invendáveis, todas foram fórmulas utilizadas para impedir que os baixos preços arruinassem a produção e, por via de consequência, comprometesse drasticamente o conjunto da economia nacional.

A grande mudança de orientação, segundo Delfim Netto, deu-se com o último governo de Getúlio Vargas. Pois, "ao contrário do que ocorrera anteriormente, a defesa praticada a partir de 1951 se fez somente em nome da manutenção de um nível mínimo de receita de divisas, necessário para assegurar o desenvolvimento da industrialização do país"[338].

Com efeito, esse novo parâmetro de política cafeeira foi mantido por Juscelino Kubitschek. Ainda que a ênfase dada por Vargas a indústrias de bens de produção tenha se deslocado, com Kubitschek, para a indústria de bens de consumo, o papel do café como provedor de divisas para a consecução do programa de industrialização não sofreu alteração. Todo o esforço feito no sentido de se sustentar os preços no mercado internacional não constituía mais um fim em si mesmo, mas uma forma de garantir recursos para o setor emergente da economia nacional.

Dessa forma, embora não pudesse mais ser considerado como o setor hegemônico do complexo econômico brasileiro, o café continuava a merecer a atenção das autoridades governamentais do país. Além da capacidade de pressão sobre os governos estaduais que os agricultores ainda possuíam, não se poderia permitir o insucesso do café, pois isso representaria um golpe de profundas repercussões nos demais setores produtivos que, indiretamente, dependiam do seu desempenho.

De outro ângulo, todas as medidas postas em prática para sustentar os preços do café no mercado mundial necessariamente envolviam negociações com os Estados Unidos. Estes eram o principal mercado

338 Delfim Netto, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979, p. 110.

consumidor do café produzido no Brasil. No período compreendido entre 1950 e 1960, o café constituiu ¾ das exportações brasileiras para esse país[339]. E, do ponto de vista global, por sua vez, o café chegou a ter 73,71% na participação do total das exportações brasileiras em 1952.

Não raro, essas negociações exigiam pesados sacrifícios dos cafeicultores brasileiros, como o Convênio Interamericano, firmado em Washington, em novembro de 1940, pelo qual ficavam estabelecidos preços máximos e cotas de produção. Esse sacrifício foi reconhecido pela própria Comissão de Inquérito do Senado norte-americano, instituído par investigar as razões da alta do produto em 1950. Na ocasião, já admitia o gerente da National Coffee Association, William Williamsom:

> [...] durante a guerra, o Brasil nos deu cooperação verdadeiramente extraordinária no caso do café, cooperação essa que representou grandes sacrifícios. Quando os cafeicultores se recusaram a vender aos Estados Unidos ao preço máximo fixado pelo *Office of Price Administration*, o Departamento Nacional do Café colocou no mercado fortes quantidades do produto, o que provocou a baixa e permitiu que se reiniciassem as vendas[340].

Uma das principais causas dessa reduzida margem de liberdade para a comercialização do produto devia-se, conforme análise de Cid Silveira, à monopolização pelas empresas norte-americanas dos pontos vitais do processo de exportação: de um lado, eram não só poucas as empresas norte-americanas a controlar a venda do café – "simples agentes de compras dos industrializadores norte-americanos"[341] – como, de outro, eram poucas as grandes empresas norte-americanas a importar o produto, o que, por sua vez, revelava "o predomínio da tendência para a integração vertical na indústria do café nos Estados Unidos"[342].

339 Malan, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil: 1945-1964. In: Bóris Fanoto (dir.). *História geral da civilização brasileira*, v. 11. *O Brasil republicano*, v. 4. *Economia e cultura:* 1930-1964. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986, p. 80.

340 Citado por Cid Silveira. *Café:* um drama na economia *nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 18.

341 Silveira, Cid, *op. cit.*, p. 44.

342 *Idem, ibidem*, p. 45.

Participação do café nas exportações brasileiras

ANO	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA US$ 1.000	VOLUME EM 1.000 SACAS DE 60 KG	VALOR US$ 1.000	PREÇO MÉDIO POR SACA 60 KG US$	PARTICIPAÇÃO % DO CAFÉ NA EXPORTAÇÃO
1952	1.418.117	15.821	1.045.305	66,07	73,71
1953	1.539.120	15.562	1.090.164	70,05	70,83
1954	1.561.836	10.918	948.077	86,83	60,70
1955	1.423.246	13.696	843.938	61,61	59,19
1956	1.481.978	16.805	1.029.782	61,27	69,48
1957	1.391.607	14.319	845.560	59,05	60,76
1958	1.242.985	12.894	688.078	53,36	55,35
1959	1.281.969	17.723	744.031	41,98	58,03
1960	1.268.802	16.819	712.748	42,37	56,17
1961	1.402.970	16.971	710.439	41,86	50,63
1962	1.214.185	16.377	642.683	39,24	52,93

Fonte: *Anuário Estatístico do Café*, v. I. Rio de Janeiro: IBC, Departamento Econômico, 1964.

Essa grande dependência da cafeicultura brasileira para com o mercado norte-americano comprometeu seriamente a expectativa depositada por Kubitschek na balança comercial como um dos instrumentos para a efetivação do programa de industrialização. A partir da segunda metade da década de cinquenta, verificou-se um veloz crescimento da indústria norte-americana do café solúvel e, como consequência dessa expansão industrial, constatou-se notável aumento das importações de café africano.

Participação do café nas exportações brasileiras

ORIGEM	MÉDIA: 1930/39	MÉDIA: 1946/52	MÉDIA: 1953	MÉDIA: 1954	MÉDIA: 1955	MÉDIA: 1956
ÁFRICA FRANCESA	16	11	3	284	276	521
ÁFRICA PORTUGUESA	22	309	628	510	563	793
ÁFRICA INGLESA	111	99	148	209	538	460
ÁFRICA BELGA	8	135	207	169	388	390
TOTAIS	**165**	**661**	**1.467**	**1.537**	**2.245**	**2.491**

Fonte: Bureau Panamericano do Café. *Coffee Statistics*. Citado por Antonio Delfim Netto. *O problema do café no Brasil*, 1979.

Embora o café arábica brasileiro sempre houvesse gozado da preferência do consumidor norte-americano, em detrimento do café robusta africano considerado de qualidade inferior por produzir uma bebida muito forte e sem sabor, a acentuada queda das exportações brasileiras decorreu também dos novos métodos empregados pela indústria do café solúvel, ao processar uma mistura de cafés que desfaz o sabor específico, além de facilitar o preparo da bebida pelo consumidor.

A cafeicultura africana já vinha apresentando nítidos sinais de crescimento desde a Segunda Guerra Mundial. Esse fenômeno foi o resultado da transferência de investimentos em outros produtos tropicais para o café, com vistas não só ao abastecimento dos mercados metropolitanos, mas também à exportação para os Estados Unidos. Com o desenvolvimento da indústria do café solúvel nesse país, a produção agrícola teve o poderoso estímulo de que precisava para crescer vertiginosamente[343]. De uma participação média de 7% no comércio mundial, na década de 1930, a África passou a 22%, no ano de 1956.

Participação dos cafés Africanos na Exportação Mundial (Em %)

ORIGEM	MÉDIA: 1930/31	MÉDIA: 1946/52	MÉDIA: 1953	MÉDIA: 1954	MÉDIA: 1955	MÉDIA: 1956
BRASIL	56	52	45	38	41	44
COLÔMBIA	13	17	19	20	17	13
ÁFRICA	7	14	15	20	21	22

Fonte: Bureau Panamericano do Café. *Coffee Statistics*. Citado por Antonio Delfim Netto. *O problema do café no Brasil*, 1979.

Dentre os países exportadores da África, Angola foi um dos que mais se destacou pela elevação da produção. Por conta desse crescimento, a receita anual de Portugal, que antes da guerra não passava de US$ 200 mil, passou, em 1956, para US$ 33 milhões[344].

O crescimento dos índices de produção dos produtos primários de Angola, particularmente o café, correspondeu ao esforço empreendido

343 Duque, Hélio. *A luta pela modernização da economia cafeeira:* assim agem as multinacionais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 58.

344 Delfim Netto, Antônio, *op. cit.*, p. 132.

pelo Estado Novo português para valorizar suas colônias - um esforço que foi confirmado com a Lei Orgânica do Ultramar, de 1953. Pretendia-se assim contra-arrestar a tendência manifestada no Pós-Segunda Guerra de se preparar as colônias para a independência, procurando estimular a imigração de população branca para essas regiões, transformando-as em colônias de povoamento, e aumentar o rendimento de sua produção, de modo a fazer calar a crítica que denunciava a estagnação econômica. Embora o programa de imigração não tenha apresentado os resultados que dele se esperavam[345], o incentivo à cultura cafeeira resultou bem-sucedido.

O sucesso da economia cafeeira angolana representava, pois, o sucesso econômico de Portugal. De acordo com o que previa o funcionamento das relações econômico-financeiras no interior da Zona do Escudo, punha-se em prática um mecanismo de receber divisas estrangeiras e utilizar o escudo nas compras das colônias, o que aumentou as vendas portuguesas para as regiões sob seu domínio e resolveu ao mesmo tempo os problemas da balança de pagamentos do país[346]. Essa segmentação do espaço econômico português, que, aliás, contrariava a tese oficial da existência de um Estado Unitário englobando territórios de três continentes, servia para aliviar a metrópole de estoques de mercadorias invendáveis no mercado mundial. Tal foi o caso, por exemplo, dos enormes excedentes de vinho, que ameaçavam arruinar completamente a economia do norte do país: só em 1959, Angola sozinha importou 64,3 milhões de litros de vinho[347].

Outro fator a determinar a explosão da economia cafeeira angolana foi o baixo custo da mão de obra. Sob a justificativa de que os nativos africanos não estavam culturalmente acostumados ao trabalho diário e sistemático, as autoridades portuguesas instituíram um esquema pelo qual o nativo que não possuísse sua própria lavoura para vender o produto aos comerciantes portugueses era obrigado a trabalhar nas grandes propriedades durante determinado período do ano na condição

345 Ver Gerald J. Bender. *Angola sob domínio português:* mito e realidade. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

346 Clarence-Smith, Gervase, *op. cit.,* p. 162.

347 *Jornal do Comércio*. Lisboa, 02/09/1960.

de assalariado[348]. Evidentemente, a realidade do mercado de trabalho nas colônias africanas de Portugal estavam muito longe do que era alardeado pelo governo. Além de não existir o trabalho livremente contratado, inexistia também qualquer tipo de encargo social a pesar sobre os proprietários, o que tornava a produção africana de Portugal ainda mais competitiva no mercado mundial, dado que o baixo custo de produção permitia enfrentar as fases de baixo preço do produto, sem inviabilizar a atividade produtiva.

Por todas essas razões, a questão do café poderia, teoricamente, constituir um problema de difícil administração no quadro das relações luso-brasileiras. Teoricamente, no entanto, porque o governo Kubitschek preferiu enfrentar brandamente a concorrência do café angolano a colocar em causa a política colonialista portuguesa. Na verdade, para ele, a concorrência não tinha nenhum significado perto do que representava, tanto interna como externamente, uma completa reversão da política brasileira para com Portugal. E pesavam muitíssimo mais os argumentos de que o movimento anticolonialista nada mais era senão uma força auxiliar do movimento comunista internacional e que a desestabilização do colonialismo português na África traria o risco de instalação de um governo comunista às margens do Atlântico Sul, uma concepção estratégica, vale dizer, que também era aplicada ao Senegal e que explica o igual apoio prestado à política colonialista francesa nas Nações Unidas. Assim, enquanto Portugal dispôs-se a ceder às pressões brasileiras em momentos cruciais, os segmentos críticos em relação à aliança luso-brasileira não encontraram qualquer ressonância fora de seu círculo restrito.

Essa posição de Juscelino Kubitschek já havia ficado clara desde sua viagem a Lisboa, antes de tomar posse da Presidência da República, em janeiro de 1956. Diante da preocupação da Imprensa portuguesa a respeito de qual deveria ser sua atitude face à questão do café, afirmou que, "no caso especialíssimo de Portugal, as soluções para os problemas

348 Em *Portugal e o fim do ultracolonialismo,* Perry Anderson realiza detalhada análise de todas as modalidades de trabalho forçado de que se utilizaram os portugueses nas suas colônias africanas.

econômicos" deviam ser "subordinados aos imperativos de ordem política"[349].

Ante a política do governo brasileiro de preferir arcar com o ônus da queda das exportações e da pressão dos cafeicultores a correr o risco de alterar as bases das relações com Portugal, que considerava vital para sua estratégia internacional ocidentalista, os cafeicultores decidiram-se a apresentar ao governo português um plano pelo qual seria contornada a difícil questão da concorrência entre os dois países, ao mesmo tempo em que garantiria a lucratividade da cultura cafeeira. Apresentado em 1957 por San Tiago Dantas, à época Diretor do Banco Moreira Salles e advogado de numerosos grupos ligados à indústria como à lavoura do café, o plano visava, objetivamente, instalar fisicamente um grupo de cafeicultores brasileiros em Angola[350].

O grupo de cafeicultores, com muita experiência na produção de grande escala e na comercialização do produto, propôs a aplicação de capitais e técnicas brasileiras em plantações de café em Angola. A proposta, apresentada por San Tiago Dantas, ancorava-se na ideia de que, em primeiro lugar, as condições econômicas e sociais do Brasil, em virtude da rápida diversificação de sua economia e do desenvolvimento industrial, estavam ficando cada dia mais inadequado à exploração do café com alta rentabilidade, já que a lavoura do produto não tolerava grau elevado de mecanização e dependia essencialmente de mão de obra abundante e barata e de terras não muito valorizadas.

Também atraía os brasileiros a posição cambial da África portuguesa, mais favorável aos resultados da exportação de café do que a posição à época vigente no Brasil, onde o café era fortemente penalizado pela taxa de câmbio, a fim de proporcionar ao governo divisas por um baixo preço, necessárias ao estímulo dispensado à importação de equipamentos e matérias-primas para o setor industrial.

No Brasil, mesmo as terras do Paraná e de Goiás, onde se estavam abrindo novas lavouras de café, já haviam atingido preços bastante

349 *Voz de Portugal*, 29/01/1956.

350 Nota para a Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, 04/01/1957 (M.N.E., 2P, A62, M361, Proc. 41, 22, n. 2).

elevados. Quanto à mão de obra, os salários nacionais haviam passado a ser liderados pelos da indústria, que subiam em todas as regiões, obrigando à imediata elevação dos salários agrícolas, não só em virtude da equiparação legal, como pela necessidade de se reter a mão de obra no campo.

Na medida em que o café constitui uma lavoura cujo rendimento tem uma grande variação de ano para ano, atingindo às vezes 100%, essa elevação de custos tornava muitas vezes toda uma região deficitária, de modo que, quando a safra diminuía, elevava excessivamente o custeio por saca do produto.

Tendo em vista essas dificuldades estruturais da cafeicultura brasileira, San Tiago Dantas sustentava o argumento de que

> o investimento brasileiro em Angola [seria] interessante para o Brasil desde que o custo das terras e as condições de mão de obra [revelassem] uma situação econômica mais favorável, no tocante ao custo de produção, do que a observada nas áreas novas de expansão cafeeira do Brasil[351].

Para Angola, o interesse residiria principalmente na contribuição representada pelo capital e pela técnica brasileira, a mais adiantada no concernente às lavouras extensivas em condições tropicais semelhantes às angolanas. Desde os estudos ecológicos feitos no Brasil, até a experiência direta de novas espécies precoces e altamente produtivas, os brasileiros muito teriam a contribuir para o progresso de Angola, colocando a colônia em condições extremamente favoráveis ao confronto com os demais produtores africanos.

Ainda segundo os termos da proposta apresentada ao governo português,

> a má vontade de alguns meios brasileiros em face da exportação de técnicos e capitais para o desenvolvimento dessa cultura na África seria facilmente eliminada, desde

351 Nota para a Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, 04/01/1957 (M.N.E., 2P, A62, M361, Proc. 41, 22, n. 2).

> que o Brasil pudesse contar, de maneira mais franca, com o mercado africano para a absorção de seus excedentes industriais[352].

Seria o caso de se estudar com minúcia um plano político e econômico e, para isso, seria necessário a boa vontade das autoridades brasileiras e portuguesas.

Enfim, o empreendimento brasileiro só seria lançado após um estudo de todos os aspectos econômicos e políticos da questão, realizado sob a forma de verdadeira pesquisa do problema, envolvendo o estudo "in loco" das condições de trabalho, do custo das terras e dos meios de transporte e a análise em Portugal e no Brasil das condições gerais que cercariam o investimento[353].

O plano dos cafeicultores, tal e qual foi apresentado, formava um retrato sem retoques daquilo que mais horrorizava a política africana do governo Salazar, isto é, a instalação de capitais provenientes do Brasil em Angola. Nele estavam expostos todos os fatores que, caso fossem positivados, permitiriam que, num prazo não muito longo, a economia angolana passasse a gravitar mais em função dos interesses brasileiros do que dos portugueses. A superioridade técnica; uma mais farta disponibilidade de capitais; um formidável contingente populacional, em sua grande maioria formado por mestiços; e a grande proximidade geográfica, todos eram fatores que tornavam muito atuais os antigos temores de Portugal de que Angola poderia ficar ligada ao Brasil, tal como já ocorrera por ocasião do processo de reconhecimento da independência do Brasil, em 1822/1825, segundo a análise do historiador José Honório Rodrigues[354].

Embora discreto e cauteloso, dada a influência política do porta-voz da proposta dos cafeicultores brasileiros, o governo português não hesitou em responder negativamente. De sua parte, Portugal preferia confiar no apoio que lhe atribuíram os ocidentalistas brasileiros e

352 Nota para a Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, 04/01/1957 (M.N.E., 2P, A62, M361, Proc. 41, 22, n. 2).

353 *Idem, ibidem*.

354 Rodrigues, José Honório. *Brasil e África:* outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961, p. 127-144.

Kubitschek a ter de negociar com um setor em processo de declínio político que, no futuro, poderia ameaçar seus objetivos e comprometer suas bases de sustentação política na metrópole. Afinal, a implantação de capitais brasileiros em Angola poderia constituir poderosa força de apoio ao descontentamento que os colonos portugueses já começavam a demonstrar com o pacto colonial.

Contudo, na perspectiva dos cafeicultores brasileiros, a resposta negativa de Portugal à proposta que consideravam a melhor alternativa de manter sua atividade economicamente viável, sem romper a aliança luso-brasileira, só lhes deixava uma única opção: investir contra a política colonial portuguesa, assumindo uma posição francamente anticolonialista.

Com efeito, ao ambiente já caracterizado pela insatisfação ante os rumos do comércio mundial de produtos agrícolas, especialmente por parte dos setores ligados à cafeicultura, acrescentou-se o anúncio da assinatura do Tratado de Roma, em março de 1957, criando o Mercado Comum Europeu, que transformou a insatisfação em verdadeira indignação. A formação de um mercado reunindo França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo e prevendo a redução progressiva das tarifas alfandegárias, a abertura das fronteiras ao capital e ao trabalho e a criação de instituições supranacionais, além de por si só suscitar sérias apreensões, já que seu formato e regras colidiam com os esforços realizados no GATT para a progressiva e constante liberalização do comércio mundial, levantava o problema adicional da participação do mundo colonial. Sua efetivação sinalizava mercados ainda mais protegidos para a já problemática agricultura africana de produtos tropicais.

No Brasil, as repercussões causadas pela formação do Mercado Comum Europeu e pela execução do projeto Euráfrica foram amplas, estendendo-se muito além dos setores especialmente atingidos, dado que sua entrada em vigor ameaçava comprometer a principal fonte de arrecadação de divisas para o financiamento da industrialização. Entre as manifestações mais contundentes e mais importantes, por partir de economistas de expressão nacional, figuraram as de Glycon de Paiva

e de Roberto Campos. O primeiro, além de economista, geólogo e ex-presidente do BNDE, afirmou:

> A Euráfrica, que tem por objetivo, com facilidades excepcionais de câmbio, fiscais e transportes, extrair do continente africano matérias-primas tropicais, num plano audacioso e viabilíssimo de integração vertical da Europa, traduzir-se-ia na perda para o Brasil do mercado europeu. A concretizar-se esse plano, poderia ficar o Brasil sem possibilidade de colocação do seu café, algodão e tudo aquilo que constitui fonte de aquisição de divisas e que muito bem pode ser extraído do solo africano, privilegiado por condições fisiográficas. Para o Brasil já intranquilo por outras razões, seria a sétima praga[355].

Roberto Campos, por sua vez, Ministro Plenipotenciário, superintendente do BNDE e muito próximo de Kubitschek, afirmava:

> No plano da política econômica exterior parece claro que devemos continuar a reforçar a nossa linha de política externa anticolonialista, encorajando as aspirações de independência dos territórios africanos, sem que isso implique estimularmos histerias revolucionárias que ameacem subverter a estrutura social daquelas regiões. A libertação ordeira e progressiva dos territórios africanos habilitá-los-á a orientarem o seu desenvolvimento econômico não mais no sentido do exclusivo de complementarem as economias metropolitanas, através do fornecimento de matérias-primas, mas na direção de elevarem o nível de consumo doméstico, eliminando padrões salariais de semiescravatura, diversificando a sua produção e atingindo determinados níveis de industrialização compatíveis com a respectiva conjuntura do mercado e dos recursos naturais[356].

355 *O Jornal*, 08/03/1957.

356 *O Jornal*, 10/03/1957.

Ainda no plano da política externa, acrescentava:

> Urge repensarmos, com um novo sentido de urgência, o problema da criação de um mercado comum na área latino-americana, como contra quadro continental ao mercado unificado da América do Norte e ao espaço euro-africano[357].

Todas essas declarações, evidentemente, preocupavam sobremaneira a diplomacia portuguesa, conforme observação do Embaixador Antonio de Faria:

> Foi particularmente infeliz em relação aos nossos interesses o Sr. Roberto Campos e a sua qualidade de funcionário do Itamaraty, ocupando lugar de relevo no BNDE, é de natureza a dar àquelas considerações um significado que nada tem de simpático para Portugal[358].

Tal desagrado face a profundo golpe que as mudanças na política econômica europeia causavam ao multilateralismo, no entanto, foram também manifestados pelo governo. Quando da reunião do GATT, em outubro de 1957, em Genebra, o Ministro da Fazenda, José Maria Alkmin, representado por Castro Viana, assim se manifestou:

> A manutenção de sistemas de preferências no caso de certos países e para territórios não autônomos, além de colidir com os princípios básicos em que deveria assentar o GATT, implicava num tratamento desigual para as partes contratantes de estrutura econômica primária, cuja produção competia com a daquelas áreas coloniais[359].

Como se depreende desse conjunto de manifestações de figuras com a responsabilidade de participação no processo de elaboração e execução da política econômica do governo Kubitschek, a criação do Mercado Comum Europeu e o projeto Euráfrica faziam reemergir a questão da

357 *O Jornal*, 10/03/1957.

358 Ofício para Lisboa, 12/03/1957 (M.N.E., 2P, A58, M209, Proc. 3, 1, n. 178).

359 O Brasil e o Mercado Comum Europeu. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 1, n. 2. Rio de Janeiro, jun. 1958.

produção e da concorrência aos produtos primários brasileiros no mercado mundial. Se o que mais interessava era a consecução do Programa de Metas, que deveria transformar o Brasil num país industrializado, de modo algum podia ficar esquecido que 80% das exportações brasileiras eram formados por produtos primários. Em vista disso, a agricultura, em geral, e a cafeicultura, em particular, que se haviam ressentido da perda da prioridade que lhes fora anteriormente concedida, obtiveram a oportunidade de fixar bem o nexo que existia entre si e o futuro da economia do país.

Esse nexo, na pena de San Tiago Dantas, consubstanciou-se num novo programa de política externa em que se definiam os objetivos nacionais a serem perseguidos. Recém-empossado diretor do *Jornal do Comércio*, San Tiago Dantas, dando vazão aos interesses da agricultura e sem contrapor-se ao projeto industrialista, realizou amplo balanço da política externa brasileira, dando destaque ao modo pelo qual o Brasil deveria pautar suas relações com a África[360].

A tese defendida por San Tiago Dantas iniciava por reconhecer o progresso observado na emancipação de alguns territórios africanos, que de colônias passaram a constituir unidades políticas livres, como a Libéria e Gana, na mesma medida em que países como a África do Sul, o Egito e o Sudão entravam numa fase de desenvolvimento econômico acentuado. Todos, inclusive os que permaneciam sob "forma mais atenuada de dominação colonial", iam de qualquer modo conquistado condições de progresso material e cultural que lhes davam expressão própria entre as nações, principalmente no domínio econômico[361].

Para San Tiago Dantas, a produção e o preço do café africano, e ainda o do cacau, "colocavam a África em concorrência com a América Latina", além do que "os recursos minerais do continente africano, quando mais bem aproveitados, viriam a entrar seriamente no mercado mundial de

360 Ao informar Lisboa sobre o artigo de San Tiago Dantas publicado no *Jornal do Comércio*, em 09/04/1957, o Embaixador Antonio de Faria observou um deslocamento no debate brasileiro sobre a questão nacional: "sob a direção do Sr. San Tiago Dantas [o *Jornal do Comércio* passou] a ocupar-se com um pouco mais de vivacidade, direi melhor de personalidade, dos assuntos que mais interessam à vida deste país, de que o artigo referido constitui um significado exemplo" (Ofício para Lisboa, 16/04/1957 - M.N.E., 2P, A58, M209, Proc. 3, 1, n. 256).

361 *Jornal do Comércio*, 09/04/1957.

matérias-primas"[362]. E considerava oportuno esclarecer que o Brasil, ao reconhecer os inconvenientes de manter a sua economia na dependência quase exclusiva das exportações de café, tinha ultimamente prestado maior atenção às possibilidades de uma mais intensiva exploração de suas riquezas minerais, daí resultando a referida concorrência que a África viria fazer também ao Brasil[363].

Em virtude, pois, da ameaça proveniente da adoção do projeto Euráfrica, que todos reconheciam como real, que posição deveria ser adotada pelos países da América Latina?

Ora – continuava –, dificultar ou procurar retardar o desenvolvimento de outros povos e "criar empecilhos à elevação do nível de vida de suas populações seria a última das políticas plausíveis num país cuja conduta internacional" se inspirara "num sentido humanitário e num constante propósito de solidariedade com as demais nações"[364]. Diante disso, propugnava a implementação do seguinte programa:

> O progresso da África não nos deve inspirar receio, mas deve obrigar-nos a uma revisão do modo porque orientamos a nossa própria política. A primeira questão a ser revista é a nossa atitude em face do colonialismo. A política exterior do Brasil tem sido nesse ponto como em outros, muito imprecisa. Temos apoiado algumas vezes as reivindicações de países coloniais, mas temos também dado nosso voto a pretensão de países colonizadores, inclusive sob a alegação de que a segurança política e militar do continente americano será maior enquanto na outra margem do Atlântico dominarem as soberanias de países europeus amigos. O receio da infiltração comunista nas elites nativas tem sido invocado, muitas vezes, como justificativa do apoio às metrópoles, sobretudo nas questões discutidas perante organismos internacionais.

362 *Jornal do Comércio*, 09/04/1957.

363 *Idem, ibidem.*

364 *Idem, ibidem.*

> Nada mais óbvio, porém, do que a necessidade de apoiarmos a causa da emancipação política e do progresso econômico e social dos povos colonizados. Só através do exercício da própria soberania poderão esses povos desvencilhar-se dos males do subdesenvolvimento econômico, que também nos afligem, e, assim, constitui dever de solidariedade para com eles ampará-los nas suas justas reivindicações. Acresce que esses países, sendo produtores dos mesmos artigos que exportamos, terão um papel depressivo no mercado internacional se permanecerem em regime colonial, tendendo a preços de sacrifícios para as próprias metrópoles e, pelo contrário, virão juntar-se a nós na necessidade de defender um nível mais compensador de preços, se os benefícios assim obtidos reverterem em favor de suas próprias economias. A completa emancipação do continente africano é, assim, o primeiro e natural corretivo a uma posição nociva à economia dos países tropicais, resultante do financiamento, intensivo que lhes vai ser dispensado[365].

A esse programa de política externa, San Tiago Dantas vinculava uma maior integração regional na América Latina, que poderia vir a permitir a criação de um mercado comum sul-americano, cujas possibilidades, inclusive, já vinham sendo estudadas pela CEPAL:

> Diante de uma África que caminha para a expansão econômica intensiva, movida pelos capitais enviados dos países metropolitanos, a América Latina só tem uma resposta capaz de reunir o duplo requisito da elevação moral e da eficiência prática, isto é, apoiar o desenvolvimento africano, mas corrigir paralelamente a emancipação dos países coloniais ou semicoloniais para que se igualem as condições de concorrência, e promover a integração econômica

365 *Jornal do Comércio*, 09/04/1957.

> do próprio continente americano, de modo a melhorar as nossas próprias condições[366].

Em resumo, o que San Tiago Dantas propunha era:

1. o fim de qualquer apoio direto às metrópoles europeias com colônias na África, por razões de ordem estratégico-militares, mesmo àqueles regimes coloniais suavizados;
2. o incentivo às aspirações de autonomia dos povos africanos ainda sob tutela das metrópoles europeias; e
3. a integração econômica da América Latina para melhor fazer frente à concorrência internacional.

Sua proposta de nova política externa, como se vê, conflitava frontalmente com o ocidentalismo oficial. Não obstante o fato de o Mercado Comum Europeu e o Projeto Euráfrica terem suscitado, no governo, veleidades anticolonialistas, o círculo de ferro da bipolaridade, no qual a aliança com Portugal tinha grande destaque, impedia que este fosse mais longe. San Tiago Dantas, ao contrário, não apenas respondia ao argumento da defesa do Atlântico Sul com o argumento da democracia, como também afirmava que o desenvolvimento brasileiro não podia ser dissociado do desenvolvimento dos demais países subdesenvolvidos, principalmente dos da América Latina. Uma proposta, como se conclui, em que não havia lugar para a defesa do colonialismo português.

Contudo, a política ocidentalista desenvolvida por Kubitschek não foi alterada, mantendo a ambiguidade que a caracterizava. Isto é, enquanto de um lado se atribuía ao colonialismo europeu a má sorte das exportações de café, de outro lado conservava-se o apoio a esse mesmo colonialismo sob o argumento da defesa do Atlântico Sul contra a expansão do comunismo. A única medida contrária aos interesses colonialistas tomada para tentar reverter o quadro de dificuldades encontrado pela cafeicultura nacional foi, através da Comissão Econômica Africana (CEA), a de lutar pela elevação dos custos da produção cafeeira africana, especialmente mediante o aumento do preço da mão de obra.

366 *Jornal do Comércio*, 09/04/1957.

Contrariamente à radicalização política propugnada por elementos integrados ao próprio governo, a decisão final, entretanto, acabou sendo a de resolver a difícil questão do café dentro dos limites da negociação econômica. Segundo essa linha de ação, o governo Kubitschek passou a empenhar-se para promover um acordo internacional do café que envolvesse os principais produtores e consumidores, paralelamente a um acordo de âmbito latino-americano.

Com essa finalidade, reuniram-se no Rio de Janeiro, de 20 a 27 de janeiro de 1958, convocados pelo governo brasileiro as seguintes Delegações:

1. *governamentais:* Brasil, Guatemala, Costa Rica, Cuba, Peru, Honduras, Haiti, El Salvador, Colômbia, Equador, Venezuela, Nicarágua, México, República Dominicana, Portugal, França e Bélgica;
2. *de observadores:* Argentina, Canadá, Chile, Estados Unidos, Panamá, Paraguai, Dinamarca, Espanha, Itália, Noruega, Países Baixos, Grã-Bretanha, Polônia, Suécia, Tchecoslováquia, República Federal da Alemanha, Índia e Indonésia;
3. *de organismos internacionais*: Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), Instituto Interamericano de Estatística (IASI), Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICP), Bureau Pan-Americano do Café (BCP), Federação Cafeeira da América (FEDACAME), National Coffee Association e Comissão Coordenadora da Organização Internacional do Café[367].

O resultado positivo da Conferência, com vistas a "evitar que as relações políticas entre os governos amigos se [ressentissem] dos efeitos de uma indisciplinada ação no campo econômico"[368], como o Ministro José Maria Alkmin afirmou no discurso de abertura, dependia da

367 Conferência Internacional do Café: *Revista Brasileira de Política Internacional, op. cit.*

368 *Idem, ibidem.*

posição convergente dos numerosos atores envolvidos na questão, entre eles, destacadamente, os Estados Unidos, devido à sua situação de maior consumidor de café.

Argumentando junto às autoridades norte-americanas a respeito da importância de que se revestia sua posição favorável ao acordo, o Embaixador brasileiro em Washington, Ernani do Amaral Peixoto, lembrava que:

1. a receita proveniente da exportação de café era fundamental para o bom desempenho da economia do conjunto da América Latina;
2. a estabilidade econômica das respectivas repúblicas constituía, parte vital da segurança do hemisfério ocidental;
3. os dólares obtidos através das vendas de matérias-primas latino-americanas eram utilizados na compra de produtos manufaturados nos Estados Unidos, o que, por sua vez, ajudava a indústria e o emprego norte-americano; e
4. as colônias africanas, por sua vez, utilizavam os mesmos dólares na aquisição de produtos no mercado europeu[369].

Mas, apesar da importância fundamental da decisão norte-americana, era sobre Portugal que recaíam as atenções dos brasileiros. Mesmo os setores tradicionalmente sintonizados com a estratégia política portuguesa esperavam que Portugal, com uma clara decisão favorável ao Acordo Internacional, retribuísse o apoio que o Brasil nunca lhe faltava. Embora o acordo de janeiro de 1958 tivesse por finalidade a criação de um comitê organizador da Organização Internacional do Café, e não sua imediata organização, exerceu-se sobre Portugal grande pressão, que se manteve até o ano seguinte, 1959, quando, junto com a França, finalmente os portugueses aderiram à Organização.

Em defesa da assinatura do Acordo Internacional, ameaçava-se, no Brasil, com uma guerra de preços cujo resultado previa-se desastroso não só para o setor cafeeiro, mas também para o conjunto da economia

369 Ofício da Embaixada portuguesa em Washington, 11/03/1958, e entrevista do Embaixador Amaral Peixoto à United Press (M.N.E., 2P, A58, M204, Proc. 5/108, 13, n. 214/76).

portuguesa. Acusava-se, ainda, Portugal de ter sido beneficiado por grandes financiamentos concedidos pelo Plano Marshall, através de programas da Organização Europeia de Cooperação Econômica[370]. Setores da Imprensa, antes totalmente favoráveis a Portugal, empregavam linguagem agressiva, de modo a constranger suas autoridades a uma rápida decisão: "O que há, em última análise, é a convicção egoística, solerte e trapaceira, de que, haja o que houver, não teremos nem coragem nem meios de abrir luta de verdade contra eles, os penetras do mercado norte-americano"[371].

Até mesmo a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, em nome da colônia portuguesa do Brasil, preocupada com as repercussões negativas causadas pelas hesitações dos representantes portugueses, recomendavam "uma atitude cautelosa e prudente, visando fortalecer, cada vez mais, a amizade entre os dois países"[372].

Para Portugal, o problema não era simples. Se o Brasil havia se sentido atingido negativamente pela formação do Mercado Comum Europeu, Portugal, dada a sua condição de país europeu, o havia sido muito mais. Se, por um lado, sua estreita base industrial impedia a abertura de suas fronteiras à superior produção industrial dos países integrados, pois, em caso contrário, não haveria como evitar que suas indústrias fossem vencidas pela concorrência e que sua taxa de desemprego se elevasse, por outro lado, sua não participação no processo integracionista sinalizava maior isolamento do restante da Europa, na medida em que corria o risco de ver reduzidos os mercados consumidores de seus excedentes exportáveis. Ao mesmo tempo, do ponto de vista político, Portugal rejeitava o objetivo do MCE de realizar a integração política mediante a

370 Em 13/04/1958, o *Correio da Manhã* abriu suas páginas para a denúncia de Mário Saladini, ex-diretor do Escritório Comercial em Lisboa, de que havia remetido um relatório ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho dando notícia dos volumosos capitais norte-americanos investidos em Angola por conta do Plano Marshall, sem que as autoridades brasileiras tivessem tomado qualquer providência em relação ao assunto (*Correio da Manhã*, 13/04/1958).

371 *O Jornal*, 13/04/1958.

372 "Somos dos que entendem que o sentido da Comunidade Luso-Brasileira não deverá ser desvirtuado por quaisquer gestos inamistosos. Por essa razão é que esta Câmara do Comércio se dirige a Vossa Excelência, como principal artífice do Tratado de Amizade e Consulta, apelando para o seu alto espírito de fraternidade, para que Vossa Excelência, com seu prestígio pessoal, ajude a desvanecer as nossas preocupações, dentro dos rumos que devem nortear a nossa Comunidade Atlântica" (Ofício para Lisboa, 15/03/1958 - M.N.E., 2P, A58, M204, Proc. 47, 35, n. 158).

criação de órgãos supranacionais, o qual era interpretado como frontalmente contrário à sua estratégia atlântica[373].

Esse quadro de dificuldades era ainda agravado com os persistentes saldos negativos da balança comercial da metrópole e que só eram cobertos pelos excedentes das balanças de invisíveis da metrópole e do ultramar e pelos saldos positivos das balanças comerciais das colônias.

Com uma composição das importações em que 84% referiam-se a combustíveis, matérias-primas e bens de equipamento e os restantes 16%, a bens de consumo que iam desde os veículos automotores até produtos essenciais à alimentação, como o bacalhau[374], um agravamento da já difícil situação da balança comercial acarretaria inevitavelmente uma redução de suas compras no exterior, que, em virtude de sua composição, atingiria produtos altamente necessários e, consequentemente, comprometeria o esforço nacional de desenvolvimento industrial.

Ora, sendo o café de Angola o principal responsável pelo saldo comercial positivo da metrópole e pelo fato de Portugal não possuir mercado próprio, sua adesão ao Acordo Internacional do Café, que instituía cotas de retenção do produto para estabilizar seu preço no mercado internacional, representava um pesado sacrifício para o conjunto da economia portuguesa[375].

Evidentemente, esse pesado encargo econômico constituía o tributo português para o apoio que o Brasil dava à sua política colonialista. Para continuar merecendo esse apoio, Portugal teve de sacrificar os interesses econômicos de um importante setor colonial, que apostava num ilimitado crescimento das exportações de café e não dispunha dos mesmos recursos do Brasil para administrar uma política de contingenciamento de suas exportações. A decisão de aderir ao Acordo Internacional do Café, tomada pelas autoridades de Lisboa, ao arrepio dos interesses

373 Por força desse constrangimento, Portugal acabou por aderir, em 1959, à Associação Europeia de Livre Comércio, que reunia mais seis nações: Áustria, Dinamarca, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça.

374 Ofício da Embaixada para o Rio de Janeiro, 04/11/1958 (M.R.E., n. 425).

375 Em vista desse quadro de dificuldades por que passava a economia portuguesa, o Secretário da Embaixada brasileira em Lisboa, Martin Francisco de Andrada, assim iniciou seu relatório para a Secretaria-Geral: "A atividade de Portugal nos recentes entendimentos sobre o café merece [nossa] compreensão" (Ofício da Embaixada para o Rio de Janeiro, 07/10/1958 – M.R.E., n. 367).

sediados na colônia[376], tinha, portanto, o efeito negativo de aumentar ainda mais a indisposição dos colonos portugueses de Angola para com o pacto colonial a que estavam submetidos pela metrópole.

Por outro lado, para compensar a concessão feita ao Brasil, as autoridades portuguesas desencadearam agressiva campanha no sentido de equilibrar a balança comercial com o Brasil e ver regulamentado, de uma vez por todas, o Tratado de Amizade e Consulta.

A pressão portuguesa para se eliminar o superávit comercial brasileiro concentrava-se na questão vinícola. A irritação dos comerciais de vinhos portugueses devia-se ao fato de o Brasil ter passado da condição de importador para exportador do produto, amargando, simultaneamente, uma grande redução das vendas para o Brasil e passando a enfrentar a concorrência do produto brasileiro no mercado mundial. Alegavam, como já vinham fazendo antes, que se tratava de uma concorrência desleal, porque, não tendo os vinhos brasileiros uma marca própria, os produtores lançavam imitações a baixo preço. Essa situação provocava apreensão em Portugal, já que o declínio das exportações atingia diretamente a região norte do país, gerando desemprego e inquietação social[377].

A pressão mais forte tinha como causa, porém, a demora brasileira em regulamentar o Tratado de Amizade e Consulta. Para esse fim, somava-se às autoridades diplomáticas e a Imprensa de Portugal a colônia de imigrantes no Brasil, que almejava ser recompensada pela moderação com que se conduziu nas negociações entre os dois países para a assinatura do Acordo Internacional do Café. A despeito do bom entrosamento político verificado ao longo do governo Kubitschek, entendiam que tudo teria sido vão, caso o Tratado não fosse regulamentado. Afinal, para a colônia de imigrantes, a regulamentação do Tratado significava a equiparação

376 "Há um indício de crise política nas relações do governo com aqueles produtores, pois, para a solução desse grave e instante problema, a representação dos interesses nos quadros da Junta de Exportação de Café, organismos coordenadores, é reputada ilegítima e inadequada" (Ofício para a Embaixada no Rio de Janeiro, 10/09/1958 – M.R.E., n. 315).

377 A irritação é compreensível, até certo ponto, uma vez que, para Portugal, a exportação de vinhos em grande escala é vital. Não se justifica, porém, a forma agressiva com que se está processando a campanha contra o Brasil (Ofício para a Embaixada no Rio de Janeiro, 04/02/1959 – M.R.E., n. 47).

de direitos e, assim, o fim de todas as limitações que a Constituição impunha aos estrangeiros em geral.

Temia-se que o governo Kubitschek chegasse ao seu término sem que o Tratado fosse regulamentado. O crescimento da opinião anticolonialista após a crise do café e a crise provocada pelo pedido de asilo do general Humberto Delgado, consubstanciada no discurso de campanha de Jânio Quadros, constituíam as razões para esse temor: "Mãos criminosas tentam desfazer os laços que tanto têm custado a dar, uns pela ignorância, outros pela má-fé, laços que nos têm unido para a harmonia e um bom entendimento"[378].

Como se deduz, a falta de uma contrapartida econômica que compensasse devidamente o apoio brasileiro ao colonialismo português permitiu que Juscelino Kubitschek permanecesse enredado na malha dos compromissos com Portugal. A astuta diplomacia portuguesa, amesquinhando a grande dádiva de Kubitschek, soube transformar sua posição defensiva em mais um instrumento de pressão para a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta. De concessor, Kubitschek acabou figurando como devedor.

378 *Voz de Portugal*, 27/11/1960.

Capítulo 11
O asilo do general Humberto Delgado

O ano de 1959 marca o despertar da opinião pública brasileira para o que permanecia oculto pela retórica da afetividade nas relações luso-brasileiras. O pedido de asilo político do general Humberto Delgado à Embaixada brasileira em Lisboa, seguido de longo período de desgastantes negociações, transforma o Embaixador Álvaro Lins, na ótica da esquerda luso-brasileira, num heroico combatente da causa democrática, enquanto na ótica das elites governantes não passa de um personagem obsessivo e desagradável que estava comprometendo o bom andamento das relações dos dois países.

Devido à curiosidade e à agitação que a questão provoca, o caráter ditatorial do regime português e a íntima ligação desse regime com o governo brasileiro passam à condição de assunto corrente e tornam-se objeto de análises e críticas por parte da oposição ao governo Juscelino Kubitschek. Nem mesmo o contencioso do café havia causado tal ranhura. De fato, enquanto este apenas mobilizou setores da intelectualidade e do mundo político ligados aos círculos governantes, por meio de análises e pronunciamentos sofisticados e, às vezes, pouco compreensíveis para o público mais amplo, a crise do asilo, por outro lado, teve o dom de despertar setores da sociedade civil brasileira que, até então, mantinham-se praticamente alheios à situação política de Portugal.

A origem do pedido de asilo de Humberto Delgado encontra-se na crise que abalou os alicerces do regime português em 1958 e cujo componente mais explosivo foi sua própria candidatura à Presidência da República. A essa altura, somavam-se às forças da oposição histórica portuguesa setores que haviam perfilado com o Estado Novo desde os seus inícios. Tanto no seio da corporação militar como entre os civis, davam-se manifestações de descontentamento quanto aos rumos que o regime havia tomado. Entre os civis, a dissidência mais dramática foi

a protagonizada por setores da Igreja, que até então figurava como um dos mais sólidos pilares da situação. A carta escrita pelo bispo do Porto, D. Antônio Ferreira Gomes, em julho de 1958, endereçada a Oliveira Salazar constituiu o símbolo da dissidência católica. Nela, o bispo do Porto externava com clareza a percepção política de parte dos católicos portugueses: "Uma coisa, que era necessária e foi maravilhosa até politicamente, no princípio, na era do resgate, pesou tremendamente na era em que Vossa Excelência chamou, se bem me recordo do engrandecimento"[379].

Humberto Delgado havia feito exitosa carreira militar. Aos 52 anos atingira o generalato da Força Aérea e era então o mais jovem dos generais das Forças Armadas portuguesas. Colecionara condecorações nacionais e estrangeiras e acabara de prestar cinco anos de serviço nos Estados Unidos e Canadá como chefe da Missão Militar Permanente de Portugal na OTAN. As eleições presidenciais de 1958 afigurava-se-lhe como a oportunidade de levar à prática tudo o que o impressionara nas campanhas políticas norte-americanas. O contato com a afluente sociedade norte-americana o havia despertado para a necessidade de se promoverem reformas profundas em Portugal, de modo a fazer com que o país saísse do atraso em que se encontrava. O apoio a esse empreendimento foi dado, segundo Marcello Caetano, pelos "democratas endinheirados, sobretudo no Porto e no norte do país, que forneceram os fundos para o início da campanha, alguns deles industriais ansiosos por quebrarem os controles existentes para poderem lançar-se na desenfreada competição capitalista"[380].

Em Portugal, o poder de fato estava nas mãos do presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, mas a fachada legalista republicana do Estado Novo incluía o voto popular para a eleição do Presidente da República, a cada sete anos. Conquanto o Presidente detivesse o poder constitucional de substituir o presidente do Conselho de Ministros, suas atribuições reais limitavam-se às cerimônias que lhe competiam como Chefe de Estado. Devido ao reduzido número

379 Um documento histórico: o bispo do Porto critica violentamente o regime. In: *43 anos de fascismo em Portugal*, ano 4, n. 10, p. 163-81. Rio de Janeiro: Paz e Terra, dezembro/1969.

380 Caetano, Marcelo. *Minhas memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Record, 1977, p. 557.

de eleitores, à censura e à repressão que cercavam as atividades oposicionistas, a única preocupação dos homens do regime era encontrar um candidato suficientemente dócil e que se dispusesse a cumprir o ritual presidencial sem interferir no processo governativo. O que já não era mais o caso do Presidente Craveiro Lopes, que teve, por essa razão, sua reeleição descartada.

Candidato único da oposição, após a desistência dos dois outros (Cunha Leal e Arlindo Vicente), Humberto Delgado empolgou o eleitorado com seu jeito novo de fazer campanha, que chegou a reunir cerca de 200 mil pessoas num comício na cidade do Porto. Mas empolgou sobretudo quando, no início da campanha, questionado sobre o destino de Salazar sob sua Presidência, respondeu: "Obviamente, demiti-lo-ei"[381].

O entusiasmo popular despertado por sua campanha não foi, todavia, suficiente para conseguir dobrar os mecanismos eleitorais controlados pelo regime. Segundo o resultado oficial do pleito, Delgado obteve apenas um terço dos votos apurados. Enquanto o candidato oficial, almirante Américo Tomás, recebeu 758.998 votos, Delgado obteve 236.528 votos.

Inconformado com o resultado das eleições, que denunciou como fraudadas, Delgado contribui para a criação do Movimento Nacional Independente, que passa a liderar. Posto, assim, como líder da oposição democrática ao regime, Delgado passa a sofrer dura perseguição do governo que culmina na sua demissão do serviço militar e da perda de todas as honrarias que lhe haviam sido atribuídas. Ao mesmo tempo, o governo promove uma revisão constitucional, substituindo as eleições diretas para Presidente por eleições indiretas, de modo a precaver-se contra a perda do controle do processo eleitoral nas futuras eleições.

Convencido de que a perda de sua condição de membro das Forças Armadas portuguesas constituía o primeiro passo no sentido de uma medida mais radical, como sua prisão, Humberto Delgado, em 12 de janeiro de 1959, pede asilo à Embaixada brasileira em Lisboa, levando em

381 Moreira, Antônio. A Crise: do "terremoto Delgado" ao "golpe de Beja". In: *Portugal contemporâneo (1958--1974)* (Dir. Antônio Reis), p. 21. Lisboa: Alfa, 1989.

conta para isso certamente as convicções democráticas do Embaixador brasileiro, Álvaro Lins.

Professor, crítico literário, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras, Álvaro Lins havia se tornado próximo de Juscelino Kubitschek quando da campanha promovida para garantir a posse do Presidente brasileiro, ameaçada pelo movimento oposicionista, que desfraldara o argumento da maioria absoluta nas eleições. Editorialista do jornal *O Correio da Manhã*, Álvaro Lins empenhou-se na defesa da posse de Kubitschek, invocando a legalidade constitucional.

Derrotado o movimento oposicionista e assegurada sua posse como determinava a Constituição do país, Kubitschek nomeou-o chefe da Casa Civil, onde serviu oito meses até ser nomeado Embaixador do Brasil em Portugal, assumindo o posto em junho de 1957.

Em Portugal, Álvaro Lins já era conhecido pelos cursos de literatura e história do Brasil, que ministrara na Universidade de Lisboa, no âmbito do Programa de Estudos Brasileiros, ao longo do segundo governo Getúlio Vargas. Sua nomeação como Embaixador, por essa razão, foi saudada pelos meios oficiais portugueses como mais um gesto amistoso do governo brasileiro, na medida em que o consideravam um amigo de Portugal. Esperava-se, portanto, que com Álvaro Lins as relações entre os dois países estreitassem ainda mais.

Depois de sua nomeação para a Embaixada, Álvaro Lins passou a dar constantes declarações à Imprensa brasileira e portuguesa revelando perfeita afinação com a posição de Kubitschek e com os ocidentalistas do Itamaraty:

> A solidariedade Pan-Americana é um sistema único internacional que orienta a política das nações de todo um continente. Mas é um sistema. Não há nenhum instrumento no mundo como o Tratado de Amizade e Consulta. Consagra na prática a identidade de dois povos fundindo-os em ação e pensamentos. Basta apontar o caso de Goa e a

> maneira como o Brasil reagiu perante os acontecimentos dele derivados[382].

Para confirmar junto às autoridades governamentais portuguesas a comunhão de pensamento que existia entre ele próprio e o Embaixador recém-nomeado, Kubitschek o fez portador de duas cartas pessoais destinadas ao Presidente da República, Craveiro Lopes, e ao presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, além das credenciais protocolares. Na carta para Salazar, Kubitschek dizia:

> Ao nomear o Dr. Álvaro Lins Embaixador do Brasil em Lisboa, afastando-o da Chefia da Casa Civil da Presidência da República, onde me prestou os mais relevantes serviços, desejei dar a esse ato a significação de que, considerando Portugal a nação mais amiga de minha Pátria, designava para meu representante um dos colaboradores diretos do meu governo[383].

Ao mesmo tempo em que cercava Álvaro Lins do maior prestígio possível junto ao governo português, Kubitschek tornava-o junto ao Itamaraty um emissário exclusivamente seu, praticamente livre da autoridade do Ministro das Relações Exteriores, Macedo Soares. Em Carta ao Ministro, o Presidente detalhou as bases sobre as quais Álvaro Lins deveria desenvolver suas atividades diplomáticas em Lisboa.

> I - Nenhum acordo ou convênio entre o Brasil e Portugal, de qualquer natureza, deverá ser negociado ou poderá ser assinado sem que seja por intermédio do Embaixador Álvaro Lins; e, se tiver que ser assinado no Rio de Janeiro, sem que seja ouvido o nosso Embaixador em Lisboa.
>
> II - Nenhuma missão governamental ou pessoa em caráter oficial poderá ser enviada a Portugal sem prévia audiência do Embaixador Álvaro Lins, seja no terreno econômico ou comercial, seja no terreno cultural.

382 *A Voz de Portugal*, 9 de dezembro de 1956.

383 Lins, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 178.

> III - O Consulado Geral do Brasil, embora ressalvada a parte de sua comunicação direta com a Secretaria de Estado, deve procurar colocar-se o mais possível sob a orientação geral da Embaixada, devendo o Cônsul-Geral em Lisboa e o Cônsul-Geral no Porto ouvirem sempre o Embaixador em tudo o que signifique a política do Brasil, em todos os sentidos da expressão.
>
> IV - Todo o movimento do pessoal diplomático na Embaixada, seja para designação, seja para remoção, deverá fazer-se em combinação e de acordo com o Embaixador[384].

A "carta branca" confiada por Kubitschek a Álvaro Lins deveria ser usada para verificar como poderia ser incrementado o comércio entre os dois países, fazer avançar o acordo ortográfico, que deveria unificar a língua portuguesa, e, fundamentalmente, agir no sentido de eliminar as obstruções ainda existentes para a finalização do Tratado de Amizade e Consulta. Álvaro Lins definia sua missão diplomática como a de promover uma "política de realidades", segundo o princípio de que "a base de Portugal na América [era] o Brasil e a base do Brasil na Europa [era] Portugal"[385].

Sua primeira tarefa como Embaixador em Lisboa consistiu em preparar a viagem do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil, prevista para aquele mesmo mês de junho de 1957. O convite ao Presidente português já havia sido feito por Kubitschek, em janeiro de 1956, por ocasião de sua visita a Portugal antes de ser empossado Presidente da República.

Embora o relacionamento de Salazar com Craveiro Lopes já não fosse dos melhores – ele temia que o incômodo Presidente da República, caso fosse bem-sucedido em sua viagem, tivesse seu prestígio elevado e, dessa forma, comprometesse seus planos para a eleição presidencial, prevista para o ano seguinte –, os fatos que marcavam a evolução da conjuntura internacional – como a pressão que as forças anticolonialistas faziam sobre Portugal nas Nações Unidas e a assinatura do Tratado de Roma, instituindo o Mercado Comum Europeu – faziam com que a

384 Lins, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 179.

385 Entrevista de Álvaro Lins ao *Diário de Notícias*. Lisboa, 13 de outubro de 1956.

viagem se configurasse como indispensável para a defesa dos interesses nacionais portugueses.

O objetivo central da visita de Craveiro Lopes era providenciar a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta. E, de acordo com os ocidentalistas do Itamaraty, liderados por Odette de Carvalho e Sousa, aquele era o momento mais conveniente, na medida em que começavam a crescer as resistências dos nacionalistas contra a política externa de Kubitschek. Era, pois, necessário que a enfática defesa do colonialismo português feita por Donatello Grieco nas Nações Unidas, no mês de janeiro, ganhasse contornos mais solenes mediante o encontro dos dois Presidentes no Brasil.

Da mesma forma, preocupava-se a diplomacia portuguesa com os pronunciamentos feitos por personalidades brasileiras ligadas aos círculos governamentais contra o projeto Euráfrica. Preocupava, fundamentalmente, a posição que San Tiago Dantas começara a externar acerca da evolução do sistema internacional e da posição que o Brasil deveria assumir em face da questão da descolonização na África.

Em sua correspondência para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Embaixador português no Rio de Janeiro, em abril de 1957, ao insistir com seu Ministério para não deixar escapar a oportunidade criada pela visita de Craveiro Lopes para ratificar o Tratado de Amizade e Consulta, repassava os temores do secretário brasileiro Correia do Lago a respeito do futuro imediato das relações entre ocidentalistas e nacionalistas, após a intervenção de San Tiago Dantas, à frente do *Jornal do Comércio*:

> Temo a ação intelectual e jornalística de San Tiago Dantas, que apresenta argumentos suscetíveis de reforçar os setores nacionalistas (...). Não há como esconder o fato, que certamente não escapará aos meios mais acentuadamente nacionalistas deste país, que em virtude da própria natureza das coisas são os portugueses os grandes beneficiários do Tratado de Amizade, pelo que só parece aconselhável da nossa parte uma iniciativa, como aquela, que de algum modo venha ao encontro da inegável boa vontade

> de que atualmente estão dando prova os brasileiros com relação à aplicação do Convênio[386].

Por outro lado, Salazar realizou cuidadosa preparação da viagem. Para evitar "quaisquer escolhos embaraçosos"[387], determinou rígido controle prévio de todos os discursos a serem pronunciados por Craveiro Lopes. Ficou previsto que todas as questões políticas seriam conduzidas exclusivamente pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha. A Craveiro Lopes caberia apenas a leitura de tudo o que havia sido elaborado por Salazar e pelo próprio Paulo Cunha.

A visita, de 5 a 25 de junho de 1957, foi comemorada com um grande sucesso diplomático. Após seu desembarque na Bahia, dia 5, Craveiro Lopes foi recebido no Rio de Janeiro, no dia 7, com uma apoteótica manifestação popular. Cerca de cem mil pessoas, entre brasileiros e portugueses, reuniram-se na Avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro, para saudar o Presidente português, que vinha comemorar a Data Nacional de Portugal (10 de junho) no Brasil. Era a primeira visita de um Chefe de Estado português desde a realizada pelo Presidente Antônio José de Almeida, em setembro de 1922, por ocasião da comemoração do centenário da Independência do Brasil[388].

Como fora previsto, em 11 de junho, no Palácio do Catete, foi criada oficialmente a Comissão Mista Brasil-Portugal, para estudar e ajustar as medidas adequadas à execução do Tratado de Amizade e Consulta. Pela emoção que causou junto à colônia dos imigrantes portugueses e também junto aos brasileiros, a visita, que se estendeu a várias outras capitais brasileiras, representou largo triunfo dos setores ocidentalistas sobre os nacionalistas. Acima de tudo, a visita no dia do símbolo da cultura lusa (Luís de Camões) representou uma vitória pessoal de Kubitschek, que assim viu reforçado seu prestígio nos dois lados do Atlântico.

Depois de ter colaborado para que a visita de Craveiro Lopes ao Brasil resultasse em grande êxito para a política ocidentalista de Kubitschek,

386 Ofício para Lisboa, 13/04/1957 (M.N.E., PEA 170, Proc. 17, 3, n. 21).

387 Nogueira, Franco. *Salazar* – o ataque (1945-1958). 2. ed. v. 4, p. 456. Porto: Livraria Civilização Editora, 1985.

388 *Brasil-Portugal*. Documentário da visita oficial ao Brasil do general Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa (5-25 de junho de 1957). Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

a posição de Álvaro Lins começou a mudar. Em contato direto com a realidade diplomática luso-brasileira, o Embaixador começou a se dar conta de que as bases sobre as quais se processavam essas relações eram desproporcionalmente desfavoráveis ao Brasil. Por outro lado, a percepção segundo a qual a fraternidade luso-brasileira funcionava como um instrumento nas mãos do realismo político da camada dirigente portuguesa em detrimento dos interesses nacionais brasileiros fez com que Álvaro Lins fosse se tornando cada vez mais crítico em relação à linha político-diplomática seguida pelo Brasil, como também em relação ao próprio regime ditatorial português. Para esse despertar de sua sensibilidade democrática – de resto, demonstrada quando da campanha pela posse de Kubitschek –, concorreu decisivamente o permanente contato que mantinha com os grandes nomes da cultura portuguesa, em sua maioria apenas tolerados pelo Estado Novo.

Ante a arrogância com que o governo português tratava as questões relativas ao Brasil, Álvaro Lins foi observando uma postura cada vez mais nacionalista. Depois de ter defendido tenazmente os argumentos colonialistas portugueses, o Embaixador começou a desconfiar da veracidade das informações divulgadas pelos portugueses, cobrando do Itamaraty pressões sobre Portugal para a instalação de consulados brasileiros nas colônias africanas. Refletindo essa mudança por que passava, sua correspondência com a Secretaria-Geral do Itamaraty começou a ser recheada de comentários ácidos relativamente à censura imperante em Portugal e de reticências para com o tratamento colonialista que as autoridades portuguesas dispensavam ao Brasil. Exemplo dessa sensibilidade nacionalista foi o ofício de 14 de maio de 1957, no qual citava um trecho de um artigo de um dos mais conceituados jornais de Portugal, o *Diário de Notícias*, que versava sobre as comemorações do dia da morte do autor dos *Lusíadas*: "A iniciativa da romagem ao túmulo de Pedro Álvares Cabral, no dia 10 de junho, integra-se no esplendor magnífico deste período de ouro das relações luso-brasileiras e acentua o alto significado das solenidades do 'Dia de Portugal' (*sic*)"[389].

389 *Mês Político*, n. 4; M.R.E., abril de 1957, n. 295.

Evidentemente, essa crescente repugnância com a ordem estabelecida em Portugal não passava despercebida aos meios de intelectualidade oposicionista portuguesa, que o tinha na conta de aliado velado. Não por outra razão o general Humberto Delgado escolheu justamente a Embaixada do Brasil para solicitar seu pedido de asilo político, apesar das excelentes relações dos dois países e da declarada admiração que Kubitschek nutria por Oliveira Salazar.

Para o governo português, maior do que a surpresa com o pedido de asilo de Humberto Delgado, em 12 de janeiro de 1959, foi a surpresa causada pela imediata concessão do asilo pelo Embaixador Álvaro Lins. Como ficou demonstrado no transcurso das difíceis negociações que se arrastaram até 20 de abril desse ano, quando então Humberto Delgado embarcou com destino ao Brasil, o governo português buscou esvaziar o caráter político do gesto de Humberto Delgado, entendendo que o objetivo desse gesto era dar publicidade internacional à situação política de Portugal e, ao mesmo tempo, erguer-se como o líder da oposição.

De sua parte, assim como para todo o conjunto dos oposicionistas portugueses, a participação popular em sua campanha presidencial e a maneira pela qual se deu a vitória do candidato oficial evidenciavam o processo final de deterioração do regime, que não conseguiria sobreviver a uma campanha por ele próprio conduzida do exterior. Tal convicção era, de outro lado, compartilhada por intelectuais brasileiros amigos de Álvaro Lins que passaram por Lisboa durante o período de impasse diplomático que se seguiu à concessão do asilo. Fernando Sabino, para o qual era "impossível não respirar em Lisboa a mesma atmosfera que antecedeu a queda de Getúlio Vargas em 1945"[390], ao comentar a atuação do escritor Érico Veríssimo em Portugal, dá bem a medida dessa convicção:

> Encontrei ecos de sua passagem, no que foi para os portugueses uma das mais desassombradas campanhas contra a ditadura, realizada em conferências, entrevistas

390 Sabino, Fernando. Réquiem para o dono de Portugal. In: *Salazar visto do Brasil* (vários autores), São Paulo: Felman-Rego, 1962, p. 174.

> pelo rádio, palestras e visitas aos estudantes ou intelectuais nas várias cidades que percorreu[391].

No que concerne ao impasse diplomático criado, o argumento desfiado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcelo Matias, para desqualificar o pedido e a concessão de asilo a Humberto Delgado, era, em primeiro lugar, que não havia mandado de prisão nem propósito algum de prendê-lo e, em segundo lugar, que Portugal não era signatário de nenhum tratado internacional que o comprometesse a reconhecer pedidos de asilo, sendo esse tipo de tratado uma particularidade jurídica da América do Sul. Segundo essa linha, Humberto Delgado era considerado hóspede da Embaixada brasileira e para retirar-se do país deveria, como qualquer outro cidadão, providenciar a documentação necessária junto às autoridades portuguesas[392].

Por seu turno, Álvaro Lins contra-argumentava que, tendo o asilo sido concedido e devidamente homologado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (14 de janeiro), qualquer solução diplomática que implicasse na saída de Humberto Delgado da Embaixada brasileira sem a proteção dos representantes locais do Estado brasileiro resultaria em desonra para aquela missão diplomática. Além disso, demonstrava ao governo português que, pelo fato de o mesmo não ter assinado nenhum tratado relativo à matéria não significava que Portugal estivesse desobrigado a reconhecer a situação de asilo, já que havia jurisprudência formada sobre a questão. De acordo com a pesquisa que efetuou sobre o tema, a Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro havia concedido asilo a vários políticos brasileiros que lá se refugiaram logo após a deposição do Presidente Washington Luís, em 1930. E, em 1938, a mesma Embaixada asilou dois políticos brasileiros integralistas que haviam participado no assalto ao Palácio Guanabara[393]. Ainda segundo Álvaro Lins, quando do episódio de 1938, o Embaixador Martinho Nobre de Melo assim redigiu o seu despacho favorável à concessão de asilo: "Renovo, pois, a Vossa Excelência, o pedido para que se digne tomar as providências que o caso

391 Sabino, Fernando. Réquiem para o dono de Portugal. In: *Salazar* visto do Brasil (vários autores). São Paulo: Felman-Rego, 1962, p. 145.

392 Lins, Álvaro, *op. cit.*, p. 422.

393 *Idem, ibidem*, p. 109.

requer, de harmonia com as convenções internacionais aplicáveis"[394]. Desse modo, amparado pelos preceitos básicos do direito internacional e política e ideologicamente disposto a não se deixar subjugar pela intransigência do governo português, o Embaixador confiou que o tempo e o concomitante pedido de asilo de Henrique Galvão à Embaixada argentina em Lisboa se encarregariam de dobrar Oliveira Salazar, o verdadeiro mentor de todas as negociações da parte de Portugal.

Ao não admitir concluir qualquer acordo com a diplomacia portuguesa que implicasse livrar a face da ditadura de Oliveira Salazar das atenções gerais que sobre ela recaíam, Álvaro Lins provocou um aceso debate no Brasil, cujo centro foi o próprio Itamaraty.

Não obstante os nacionalistas, de modo geral, nunca tivessem dedicado muita importância às relações do Brasil com Portugal, já que suas atenções estavam mais voltadas para as relações com as grandes potências, principalmente com os Estados Unidos, a crise do asilo fez com que voltassem suas baterias contra a ditadura portuguesa, por entenderem que, a prevalecer a posição do Embaixador brasileiro, o Brasil daria grande contribuição para a causa democrática de Portugal, ao mesmo tempo em que colocaria em questão o Tratado de Amizade e Consulta[395]. De outro lado, os ocidentalistas interpretaram a ação de Álvaro Lins como uma afronta inaceitável e desnecessária ao amigo governo de Portugal. Aceitavam plenamente o argumento do governo português de que Humberto Delgado não passava de um renegado sem nenhum valor político, da mesma forma que entendiam, naturalmente, que a vitória diplomática brasileira no episódio poderia redundar num comprometimento geral da política ocidentalista, além, é claro, de comprometer seu relacionamento com o poderoso "lobby" português, ao qual deviam favores[396].

394 Lins, Álvaro, *op. cit.*, p. 145.

395 "A honra do Brasil está comprometida no asilo que seu Embaixador deu a um perseguido político. O Embaixador do Brasil agiria como o mais reles dos 'tiras' da ditadura se procedesse de maneira diferente. Toda a consciência democrática do Brasil e de Portugal está a seu lado. (...) Por que não rever nossa posição no caso Goa e desse tratado todo especial de amizade - de uma amizade que o Salazar despreza e pisa com a pata pesada de sua diplomacia?" (Braga, Rubem. Chega de Salazar. *Diário de Notícias*, fevereiro de 1959).

396 "Humberto Delgado tem de sair da Embaixada e acreditar na palavra do governo português, que lhe dará o passaporte se não a cortesia brasileira será transformada em intriga politiqueira. 'O que não se pode crer é que se sujeitem a graves riscos as boas relações entre dois povos irmãos numa união a que alguns

O Itamaraty e Kubitschek, por sua vez, procuraram manter-se numa posição discreta e cautelosa. Conquanto o Ministério das Relações Exteriores brasileiro houvesse homologado a decisão de Álvaro Lins de conceder o asilo, o Ministro Negrão de Lima e seus principais assessores revelaram-se extremamente econômicos em seus pronunciamentos. Mesmo quando Álvaro Lins foi alvo de violentos ataques por parte da censurada e oficiosa Imprensa portuguesa e sua família foi constrangida pela ostensiva presença de agentes da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) junto à porta da Embaixada, nenhuma medida para prestigiar o Embaixador foi tomada.

O desagrado e o mal-estar provocado no Itamaraty e junto a todos os demais setores ocidentalistas pela decisão de Álvaro Lins de conceder o asilo político acabaram por se positivar na ação do Embaixador brasileiro em Londres, Assis Chateaubriand. Presidente da cadeia jornalística *Diários Associados*, visceral anticomunista, acérrimo opositor da tese da nacionalização do petróleo e intimamente relacionado com o "lobby" português, Assis Chateaubriand tomou para si a tarefa de convencer Álvaro Lins a rever sua posição. Respaldado na impassibilidade do Itamaraty, que não tomou qualquer medida contra sua completa falsa de senso ético, e no apaixonado apoio prestado pela Imprensa brasileira de corte ocidentalista, Chateaubriand conduziu intensa campanha de afirmação da tese portuguesa de que o instituto do asilo não se aplicava a Humberto Delgado e que ele podia sair a qualquer momento do país, desde que se desse segundo as condições estabelecidas por Portugal.

Em artigo de sua autoria publicado em um dos jornais de sua organização *O Jornal*, em 22 de março de 1959[397], explicitava claramente como os ocidentalistas, dentro e fora do Itamaraty, encaravam a questão. Para Chateaubriand, "Portugal não pode[ria] ceder a Delgado e o Brasil não pode[ria] oferecer cumplicidade aberta à vitória a um grupo de 'inergúmeros' que poderiam merecer tudo menos humilhar Portugal". Uma posição que, pelo seu extremismo lusófono, ia muito além daquela

dos mais eminentes homens dos dois lados do Atlântico têm dedicado o máximo das suas energias pelo que, na melhor das hipóteses, seria um capricho e, na pior, um ato de leviandade política'. (Entre os ideais políticos e os deveres da cortesia. *O Globo*, 18 de março de 1959)".

397 Chateaubriand, Assis. Uma "vendeta" corsa. *O Jornal*, 25 de março de 1959.

externada no Congresso Nacional pelo Senador Afonso Arinos, líder da UDN e presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado:

> Temos, porém, que distinguir entre a posição substancial tomada pelo representante brasileiro em Lisboa, de respeito aos Tratados de que o Brasil é parte, e a obrigação que chamaria de adjetiva ou circunstancial, a que poderá ter sido levado, se é que ela existe, por certos elementos peculiares ao temperamento ou opiniões do dito Embaixador.
>
> A concessão do asilo parece-me irretorquível, e eu a concederia se fosse Embaixador. Agora, a maneira de comportar-se depois de concedido o asilo é coisa puramente subjetiva que escapa às minhas apreciações, porque não julgo ninguém[398].

Para completo desprestígio de Álvaro Lins junto ao governo português e para vitória política dos ocidentalistas brasileiros, o impasse do asilo se resolveu mediante a viagem do Secretário-Geral do Itamaraty Mendes Viana a Lisboa, em abril de 1959. Figura de destaque do grupo lusófono coordenado pela Embaixadora Odette de Carvalho e Sousa, Mendes Viana negociou diretamente com o governo português e aceitou as condições que este impôs para que se efetuasse a saída de Humberto Delgado de Portugal para o Brasil: viagem com passaporte português comum e transporte da Embaixada para o aeroporto em automóvel da Embaixada, a título de cortesia, acompanhado, por essa razão, por diplomata brasileiro, mas cumprindo todas as formalidades legais de Portugal[399].

Consumava-se, assim, a estratégia de desgaste e desmoralização do Embaixador Álvaro Lins, com o consentimento e cumplicidade do governo brasileiro. Embora a consecução do Tratado de Amizade e Consulta não dependesse necessariamente do desfecho da questão do asilo, pressionado pelo "lobby" português, o governo Kubitschek optou pela política de preservar a todo o custo a face da ditadura portuguesa.

398 *Diário Carioca*, 21 de março de 1959.

399 Nogueira, Franco. *Salazar* – A resistência (1958-1964), v. V, p. 58. Porto: Livraria Civilização Editora, 1984.

Ao rejeitar a solução que acreditava vir reforçar as teses nacionalistas, preferiu-se aquela que importava num total sacrifício da solução jurídica defendida pelo Embaixador, mas que resultava na prioridade da aliança com os portugueses, coerentemente com as posições assumidas nos foros internacionais.

Para justificar a linha política seguida no caso, o governo Kubitschek nada fez para evitar a difamante campanha desencadeada por Portugal contra a figura do Embaixador. O melhor exemplo da desinibição com que os meios salazaristas portugueses até hoje se referem ao episódio do pedido de asilo está contido na longa, minuciosa e apologética biografia de Oliveira Salazar, de autoria do diplomata Franco Nogueira. Nela, Franco Nogueira atribui ao Secretário-Geral Mendes Viana as seguintes incríveis palavras, por ocasião de sua estada em Lisboa, em abril de 1959:

> Sinto-me esmagado com o que observo. Álvaro Lins está de cabeça perdida, droga-se, e é óbvio que estão afetadas as suas faculdades mentais. Delgado é um paranoico, um despropositado que perdeu todo o senso comum. Entre os dois homens são constantes os insultos, as injúrias, as cenas violentas, e não vou jurar que não tenham chegado às vias de fato. [...] Não se trata de uma Embaixada, mas de uma casa de loucos[400].

Encerrado o caso Delgado e substituído Álvaro Lins, que pediu exoneração, por Francisco Negrão de Lima, os dois governos empenharam-se em recompor suas relações políticas. Como parte das iniciativas para curar as cicatrizes abertas pelo pedido de asilo de Humberto Delgado, promoveu-se o IV Colóquio Internacional de Estudos Brasileiros, na Bahia, em agosto de 1959. E, da parte de Portugal, a Imprensa não se cansou de promover a inauguração de Brasília, onde o patriarca de Lisboa,

400 Para escárnio da diplomacia brasileira, ainda acrescenta as seguintes palavras de Salazar: "Nalguma coisa transigimos no caso Delgado. Não sei se fizemos bem, oxalá não nos venhamos a arrepender" (*Idem, ibidem*). Infelizmente, devido à recusa do Itamaraty em abrir à pesquisa os documentos relativos ao caso Delgado, o autor só pudemos contar com a documentação portuguesa. Desse modo, a pesquisa sobre o pensamento dos autores e a linha de ação do governo brasileiro tiveram que restringir-se ao publicado pela Imprensa dos dois países.

D. Manuel Gonçalves Cerejeira, sagrou a nova catedral, ao mesmo tempo em que a diplomacia portuguesa fazia fortes pressões no sentido de o Brasil apoiar a candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, como parte de sua política de se contrapor aos ataques que se faziam à manutenção de suas estruturas coloniais na África[401].

Entretanto, a aceitação de Kubitschek ao convite formulado pelo governo português para participar como coanfitrião dos festejos relativos ao V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, em agosto de 1960, fez com que mais uma vez a política portuguesa de Kubitschek fosse alvo de críticas.

Além da posição vexatória em que se colocaria Kubitschek como coanfitrião – ao lado do Presidente Américo Tomaz e do ditador espanhol, Francisco Franco –, preocupava sobretudo aos setores nacionalistas a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta.

A regulamentação do Tratado, a assinatura de várias convenções[402] e a Declaração sobre as Relações Econômicas entre o Brasil e Portugal, ao mesmo tempo em que marcaram o ápice das relações luso-brasileiras, marcaram também o seu declínio. A orientação seguida pelo novo presidente brasileiro após Juscelino, Jânio Quadros, logo no início do ano seguinte, foi de desvincular a política externa brasileira da política colonialista de Portugal. É certo que essa mudança de orientação se deveu à própria perspectiva de Quadros, em função dos interesses nacionais brasileiros e da evolução do sistema internacional. Contudo, não seria exagerado afirmar que o caso Delgado, ao despertar a consciência política nacional para a ditadura portuguesa, até então obnubilada pela retórica da afetividade, acabou por inviabilizar qualquer apoio consensual brasileiro ao colonialismo português.

401 Depois de sete escrutínios no plenário da Assembleia que terminaram empatados, Portugal retirou sua candidatura ao perder o apoio do bloco europeu e de alguns países latino-americanos, em dezembro de 1960 (Nogueira, Franco, *op. cit.*, p. 190).

402 Em 10 de agosto de 1960, foram assinados pelos governos brasileiro e português as seguintes convenções e acordos: Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, Convenção sobre Representação Diplomática e Consular, Acordo sobre Turismo, Tratado de Extradição e Cooperação Judiciária em Matéria Penal, Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns (Cf. Ofício da Embaixada para o M.R.E., 10 de agosto de 1960).

Conclusão

O fio condutor subjacente de nossa análise das relações luso-brasileiras é constituído pelos princípios básicos do realismo nas relações internacionais. Segundo essa linha teórica[403], os Estados, em suas relações com outros Estados conduzem suas ações políticas em conformidade com seus respectivos interesses nacionais[404]. Consoante a percepção que desenvolvem dos processos e tendências do sistema internacional, os agentes sociais que se fazem representar

403 Bull, Hedley (*The Anarchical Society*. 5. ed. Londres: MacMillan, 1992, p. 24) vê as teorias das relações internacionais desenvolvidas a partir de três paradigmas – hobbesiano ou tradição realista, kantiano ou tradição universalista e grotiano ou tradição internacionalista –, cujos princípios fundamentais ele assim define: hobbesiano – a política internacional vive em clima de permanente estado de guerra; kantiano – a política internacional possui uma potencial comunidade de pensamento; e grotiano – a política internacional realiza-se no interior de uma sociedade internacional. Para Bull, "The Hobbesian prescription for international conduct is that the state is free to pursue its goals in relation to other states without moral or legal restrictions of any kind. Ideas of morality and law, on this view, are valid only in the context of a society, but international life is beyond the bounds of any society. If any moral or legal goals are to be pursued in international politics, these can only be the moral or legal goals of the state itself. Either it is held (as by Machiavelli) that the state conducts foreign policy in a kind of moral and legal vacuum, or it is held (as by Hegel and his successors) that moral behaviour for the state in foreign policy lies in its own self-assertion. The only rules or principles which, for whose in the Hobbesian tradition, may be said to limit or circumscribe the behaviour of states in their relations with one another are rules of prudence or expediency. Thus agreements may be kept if it is expedient to keep them, but may be broken if it is north"

404 Morgentahu, Hans J. (*Politics among nations*. 6. ed. Nova York: Alfred A. Knopf, 1985) considera o conceito *interesse nacional* chave para o realismo político nas relações internacionais: "The concept of interest define as power imposes intellectual discipline upon *The observer*, infuses rational order into *The subject matter of politics*, and thus makes *The theoretical understanding of politics possible* (p. 5)". Para Morgenthau, discípulo daquele que é considerado o "pai" do realismo político americano, Reinhold Niebuhr (*Moral man and immoral Society*, 1932), as relações entre os estados-nações são relações de poder, em que cada qual busca realizar seus respectivos interesses nacionais. Os interesses nacionais, por sua vez, desdobram-se em dois tipos: permanentes e variáveis. Os interesses nacionais permanentes remetem à conservação das bases geográficas e culturais da nacionalidade. Os interesses nacionais variáveis remetem à evolução das conjunturas internacionais. "We assume that statemen think and act in terms of interest defined as power, and *The evidence of history bears that assumption out*. That assumption allow us to retrace and anticipate, as it were, *The steps a stateman – past*, present or future – has taken or will take on *The political scene*. We look over his shoulder when he writes his dispatches; we listen in on his conversation with other statemen; we read and anticipate his very thoughts. Thinking in terms of interest defined as power, we think as he does, and as disinterested observers we are understanding his thoughts and actions perhaps better than he, *The actor* on *The political scene*, does himself" (p. 5).

nas instituições do Estado definem quais são os interesses nacionais, os quais os governos passam a perseguir, buscando extrair o máximo benefício possível das oportunidades oferecidas pela situação do sistema internacional para a satisfação desses interesses. Por meio da seleção do que é fundamental e do que é acessório, do que é imprescindível e do que é negociável, os governos definem quais são os aliados prioritários e quais os contingentes além de quais são os recursos a serem mobilizados, concluindo a respeito do que se pode esperar de cada um deles a fim de deverem ter alcançado os seus objetivos. A realização completa ou parcial desses objetivos depende, por sua vez, dos recursos disponíveis e da maior ou menor capacidade dos agentes governamentais em persuadir ou constranger os demais atores a agirem segundo as suas expectativas[405].

Com efeito, pautamos nossa análise segundo a concepção pela qual os atores estatais interagem num determinado meio internacional, a que temos chamado de sistema internacional[406]. E é a posição que o Estado ocupa na estrutura hierárquica do sistema que delimita o alcance e as possibilidades de realização dos seus interesses nacionais. Como Aron assinala em sua consagrada fórmula – "as ambições dos grandes Estados é modelar a conjuntura; a dos pequenos, adaptarem-se a uma conjuntura que essencialmente não depende deles"[407] – ou como na fórmula de Celso Lafer, adaptada a um país em desenvolvimento como o Brasil – "toda política externa constitui um esforço, mais ou menos bem-sucedido, de compatibilizar as necessidades internas com as possibilidades externas"[408], para Estados com baixo coeficiente de poder

405 Morgenthau, Hans (*idem, ibidem*, cap. 9) alinha os recursos do estado na categoria de "Elementos do Poder Nacional". A existência e o volume desses elementos e que determinam o alcance dos objetivos e as possibilidades de alcançá-los. Segundo o autor, os principais elementos do poder nacional são: geografia; recursos naturais (alimentos, matérias-primas); capacidade industrial; capacidade militar (tecnologia, liderança, quantidade e qualidade das forças armadas); população (quantidade, distribuição, deslocamento); caráter nacional; moral nacional (estabilidade/instabilidade política, qualidade dos governantes); qualidade da diplomacia; qualidade do governo (administração dos recursos, apoio popular, equilíbrio – política interna/externa).

406 A respeito do conceito *sistema internacional*, ver a nota 46 do capítulo 1.

407 Aron, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979, p. 124.

408 Lafer, Celso. *O Brasil e a crise mundial*. São Paulo: Perspectiva, 1984, p. 124; LAFER, Celso. O papel dos Estados Unidos no mundo; América do Sul. *Revista USP*, n. 2, p. 89-100. São Paulo, junho/julho/agosto de 1989.

(econômico-tecnológico, político, militar-estratégico) como Brasil e Portugal nos anos cinquenta situados, portanto, nas camadas inferiores da hierarquia do sistema, a principal preocupação dos formuladores de política externa consistia em ajustarem-se à dinâmica evolutiva do sistema, de modo a preencherem, o mais rápido e eficientemente possível, suas respectivas necessidades internas. Orientados por essas coordenadas teóricas, dedicamo-nos em nossa análise, primeiramente, a situar Brasil e Portugal no sistema internacional dos anos cinquenta e a apurar quais eram os seus interesses nacionais fundamentais. Para tal, partimos da constatação de que o sistema internacional desse período apresentava uma estrutura bipolar, que, no entanto, passava de rígida a flexível.

O relativo debilitamento das metrópoles europeias e a disputa ideológica e estratégica entre os Estados Unidos e a União Soviética haviam possibilitado o fortalecimento dos movimentos nacionalistas nas áreas colonizadas e o surgimento de numerosos novos Estados independentes, que passaram a opor a questão Leste-Oeste a questão da descolonização, do desenvolvimento econômico-social e do racismo. Diante dessas mudanças do sistema internacional e do surgimento do Movimento dos Países Não Alinhados, Brasil e Portugal formalizaram uma aliança com base em interesses convergentes. Portugal, devido, em boa parte, à sua estrutura política autoritária, seguiu uma política externa ancorada em interesses nacionais bem definidos: utilizar sua vinculação à aliança militar do Ocidente (OTAN) no sentido de arregimentar apoio político para enfrentar a ascensão do movimento anticolonialista e, assim, manter seu controle sobre o Império Ultramarino. O Brasil, por outro lado, embora passando por uma fase de redefinição de seus interesses nacionais, procurou utilizar sua vinculação à aliança ocidental como um instrumento para promover acelerado desenvolvimento industrial e evitar qualquer alteração do "status quo" nas margens do Atlântico Sul que pudesse favorecer os interesses estratégicos soviéticos.

A partir da fixação desses parâmetros, analisamos o papel cumprido pela retórica da afetividade. O exame da questão da afetividade tinha, para nós, importância decisiva. Em nome dela, Portugal realizou enorme investimento diplomático no Brasil. Não poupou esforços para formar

uma rede de apoios junto à opinião pública, cooptando, em troca de facilidades e benesses variadas, personalidades que, de um modo ou de outro, podiam influenciar as decisões do governo brasileiro. E, em nome da afetividade também, a rede de apoios e os decisores brasileiros procuraram justificar o nexo com a estratégia portuguesa, mesmo quando, aparentemente, as decisões favoráveis a Portugal só a ele próprio beneficiava, comprometendo a imagem do Brasil no exterior e prejudicando o que se supunha ser os verdadeiros interesses nacionais brasileiros.

Escudados em fontes secundárias, mas sobretudo em fontes documentais, em nossa análise tivemos por preocupação central localizar o momento nodal de articulação do discurso da afetividade, examinar suas principais bases de sustentação e examinar o uso que os agentes sociais dele fizeram para dar consistência ideológica à aliança político-diplomática dos dois países. Desse modo, podemos concluir que:

1. O discurso da afetividade ganha estatuto teórico bem antes da ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, embora tenha sido no seu período presidencial que esse discurso funcionou como verdadeiro traço de união entre Brasil e Portugal. Sua origem está nos nacionalismos brasileiro e português dos anos trinta. No Brasil, remonta à intervenção sociológica de Gilberto Freire na polêmica sobre o caráter nacional brasileiro. A exaltação de Gilberto Freire das virtudes democráticas da miscigenação própria à formação da nacionalidade brasileira, ao mesmo tempo em que exorciza o pessimismo reinante quanto à falta de identidade cultural do povo brasileiro, inclui a exaltação das virtudes da nacionalidade portuguesa, por ele vista como a única capacitada a promover a civilização nos trópicos. Em Portugal, remonta ao início da "Era Salazar" e ao seu projeto de reerguimento da nação portuguesa. Seu discurso restaurador do orgulho de ser português funda-se nas glórias acumuladas no passado e na intenção de revitalizar o Império Ultramarino, por ele visto como a única forma capaz de fazer de Portugal um Estado respeitável e um interlocutor válido no sistema internacional.

2. A funcionalidade dos discursos da democracia racial e da restauração deve-se à sua articulação num só discurso; o da natural afetividade entre Brasil e Portugal, a despeito de quaisquer eventuais diferenças econômico-políticas existentes. Trata-se de um discurso fortemente marcado pelas suas origens nacionalistas de direita, que se ajustou perfeitamente aos interesses nacionais portugueses e à percepção que os ocidentalistas brasileiros tinham acerca do papel a ser desempenhado pelo Brasil no sistema internacional, e que foi assimilado, sem grandes resistências, pelos nacionalistas brasileiros dos anos cinquenta. No caso do Brasil, onde os interesses nacionais estavam sujeitos ao crivo do debate democrático, o discurso da afetividade concorreu para que os ocidentalistas se aproximassem eleitoralmente das camadas sociais influenciadas pelo trabalho difusor das associações da colônia de imigrantes portugueses, bem como para preservar a estratégia de apoio ao colonialismo português para a defesa do Atlântico Sul, sem tornar necessário externar sua posição de maneira objetiva. Para os nacionalistas brasileiros, o discurso da afetividade repercutia como um inofensivo vetor do conservadorismo cultural das elites políticas e culturais do país. Dado que no aspecto relativo às relações exteriores brasileiras o que mais concentrava suas atenções era a relação hegemônica dos Estados Unidos para com o Brasil, o reparo que faziam limitava-se ao caráter ditatorial do regime português. Dessa feita, só com a ocorrência do "Caso Delgado" é que os nacionalistas assestam suas baterias contra o discurso da afetividade, por eles visto a partir de então como acobertador de uma aliança indigna e desmoralizadora para o Brasil.

Não obstante a importância do desvelamento dos interesses subjacentes à retórica da afetividade, cremos que o essencial de nossa análise reside em suscitar e discutir os elementos fundamentais que estiveram em jogo no processo de redefinição dos interesses nacionais brasileiros no decorrer do governo Kubitschek. Para melhor dizer, a análise das relações luso-brasileiras conduziu-nos ao centro de uma

questão de maior amplitude, que é aquela referente à luta político-ideológica travada por ocidentalistas e nacionalistas por uma nova configuração dos interesses nacionais brasileiros e cujo resultado se positivou no governo Jânio Quadros, quando então começou a ser implementada a chamada "Política Externa Independente".

Dentre as razões determinantes para o desdém dos estudiosos das relações exteriores do Brasil para com as relações luso-brasileiras, figura, indiscutivelmente, a de que essas relações sempre tiveram para o Brasil contemporâneo papel apenas lateral. Pelo fato de serem ambos países capitalistas insuficientemente desenvolvidos, suas relações mútuas nunca foram de molde a influenciar na resolução dos problemas fundamentais do Brasil, ou, em resumo, Portugal nunca foi considerado uma referência para a reflexão sobre os problemas brasileiros, quer políticos, econômicos ou ideológicos. Por conta disso, todas as atenções e as explicações são buscadas nas relações do Brasil com as grandes potências, muito especialmente com os Estados Unidos.

A análise das relações luso-brasileiras permitiu-os, no entanto, verificar que a ampla aliança partidária que Kubitschek teve que administrar para garantir estabilidade política a seu governo e almejar a consecução de seu programa de metas desdobrava-se, nas relações com o exterior, em duas percepções do sistema internacional e em duas propostas de atuação da diplomacia brasileira, que ele teve, de igual modo, de conciliar.

A primeira, de perfil ideológico-político liberal-conservador, que qualificamos de ocidentalista, via o sistema internacional exclusivamente pela ótica do conflito Leste-Oeste. Formada por elementos vinculados ao seu próprio partido, PSD – grupo no qual Kubitschek se incluía –, à UDN e à cúpula do Itamaraty, os ocidentalistas defendiam a adoção de uma política econômica liberal e viam as relações com os Estados Unidos como indispensáveis para a segurança e a prosperidade do país. No tocante a Portugal, eram entusiastas difusores do discurso da afetividade, a começar pelo próprio Kubitschek, e interpretavam os nacionalismos e a descolonização como veículo de esquerdização e traição à aliança ocidental.

Já a segunda, formulada por nacionalistas – um grupo suprapartidário como o primeiro e que no Itamaraty era representado pelos elementos mais jovens e em fase ascensional na carreira –, questionava os resultados das relações subservientes do Brasil para com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que saudavam o surgimento do Movimento Não Alinhado como um acontecimento internacional positivo, por contribuir para ampliar a margem de negociação dos Estados mais fracos, que se esforçavam para elevar o seu grau de desenvolvimento. No que diz respeito a Portugal, de um modo geral, atribuíam pouca ou quase nenhuma importância e, de certo modo, estavam inclusive enredados pelo discurso da afetividade. Nesse grupo, as exceções eram os elementos pertencentes aos escalões médios do Itamaraty, que, lidando diretamente com a questão, seja no Brasil, em Lisboa ou nas Nações Unidas, tinham uma clara compreensão de que a aliança luso-brasileira e o Tratado de Amizade e Consulta, que a cimentava juridicamente, só atendiam aos interesses nacionais portugueses.

Não obstante o fato de Kubitschek ter conseguido administrar a disputa entre os dois grupos até o final de seu mandato – marchando com os nacionalistas no projeto da Operação Pan-Americana e no rompimento com o Fundo Monetário Internacional e mantendo o rumo das relações luso-brasileiras segundo a concepção ocidentalista, mesmo contra toda a pressão contrária, observada depois do "Caso Delgado" –, o fato é que os problemas relacionados à negociação do Acordo Internacional do Café fizeram com que no seio do grupo nacionalista emergisse uma nova e consistente formulação de política externa para o Brasil.

Essa nova síntese dos interesses nacionais brasileiros veio à tona quando parte do setor exportador de café e os grupos financeiros a ele ligados deram-se conta de que a prioridade concedida pelo governo ao setor industrial tornara-se irreversível, embora o café continuasse a ser grande provedor de divisas na pauta de exportações brasileiras, e de que a manutenção das estruturas colonialistas pelas metrópoles europeias tornava as colônias africanas fortes competidoras no mercado internacional de produtos tropicais. Além das excepcionais condições de remuneração da mão de obra africana, os plantadores das colônias usufruíram de vinculações privilegiadas com os grupos financeiros das

respectivas metrópoles, garantindo-lhes negociações sempre favoráveis aos seus interesses. Dessa forma, os exportadores brasileiros viam-se não só prejudicados pelo acentuado aumento da concorrência estrangeira, como também internacionalmente isolados nas negociações para a valorização dos produtos.

A saída entrevista para essa situação passou a ser conciliar os interesses do desenvolvimento industrial com os interesses dos produtores de matérias-primas e produtos agrícolas – uma política multilateralista cuja finalidade era ampliar o leque de parceiros econômicos e comerciais, de modo a criar mercado para a indústria brasileira, em processo de crescimento, e criar condições para negociações globais com os demais exportadores de produtos tropicais. Tal formulação supunha o rompimento da política de alinhamento automático com os Estados Unidos e, fundamentalmente, o engajamento brasileiro na luta pela aceleração do processo de descolonização. A busca de novas parcerias fora do bloco ocidental exigia um distanciamento crítico em face dos Estados Unidos, enquanto a convergência dos interesses exportadores de produtos tropicais supunha a independência das colônias e uma aproximação político-diplomática junto a esses novos Estados e aos demais da periferia do mundo capitalista.

O sentido do novo programa de política externa para o Brasil, enunciado por San Tiago Dantas nas páginas do *Jornal do Comércio*, foi imediatamente percebido pelo astuto Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Antonio de Faria, enunciado por San Tiago Dantas nas páginas do *Jornal do Comércio*, foi imediatamente percebido pelo astuto Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Antonio de Faria, que comunicou ao seu Ministério o surgimento de um programa coerente, com grande capacidade de aglutinação e que contrariava frontalmente a orientação que o Brasil vinha seguindo na questão do Império Ultramarino português.

Toda a força aglutinadora do programa residia no fato de contemplar os interesses de importantes setores econômicos e, ao mesmo tempo, ir ao encontro das teses defendidas pelos nacionalistas. Com ele, o nacionalismo saía de sua fase retórica e ingressava noutra,

na qual a retórica do anti-imperialismo, do anticolonialismo, do latino-americanismo e do não alinhamento conjugava-se com um projeto de desenvolvimento econômico-social.

Ao integrar esse projeto de política externa ao seu programa de governo, Jânio Quadros promoveu uma ruptura com o passado e com a política lusa de Kubitschek que Cândido Mendes assim interpretou:

> o Brasil não pode deixar, nas suas relações com o mundo africano, de romper completamente o abraço do cadáver em matéria de solidariedade internacionais que lhe vinha de uma 'filia' ou de uma cumplicidade ocidental, para encontrar a linha do neutralismo autêntico, corajoso, de Gana ou da Guiné ou do Sudão na atualidade[409].

Assim, podemos afirmar que o governo Kubitschek representou uma fase de transição na história da política externa brasileira, na medida em que no seu decurso se foi gestando uma nova síntese dos interesses nacionais brasileiros, que, por seu turno, tornou-se uma referência essencial para a reflexão sobre a posição do Brasil no sistema internacional.

Em outros termos, podemos ir um pouco mais adiante e inferir que afirmar que o governo Kubitschek constituiu um ponto de inflexão no processo de amadurecimento dos interesses nacionais brasileiros equivale a afirmar que, "malgré lui", seu governo tornou inevitável uma redefinição da inserção do Brasil no sistema internacional de poder. Não obstante a opção ocidentalista de Juscelino Kubitschek, o violento impulso dado por seu governo à industrialização do país passou a exigir, de parte dos setores com capacidade para influir no processo de formulação e execução da política externa, uma reflexão acerca de uma melhor adequação de seus respectivos interesses à dinâmica do sistema internacional.

A ultrapassagem do limiar de uma economia de base industrial, dependente dos estímulos dos centros capitalistas mais avançados,

409 Conferência proferida pelo professor Cândido Mendes no Instituto de Estudos Afro-Asiáticos, reproduzida pela *Revista Senhor*, de maio de 1962.

impôs, a ocidentalistas e nacionalistas, a necessidade de empreenderem uma reelaboração de suas respectivas percepções das linhas de força do sistema, levando-nos a alimentarem novas expectativas a respeito do comportamento dos demais atores internacionais.

Superada, portanto, a fase da tranquila relação de complementaridade entre a economia brasileira e as economias industriais desenvolvidas, o cerne da questão da inserção brasileira no sistema internacional deslocou-se para a questão da definição da política mais realista, ou mais racional, de dar seguimento ao processo de industrialização, tornado inevitável. As alternativas que se abriram como resposta ao novo questionamento a demarcar as posições das duas correntes passavam a ser:

1. dar curso ao desenvolvimento por meio de uma aliança mais estreita com os países que – situados no mesmo patamar e enfrentando as mesmas dificuldades do Brasil – rejeitavam a ideia da fatalidade do alinhamento automático com um dos dois blocos de poder existentes e reclamavam a elaboração de novos códigos de relacionamento entre desenvolvidos e subdesenvolvidos que lhes garantissem maiores oportunidades para um desenvolvimento autocentrado; e
2. a de que o prosseguimento da industrialização e modernização do país só poderia efetivar-se caso fossem conservados os vínculos político-estratégico-ideológicos para com o bloco ocidental. Qualquer estratégia de desenvolvimento que implicasse desengajamento e afronta ao poder hegemônico hemisférico dos Estados Unidos era vista como manifestação idealista e irracional que, irrecorrivelmente, resultaria em efeitos contrários àqueles pretendidos, isto é, o isolamento e a sujeição a duras medidas de bloqueio ao desenvolvimento. Enfim, só mediante a aceitação da própria fragilidade política, a lealdade ideológica e o respeito às regras de funcionamento do mercado capitalista internacional, poder-se-ia vislumbrar o futuro fortalecimento.

Em conclusão, os avanços e recuos da política externa de Kubitschek e a sua obstinação em honrar a aliança com Portugal, a par da política

industrialista que comandou, contribuíram decisivamente para situar as relações exteriores do país como uma questão-chave no debate e na luta política que determinaram os rumos do desenvolvimento do Brasil.

ANEXO
TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA BRASIL-PORTUGAL – 16 DE NOVEMBRO DE 1953

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo n. 59, de 25 de outubro de 1954, o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953; e havendo sido ratificado pelo Brasil, por Carta de 29 de novembro de 1954; e tendo sido efetuada, em Lisboa, a 4 de janeiro de 1955, a troca dos instrumentos de ratificações entre os governos do Brasil e de Portugal;

Decreta que o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1955, 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO RAUL FERNANDES

Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República Portuguesa,

Conscientes das afinidades espirituais, morais, étnicas e linguísticas que, após mais de três séculos de história comum, continuam a ligar a Nação Brasileira à Nação Portuguesa, do que resulta uma situação especialíssima para os interesses recíprocos dos dois povos,

E animados do desejo de consagrar, em solene instrumento político, os princípios que norteiam a Comunidade Luso-Brasileira no mundo,

Resolveram celebrar o presente Tratado de Amizade e Consulta, e nomearam para esse efeito seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Professor Vicente Ráo, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O Presidente da República Portuguesa, Sua Excelência o Senhor Doutor Antônio de Faria, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Portugal no Rio de Janeiro;

Os quais após haverem exibido seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

ART. I - As Altas Partes Contratantes, tendo em mente reafirmar e consolidar a perfeita amizade que existe entre os dois povos irmãos, concordam em que, de futuro, se consultarão sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum.

ART. II - Cada uma das Altas Partes Contratantes acorda em conceder aos nacionais da outra tratamento especial, que os equipare aos respectivos nacionais em tudo que de outro modo não estiver diretamente regulado nas disposições constitucionais das duas nações, quer na esfera jurídica, quer nas esferas comerciais, econômica, financeira e cultural, devendo a proteção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais.

ART. III - No campo comercial e financeiro, levadas em conta as circunstâncias do momento em cada um dos dois países, as Altas Partes Contratantes concederão todas as possíveis facilidades no sentido de atender os interesses particulares dos nacionais da outra Parte.

ART. IV - O tratamento especial consignado neste Tratado abrangerá não só os portugueses que tenham o seu domicílio no território brasileiro e os brasileiros que o tiverem em território português, mas também os que neles permanecerem transitoriamente.

ART. V - As Altas Partes Contratantes, como prova do elevado intuito que presidiu a celebração deste Tratado, permitirão a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil, aos nacionais da outra Parte, observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e proteção da saúde pública.

ART. VI - Os benefícios concedidos por uma das Altas Partes Contratantes a quaisquer estrangeiros no seu território consideram-se *ipso facto* extensivos aos nacionais da outra.

ART. VII - As Altas Partes Contratantes promoverão a expedição das disposições legislativas e regulamentares que forem necessárias e convenientes para a melhor aplicação dos princípios consignados neste instrumento.

ART. VIII - As Altas Partes Contratantes comprometem-se a estudar, sempre que oportuno e necessário, os meios de desenvolver o progresso, a harmonia e o prestígio da Comunidade Luso-Brasileira no mundo.

ART. IX - Este Tratado será ratificado, de conformidade com as disposições constitucionais de cada uma das Altas Partes Contratantes, e as ratificações serão trocadas em Lisboa no mais breve prazo possível. Entrará em vigor, imediatamente após a troca das ratificações, pelo prazo de dez anos prorrogável sucessivamente por períodos iguais, se não for denunciado por qualquer das Altas Partes Contratantes com três meses de antecedência.

EM FÉ do que os Plenipotenciários acima nomeados assinaram este Tratado, em dois exemplares, no Rio de Janeiro, aos 16 dias do mês de novembro de 1953.

VICENTE RÁO

ANTÔNIO DE FARIA

Presidência da República

Em nome da nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a resolução seguinte:

A Assembleia Nacional, tendo tornado conhecimento do Texto do Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil, assinado no Rio de Janeiro em 16 de novembro de 1953, resolve aprovar para ratificação o mesmo Tratado, conforme o texto oficial já assinado.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 21 de dezembro de 1954.

FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES

ANTÔNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

Bibliografia
Obras gerais

ALVES DE ABREU, Alzira; BELOCH, Israel (org.). *Dicionário Histórico--Bibliográfico Brasileiro:* 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas-CPDOC/Forense-Universitária/FINEP, 1984.

ALMADA, João de. *Salazar:* coleção grandes personagens de todos os tempos. São Paulo: Três, 1974.

ALMEIDA, Carlos; BARRETO, Antônio. *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Cadernos de Hoje. Lisboa: Prelo, 1974.

AMADO, Gilberto *et alii*. *Gilberto Freire*: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ANDRADE, Mário de; Ollivier, Marc. *A Guerra em Angola*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

ANTUNES, José Freire. *O Império com pés de barro – Colonização e descolonização*: as ideologias em Portugal. Lisboa: Dom Quixote, 1980.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

ARON, Raymond. *República Imperial. Os Estados Unidos no Mundo do Pós--Guerra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil:* dois séculos de história. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BENDER, Gerald. *Angola sob domínio português:* mito e realidade. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

BENEVIDES, Maria Victoria de M. *O Governo Kubitschek:* desenvolvimento econômico e estabilidade política. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BERG, Eugène. *La Politique Internationale Depuis 1955*. Paris: Económica, 1989.

DOCUMENTÁRIO da visita oficial ao Brasil do general Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa (5-25 de junho de 1957). Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

BULL, Hedley. *The Anarchical Society*. 5 ed. Londres: Editora MacMillan, 1992.

CAETANO, Marcello. *Minhas Memórias de Salazar*. Rio de Janeiro: Record, 1977.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento. Brasil:* JK/JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARONE, Edgard. *A República Liberal*. V. 1. Instituições e Classes Sociais (1945-1964). São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. *A República Liberal*. V. 2. Evolução Política (1945-1964). São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1980.

CARRÈRE D'ENCAUSSE, Hélène. *Le Grand Frère*. Paris: Flammarion, 1983.

CARRILHO, Maria *et alii*. *Portugal na Segunda Guerra Mundial:* contributos para uma avaliação. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

CERVO, Amado e Clodoaldo Bueno. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O Terceiro Império Português*: 1825-1975. Lisboa: Teorema, 1990.

CLAUDIN, Fernando. *A Oposição no "Socialismo Real":* União Soviética, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia 1953-1980. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: DIFEL, 1968.

COLARD, Daniel. *Le Mouvemente des pays non-alignés:* de Bandoung (1955) à la Havane (1979). Paris: La Documentation Française, 1981.

COLÓQUIO sobre o estado novo. *O Estado Novo*: das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959). 2 v. Lisboa: Fragmentos, 1987.

CONNEL-SMITH, Gordon. *Los Estados Unidos y la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

CONSTITUIÇÕES do Brasil (de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações). Brasília: Senado Federal, 1986.

CORBISIER, Roland. *JK e a luta pela presidência:* uma campanha civilista. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

CORM, Georges. *Le Proche-Orient Eclaté:* 1956-1991. Collection Folio/ Histoire. Paris: Gallimard, 1991.

COSTA, Licurgo. *Uma Nova Política para as Américas:* Doutrina Kubitschek e OPA. São Paulo: Martins, 1960.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *A Diplomacia do Marechal* – intervenção estrangeira na Revolta da Armada. 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1979.

CRUZ, Manoel Braga da. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.

CUNHAL, Álvaro. *A Questão Agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DELFIM NETTO, Antônio. *O Problema do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

DEUTSCHER, Isac. *Stalin: a história de uma tirania*. 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

DROZ, Bernard; Rawley, Anthony. *História do Século XX*. 3 v.. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

DUQUE, Hélio. *A luta pela modernização da economia cafeeira:* assim agem as multinacionais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*. 10 ed. Paris: Dalloz, 1990.

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira:* III – O Brasil Republicano. 4. Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986 (2ª Edição).

FEJTO, François. *Historia de las democracias populares*. 2 v. Barcelona: Martinez Roca, 1971.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. *África Austral:* o passado e o futuro. Lisboa: Seara Nova, 1977.

FERREIRA, José Medeiros. *Um Século de Problemas:* as relações luso--espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia. Lisboa: Horizonte, 1989.

FONSECA JR., Gelson; Leão, Valdemar Carneiro (org.). *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Editora Ática, 1989.

FONSECA, Manoel Dias da e Eduardo Freitas. *Salazar* – Antologia: 1909--1966. 3 ed. Coimbra: Coimbra, 1966.

FONTAINE, André. *Histoire de la Guerra Froide*. 2 v. Paris: Fayard, 1965.

FONTOURA, João Neves da. *Palavras aos Portugueses*. Lisboa: Dois Mundos, 1946.

FREIRE, Gilberto. *O Mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973 (16ª Edição).

_____. *Aventura e rotina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

FREIRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Lisboa, 1958.

FRYER, Peter e Patricia McGowan Pinheiro. *El Portugal de Salazar*. Suíça: Ruedo Ibérico, 1962.

FURTADO, Cleso. *A Fantasia Desfeita*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

GRIMAL, Henri. *La Descolonisation:* 1919-1963. Collection U. Paris: Armand Colin, 1965.

GROSSER, Alfred. *Les Occidenteaux:* Les Pays d'Europe Et Les Etats Unis Depuis La Guerre. Paris: Fayard, 1981.

HENRIQUES, Mendo C.; Melo, Gonçalo de S. *Salazar:* pensamento e doutrina política/textos antológicos. Lisboa: Verbo, 1989.

HISTÓRIA Geral do Século 20. São Paulo: Abril Cultural, 1968.

HOLSTI, Kalevi J. *Peace and War:* Armed Conflicts and International Order: 1648-1989. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil:* 0. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

JOYAUX, François. *La Nouvelle Question d'Extrême Orient*. 2 v. Paris: Payot, 1985.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Meu Caminho para Brasília*. 4 v. Rio de Janeiro: Bloch, 1976-1978.

KEYLOR, William R. *The Twenthieth Century World* – An International History. Nova York: Oxford University Press, 1992.

LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

LEVESQUE, Jacques. *L'URSS Et As Politique Internationale De 1917 À Nos Jours*. Paris: Armand Colin, 1980.

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

LOUREIRO, Pizarro. *Getúlio Vargas e a política luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941.

LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil/FGV-CPDOC, 1991.

MAMMARELLA, Giuseppe. *Historia de Europa Contemporánea:* 1945--1990. Barcelona: Ariel, 1990.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4. ed. Petrópolis: Polis/Vozes, 1987.

MARCADE, Jacques. *Le Portugal au XX Siécle:* 1910-1985. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

MARQUES, A. H. de. *Ensaios de História da I República Portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1988.

_____. Carlos Estevam (org.). *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/CEBRAP, 1977.

MEDINA, Manuel. *Las Organizaciones Internacionales*. 2. ed. Madrid: Alianza Universidad, 1979.

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *Evolução da crise brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o mundo ásio-africano*. 2. ed. Rio de Janeiro: GRD, 1960.

MORGENTHAU, Hans J. *Politicis Among Nations*. 6. ed. Nova York: Alfred Knopf, 1985.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NOGUEIRA, Franco. *Salazar*. 6 v. Coimbra: Atlântida, 1977-1985.

_____. *As Nações Unidas e Portugal*. Lisboa: Editora Ática, 1961.

_____. *The Third World*. Londres: Johnson, 1967.

PAIVA ABREU, Marcelo de (org.). *A Ordem do Progresso:* cem anos de política econômica: 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil:* 1930--1967. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PEREIRA, Osny Duarte. *Estudos nacionalistas*. V. 2. São Paulo: Fulgor, 1960.

RAPPORT Secret de Khrouchtchev sur Staline au XX Congrès du P.C. Soviétique. Paris: Champ Livre, 1970.

REIS, Antonio. *Portugal Contemporâneo* – 5 volumes. Lisboa: Alfa, 1989.

_____. *O Fascismo em Portugal* – Atas do Colóquio da Faculdade de Letras. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

REYNOLDS, P. A. *Introducción al Estudio de las Relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos, 1977.

RIBEIRO, F. G. Cassola. *Emigração portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986.

RIEDINGER, Edward Anthony. *Como se faz um presidente:* a campanha de JK. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ROBINSON, R. A. H. *Contemporary Portugal:* A History. Londres: George Allen and Unwin, 1983.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África:* outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

SA, Victor de. *Instauração do Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Horizonte, 1987.

SALAZAR visto do Brasil. São Paulo: Felman-Rego, 1962.

SCHLESINGER JR., Arthur. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: Câmara dos Deputados/Universidade de Brasília, 1979.

SÉRGIO, Antonio. *Breve interpretação da História de Portugal*. 8 ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

SILVA, A. E. Duarte; Costa Pinto, Antonio *et alli*. *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

SILVA, Botelho da. *"Dossier Goa"* – Vassalo e Silva: a recusa do sacrifício inútil. Lisboa: Liber, 1975.

SILVA, Hélio; Carneiro,Maria Cecília R. *Juscelino e Desenvolvimentismo:* 1956-1961. São Paulo: Três, 1983.

SILVEIRA, Cid. *Café:* um drama na economia nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* de Getúlio a Castelo. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SMITH, Anthony D. *Las Teorías del Nacionalismo*. Barcelona: Península, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

STOESSINGER, John G. *O Poder das Nações:* a política internacional de nosso tempo. São Paulo: Cultrix, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB:* A Fábrica de Ideologias. São Paulo: Editora Ática, 1978.

TRATADOS e Atos Internacionais Brasil-Portugal. Lisboa: Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil-SEPRO, 1962.

VIANNA, Oliveira. *Raça e assimilação*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

VICTOR, Mario. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

VINTE anos de defesa do Estado Português na Índia (1947-1967). 4 v. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WHEELER, Douglas L. *História política de Portugal:* 1910-1926. Mira--Sintra: Europa-América, s/d.

WRZOS, Conrad. *Juscelino Kubitschek:* Estados Unidos-Europa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

ZORGBIBE, Charles. *Textes de Politique Internationale Depuis 1945*. "Que sais-je?". Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

Tese

BEOZZO DE LIMA, Maria Helena. *A Missão Herdada:* um estudo sobre a inserção do imigrante português. 1973. Tese (Mestrado). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1973.

Artigos e revistas

ANHEMBI, n. 38, v. xiii. São Paulo, janeiro 1954.

BRITO, José Brandão de. The Portuguese Response to the Marshall Plan. *Estudos de Economia*, v. x, n. 4. Lisboa, julho-set. 1990.

FERREIRA, José Medeiros de. *Os Açores nas duas Guerras Mundiais*. *Política Internacional*, n. 1, v. 1. Lisboa, janeiro de 1990.

KASPI, André. *Qui est responsable? L'Histoire*, n. 151. Paris, janvier 1992.

MAGALHÃES, Guilhermino de. A Estrutura Defensiva da NATO. *Revista Militar*, II século, n. 7, ano 10, v. 10. Lisboa, julho 1958.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*. *Dados*, n. 22. Rio de Janeiro, 1979.

43 Anos de Fascismo em Portugal, n. 10. Rio de Janeiro, dezembro de 1969.

REVISTA Brasileira de Política Internacional, ano I. Rio de Janeiro, junho 1958.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Onze Teses sobre Portugal. *Novos Estudos*, n. 34. São Paulo: CEBRAP, novembro de 1992.

Periódicos

I. Jornais

I.1 - Brasil

A Noite – Rio de Janeiro, 23/07/1956.

A Voz de Portugal – Rio de Janeiro, 15/01/1956.

_____. Rio de Janeiro, 29/01/1956.

_____. Rio de Janeiro, 12/02/1956.

_____. Rio de Janeiro, 17/06/1956.

A Voz de Portugal – Rio de Janeiro, 09/12/1956.

_____. Rio de Janeiro, 28/04/1957.

_____. Rio de Janeiro, 26/05/1957.

_____. Rio de Janeiro, 26/01/1958.

_____. Rio de Janeiro, 27/11/1960.

Correio da Manhã – Rio de Janeiro, 12/01/1958.

_____. Rio de Janeiro, 13/04/1958.

Diário Carioca – Rio de Janeiro, 18/12/1957.

_____. Rio de Janeiro, 15/07/1958.

_____. Rio de Janeiro, 21/03/1959.

Diário de Notícias – Rio de Janeiro, 13/02/1959.

Jornal do Brasil – 17/07/1956.

_____. Rio de Janeiro, 10/07/1958.

Jornal do Comércio – Rio de Janeiro, 09/04/1957.

O Estado de São Paulo – São Paulo, 12/07/1958.

O Globo – Rio de Janeiro, 09/09/1958.

_____. Rio de Janeiro, 18/03/1959.

O Jornal – Rio de Janeiro, 08/03/1957.

_____. Rio de Janeiro, 10/03/1957.

_____. Rio de Janeiro, 13/04/1958.

_____. Rio de Janeiro, 25/03/1959.

Última Hora – Rio de Janeiro, 26/09/1957.

_____. Rio de Janeiro, 17/03/1958.

I.2 - Portugal

Diário de Lisboa – Lisboa, 31/01/1957.

Diário de Notícias – Lisboa, 20/10/1933.

_____. Lisboa, 13/10/1956.

Diário Popular – Lisboa, 05/08/1958.

Jornal do Comércio – Lisboa, 02/09/1960.

O Primeiro de Janeiro – Lisboa, 15/10/1956.

O Século – Lisboa, 06/05/1956.

_____. Lisboa, 07/12/1957.

_____. Lisboa, 09/09/1959.

I.3 - Revistas

Manchete – Dezembro/1960.

Senhor – Maio/1962.

Visão – Dezembro/1953.

Periódicos

Ministério das Relações Exteriores/Brasil

Ofícios

Nova Delhi, 21/05/1951. M.R.E., n. 32.

Nova Delhi, 18/05/1954. M.R.E., n. 89.

Lisboa, 06/07/1956. M.R.E., n. 131. Mês Econômico, n. 2.

Lisboa, abril/1957. M.R.E., n. 295. Mês Político, n. 4.

Lisboa, junho/1957. M.R.E., n. 6. Mês Político, n. 6.

Lisboa, 21/08/1958. M.R.E., n. 288 (Reservado).

Lisboa, 10/09/1958. M.R.E., n. 315.

Lisboa, 27/09/1958. M.R.E., n. 386 (Reservado).

Lisboa, 07/10/1958. M.R.E., n. 367.

Lisboa, 04/11/1958. M.R.E., n. 425.

Lisboa, 04/02/1959. M.R.E., n. 47.

Lisboa, 10/08/1960. M.R.E., Acordos e Convenções.

Diversos

Relatório Reservado n. 121, da Missão do Brasil junto à X Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 16/01/1956.

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, no banquete oferecido ao Sr. Presidente do Chile, em Santiago, a 20/09/1957. M.R.E., DPO/210/900.1 (DD) (1957) Anexo Único.

Arquivo Nacional Brasil

Decretos-Leis e Resoluções

Decreto-Lei n. 383, de 18/04/1938.

Decreto-Lei n. 389, de 25/04/1938.

Decreto-Lei n. 394, de 27/04/1938.

Decreto-Lei n. 406, de 04/05/1938.

Decreto-Lei n. 3.010, de 20/08/1938.

Resolução n. 34, de 22/04/1939. Diário Oficial de 15/05/1939.

Diário Oficial da Câmara do Distrito Federal, de 19/12/1953.

Ministério dos Negócios Estrangeiros/Portugal

Ofícios

Rio de Janeiro, 24/07/1951. M.N.E., PEA 166-a, Proc. 17,3, n. 293 (Confidencial).

Rio de Janeiro, 27/07/1951. M.N.E., PEA 166-a, Proc. 17,3, n. 290.

Rio de Janeiro, 12/03/1952. M.N.E., 2P, A57, M55, Proc. 17,3, n. 173 (Confidencial).

Rio de Janeiro, 08/04/1952. M.N.E., 2P, A57, M55, Proc. 386, n. 11 (Confidencial).

Rio de Janeiro, 14/07/1954. M.N.E., PEA 166-a.

Rio de Janeiro, 17/11/1955. M.N.E., 2P, A58, 331,63. Proc. 6,11, n. 641.

Rio de Janeiro, 12/03/1957. M.N.E., 2P, A58, M209, Proc. 3,1, n. 178.

Rio de Janeiro, 13/04/1957. M.N.E., PEA 170, Proc. 17,3, n. 21.

Rio de Janeiro, 16/04/1957. M.N.E., 2P, A58, M209, Proc. 3,1, n. 256.

Rio de Janeiro, 25/06/1957. M.N.E., 2P, A58, M203, Proc. 13, n. 134.

Rio de Janeiro, 24/10/1957. M.N.E., 2P, A58, M204, Proc. 6,12, n. 20.

Washington, 11/03/1958. M.N.E., 2P, A58, M204, Proc. 5/108,13, n. 214/76.

Rio de Janeiro, 15/03/1958. M.N.E., 2P, A58, M204, Proc. 47,35, n. 158.

Rio de Janeiro, 14/07/1958. M.N.E., 2P, A58, M209, Proc. 17,3, n. 465.

Rio de Janeiro, 15/10/1958. M.N.E., PEA 175, Proc. 6,11, n. 716.

Rio de Janeiro, 29/10/1958. M.N.E., 2P, A58, M209, Proc. 17,3, n. 483.

Rio de Janeiro, 18/11/1958. M.N.E., 2P, A58, M209.

Rio de Janeiro, 09/01/1959. M.N.E., 2P, A58, M711, Proc. 6,12, n. 859.

Rio de Janeiro, 09/10/1959. M.N.E., PEA 178, Proc. 6,12, n. 762.

Rio de Janeiro, 19/02/1960. M.N.E., PEA 172, Proc. 4,12, n. 182.

Telegramas

Lisboa, 25/02/1951. M.N.E., 2P, A57, M55 (Confidencial).

Rio de Janeiro, 21/09/1953. M.N.E., PEA 166-a, N.G. 2593, A49.

Rio de Janeiro, 10/03/1955. M.N.E., 2P, A5, M54, N.G. 790, n. 57.

Rio de Janeiro, 10/08/1956. M.N.E., n. A66, Proc. 331,63.

Rio de Janeiro, 09/01/1958. M.N.E., PEA 171, N.G. 100, n. 8.

Rio de Janeiro, 02/03/1958. M.N.E., PEA 177, N.G. 958, n. 35.

Rio de Janeiro, 07/07/1958. M.N.E., PEA 177, N.G. 2621, n. 97.

Lisboa, 10/07/1958. M.N.E., PEA 177, N.G. 2676, n. 114-A.

Rio de Janeiro, 12/07/1958. M.N.E., PEA 177, N.G. 2683, n. 101.

Rio de Janeiro, 19/07/1958. M.N.E., 2P, A58, M204, N.G. 2801, n. 111.

Rio de Janeiro, 23/07/1958. M.N.E., PEA 178, N.G. 2852, n. 114.

Rio de Janeiro, 23/08/1958. M.N.E., PEA 175, N.G. 3298, n. 143.

Rio de Janeiro, 30/08/1958. M.N.E., PEA 175, N.G. 3394, n. 147.

Rio de Janeiro, 10/09/1958. M.N.E., PEA 177, N.G. 3536, n. 158.

Rio de Janeiro, 11/09/1958. M.N.E., PEA 175, N.G. 2559, n. 159.

Nova York, 16/10/1958. M.N.E., PEA 175, N.G. 4045, n. 176.

Rio de Janeiro, 15/04/1960. M.N.E., PEA 169, N.G. 1841, n. 67.

Rio de Janeiro, 03/08/1960. M.N.E., PEA 179, N.G. 2099, n. 200.

Rio de Janeiro, 03/06/1963. M.N.E., PEA 295, Proc. 6,11/63, n. 695.

Notas

Lisboa, 16/11/1953. M.N.E., PEA 166-a, Proc. 17,3 n. 766 (Confidencial e Reservada).

Lisboa, 04/01/1957. M.N.E., 2P, A62, M361, Proc. 41,22 n. 2.

Diversos

Apontamento Confidencial. M.N.E., junho/1951.

Informação de Serviço para a Embaixada no Rio de Janeiro, de 27/08/1951. M.N.E., PEA 166-9.

Apontamento Confidencial do Embaixador Antonio de Faria - Conversa com o Presidente Getúlio Vargas, em 06/10/1951. M.N.E., PEA 166-a.

Parecer do Presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados, Lima Cavalcanti, sobre o Tratado de Amizade e Consulta, 28/04/1954. M.N.E., PEA 179.

Relatório do Consulado da Bahia, de 07/06/1955. M.N.E., PEA, 2P, A57, M41, Proc. 15, n. 707 (Confidencial).

Ata Final da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Portugal, 1960. M.N.E., PEA 178.

Ofício do Adjunto da Inspeção-Geral de Finanças Alfeu Pais de Sousa Santos, de 13/06/1960, à Comissão de Estudo para a Execução do Tratado de Amizade da Comunidade Luso-Brasileira. M.N.E., PEA 169, n. 336,3.

Correspondência do Diretor Geral dos Negócios Políticos, Franco Nogueira, para o Secretário Nacional de Informação, de 20/07/1960. M.N.E., 2P, A2, M538, Proc. 381,63, n. 535.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil

Impressão: Gráfica e Editora Qualytá Ltda.
Papel da capa: cartão duplex 250g/m2
Papel do miolo: pólen similar 80g/m2

A retórica da afetividade constitui um traço permanente das relações luso-brasileiras. E um de seus mais importantes efeitos foi dissuadir a análise política dessas relações. Desde a independência do Brasil, vigorou a ideia segundo a qual as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal só podiam ser entendidas à luz de suas identidades culturais. Em decorrência da descoberta e da colonização do Brasil por Portugal, que resultou no uso da mesma língua e no enraizamento, no Brasil, de tradições criadas em Portugal, existiria uma aliança natural e indestrutível que transcendia a volatilidade das conjunturas e que, portanto, independia dos governos e das ideologias. A presença de grande contingente de imigrantes portugueses no Brasil, de resto, formava um elo a vincular permanentemente os dois países.

Contudo, foi no governo de Juscelino Kubitschek que essa retórica atingiu uma expressão nunca antes observada, transformando-se mesmo num programa de política externa de ambos os países. Desde a independência do Brasil, nunca foram tantos os contatos realizados por personalidades públicas e instituições governamentais e não governamentais dos dois países, da mesma forma que, tampouco, nunca foi tão politicamente influente a colônia dos imigrantes portugueses no Brasil. O livro procura avaliar a importância que teve a aliança luso-brasileira para o conjunto da política externa brasileira, bem como suas principais consequências.

ISBN 978-85-7631-896-5

9 788576 318965 >

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO